



PATRIMÔNIO CULTURAL **NA CIDADE E NO JORNAL**

Mary Weinstein



EDIÇÕES UESB



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)

Reitor

Prof. Dr. Luiz Otávio de Magalhães

Vice-Reitor

Prof. Dr. Marcos Henrique Fernandes

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX)

Profª Drª Gleide Magali Lemos Pinheiro

Diretora da Edições UESB

Me. Manuella Lopes Cajaíba

Editor

Yuri Chaves Souza Lima

COMITÊ EDITORIAL

Presidente

Profª Drª Gleide Magali Lemos Pinheiro (PROEX)

Representantes dos Departamentos/Áreas de Conhecimento

Profª Drª Alba Benemerita Alves Vilela (DS II)

Profª Drª Delza Rodrigues de Carvalho (DCSA)

Prof. Dr. Cezar Augusto Casotti (DS 1)

Prof. Dr. Flávio Antônio Fernandes Reis (DELL)

Prof. Dr. José Antonio Gonçalves dos Santos (DCSA)

Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida (DH)

Prof. Dr. Luciano Brito Rodrigues (DTRA)

Profª Drª Sylvana Naomi Matsumoto (DFZ)

Representantes da Edições UESB

Me. Manuella Lopes Cajaíba (Diretora)

Esp. Yuri Chaves Souza Lima (Editor)

Adm. Jacinto Braz David Filho (Revisor)

Dr. Natalino Perovano Filho (Portal de Periódicos)

PRODUÇÃO EDITORIAL

Normalização Técnica

Jacinto Braz David Filho

Revisão de linguagem

Tauana Lucena Novaes

Editoração Eletrônica

Ana Cristina Novais Menezes (DRT-BA 1613)

Capa

Arte gráfica: Warley Souza

Foto: Mary Weinstein

Portão de entrada do antigo prédio do Jornal *A Tarde*, na Praça Castro Alves

Publicado em: 16 de julho de 2024.

Mary Weinstein

PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE E NO JORNAL



Vitória da Conquista – Bahia
2024

Copyright © 2024 by Autora.
Todos os direitos desta edição são reservados a Edições UESB.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais
(Lei 9.610/98).

Livro selecionado conforme Edital UESB N° 102/2022
Publicação de livros técnico-científicos em formato digital (e-books)

W49p

Weinstein, Mary.

Patrimônio cultural na cidade e no jornal. [recurso eletrônico]. / Mary Weinstein. – Vitória da Conquista:
Edições UESB, 2024.

137 p.

ISBN 978-65-87106-73-1

1. Imprensa. 2. Notícia. 3. Jornalismo. 4. Salvador – BA. I. T.

CDD: 070.1

Catlogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
Biblioteca Universitária Professor Antonio de Moura Pereira UESB – Campus de Vitória da Conquista

Editora filiada à:



Campus Universitário – Caixa Postal 95 – Fone: 77 3424-8716
Estrada do Bem-Querer, s/n – Módulo da Biblioteca, 1º andar
45031-900 – Vitória da Conquista – Bahia
www2.uesb.br/editora – E-mail: edicoesuesb@uesb.edu.br

Aos meus pais, Mayer e Hana,
e aos meus filhos, Ciro e Peter.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio para que esta pesquisa pudesse ser realizada e este livro, publicado.

Aos professores Ana Fernandes (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia), que orientou a tese que deu origem a este livro, e José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa), que me recebeu e me orientou em estágio sanduíche em Lisboa. A Albino Rubim, Paulo César de Souza, Caetano Veloso, Consuelo Novais Sampaio (*in memoriam*), Emanuel Araújo (*in memoriam*), Arilda Cardoso (*in memoriam*), Dimitri Ganzelevitch e ao Sindicato dos Arquitetos da Bahia (SINARQ-BA), que me acudiram, incentivaram ou colaboraram em momentos diversos.

Ao jornal *A Tarde* e aos amigos que fiz lá, de colegas a fontes, aos arquitetos José Carlos de Oliveira Matta, Malva Clara Weinstein e Carmita Baltar Esnaty Almeida, e à ex-superintendente da 7ª SR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) Adalgiza D'Eça, que me ensinaram a entender o patrimônio.

Utilização da pequena desonestidade – O poder da imprensa consiste em que todo indivíduo que para ela trabalha sente-se muito pouco comprometido e vinculado. Em geral ele diz sua opinião, mas ocasionalmente não a diz, para ser útil a seu partido, à política de seu país ou a si mesmo. Esses pequenos delitos da desonestidade, ou apenas da reticência desonesta, não são difíceis de suportar para o indivíduo, mas as suas consequências são extraordinárias, porque tais pequenos delitos são cometidos por muitos ao mesmo tempo. Cada um deles diz para si: “Com serviços tão diminutos vivo melhor, posso ganhar a vida; se recuso essas pequenas considerações, eu me torno impossível”. Como moralmente parece não importar escrever ou deixar de escrever uma linha a mais – talvez sem assinar, além disso – alguém que possua dinheiro e influência pode transformar qualquer opinião pública. Quem sabe que a maioria das pessoas é fraca nas pequenas coisas, e deseja alcançar seus objetos através delas, é sempre um indivíduo perigoso (Nietzsche, 2000, p. 241-242).

Everybody knows that our cities
Were built to be destroyed
[...]
You get annoyed
You buy a flat
You hide behind the mat
[...]

(Caetano Veloso).

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	10
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1	
ESFERA PÚBLICA EM QUESTÃO.....	17
1.1 A PRESENÇA E A AUSÊNCIA DA NOTÍCIA.....	19
CAPÍTULO 2	
PATRIMÔNIO NA CIDADE E NO JORNAL.....	22
2.1 A CIDADE COMO UM SUPORTE SOBRE O QUAL UMA HISTÓRIA SE INSCREVE/ESCREVE.....	26
CAPÍTULO 3	
A TARDE DA CIDADE BAIXA À ALTA.....	31
3.1 O MERCADO E O MODELO.....	32
3.2 O COTIDIANO DO JORNAL.....	37
3.3 PONTO DE VISTA DO LEITOR.....	40
CAPÍTULO 4	
PERCURSO DO PELOURINHO À VITÓRIA.....	41
4.1 SOBRE O PELOURINHO.....	43
4.2 DEGRADAÇÃO GRADATIVA.....	46
4.3 SOBRE A VITÓRIA.....	50
4.4 TOMBAMENTO PROVISÓRIO.....	53
CAPÍTULO 5	
NOTÍCIAS NO CENTRO HISTÓRICO E NO CORREDOR DA VITÓRIA.....	58
5.1 CATEGORIZAÇÕES.....	61

5.2 FASES E FACES DA COBERTURA NO CENTRO HISTÓRICO.....	62
5.3 A COBERTURA DO CORREDOR.....	75
5.4 O ASSUNTO TOMBAMENTO NO CORREDOR DA VITÓRIA EM SUA ORIGEM E DESTINAÇÃO.....	79

CAPÍTULO 6

JORNALISMO COM FONTES E COBERTURAS.....	81
6.1 FONTES.....	82
6.2 DIFERENÇAS ENTRE PERÍODOS.....	89
6.3 CORREDOR DA VITÓRIA NA CAPA DE <i>A TARDE</i> (2003-2004).....	91
6.4 RECUPERAÇÃO E TOMBAMENTO EM OUTROS VEÍCULOS.....	94
6.5 O FINAL DA HISTÓRIA QUE PODERIA SERVIR PARA COMEÇAR DE NOVO.....	97

REFERÊNCIAS.....	102
-------------------------	------------

ANEXOS.....	118
--------------------	------------

PREFÁCIO

O jornal, o patrimônio cultural e a cidade

O jornal costuma ser uma importante fonte documental para os trabalhos acadêmicos. No caso deste livro, a autora nos adverte logo no início que ele não será apenas mais uma fonte e sim o objeto principal dessa pesquisa que resultou na tese intitulada *O Patrimônio Cultural na Imprensa da Bahia: Entre o Centro Histórico (anos 1990) e a Vitória (anos 2000)*, e que agora é transformada em livro.

O jornal em questão é o centenário periódico baiano *A Tarde*, analisado na sua atuação em dois importantes episódios relacionados com a revitalização e proteção do patrimônio cultural da cidade de Salvador – a recuperação na década de 1990 do conjunto tombado do Pelourinho e a tentativa de tombamento na década seguinte de um conjunto de grandes casas ecléticas no bairro da Vitória. A autora identifica comportamento distinto dos meios de comunicação, em especial do jornal *A Tarde*, em relação à recuperação do Pelourinho e à proteção do conjunto da Vitória. Mary analisa minuciosamente como vai se dar o papel da imprensa diante dos conflitos pela proteção e conservação do patrimônio cultural e arquitetônico de Salvador.

Ela compara a dinâmica na preservação e recuperação das duas áreas, mostra também o papel do jornal como plataforma de debate público antes da difusão das redes sociais da internet e descreve como funciona a engrenagem de trabalho de um jornal. A autora fez um exaustivo levantamento de como e em que quantidade o Centro histórico e o Corredor da Vitória aparecem no jornal *A Tarde*.

Na cobertura das obras na área do Pelourinho, o jornal passa de uma abordagem oficial nos anos 1990 para uma abordagem mais crítica na década seguinte.

As diversas fases das obras realizadas pelo Governo do Estado da Bahia são inicialmente apresentadas pelo jornal por meio das informações obtidas com as fontes oficiais. Na década de 2000 o jornal passa a incluir fontes não oficiais, abordando de forma independente a expulsão dos moradores. A posição independente é mantida no debate sobre a proteção do conjunto de doze casarões ecléticos do Corredor da Vitória.

Nessa cobertura, a autora fazia parte da equipe do jornal e teve um importante papel para que *A Tarde* apontasse os impasses colocados ao tombamento de doze casas, por grupos econômicos e políticos, além de uma parte da mídia.

A história da preservação do patrimônio cultural brasileiro tem a peculiaridade de ter sido iniciada pela vanguarda arquitetônica do País. Foram os modernistas que selecionaram aquilo que merecia ser preservado, numa leitura não saudosista e sim pensada em proteger aquilo que constituía, para eles, a imagem da identidade brasileira, aquilo que era o “presente do passado”. Esse duplo papel dos técnicos do patrimônio, proteger o passado e ao mesmo tempo propor o futuro, levou a um atraso no reconhecimento patrimonial dos conjuntos históricos das capitais do País, que deveriam ser paradigmas do Brasil do futuro. Isso explica por que um grupo de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos do centro histórico de Salvador só seria tombado em 1959, sendo o centro histórico só reconhecido na sua totalidade em 1983. A criação do IPHAN é de 1937 e os primeiros tombamentos, de 1938. Nas primeiras duas décadas de atuação, os tombamentos do IPHAN se limitaram a proteger imóveis isolados ou conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de pequenas cidades ligadas ao ciclo do ouro.

A seleção do nosso patrimônio feita pela vanguarda também deixou de fora a arquitetura do ecletismo, combatida que era pelos arquitetos modernistas. Os primeiros tombamentos isolados de arquitetura eclética só irão ocorrer nas décadas de 1960 e 1970 com o tombamento dos remanescentes da Avenida Central do Rio de Janeiro (atual Avenida Rio Branco). Isso foi objeto de grande debate na época, com posições apaixonadas de um lado e de outro, e ficou marcado pela exclusão do Palácio Monroe do tombamento e sua posterior demolição. A “teteia de açúcar branco”, nas palavras do cronista João do Rio no início do século XX, havia se transformado no “monstrengo” da campanha da imprensa pela sua demolição nos anos 1970 do mesmo século.

O tombamento dos doze casarões do Corredor da Vitória seria o reconhecimento inédito de um conjunto de edifícios ecléticos baianos. A ocupação na Vitória segue o modelo clássico das grandes cidades brasileiras no século XIX, favorecidas pela implantação das linhas de bonde que possibilitaram a transferência das elites das áreas centrais para as periferias.

O chamado Corredor da Vitória é um trecho da longa Avenida Sete de Setembro, caracterizado pela sua ocupação por grandes residências senhoriais da virada do século XIX para o XX. É irresistível compará-lo com a Avenida Paulista na cidade de São Paulo. As duas avenidas foram urbanizadas em épocas semelhantes e caracterizadas pela ocupação com residências de elite ao longo de uma via sobre a cumeada de colinas. Ambos os conjuntos vêm tendo o mesmo destino, sendo substituídos por uma intensa ocupação em altura, edifícios corporativos e comerciais no caso paulista e arranha-céus residenciais de luxo no caso baiano. Em Salvador, a localização de edifícios residenciais de luxo é também favorecida pelo grande apelo visual que a área tem como mirante para a Baía de Todos os Santos.

Avenida Rio Branco no Rio de Janeiro, Avenida Paulista em São Paulo e Corredor da Vitória em Salvador são exemplos do mesmo processo de transformação da cidade brasileira e de embate entre a proteção do patrimônio cultural e a ação do capital imobiliário.

O debate pela proteção ou demolição dos casarões do Corredor da Vitória é visto aqui através do processo jornalístico de apuração e acompanhamento da matéria. A autora analisa quem são as fontes e as peculiaridades de cada uma delas. Nas fontes especializadas, há o predomínio dos arquitetos, o dobro do segundo colocado, historiadores, o que mostra a hegemonia dos profissionais de arquitetura no debate da preservação do patrimônio cultural.

O trabalho de Mary interessa não apenas aos especialistas da área de comunicação ou da área da preservação do patrimônio cultural, mas procura atingir um público mais vasto, esclarecendo para o leitor comum os jargões do fazer jornalístico.

Das doze residências do Corredor da Vitória, quatro foram destruídas na sequência do arquivamento do tombamento. Além destas, há também aqueles imóveis históricos que são mantidos tendo as suas áreas livres ocupadas por novas e grandes construções. O papel da preservação do patrimônio cultural construído em regiões de alto valor imobiliário tensiona a discussão sobre a produção da cidade versus a proteção do patrimônio. A fórmula bastante difundida em várias capitais brasileiras de construir espigões no terreno livre dos casarões faz pensar no velho ditado para explicar que, mesmo nas perdas da vida, o essencial permanece intacto: “vão-se os anéis, ficam os dedos”. Este livro nos leva a questionar: será que ficam mesmo?

José Pessoa
Professor Titular da Escola de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal Fluminense

INTRODUÇÃO

Jornais servem como fonte e sustentação documental para pesquisas em diversas áreas de conhecimento. Neste livro, enunciamos uma proposta em que o veículo é o próprio objeto que se quer pesquisar. A abordagem parte da discussão sobre patrimônio cultural e encontra o caminho para estudar dois processos de publicização que, ao serem revistos, contam, ao mesmo tempo, sobre a imprensa e sobre Salvador, e isto não é pouca coisa quando se fala de dois entendimentos de extrema complexidade. Revimos os dois acontecimentos que suscitaram as coberturas jornalísticas que vamos analisar, sabendo que interesses diversos emergiam em torno de cada um deles. E percebemos que a imprensa impressa, apesar dos avanços tecnológicos alcançados pelas mídias eletrônicas e digitais, continuava pautando e sendo uma matriz importante do jornalismo, mantendo-se como referência para a sociedade. Para que pudéssemos justificar o jornal de papel (e o papel do jornal) como uma representação importante da produção do jornalismo local, falamos de lugar, de território e de espaço. Abordarmos o jornal e o patrimônio, como balizadores inequívocos da localidade.

Os dois momentos aos quais nos referimos se destacam na história da preservação do patrimônio cultural da Bahia – a Recuperação do Centro Histórico de Salvador, a partir de 1992, até o início dos anos 2000, e o tombamento do Corredor da Vitória, no período entre 2003 e 2004. A discussão se desenvolve compondo uma espécie de contraponto entre os dois casos. Observamos as diferenças entre as abordagens que se processaram em conjunturas distintas, tanto para a cidade, quanto para o mesmo jornal *A Tarde*. Confrontamos o que a imprensa publicou para mostrar como foram dessemelhantes as coberturas e seus resultados. As análises nos levam a perceber como o jornalismo e a cidade estão juntos em um ambiente comum, e integrando o passado ao presente. Constatamos que os textos do jornal e da cidade têm suas correspondências e que são fundamentais na composição das sociabilidades.

O jornalismo é capaz de proporcionar uma visão sobre realidades e de (re) produzi-las. O trabalho do meio de comunicação jornalística resulta de um encadeamento de ações que não termina com a publicação do seu produto, porque a sua interação com o público se estende indefinidamente. Vale dizer que, geralmente, o jornal impresso, e especificamente o *A Tarde*, contava com uma estrutura montada, uma história e um compromisso editorial que permitiam que se praticasse o jornalismo com agilidade, dando condições para que o repórter estivesse no lugar e na hora em que as coisas aconteciam, com o intuito de testemunhá-las. O jornalismo digital, feito em casa, a partir do período da pandemia, declarada em março de 2020, eliminou

muitas redações e relações que se construíam quando se percorria a cidade em busca da notícia. Tradicionalmente, jornalismo sem rua perde o sentido.

Em *A Tarde*, testemunhávamos praticamente tudo o que ocorria na capital da Bahia, Salvador. Percebia-se que a cidade se transformava, deixando para trás grande parte do que a distinguia, porque muito se alterava, se derrubava, se demolia, se reformava e se requalificava. Tudo isso segue acontecendo, e, parece, até, que o patrimônio é infinito, porque há sempre mais e mais ações que surpreendem por serem tão inadequadas. Basta dar um passeio pela Baixa dos Sapateiros, pela Palma, pelo Campo da Pólvora, pela Soledade, sem falar no miolo do Centro Antigo, o Pelourinho. As notícias sobre a demolição de uma casa antiga aqui, e a construção de um prédio muito alto ali, pipocam aleatoriamente, em um agendamento inevitável e contínuo. Então, é bom pararmos para repensar sobre o trabalho do jornal acerca de um cotidiano que tanto mobiliza jornalistas e leitores, independentemente dos algoritmos que passaram a balizar, em grande parte, a prática jornalística.

A rede do jornal impresso se estabelecia e se renovava quando o sujeito saía de casa e ia à banca de revista comprar a edição do dia. Ou quando recebia seu exemplar por assinatura em casa, para tomar café, conferindo o que tinha acontecido, o que acontecia e o que iria acontecer no lugar em que vivia, e no mundo. O jornal noticiava o passado, o presente e o futuro. O ex-diretor da Fundação Cultural do Estado da Bahia Geraldo Machado era um leitor assíduo e costumava dizer que as reportagens em *A Tarde*, sobre a necessidade de preservação de edificações no Corredor da Vitória, no início dos anos 2000, tinham “aberto a tampa da panela”, como se naquele momento se começasse uma discussão há muito necessária. A professora Consuelo Novais Sampaio, autora de *50 Anos de Urbanização: Salvador da Bahia Século XIX* (2005), se impressionava com a presença da reportagem “em vários lugares ao mesmo tempo”. Para mim, a sensação era a de que a questão tratada era do interesse de todos, como se fosse um tema familiar, próximo e urgente. Afinal, era sobre paisagens firmadas na memória dos que se referiam à mesma (amada) cidade.

Voltamos ao mundo do impresso para falar sobre uma de suas funções iniciais e fundamentais: a de ampliar a visibilidade de fatos e ações, de agentes sociais e de organizações. O objetivo de informar de um jornal é, também, o de promover o debate de ideias. Sabe-se que a disputa de campos de força ocorre durante todo o percurso de elaboração e publicação do jornal, inclusive nesses tempos em que a presença e a influência potencializada das redes sociais subvertem o modo a que nos referimos de produção, emissão e recepção da notícia. “A mídia se transformou, até certo ponto, na grande mediadora e mediatizadora e, portanto, em substituta de outras interações coletivas” (García Canclini, 2003, p. 289). Com as redes sociais digitais, as funções iniciais do jornalismo continuam, ainda que redações tenham sido substituídas, em muitos casos, por trabalho em casa. Neste livro, falamos do jornalismo praticado nas redações, quando já havia um vislumbre do que viria a ser a prática jornalística na plataforma digital, que começou a se popularizar mais na virada do século 20 para o 21. Importante ressaltar que tratamos de acontecimentos que se tornaram públicos quando o jornal era o veículo que ainda selecionava e distribuía as principais informações, quando o digital ainda tomava impulso.

Em uma aula recente, no Curso de Jornalismo, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), expus três casos jornalísticos, todos eles referentes à ocupação indevida do espaço público em Salvador. Todos devidamente noticiados pelo jornal *A Tarde*. O primeiro era sobre

uma empresa do setor imobiliário que posicionou um *trailer* com função de *stand* de vendas, em uma via pública na orla do bairro da Barra, impedindo o trânsito de pedestres sobre a calçada. Quem andava tinha que invadir o asfalto, a pista de rolamento, no trecho quase em frente à entrada do Clube Espanhol, na Avenida Oceânica, submetendo-se ao risco de ser atropelado. O segundo foi sobre uma cervejaria que instalou, também, um *stand*, em frente ao mural de azulejos conhecido como Marco de Fundação da Cidade, no Porto da Barra, e, em seguida, o transferiu para a areia da praia, suprimindo inicialmente a visibilidade de um monumento e, depois, o acesso a uma área de uso comum. Isso tudo para oferecer bolas, pranchas e raquetes de frescobol a banhistas, fazendo seu *marketing* particular em área pública. E o terceiro foi a tentativa de uma revista de circulação nacional de aterrissar no carnaval da Bahia construindo um imenso camarote na Praia do Farol da Barra, próximo ao Forte de Santo Antônio, o famoso Farol, tombado em 1938. Sem apresentar licença ambiental, nem permissão para o uso do espaço, e desrespeitando o Decreto-Lei nº 25/37, os pesados pinos de concreto para sustentação do equipamento, simplesmente, apareceram fincados na areia. Sem hesitar, o jornal fez matérias sobre esses assuntos.

No decorrer da exposição, perguntei sobre qual teria sido o desfecho de cada uma das histórias. Os alunos erraram na resposta porque, possivelmente, subvalorizaram a força que o jornal tinha. Eles ficaram sabendo que, depois de publicadas as matérias, os *stands* da imobiliária e da cervejaria foram retirados da avenida e da praia, respectivamente, depois de desmontados pelas próprias empresas promotoras. E que a obra do camarote foi embargada, e que, como resultado, a revista de uma das grandes editoras do país teve que desistir da empreitada, ficando de fora do badalado carnaval baiano, naquele ano. As três empresas tiveram que deixar o local que ocuparam “despretensiosamente”, sem pagar nada. A imobiliária recolheu o *stand* voluntariamente, depois de ser abordada pela reportagem. A cervejaria precisou tirar seus apetrechos da praia, a partir da recomendação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), divulgada pelo jornal. E a revista foi notificada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Os acontecimentos acima expostos, que motivaram as reportagens elaboradas a partir de observações do próprio jornalista, foram considerados exclusivamente por *A Tarde*. Os demais veículos que compunham a imprensa na Bahia ignoraram as situações aqui descritas a respeito das três empresas dos setores imobiliário, de bebidas e da revista impressa de circulação nacional, que ocuparam deliberadamente e irregularmente espaços públicos, por motivos privados. Os assuntos tangenciavam a discussão sobre a preservação do espaço público e do respeito ao patrimônio cultural.

A partir desses casos, pudemos refletir sobre como é possível fazer jornalismo com base principalmente no que é encontrado e testemunhado na rua, e, também, sobre como a prática jornalística pode sempre ser incisiva e persistente. No momento desses três acontecimentos relacionados acima, o jornalismo em *A Tarde* era feito com uma boa dose de autonomia e entusiasmo. Invariavelmente, o jornalismo precisa contar com esses dois fatores.

O assunto central deste livro é o jornalismo praticado na Bahia. Para que fossem constituídas as amostras, o *corpus* do nosso estudo, analisamos detidamente mais de 3 mil matérias sobre o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, que se iniciou em 1992, a cargo do governo do Estado, e todas as matérias sobre o tombamento notificado pelo governo federal, de 12 imóveis situados no Corredor da Vitória, em 2003. Vamos perceber que o patrimônio

cultural propiciava discussões que mereceram espaço e atenção da mídia, porque o assunto se encontrava na interseção de interesses que, naturalmente, geravam conflitos, e que, obviamente, precisavam ser debatidos pelo público.

No Capítulo 1, falamos sobre o meio de comunicação, sobre sua constituição como espaço mediador da discussão e do debate de assuntos de interesse para a sociedade. No Capítulo 2, estabelecemos a relação entre o jornal, o patrimônio cultural e o lugar onde os dois estão situados. Falamos também sobre o texto do jornal e da cidade, naturalmente correspondentes. No Capítulo 3, refazemos a trajetória do jornal na imprensa da Bahia, na contemporaneidade, com foco especial em *A Tarde*, que é o veículo central desta pesquisa. No Capítulo 4, nos atemos a um pequeno histórico do lugar e da preservação do Pelourinho e da Vitória. O Capítulo 5 é sobre a notícia que se formulou para cada um dos lugares e, também, sobre como os relatos foram construídos e agendados. No Capítulo 6, especificamos as fontes e o perfil das coberturas acerca dos dois objetos. E, para finalizar, o Capítulo 7 faz um balanço do noticiamento dos dois acontecimentos que marcaram a imprensa e a cidade da Bahia.

Que todos façam uma boa (re) leitura sobre a cidade e sobre a imprensa.

Mary Weinstein

*Jornalista e professora do Curso de Jornalismo, do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
É doutora em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia e fez pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Fluminense.*

CAPÍTULO 1

ESFERA PÚBLICA EM QUESTÃO

No universo midiático, os processos de socialização das informações são motivados pelo interesse público e, mais frequentemente do que podemos imaginar, por interesses privados. A mídia é colocada em posição central, no contexto sociopolítico contemporâneo, compondo a esfera pública. Nela, se expõem e se defendem interesses, produzem-se sentidos, e forma-se grande parte da opinião pública, que é a opinião do público (Habermas, 1984; Gomes, 2001). O público é uma formulação a partir do privado. Habermas (1984) refaz o trajeto de “opinião” para “opinião pública”, a partir de autores como Hobbes, que relaciona consciência e opinião; Locke, para quem o espírito público vem do povo; Kant, que defende que a soberania pessoal deveria ser dissolvida na esfera pública; e Marx, que, na sua denúncia de que a opinião pública representaria o interesse de classe burguês, associa a esfera pública à condição dos meios de produção. Habermas (1984, p. 168) concluiu que a esfera pública perde a força do seu princípio, que é a publicidade crítica, “à medida que ela se amplia enquanto *esfera*, esvaziando, além disso, o setor privado”. Em sua análise, o autor considera a esfera pública como aniquilada, ao enxergar o domínio do mercado. A respeito do jornalismo que se constituía, pensou que deveria ter havido uma demarcação, uma separação, entre as funções jornalísticas associadas ao pensamento das pessoas privadas enquanto público e uma representação pública de interesses privados, para que não se confundissem os objetivos de ambos os lados. Entretanto, difícil é aceitar a argumentação, como disse Habermas (1984), de que os meios de comunicação seriam controlados majoritariamente pelo mercado. Há uma interação de condições e de relações, inclusive sociais, com sujeitos e campos, que formata os meios de comunicação e os destitui de uma atuação linear e absolutamente previsível. A disputa de forças ocorre igualmente dentro do jornal, onde se tem a clareza de que a credibilidade justifica a participação de diversas vozes envolvidas nos conflitos. Estes são princípios que implicam na relação do jornal com o público. Essa é a esfera pública no âmbito social que se materializa “em várias arenas, por vários instrumentos e em torno de variados objetos de interesse específico – numa discussão constante entre pessoas privadas em público” (Gomes, 2008, p. 36). O que os professores fizeram para Atenas no período de Sócrates e Platão é o que a imprensa tem feito nos tempos modernos para o homem comum, disse Park (2008b).

Ao discorrer sobre vida pública, opinião pública, espaço público e público, Habermas (1984) explica que a composição da esfera pública é condição para a democracia. Ele considerou que as discussões no espaço que se torna público – especialmente, nos jornais – foram fundamentais para a formação da esfera pública no Estado moderno porque instituiu uma representatividade e uma autoridade pública mais comum a todos. Também, esses significados se misturam porque um é parte do outro. Cada um se sustenta e depende do outro para se constituir. É a partir do Iluminismo que Habermas destaca a participação do periódico na formação da consciência crítica. O papel da comunicação na estruturação da sociedade burguesa a partir do século 18, concomitantemente aos desdobramentos da Revolução Industrial e do pensamento iluminista, é crescente. Os dois eventos propiciaram o desenvolvimento dos mídia. Habermas desqualifica a participação do público ao descrevê-lo como omissos e ineficaz na defesa dos seus interesses, o que levaria a imprensa e a visibilidade que ela proporciona a trabalharem o interesse de alguns, geralmente, de interesses privados. Ele sugere que deveria ter havido a separação das diversas esferas, assim como houve uma reserva de espaço nos jornais para o anúncio publicitário. Dessa forma, os interesses não ultrapassariam os limites de uma representação pública de interesses privados. A representação jornalístico-publicitária de privilegiados interesses esteve desde o começo plenamente amalgamada com interesses políticos (Habermas, 1984). O autor também enfatiza o alvo que a inserção pretende atingir – a opinião pública. O objetivo, segundo ele, é sensibilizar o coletivo e não pura e simplesmente o consumidor. Ou seja, trabalhar a opinião pública é diferente de fazer propaganda porque assume-se a esfera pública como política. E a opinião pública são as pessoas privadas como público e não como consumidoras. A esfera pública, com suas instituições, pressupõe interação, diálogo em torno de interesses comuns. Portanto, a transparência seria uma condição da esfera pública. Para Habermas (1984), publicidade, a publicização, no sentido de tornar público é, então, um suporte da democracia.

O entendimento de Habermas, segundo Gomes (1998), reduziria os meios de comunicação a meros auto-falantes dos interesses privados, confiscando a autonomia que, então, não existiria. A origem da opinião seriam interesses privados com acesso a meios de comunicação. Se antes a imprensa privada garantia a sua crítica em relação a autoridades, agora, ser privada é que comprometeria a sua função crítica. “Agora ela é simplesmente um campo em que proprietários privados agem sobre pessoas privadas, enquanto público, para influenciá-las” (Gomes, 1998, p. 165). McQuail (2003) também se referiu à mídia que processa a comunicação e define o espaço público na sociedade contemporânea reconhecendo o seu papel como central. Ao mesmo tempo, ele pondera que “levadas ao extremo, certas tendências estruturais dos media, como a concentração, a comercialização e a globalização, são prejudiciais para a esfera pública” (McQuail, 2003, p. 302).

O jornalismo deixou-se permear por interesses provenientes de campos sociais (Bourdieu, 1989) que dependem da sua mediação para compor suas relações. Quando falamos de espaço na comunicação para ser ocupado por assuntos de interesse coletivo, nos referimos a expectativas de grupos de cidadãos. Percebemos que a esfera pública se realiza, em parte, a depender de variantes que interagem sem um controle e em nome de possíveis interesses individuais ou coletivos que, muitas vezes, possuem um trânsito que lhes permite acesso. Isto se constitui graças ao poder simbólico de agentes que construíram formas de exercer influência, conforme suas conveniências. É como Foucault (2006) descreve o poder, não como uma entidade central

e centralizadora, mas como uma constituição de muitos que o exercem em rede. Essa percepção se encaixa à compreensão de Habermas (1984) sobre o poder que se pronuncia e se decide na esfera pública para, então, prevalecer. Para Foucault (2006, p. 182), a esfera pública estaria preparada para decisões previstas que confirmam uma hegemonia. Seria o caso de “não tentar abordá-lo [o poder] pelo lado interno”, nem tentar saber quem o detém. E sim estudá-lo em “suas práticas reais e efetivas”. Seria estudar o poder onde ele se relaciona com o seu alvo ou no seu campo de aplicação, onde produz seus efeitos.

Foucault (2006), assim como Habermas (1984), atribui ao jornalismo um papel. Considera-o uma “invenção fundamental do século XIX” (Foucault, 2006, p. 224). Ele diz que, no fundo, “foi o jornalismo que manifestou o caráter utópico de toda esta política do olhar”, referindo-se à vigilância indicada por Bentham, em que os que atuam na mídia seriam, necessariamente, comandados pelos interesses econômicos e políticos. “Eles não perceberam os componentes materiais e econômicos da opinião” (Foucault, 2006, p. 224). Ao tratarem da comunicação, Habermas (1984), Foucault (2006) e Bourdieu (1989) têm como fio condutor o poder, a forma como ele se pronuncia e se materializa a partir da estruturação e da disputa de forças na esfera pública. Os autores tratam a mídia como mediadora idealizada de diálogos e de negociações, e, sobretudo, como legitimadora e catalisadora de poderes, por onde transitam interesses. Bourdieu identifica a luta pelo poder, as relações de força entre as posições sociais e o campo de poder, vinculando-os à classe dominante como “conceito realista que designa uma população verdadeiramente real de detentores dessa realidade tangível que se chama poder nas lutas pelo monopólio do poder” (Bourdieu, 1989, p. 28). A mídia seria o campo onde outros campos buscam se pronunciar para demarcar e legitimar o próprio poder a que se atribuem, como forma de expandir o seu poder simbólico. Nos campos do jornalístico e do urbano, há uma disputa pelo espaço, pela presença, pela evidência e pela interpretação crítica dos públicos.

1.1 A PRESENÇA E A AUSÊNCIA DA NOTÍCIA

É a partir dessa instituição, que determina o veicular e o não veicular a notícia, que a mídia surge como dispositivo panóptico de controle a serviço do poder consolidado (Rodrigues, 1990, p. 167). Para Rodrigues, institui-se, também, um estilo com o argumento de elaborar uma escrita acessível ao leitor. São vedadas as frases longas, a adjetivação, e a possibilidade de autonomia para os que ousam levantar novas questões que não correspondam às respostas programadas pelas expectativas dos leitores e isto, aparentemente, ainda está em vigor. Rodrigues identifica que a mídia é um campo visado, que deve ser dominado para que sirva a um propósito que se choca com o interesse público. “É este o objetivo que o poder acalenta em relação ao campo dos media: discipliná-la, convertê-la e mantê-la como regime policial das opiniões livres [...]” (Rodrigues, 1990, p. 169).

O jornal servia quase exclusivamente para colocar questões em evidência e legitimá-las fazendo com que fossem discutidas a partir de, praticamente, um eixo central e único. Tornar um assunto conteúdo de jornal era, portanto, praticamente imprescindível para fazê-lo conhecido, comentado, interpretado, avaliado. O jornal era como um subsídio provocador de discussões. “Como quase tudo na cidade ‘acontece’ porque a mídia o diz e como parece que ocorre como a mídia quer, acentua-se a mediação social, o peso das encenações, as ações políticas se

constituem enquanto imagens da política” (García Canclini, 2003, p. 290). A mídia pré-algorítmica, a que ainda não usava algoritmos para identificar leitores, momentos de inserção, tendências de assuntos etc, via-se restrita ou vinculada ao tempo (rádio, TV) e ao espaço (jornal impresso, revista) disponíveis nos próprios veículos, que tinham como prática inerente, perpassando cada etapa de sua concepção e elaboração, o *gatekeeping* (Wolf, 2005), que implicaria diretamente no acesso de vozes e possíveis amplificações. Esta contingência em grande parte pode ter sido atualizada, já que Canavilhas (2023, p. 23) entende que “se até ao início dos anos 2000 alguns eventos [...] não eram noticiados por falta de espaço (imprensa) ou de tempo (rádio e TV), com o jornalismo na Web tudo se alterou e as dificuldades espaciais e temporais deixaram de ser uma condicionante”. Uma tensão comum é a que se estabelece entre governantes e os mídia jornalísticos em torno da atenção que os primeiros recebem dos segundos (Weinstein, 2021), quando o jornal é feito de forma artesanal, com repórteres, editores, revisores, mesmo que em escala industrial, como é próprio do meio de comunicação de massa. Essa problematização é a mesma que se relaciona com o tipo da representação e a quantidade de acesso dado às minorias (McQuail, 2003) nos meios tradicionais. Também, há outros constrangimentos (Dalmonte, 2009, p.27) que influenciam os critérios de controle do que se publica como notícia, para além dos algoritmos que, praticamente, tomaram o poder no âmbito virtual. Nas redações, existem convenções, subjetividades e experiências que podem definir, a despeito de tudo, até dos algoritmos e da inteligência artificial, quando um acontecimento do cotidiano é ou deve se tornar notícia, isto é, independentemente, também, de grupos, tipos de audiência, anunciantes, custos de produção etc.

A *Agenda-Setting* trata do processo de competição que se trava entre proponentes de assuntos que têm como objetivo atrair a atenção de profissionais da mídia, do público e das elites, e daqueles que fazem as regras, os ordenamentos jurídicos e as políticas públicas. O objetivo latente é que o assunto seja agendado e discutido. A *Agenda-Setting* pode oferecer explicações sobre o porquê de informações sobre determinados assuntos – e não outros – se manterem disponíveis para o público; sobre como a opinião pública é formada; e sobre o porquê de certos assuntos resultarem em ações e soluções dos governos, enquanto outros, não. É o estudo das mudanças na sociedade e da estabilidade social, e sobre como o potencial de conflito existente em uma questão ajuda no crescimento do assunto como discussão pública (Dearing; Rogers, 1992). Mas, há temas que, mesmo tendo proponentes e oponentes, não aparecem na mídia, e não são debatidos nos meios de comunicação. Dearing e Rogers (1992, p. 2) defendem que os problemas requerem exposição – cobertura da mídia – antes de serem considerados assuntos “públicos”. O *agendamento* seria um processo de interesse político.

Definimos o proponente da notícia, conforme McCombs (2007), como o sujeito que a oferece e como quem a defende até a sua publicação. Pode haver vários tipos de proponentes e motivações para que o assunto se constitua e seja inserido no rol de notícias. O importante é que é graças ao proponente – seja ele uma fonte, um jornalista, ou outro interessado – que a notícia resiste e termina sendo veiculada, depois de ser selecionada dentre tantos assuntos. Proponentes do *agendamento* de uma questão podem variar (Dearing; Rogers, 1992). Pode ser o próprio repórter empolgado com o assunto; um leitor do jornal, que tem uma informação sobre o que vivenciou e a considera importante; um assessor de imprensa que é pago para conseguir inserir um determinado tema na mídia, usando recursos e estratégias para conseguir o seu intento; um

indivíduo – político ou empreendedor – interessado em vender a sua imagem ou o seu produto por meio de exposição na mídia; dentre outros. Os proponentes influenciam na inserção de um assunto. O repórter defende a inclusão de uma matéria no jornal frente a um editor. Há casos em que autoridades escrevem ao jornal ou conversam com jornalistas defendendo assuntos do seu interesse. Ou, podem contratar assessores. O trajeto do assunto, segundo os autores, passa do plano pessoal para o plano social, para, enfim, ser uma questão pública. Mais adiante, em análises e relatos sobre as coberturas da Recuperação do Centro Histórico e do tombamento do Corredor da Vitória, proponentes estão presentes.

Lippmann (1998, p. 44) afirma que, em tempos e por motivos diversos, alguns homens impõem que outros aceitem um padrão particular de segredo (*secrecy*). A fronteira do que não é divulgado porque a publicação “não é compatível com o interesse do público” se mistura com o que não é divulgado porque “não é da conta do público”. A noção da diferença entre o que é assunto pessoal e o que é importante para o público é elástico (Lippmann, 1998). Vai depender do poder discricionário dos responsáveis pela publicação, dos *gatekeepers*. Assim, a *saliência* (McCombs, 2007), que é o destaque, o grau de percepção relativa e de importância que um assunto tem ou irá alcançar na agenda, que contribui para que seja transferido de uma para outra agenda, também está sujeito a essas assunções. Uma das sustentações da *Agenda-setting* é a *saliência* que contribui para que um assunto seja transferido de uma para outra agenda. A questão é verificar como um assunto muda na escala de *saliência* e porquê essa mudança ocorre. A pressuposição é a de que a presença de um assunto na mídia diga à audiência sobre quais assuntos ela deve pensar. Também, a ideia é a de que a presença de um assunto na agenda da mídia determine como a agenda pública é formada. O veículo confirma o que considera prioridade na sua agenda repetindo a abordagem em suas edições. Assim, destaca o assunto e o repassa como questão importante. Um dos entendimentos do estudo sobre hierarquia na teoria da *Agenda-setting* é como o público – gente que assiste televisão, ouve rádio e lê jornais – reage aos meios de comunicação de massa (Dearing; Rogers, 1992). Um assunto abordado é relevante simplesmente por ser incluído (Cohen, 1963). A importância da *Agenda-setting*, na mídia, recai sobre a influência que um destaque dado pode ter na opinião sobre uma determinada questão. Este não é um direcionamento deliberado e premeditado, como defende McCombs (2007). Não é uma determinação sobre como pensar a respeito de um assunto, mas uma disposição sobre o que pensar. Nada a ver com a teoria Hipodérmica¹, a “bullet theory”, que sustentava uma conexão direta, de causa e efeito, entre a exposição às mensagens e o comportamento do atingido pela propaganda, que poderia ser controlada, manipulada, induzida (Wolf, 2005, p. 11). Entretanto, entende-se que a informação veiculada pelos meios de comunicação tem um papel na construção da realidade (Lippmann, 1998).

¹ A Teoria Hipodérmica coincide com o período das grandes guerras e do uso das comunicações de massa com propósitos políticos, o que não podemos achar que esta seja uma particularidade. Sustentava uma conexão inevitável entre a exposição às mensagens e o comportamento (Wolf, 2005, p. 11).

CAPÍTULO 2

PATRIMÔNIO NA CIDADE E NO JORNAL

A relação entre o jornal, o patrimônio e o lugar nos faz entender que a associação entre os três particulariza experiências e que devemos nos deter em algumas das especificidades que os envolvem e os constituem. De início, delineamos o território que se produz a partir da pretendida conexão entre o jornal e o patrimônio e que pode se tornar um contraponto à homogeneização que vai se firmando sempre mais, como consequência das globalizações. Conforme Santos (2007, p. 82), território é “mais que um simples conjunto de objetos”, é um dado concreto e simbólico preponderante no cotidiano das pessoas. Os meios eletrônicos e a internet ampliaram a capacidade de produção de notícias em um jornalismo gerado em localizações diversas, nas quais, anteriormente, apenas se replicavam modelos estabelecidos e oriundos de outras praças e matrizes, sem exatamente a referência do território onde se constituíram. Apesar dos novos distanciamentos e da variedade de origens que passaram a se integrar, a geração de notícias parece se banalizar. E o poder comunicar se modifica ganhando contornos inauditos e imprevisíveis. Consideramos, como Santos (2007, p. 82), que “a linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos, e ajuda a criar esse amálgama, sem o qual não se pode falar em territorialidade”. E é preciso falar em territorialidade, mesmo quando os lugares são transformados apenas “em espaços de fluxos e canais, o que equivale a uma produção de um consumo sem localização alguma” (Martín-Barbero, 2004, p. 289). O consumo é a substituição dos *indivíduos egoístas*, detentores dos meios de produção, diz Rancière (2014), para destacar do que é capaz a igualdade de desejos de uma democracia, que acaba por arruinar o bem comum. Comuns, mesmo, é como vão ficando as cidades, da mesma forma, sempre mais parecidas, e sem tantos aspectos que as diferenciem (Park, 1915; Pinho, 1990), anulando particularidades e subjetividades de quem mora nelas. Portanto, vemos, de novo, processos similares, quase interdependentes, reflexivos e comuns, ao jornal e à cidade.

O jornalismo costuma seguir modelos, nos vários aspectos de sua prática. Tem os seus *layouts* transformados, aproveitados, copiados, em diversas plataformas. Essa tendência se evidencia quando, por exemplo, uma reforma gráfica acontece, em um jornal encontrando inspiração em outro. No Brasil, o *design* criado de uma *Folha de São Paulo* podia se espalhar para outros veículos, como o próprio *A Tarde*, que adotou o *software* Good News, para editoração, seguindo tanto a *Folha*, quanto o *O Globo* e o *Extra*, do Rio de Janeiro, no início dos anos 2000.

Este fenômeno é comum nos mais diversos setores, quando facilmente também se percebe que se buscam adequações, conforme as especificidades dos variados contextos. No caso, tanto o patrimônio, quanto o jornal, ainda podem se diferenciar, culturalmente, por estarem em um mesmo território e reforçarem o atributo do local que ocupam, revendo a ideia da situação pré-moderna, em que tempo e espaço se conectavam considerando-se a situacionalidade do lugar (Giddens, 2002). Era o reconhecimento de uma condição dada como única porque dependia de um determinado espaço e de um momento que não se transportavam. Apesar de, enfim, se tornarem virtualmente transportáveis, a situacionalidade obtida pela presença de uma empresa de jornalismo ainda (pode) particulariza(r) a sua relação com o seu público.

O impresso reafirma uma relação com a comunidade à qual se dirige, todos os dias. Os meios de comunicação de dimensão local ainda podem ganhar força e independência pelas ligações que mantém com a comunidade e com a cidade a que servem. Isso foi dito por McQuail (2003), há duas décadas, e, de lá para cá, as distâncias mudaram. Analogamente, como o jornal que servia de referência ao ex-professor da Universidade de Amsterdam, o patrimônio de um lugar mantém um papel específico para quem o reconhece e o legitima. Nesta interação, cria-se um vínculo, uma associação, entre os que compartilham o mesmo presente, passado e futuro, e a mesma realidade histórica e geográfica, por estarem no mesmo lugar. “É preciso levar em conta que a história tem uma dimensão social que emerge no cotidiano das pessoas, no modo de vida, no relacionamento com o outro, entre estes e o lugar, no uso” (Carlos, 2007, p. 20). E Maffesoli, no prefácio do livro *Jornalismo e vida social*, de autoria de Vera França, publicado em 1998, identifica esta junção, igualmente, com o argumento do *presenteísmo* ou na *co-presença* de que fala a professora no seu livro. “Há realmente muito de instrutivo em se ligar a vida de um jornal à vida de uma cidade. Existe uma interação recíproca entre os dois” (Maffesoli, 1998, p. 13).

Como produtos da relação que mantinham com o próprio entorno, jornal e patrimônio inexistiriam se não se considerassem mutuamente. “O entorno vivido é lugar de troca, matriz de um processo intelectual” (Santos, 2007, p. 81). Nem se previa que o universo globalizado contemporâneo faria uma recodificação em que a tônica das interlocuções e interações se processa à distância. “Muitas das coisas que somos levados a fazer dentro de uma região são suscitadas por demandas externas e governadas por fatores cuja sede é longínqua” (Santos, 2007, p. 82), disse o geógrafo, como se já registrasse o exagerado desterramento em curso. “A verdadeira preocupação dos urbanistas não será, portanto que os cidadãos se encontrem, mas que circulem, porque já não os queremos reunidos, mas sim conectados. Daí, que não se construam praças e nem se permitam becos [...]”, acrescentou Martín-Barbero (2004, p. 289), talvez com uma certa ironia. Diante desta reconfiguração, o contato concentrado no local, de forma presencial (Medina, 2016), torna-se um requerimento. Para Giddens (2002), a experiência humana é mediada pela socialização que implica em aquisição/formação de linguagem, entendida como um vocabulário comum e identificador, que certamente passa pela experiência comum. A linguagem e a memória estariam ligadas, tanto individualmente, quanto coletivamente. Assim é que a convivência torna-se a chave na formação da linguagem. No espaço em que está localizado, o jornal impresso, inevitavelmente, publica o seu discurso elaborado em grande parte com ingredientes locais fugindo à regra do *efeito colagem* (Giddens, 2002, p. 31), de superposição de notícias aleatórias e originárias de diversos lugares, que nada têm em comum, exceto o fato de serem “oportunas”. O trabalho do jornal no modelo impresso é massivo e industrial mas sem as mesmas possibilidades

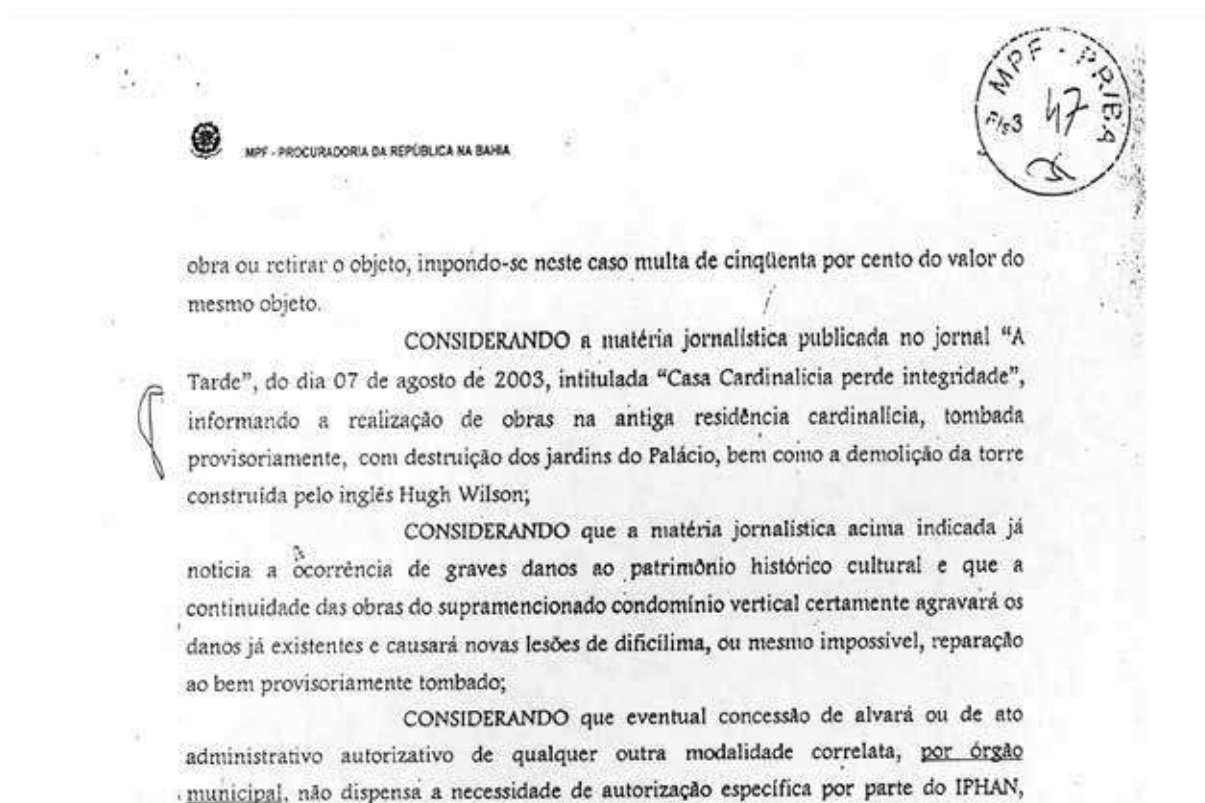
de projeção no tempo e no espaço dos meios eletrônicos. “Como enfrentar o extraordinário poder da mídia, da linguagem da televisão, de sua ‘sintaxe’ que reduz a um mesmo plano o passado e o presente e sugere que o que ainda não há já está feito?”, questiona Paulo Freire (2000, p. 109) que tanto enfatiza o valor do contexto nas relações de ensino e aprendizagem. Outro entendimento de Freire (2000) é o de que a comunicação não é isenta porque, sutil ou explicitamente, é sempre contra ou a favor de alguma coisa.

Há três décadas, Rodrigues (1994) percebia uma organização social que se constituía em função do desenvolvimento de dispositivos da informação que colocavam os cinco continentes em contato, repercutindo acontecimentos e ideias, modelos e estilos de vida. Ele alertava que este caráter sem fronteiras poderia ser um dos reflexos de uma nova ideologia comunicacional. E diferenciava o âmbito do que considerava informação – acontecimento inusitado ou imprevisível – do que mais complexamente definia-se como comunicação, para, então, ponderar que não é porque a informação podia transitar entre diversos lugares, graças às coberturas e difusões via satélites, que passariam todos, necessariamente, a compartilhar o mesmo ponto de vista e ter a mesma representação da realidade. O autor achava que a informação poderia ser espalhada em escala global, mas a comunicação, não. Medina (2003) também diferencia a comunicação da difusão. Rodrigues distingue a informação “tecnologicamente” mediatizada do “domínio cultural da comunicação” mostrando que a homogeneização informativa, por termos passado a partilhar um mesmo mundo midiático, não acarretaria necessariamente uma desterritorialização generalizada (Rodrigues, 1994, p. 25). A onda homogeneizante e a padronização suprimiam a personalidade nas várias plataformas. No Brasil, em seus telejornais, a TV parecia querer unificar os sotaques do país inteiro, considerando os do Sudeste e exportando-o para o Norte e Nordeste (Weinstein, 2002).

Santos (2008, p. 179) pontua que “o domínio da notícia é o mundo. Enquanto que o jornal tem o seu domínio limitado, atuando numa determinada área. É a região jornalística”. Dentro da realidade globalizada e das perspectivas ainda mais globalizantes da contemporaneidade, Santos (2006) pensou em uma mídia mais quente e emocionada capaz de um envolvimento transformador. E não há como se pensar que conseguir esse diferencial não esteja vinculado ao estar emocional e fisicamente próximo. Santos (2006) reclama da uniformização da mídia que cumpre o protocolo de reportar seguindo parâmetros de noticiabilidade pré-determinados e praticados em qualquer lugar do mundo sem um entendimento do local e de suas diferenciações.

Diferentemente dos portais jornalísticos que se atualizam a qualquer momento na internet, as estratégias de persuasão dos jornais impressos são utilizadas desde a seleção do acontecimento até a sua disposição na página, quando se confrontava com outras notícias e com o leitor. O impresso era também um registro palpável. Reportagens publicadas em jornais costumavam ser anexadas a processos judiciais, a currículos, a protocolos de negociações, como comprovações. De fácil manuseio e apresentação, o jornal pode ser mostrado, arquivado, confrontado, guardado, mantido, citado ou mencionado, com facilidade, sem precisar conectar nenhum dispositivo. Em função da sua credibilidade construída por tantos anos de tradição, não raramente, matérias impressas pautavam investigações, processos judiciais e outras providências. Como no caso do tombamento do Corredor da Vitória, ente 2003 e 2004, em que o jornal abastecia o Ministério Público Federal, com informações que podiam ser utilizadas nos processos como sustentação da denúncia (Ver Figura 1).

Figura 1: Excerto da Recomendação nº 002/2003, de 12 de agosto de 2003, dirigida ao diretor-presidente da Empresa Odebrecht S.A.



Fonte: Arquivo do Ministério Público Federal.

Com o tempo restrito que se tem para apurar, escrever e editar uma matéria, passando por uma série de pequenas e grandes decisões a serem tomadas, a engrenagem da produção diária de um jornal precisa ser bem compreendida por todos. O trabalho é feito em cadeia e o seu primeiro elo é o reconhecimento do que pode ser transformado em notícia. Há um código que separa o que pode servir como notícia do que não pode (Marcondes Filho, 2004). De um modo geral, a composição do conteúdo pode ter como referência o inusitado, o inédito, o incomum. Além do interesse público, é preciso garantir que o entendimento geral seja alcançado. É adotado, então, um padrão de formatação da notícia acessível a todos. Umberto Eco (1984) considera o meio e o público determinantes para a construção do que é veiculado. Reconhece que a particularização do conteúdo torna-se irrelevante em consequência da abrangência que é um universo amplo de consumidores. Eco diz que é preciso considerar que, além de todos os apelos econômicos e de outros campos, a própria sistemática produtiva no jornal determina o produto elaborado. "Quando alguém deve escrever diariamente tantas notícias quantas permite o espaço disponível, de modo que sejam legíveis por um público de gostos, classe social e instrução, diferentes, [...] a liberdade de quem escreve já terminou: os conteúdos da mensagem dependerão não do autor, mas das determinações técnicas e sociológicas do mídia" (Eco, 1984, p. 166).

O jornal é considerado o arquétipo e o protótipo de todos os meios de comunicação de massa modernos (Tunstall, 1977). É reconhecido como espaço onde as representações se legitimam. A interação entre veículos e seus consumidores viabilizava a circulação e a negociação de interesses. "O interesse pode ser considerado o atributo de definição do jornalismo. Só é notícia

o relato que projeta interesses ou responde a interesses” (Chaparro, 2007, p. 147). Eugênio Bucci (2000) defende notícia “socialmente”, como uma informação diferenciada, capaz de influenciar e propiciar discussão, pavimentar o diálogo entre poderes, e instituir o desdobramento dos fatos. “Notícia não é só ‘novidade’. É uma novidade que altera o arranjo dos fatos, dos poderes ou das ideias em algum nível. A notícia incide, portanto, sobre as relações humanas: ela é socialmente notícia. Ou não é. O jornalismo não lida prioritariamente, portanto, com ‘divulgação’ de relatos. Ao contrário, sua justificativa é descobrir segredos que não se quer divulgar” (Bucci, 2000, p. 42).

2.1 A CIDADE COMO UM SUPORTE SOBRE O QUAL UMA HISTÓRIA SE INSCREVE/ESCREVE

A cidade é a síntese da cultura, o que nos leva a compreendê-la como objeto da percepção dos seus habitantes. Ao arquiteto e engenheiro cabe a execução de modificações no espaço urbano, mas, é o habitante, organizado socialmente – ao introduzir e impor o seu desejo – quem mais interfere nela, no lugar em que vive (Lynch, 1980). Também, Santos aproxima cultura da relação com o que a envolve e a elabora. “A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver” (Santos, 2007, p. 81). Para Pais (1999, p. 3), “os vestígios são instrumentos enigmáticos através dos quais as narrativas históricas configuram o tempo e, ao mesmo tempo, as ‘consciências coletivas’”. Em sua pesquisa sobre a consciência dos jovens em relação à história, o autor afirma que essas questões que trazem o passado contido no presente são fundamentais para o entendimento dos mecanismos de reprodução da sociedade. E que não é de se estranhar o acentuado desejo de preservação dos monumentos de natureza religiosa e política. “De fato, os jovens parecem ter consciência de que os monumentos históricos, evocativos de grandes feitos e religiões, são a expressão tangível da permanência de uma identidade e de uma História” (Pais, 1999, p. 130).

Para Choay (2001), patrimônio histórico e cultural edificado – o monumento – é uma herança do passado que integra o presente. Não se trata de se conservar um exemplar *in vitro* do que já passou. Mas para “integrar o presente”, o objeto precisa transcender o passado e ter um valor, um papel, na convivência entre as pessoas do presente. Como testemunho, entre edifícios de outras épocas, espera-se que seja absorvido pelas novas formas de ocupação de espaços na cidade. O objeto histórico e artístico, assim como os sítios mais antigos, são frequentemente destacados do todo, como uma parte isolada, embora se saiba que o patrimônio, dentro das cidades, é parte indissociável delas. Como lugar, é uma informação importante que se mantém e se renova, pelo uso ou pela atenção que atrai. Apesar da sua significância para o sujeito que vive em torno dele, o patrimônio vem tendo que desempenhar, mais recentemente, o papel de atrativo exótico para os que o vêm de fora. Outras vezes, para os que se entusiasmam ou se beneficiam com a construção do “novo” homogeneizado, o patrimônio é considerado um empecilho para que a cidade cresça e se modernize ao gosto deles.

Esse enredo tem se repetido. Os arquivos de jornais estão repletos de episódios que aparecem nas reportagens, e em comentários de jornalistas e colunistas. Salvador ilustra esse fenômeno porque sempre enfrentou transformações que não, necessariamente, deram lugar a algo melhor. Basta rever os processos como o que a primeira cidade portuguesa na América,

fundada em 1549, sofreu no último século, quando parte significativa de seus monumentos foi destruída. Essas situações costumam reavivar a vontade de preservar lugares. A dinâmica das cidades motivava essa reação já no século 19. A disposição de deter a destruição do patrimônio cultural edificado que ainda existe é, sufregamente, reafirmada. Porque a cidade pretende, em certa medida, ser um relato de si própria, e, para se manter como referência para os seus habitantes, é importante que mantenha a história dela e deles. A jornalista canadense Jane Jacobs (1961) criticou as políticas de revitalização que condenam o patrimônio cultural à inutilidade. Expropriações promovidas por planejamentos estratégicos adotados como metodologia de salvamento de cidades, na atualidade, costumam expor o monumento sem historicidade, sem identidade, sem centralidade, e, por conseguinte sem a compreensão de quem vai utilizá-lo, o que acaba levando a um esvaziamento de sentido. Ao mesmo tempo, outros problemas afetam a urbis, como a falta de espaços públicos, a predominância do transporte privado e o consumo excessivo do território, sem respeitar o que é particular a cada cidadão.

Muitas metrópoles ganharam fama graças ao patrimônio que têm. Não há como pensar nelas sem associá-las ao seu patrimônio edificado, habitado ou arrodado por comunidades que o reconheceu e que continuam estabelecendo uma relação de diálogo, apesar do atributo turístico que possa ter adquirido. Outras cidades podem não ser tão conhecidas, e, mesmo assim, seu patrimônio integra o seu cotidiano, tendo um significado especial para seus moradores. Diante da preocupação com a sobrevivência do patrimônio, Choay (2001, p. 12) propõe uma reavaliação do que esta atitude pode sugerir. Segundo ela, o culto que se dedica ao patrimônio deve ser aprovado mas, mais que isso, este posicionamento instigaria um questionamento por ter sido tão protelado. Choay define, de uma só vez, o que considera como patrimônio histórico, artístico e cultural, como ele se coloca na contemporaneidade e o seu papel no mundo:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto da comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, 'patrimônio histórico' tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade (Choay, 2001, p. 11).

Choay (2001) afirma que a especificidade do monumento está vinculada à comunidade, às suas necessidades de memória e de manter o passado no presente. O patrimônio tem crescido como assunto na discussão sobre a cidade e está posicionado na trama das mediações acerca dos interesses da população. O tema está em construção na consciência do público e, paralelamente, nos meios de comunicação. Podemos, também, inverter o trajeto da abordagem desse assunto, mas o certo é que essa tematização pode ser observada nos *agendamentos* da mídia, do público e dos governos. Mesmo com uma revalorização e com o reconhecimento de um objeto como patrimônio, há autores que vêm a sua depredação e a perda de sentido e de sua função constantemente.

Connerton (1993) explica que é praticamente impossível começar do zero, do nada, e que todos os inícios contêm um elemento de recordação. Isso acontece até quando um grupo social quer impor um ponto de partida inteiramente novo. O autor afirma que as experiências

particulares são fundamentadas num contexto anterior, para que estas possam ser inteligíveis. Para ele, as expectativas são baseadas nas recordações. Também, para Choay (2001, p. 18), o monumento “constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos”. O patrimônio é, portanto, um conceito fundamental para a estruturação social que, como pensa Choay (2001, p. 18), “assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo”. No mesmo sentido, Connerton lembra que apagar a memória é um artifício de governos totalitários e que a escravização mental começa quando as recordações são subtraídas. “Um caso particularmente extremo de uma tal interação ocorre quando um aparelho de estado é utilizado, de forma sistemática, para despojar os cidadãos da sua memória” e para que ninguém possa dar o seu testemunho sobre o passado. Então, queimam-se livros, os escritores contemporâneos são proscritos, as pessoas são silenciadas e outros vestígios do passado são eliminados (Connerton, 1993, p. 17). E, particularmente, a arquitetura é uma espécie de leitura que se pode ter de uma cidade. Em sua tessitura, a composição de prédios é um relato e o patrimônio histórico representado pelas edificações é aquele que mais diretamente se relaciona com a vida de todos (Choay, 2001).

Em Salvador, condutas polarizadas de conservação e destruição do patrimônio aparecem em sucessivos episódios. Frequentemente, a escolha entre os dois caminhos é tomada sem a participação das comunidades². Antigos prédios, por exemplo, são demolidos para dar lugar a novas edificações, muitas vezes, pela iniciativa ou com anuência de autoridades encarregadas de defender a legislação de controle do uso e ocupação do solo. Ao serem destruídos, os edifícios deixam de contar a história da qual eram testemunhos. Em entrevista ao jornal *A Tarde*, o arquiteto português Eduardo Souto Moura atribuiu aos gestores a responsabilidade pelas obras na cidade, e não aos empreiteiros e incorporadoras. “A polêmica põe em discussão. A culpa não é deles (construtores), é de quem lhes deixa fazer. Eu não posso exigir de um empreiteiro uma função cultural. Eles têm que ganhar dinheiro e não têm responsabilidades culturais” (Weinstein, 18/06/2008, p. 8).

Park (2008b, p. 58) diferenciou jornalismo e história dizendo que “a notícia trata de eventos isolados num todo e não busca relacioná-los uns aos outros, seja na forma de consequências causais, ou seja na forma de consequências teleológicas”, e o historiador e geógrafo inglês David Lowenthal (2004) sublinha a diferença entre patrimônio e história, compreendendo que, muitas vezes, essas duas palavras são entendidas como sinônimas. Este defende que muitos historiadores têm criticado a recriação do passado na imagem do presente construída por museus, casas históricas e sítios reconhecidos como patrimônio mundo afora. Para Lowenthal (2004), atualizar não é só uma necessidade, mas uma virtude que faz frutificar ligações com o passado. O autor acredita que colocar o passado dentro de uma moldura é um desejo frequente do patrimônio. Harrison (2010) enfatiza que coisas tendem a ser classificadas como patrimônio especialmente no momento em que estão sob risco de perda. O potencial ou real risco de ameaça vincula patrimônio, histórica e politicamente, com a possibilidade de conservação. Em 1980, o inglês Robert Hewinson cunhou o termo “indústria do patrimônio” para descrever o que considerava ser uma “sanitarização” e “comercialização” do que o passado produziu na Grã-Bretanha. Ele

² Nos últimos anos, em Salvador, a participação da sociedade civil foi descartada em vários processos que resultaram na extinção ou demolição de objetos integrados às comunidades. Desde a retirada do mercado do peixe (1998), que ficava situado no recuo anterior do Forte de Santa Maria, na Barra, até a substituição do Estádio da Fonte Nova (2010), projetado pelo arquiteto Diógenes Rebouças, no entorno do Dique do Tororó, passando pela demolição do Clube Português (2008), no bairro da Pituba.

sugeriu que patrimônio seria uma estrutura imposta para capturar a nostalgia da classe média, em relação a uma era de ouro no contexto de um clima de declínio. Hewison considerou que, no clima de pós-guerra, a lembrança de um passado de glórias seria bem vinda e o livro *The Heritage Industry: Britain in a climate of decline*, publicado em 1987, se desenvolve em torno desse pensamento.

[...] diante de um aparente declínio e desintegração, não surpreende que o passado pareça um lugar melhor. Mesmo assim é irrecuperável, porque estamos condenados a viver perpetuamente no presente. O que importa não é o passado, mas a relação que temos com ele. Como indivíduos, nossa segurança e identidade dependem largamente do conhecimento que temos da nossa história pessoal e familiar; a língua e costumes que governam nossa vida social se sustentam, como significados, na continuidade entre o passado e o presente. Ainda que em tempos o ritmo da mudança, e suas conseqüências, são tão radicais que não só a mudança é percebida como declínio, mas há uma ameaça de ruptura com as nossas vidas passadas (Hewison *apud* Harrison, 2010, p. 16).

Hewison diz que o impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar a si.

Sem saber onde nós estivemos, é difícil saber onde estamos indo. O passado é a fundação do indivíduo e identidade coletiva, objetos do passado são fonte de significações como símbolos culturais. Continuidade entre passado e presente cria um senso de seqüência fora do caos aleatório e, desde que mudança é inevitável, um sistema estável de ordenação de significados possibilita lidar com inovação e decadência. O impulso da nostalgia é um importante agente no ajustamento de crises, é um emoliente social e reforça a identidade nacional quando a confiança está enfraquecida e ameaçada (Hewison *apud* Harrison, 2010, p. 17).

Transformar o patrimônio em atração turística é, de certa forma, compreender que esta é uma forma de se obter uma receita para fazê-lo sobreviver, como institui o documento extraído da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Sítios de Interesse Histórico e Artístico, de Quito, assinado em 1967 (IPHAN, 2004). O turismo é requisitado a pagar pela promoção e manutenção do patrimônio, com a contrapartida de o patrimônio trazer o turismo, que compra serviços da localidade. Lowenthal (2004) critica o conceito que se tece em torno do *heritage*. No compasso dessa adequação do patrimônio ao turismo, as cidades começam a ter uma mesma linguagem facilmente traduzível para todas as línguas. Park (1915) afirma que, cada vez mais, o que se diz de uma cidade pode-se dizer das outras. E Wanderley de Pinho, em seu discurso *Proteção dos monumentos públicos e objectos históricos*, sobre a conservação de monumentos, proferido em 1917, também já fazia um alerta para a mesma questão.

O prazer das viagens dentro de um, de dois séculos, ter-se-á talvez acabado e o touriste caminhará só para ver e contemplar quadros naturaes da paisagem, eternamente variantes no eterno e infinito inventivo poder da paleta do sol e do buril da terra. Mas, ainda assim, há um certo numero de caracteres que cada povo se obstina em conservar: e esses são os que promanam da sua história e os que se geram de sua arte. Resguardae a história e a arte dos povos e tereis os povos diferentes, com sua feição própria, sua physionomia particular, sua individualidade destacada (Pinho, 1990, p. 195).

Referindo-se à imensidão do Brasil, e nas tentativas de transformá-lo em um único bloco, também sujeito às influências estrangeiras, Gilberto Freyre alertou para a unificação de modelos

de cultura que afeta a “diversidade”, referindo-se à supressão do que é importante localmente ou de uma expressão local, “regional”. Por isso, alertou que o Brasil precisava defender-se dos “inimigos internos do seu regionalismo orgânico – o regionalismo que lhe convém ou é essencial ao seu desenvolvimento ou à sua criatividade” (Freyre, 2000, p. 122). Se notícias de local são valorizadas pelo público, nada mais local que o patrimônio. É a “imagem de si, para si e para os outros” (Pais, 1999, p. 1). As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter correspondência (Hall, 2000).

CAPÍTULO 3

A TARDE DA CIDADE BAIXA À ALTA

A passagem de uma década, entre a inauguração da primeira etapa de recuperação do Centro Histórico, em 1993, e o tombamento provisório das 12 edificações no Corredor da Vitória, em 2003, requer uma breve observação sobre as transformações que se processavam, especialmente, no ambiente político. Quando se iniciava a recuperação do Centro Histórico, o país se refazia do *impeachment* do primeiro presidente eleito por voto direto, Fernando Collor de Mello (1990-1992). Em 2003, momento do tombamento do Corredor da Vitória, a redemocratização tomava impulso com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011). A economia do país vinha se reestruturando desde a reforma monetária do *real*, em 1994, que liquidou a inflação que assolava o país desde os anos 1980, e, no início dos 2000, em Salvador, os reflexos das mudanças a nível nacional eram já sentidos, embora ainda prevalecesse o modo *carlista*³ de exercer a política, localmente. Em 2003, ACM havia se tornado senador e, em seguida, estouraria o escândalo das escutas telefônicas atribuídas a ele. Em 1994, quando ACM deixou o governo do Estado para assumir uma vaga no Senado, Antônio Imbassahy o substituiu, e, viria a ser o prefeito de Salvador entre 1997 e 2004. Foi durante o seu mandato que se deu o surpreendente tombamento dos 12 imóveis situados no Corredor da Vitória, pedido cinco anos antes pelo Sindicato dos Arquitetos (SINARQ), sem que até então qualquer notificação fosse emitida. Vale destacar que Imbassahy usou o seu poder discricionário para não conceder o alvará para demolição da Mansão Wildberger, situada no Largo da Vitória, e um dos 12 imóveis tombados, em 2004, mesmo depois do arquivamento do processo pelo IPHAN em 2004.

A nível estadual, o tipo de política de preservação do patrimônio cultural, nos dois casos, aparecia nitidamente em reportagens que tinham, como fontes, gestores da Companhia de Desenvolvimento do Estado (CONDER), do IPAC e o secretário de Cultura do Estado da Bahia, Paulo Gaudenzi. Este jamais afirmou que o governo estadual protegeria o Corredor da Vitória da degradação, como havia requerido e divulgado o então presidente do IPHAN, o antropólogo Antônio Augusto Arantes, ao presidir a reunião que deliberou arquivar o processo de tombamento dos 12 imóveis, nesta área, em maio de 2004. E, com relação ao Centro Histórico, a informação reproduzida no jornal, de que o morador do bairro seria respeitado, diferia das ações que se concretizaram com o pagamento de indenizações consideradas irrisórias aos ocupantes dos casarões. Em 2002, a questão foi levada à Justiça, por meio da Ação Civil Pública nº 38.148-

³ O Carlismo é o grupo político liderado por Antonio Carlos Magalhães (2027-2007), o ACM, que foi prefeito de Salvador, governador da Bahia, ministro e senador.

7/2002, a qual pleiteava uma liminar contra a “asepsia social”, atribuída ao governo do Estado e à CONDER, que promoviam a retirada dos moradores do Pelourinho.

3.1 O MERCADO E O MODELO

O mais antigo em circulação “é o maior e o mais importante jornal do estado da Bahia”, escreveu a professora e historiadora Consuelo Novais Sampaio, autora do verbete *A Tarde*, para o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930* (Sampaio, 2001, p. 5648). Na segunda metade do século passado, Salvador teve vários jornais que mantiveram próxima a relação com o seu público e que, também, eram representativos da sociedade, como o *Jornal da Bahia*, *Tribuna da Bahia*, *Correio da Bahia* e *Bahia Hoje*, além de *A Tarde*. De todos estes, três ainda existem e se mantêm em circulação. A *Tribuna da Bahia*, com uma tiragem média diária de 7 mil exemplares, o *Correio*, que alavancou suas vendas, depois que reduziu o tamanho de sua página passando de *standard* a *berliner*⁴, e diminuindo também o seu preço nas bancas. E *A Tarde*, que luta para se manter em um cenário pouco promissor.

O *Correio* trabalhou para apagar de sua memória o nome do ex-senador Antonio Carlos Magalhães, o ACM, que, quando vivo, imprimia, como se sabe, um jornalismo em favor dos seus propósitos políticos no jornal de sua família. Depois de sua morte, em 2007, a luta do *Correio* passou a ser por credibilidade, que *A Tarde* tinha de sobra, apesar da tradicional linha conservadora que o jornal centenário mantinha. A primeira sede deste jornal ficava na Rua da Preguiça. Vendido a \$100 réis, seu primeiro número saiu em 15 de outubro de 1912, tendo na primeira página uma matéria sobre a condição de conservação da Igreja da Ajuda construída em 1549, reconstruída em 1579, demolida em 1912 e, refeita em 1914, na rua de mesmo nome e com fachada posterior para a Rua do Tesouro, perto da Rua do Tira-Chapéu, que faz esquina com a Rua Chile. O jornal fundado por Ernesto Simões Filho começa com apenas quatro páginas impressas em uma rotativa Marinoni, tipo usado por grandes diários na França. A máquina dava o suporte técnico ao veículo que “rompeu os padrões tradicionais do jornalismo, introduzindo, na Bahia, uma imprensa moderna, no modelo do *A Noite*, do Rio” (Sampaio, 2001, p. 5648).

Na década de 1930, o periódico inaugurou sede e máquinas próprias no edifício de mesmo nome situado na Praça Castro Alves, tombado em 2013, a nível estadual, e onde, desde 2018, funciona o Hotel Fasano. Com nove andares, o prédio tinha dois elevadores com portas pantográficas, escadaria de mármore em frente à sua fachada frontal, escadas de mármore internas e várias salas ocupadas por lojas, escritórios e consultórios. Ali, funcionavam a agência do Telegramas Western, no térreo, ao lado esquerdo dos elevadores; uma das barbearias mais frequentadas da cidade, que tinha os barbeiros Vinagre e Renato; a Galeria Malva, de roupas e confecções, pertencente a Majer e a Hana Weinstein; e a loja de materiais de desenho Sinai Neves, procurada por engenheiros e desenhistas da cidade, dentre outros empreendimentos. No centro da cidade, a localização da Redação de *A Tarde* oferecia aos seus jornalistas a condição de, com agilidade, observar e *fazer coberturas*, locomovendo-se até mesmo à pé, desde a Rua Chile, Avenida Sete e Baixa dos Sapateiros, até a Delegacia de Furtos e Roubos, nas imediações da Santa Casa da Misericórdia, o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, no Terreiro de Jesus, os setores administrativos do Município e do Estado, a área financeira, no Comércio, via Elevador

⁴ O formado *berliner*, que é um tabloide mais comprido, foi adotado pelo *Le Monde* e *Le Figaro*, da França, pelo *The Times* e *The Guardian*, da Inglaterra, pelo *La Stampa* e *La Repubblica*, da Itália, pelo *Expresso*, de Portugal, e pelo *La Nación*, da Argentina.

Lacerda ou Plano Inclinado Gonçalves, e bairros residenciais, que estavam no seu entorno, como Nazaré, Barbalho, Tororó, Vitória e Macaúbas, dentre outros.

Na década de 1970, o jornal mudou-se para o, então, novo bairro Caminho das Árvores, que, anos depois, também viria a se tornar um ponto estratégico, já que a cidade se expandiu em direção à Avenida Luís Viana Filho, a chamada Paralela, e ao Litoral Norte, se espalhando, informalmente, pelo oeste. Em 1972, durante o primeiro governo de Antonio Carlos Magalhães (1971-1975), havia sido inaugurado o Centro Administrativo da Bahia (CAB), deixando o centro da cidade sem as secretarias e repartições que ajudavam a dinamizá-lo. Muitos dos prédios, no CAB, tinham sido projetados pelo arquiteto João Filgueiras Lima (1932-2014), o Lelé, e o traçado era do urbanista Lúcio Costa (1902-1998). Agora, a agilidade da cobertura do jornal, que havia se mudado da Praça Castro Alves, dependeria dos carros de reportagem que rodavam a cidade com equipes compostas por repórter, repórter fotográfico e motorista.

A Tarde manteve posição como meio de comunicação líder, mesmo com a instalação da da Rádio Sociedade, em 1923; da Rádio Excelsior, em 1944; da TV Itapoan, em 1960; e da TV Aratu, em 1969; dentre outros veículos. De 1949 a 1995, o jornalista Jorge Calmon permaneceu como redator-chefe, no topo da hierarquia, de *A Tarde*. Ao todo, trabalhou por 67 anos na empresa. Ele começou como repórter de assuntos gerais, em 1935. Passou pelas funções de redator, secretário de redação e, 14 anos depois, assumiu o cargo de redator-chefe. Em 1971, passou a ser o diretor redator-chefe. Por todo o tempo em que dirigiu o jornal, Jorge Calmon manteve relações cordiais com as autoridades, sem distinção de ideologias. Ele tinha autonomia administrativa e era quem determinava a linha editorial. Representando a família Simões, proprietária do diário, era responsável pelo conteúdo que o jornal veiculava.

A partir de 1970, *A Tarde* instalou sucursais regionais no interior da Bahia e, em 2012, fechou quase todas elas. Até o início dos anos 1970, o jornal, dificilmente, se preocupou em anunciar sobre si ou fazer publicidade sobre ele, mesmo. Somente com a sua mudança, em 1975, para a nova sede no Caminho das Árvores, contratou a GFM-Propeg para elaborar uma campanha de *marketing*. A crescente popularização e liderança mostraram-se inabaláveis até a primeira década dos anos 2000, quando *A Tarde* faria 100 anos em atividade, e ainda confirmava a premissa de Park (2008a), de que um jornal não é simplesmente impresso. “A luta pela existência no caso do jornal tem sido a luta pela circulação. O jornal que não é lido pára de ter influência na comunidade. O poder da imprensa pode ser, grosso modo, medido pelo número de pessoas que a lêem” (Park, 2008a, p. 33-34). O jornal era distribuído também por municípios do interior onde não havia sucursais e era tido como o único com larga abrangência. Chegava a outras capitais, também, e no Rio de Janeiro era comercializado na banca que ficava em frente ao Hotel Le Méridien, no Leme, em Copacabana.

A partir de 1999, *A Tarde* passou a funcionar sem os anúncios do governo do Estado, que deixou de comprar espaço em suas páginas para publicidade institucional, em represália às matérias sobre desmandos na Polícia Militar e emissão ilícita de documentos nas unidades do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) da cidade, de autoria do repórter Marconi de Souza. Mesmo com a preferência entre os leitores, e sendo o jornal de maior porte da região, a colocação de anúncios de órgãos oficiais do governo municipal e estadual foi suspensa como publicou o blog Política Livre⁵. E uma ação contra o governo do Estado foi ganha na Justiça (Ver Figura 2).

⁵ Disponível em: <http://www.politicalivre.com.br/2009/07/censura-jornal-a-tarde-ganha-acao-de-indenizacao-contr-a-estado-no-valor-de-r-10-7-mi/>.

Figura 2: Ação de indenização contra o Estado.



Fonte: Site Política Livre.

O jornalista Paixão Barbosa, funcionário por 30 anos do jornal *A Tarde*, lembra o episódio:

Foi logo depois que o jornal deu matérias sobre irregularidades sobre o SAC, que envolvia o secretário Sérgio Moisés e a filha dele que trabalhava na Secretaria de Administração. Ele [Antônio Carlos Magalhães] teria dito: “Eles vão ver o que eu vou fazer depois das eleições”. Teve outras coisas, a matéria sobre a greve da Polícia Militar. Teve um coronel que envolveu o nome de César Borges [ex-governador]. Ele entrou com um processo contra A Tarde e a repórter [Ivana Braga]. E aí, logo depois das eleições, ele rompeu. Cortou todos os anúncios da Prefeitura e do Governo do Estado. A prefeitura estava com Imbassahy [prefeito] que era do mesmo grupo que ele (Paixão Barbosa, em entrevista concedida à autora, em 13/12/2008).

A ausência de anúncios do Governo do Estado poderia ter determinado o declínio de *A Tarde*, a exemplo do que ocorreu com o *Jornal da Bahia*, cuja falência foi atribuída à mesma tática, que teria sido utilizada pelo mesmo Antônio Carlos Magalhães, conforme *Memórias das Trevas: Antonio Carlos Magalhães*, publicado em 2001, de autoria do jornalista João Carlos Teixeira Gomes, e *Não deixe essa chama se apagar – História do Jornal da Bahia*, de 2006, de João Falcão. Surpreendentemente, a tiragem de *A Tarde* foi mantida, e, em 2009, foi ganho, em primeira instância, o processo judicial movido pela suspensão dos anúncios publicitários. O governo foi condenado a pagar R\$ 10.754.172,08 de indenização, mais juros e correção monetária. O ex-presidente do Grupo, e neto do fundador de *A Tarde*, Ernesto Simões Filho, Sílvio Simões, disse sobre o assunto:

Nós temos uma Constituição nesse país que ao longo do tempo foi pouco cumprida. Como eu acredito nela, ao invés de estar batendo boca com o senador ACM, até pela importância que ele tem, peguei a Constituição do país e obviamente utilizei meu poder de cidadão e a empresa, o seu poder de empresa, enquanto tal, dentro da Constituição, e entramos com uma ação contra o Estado e a prefeitura. Cabe ao Estado e à Prefeitura defenderem as suas posições. E à Justiça julgar. Parece que nós tínhamos razão. A Justiça está dando vitória para a posição de *A Tarde* (Sylvio Simões, em entrevista concedida à autora, em 30/10/2009).

De acordo com pesquisa da Ipsos Marplan EGM – Grande Salvador, *A Tarde* tinha uma posição sólida no *ranking* dos meios de comunicação que circulavam no Estado e, em 2006, era o preferido por 94% dos leitores da Bahia, nas edições de segunda-feira a sábado. O jornal utilizava estratégias de *marketing* para promover a sua marca e pesquisas de opinião trimestrais para aferir hábitos de leitura. Em 2010, aproximadamente 648 mil pessoas, o equivalente a 24% da população da Grande Salvador, liam o jornal da família Simões, sendo a maioria formada por homens (54%), pertencentes às classes A e B (50%), com idades entre 20 e 49 anos (70%)⁶. O jornal era vendido em 520 bancas espalhadas pela Grande Salvador e era recebido em casa por 31 mil assinantes.

As bancas que mais vendiam *A Tarde* estavam situadas nos bairros Centro, Barra, Graça, Pituba, Barra Avenida, Liberdade, Brotas, Campo Grande e Iguatemi, que eram locais mais tradicionais, redutos das classes média e alta, o que corresponde ao dado de que o maior consumo era observado nas classes A e B. Meninos vendiam exemplares pelas ruas residenciais, gritando o nome do jornal, há mais de 50 anos. Este tradicional modo de venda de *A Tarde* se perdeu. Ao todo, durante a semana, eram 230 vendedores nas ruas e, aos domingos, quando a tiragem era de 60 mil exemplares, eram 400. Conforme o setor de *marketing* do jornal, os maiores anunciantes à época eram o Governo, o setor imobiliário, o varejo (supermercados e lojas de eletrodomésticos), automóveis e telefonia, sendo que esta última categoria cresceu substancialmente nos anos 2000.

A própria *A Tarde* lança, divulga e anuncia a si em suas páginas. A abordagem sobre os avanços em direção à digitalização dos seus arquivos, por exemplo, rendeu o caderno especial “Digitalização”, publicado como encarte em 20/12/2008, com o título de *Memória impressa em versão digital*. Foram feitas reportagens sobre o projeto, assim como artigos e entrevistas com personalidades eminentes. No artigo *Lembranças de uma velha Bahia, modos e costumes*, na página dois deste caderno, o historiador e então diretor-geral da Fundação Pedro Calmon, Ubiratan Castro de Araújo, incluiu referências aos princípios do jornalismo impresso. Além de enfatizar a relação de *A Tarde* com a cidade, Araújo ressaltou o sentido de “localidade”, ao se referir ao seu “autonomismo originário” que levou o vespertino ao “especial gosto pela baianidade”, fazendo com que cultivasse o conservadorismo de “costumes considerados representativos da velha Bahia”. Ao utilizar o vocábulo “autonomismo”, Araújo associa o jornal à independência. Ele menciona que *A Tarde* sempre significou “boa divulgação”, o que cativou uma “porção majoritária” de leitores, e “o que tornou o espaço de suas páginas uma mercadoria valiosa a todos que pretendem comunicar-se com o grande público”. Conforme Araújo, *A Tarde* consolidou-se “como o principal prestador de serviços de comunicação do Estado”:

[A Tarde] sobreviveu ao seu autor por cultivar desde cedo o seu caráter informativo sobre os mais variados aspectos da vida quotidiana da cidade, o que criou o hábito na população letrada da Bahia em buscar em suas páginas as novidades e as notícias dos fatos da vida corrente (Araújo, 20/12/2008, p. 2).

Na argumentação de Araújo, o periódico desempenhava papel singular no campo jornalístico. “A coleção de exemplares de *A Tarde*, guardada na Biblioteca Pública do Estado e no próprio jornal, mais que um patrimônio do Grupo *A Tarde*, constitui um patrimônio da história da Bahia”, escreveu. Sobre o arquivo dos jornais, ele se refere classificando-o como “monumental”.

⁶ Dados fornecidos por *A Tarde*.

Em agosto do mesmo ano, foram publicadas quatro páginas com fotos e declarações de personalidades a respeito do jornal, no caderno *Interatividade: Leitores falam de seus laços com A TARDE* (03/08/2008, p. 33). Não era um “informe publicitário”, mas uma coletânea de testemunhos que atestava a conexão do meio, que saiu encartada na edição. A eclética seleção de depoimentos incluiu pessoas de variados segmentos e referenciais para os leitores. A maioria era *fonte* costumeira de reportagens publicadas no próprio jornal. A visibilidade e o prestígio conferidos pela seleção e abordagem eram um reconhecimento. As personalidades não hesitaram em confirmar apreciação conferindo credibilidade a partir da própria experiência. Logo abaixo, excertos de alguns depoimentos:

“Faz parte desde minha vida toda”, Mabel Veloso, poetisa;

“A Tarde era uma referência na capital baiana, sendo reconhecido como um jornal de muita credibilidade”, José Sérgio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras e professor da Ufba;

“Gosto de ir à banca comprar e só leio na internet quando não consigo comprar a versão impressa”, José Carlos Capinam, compositor;

“Eu leio A TARDE desde 1929”, Monsenhor Gaspar Sadoc (1916-2016), pároco da Igreja da Vitória;

“Para mim, ele é como se fosse a radiografia da Bahia”, Fernando Guerreiro, diretor de teatro;

“Pra mim, o jornal é a mais sedutora fonte de pesquisa que existe, e A TARDE faz parte das minhas histórias desde 1912”, Aninha Franco, dramaturga.

(A Tarde, 3/8/2008, p. 33)

Quantitativamente, os demais jornais não chegavam a índices de leitura tão significativos quanto os de *A Tarde*. Como dissemos, a *Tribuna da Bahia* tinha uma tiragem de cerca de 7 mil exemplares, e o *Correio*, que desde a sua fundação, tinha a sua imagem associada à do político Antonio Carlos Magalhães, dois anos depois da morte do ex-senador e ex-governador da Bahia, começou a disputar uma fatia do mercado baiano, reduzindo o preço do seu exemplar a 0,50 centavos. A reação do Grupo *A Tarde* a essa primeira investida do concorrente constituiu-se, estritamente, ao lançamento de um jornal chamado Massa, em formato também *berliner*, dirigido desta vez às classes D e E, também a \$0,50 centavos.

Se, em 1982, a tiragem de *A Tarde* chegou a 60 mil exemplares e, em 1986, superou a faixa dos 100 mil, o recorde aconteceu em junho de 1990, com 150 mil exemplares, na estréia do Brasil na Copa da Itália. Em 1992, a tiragem dominical era de 127 mil exemplares. A logomarca de *A Tarde* era conhecida e se destacava nas bancas de jornal. As notícias publicadas eram uma seleção sobre o que acontecia no Estado. O caderno de artes e cultura trazia o roteiro de espetáculos, peças, shows e cinema, que se tornou um guia cultural do que acontecia na capital. Dividindo o mercado com, pelo menos, outros três jornais, *A Tarde* se mantinha como o mais lido.

Em 1985, tinha havido a eleição indireta do primeiro presidente civil do Brasil, depois de 21 anos de regime militar. Portanto, o início dos anos 1990 compreende ao período pós-ditadura e tanto jornalistas quanto leitores se viam diante da novidade da proclamada liberdade

de expressão. O funcionamento interno de *A Tarde* refletia aquele momento, que ainda exigia cautela e prudência no trato das questões mais polêmicas. Em entrevista, concedida à autora desta pesquisa, o ex-diretor-presidente do grupo, Sylvio Simões, se refere a essa conjuntura: “Aqui, *n’A Tarde*, você pode ter certeza que não existe mais o mandonismo e acho que, se no jornal, no passado, havia uma posição mais autoritária, eu acho que era daquele momento, daquela época que o país vivia” (Sylvio Simões, em entrevista concedida à autora, em 30/10/2009).

No governo de Antônio Carlos Magalhães, entre 1992 e 1994⁷, foi decidida, anunciada e iniciada a recuperação do Centro Histórico de Salvador e inauguradas as 1ª, 2ª e 3ª etapas, de um total de sete, do Programa. A iniciativa de reabilitar o degradado conjunto do século 18 demonstrava o poder que tinha aquela gestão. Na entrevista *ping pong* *Eu fiquei apavorado com o gabarito da Orla*, dada a esta autora, em 24/02/2008, p. 11, o compositor Caetano Veloso defendeu que a recuperação do Pelourinho teria sido feita a partir da vontade do povo – reconhecida pelo governo – e colocada em prática. A recuperação do casario vinha sendo discutida há décadas, desde a visita do representante da Unesco Michel Parent, em 1967. O início das obras de recuperação tocadas pelo governo do Estado, aconteceu no último ano da gestão do prefeito Fernando José (1989-1992).

3.2 O COTIDIANO DO JORNAL

A Tarde foi contemporâneo do *Diário da Bahia* (1856-1917), *Diário de Notícias* (1875-1980) e de o *Imparcial* (1918-1947), todos estes já fora de circulação nos anos 1990. Em 1992, ano em que as obras de recuperação do Centro Histórico são iniciadas, havia o *Correio da Bahia*, fundado em 1978, pertencente à própria família do então governador do Estado, Antonio Carlos Magalhães, a *Tribuna da Bahia*, fundado em 1969, o *Jornal da Bahia* (1958-1994) e o efêmero e bem articulado *Bahia Hoje* (1993-1996).

O *Jornal da Bahia* foi fechado por falta de sustentação financeira, segundo o jornalista José Carlos Teixeira Gomes (2001), que relata a trajetória deste periódico no livro *Memórias das Trevas*. A derrocada teria ocorrido devido à perseguição política empreendida pelo então governador Antônio Carlos Magalhães, que teria encerrado as possibilidades de arrecadação do jornal por venda de espaços comerciais ao governo e a empresas privadas. Pressão semelhante passaria o jornal *A Tarde* desde o final da década de 1990 até o início dos anos 2000, como mencionamos anteriormente. Como ainda hoje, o *Correio da Bahia* pertencia ao mesmo grupo que controlava a TV Bahia, da família do então governador Antônio Carlos Magalhães. Inaugurada em 1985, com um especial sobre a Bahia dirigido pelo cineasta Nelson Pereira dos Santos, a TV integrava o grupo que começou a acrescentar novas afiliadas, chegando a reunir as seguintes emissoras, estações de rádio, sites e produtoras comerciais e de vídeo: TV Santa Cruz, TV São Francisco, TV Subaé, TV Oeste, TV Sudoeste, TV Salvador, Globo FM, 102,1 FM Sul, Bahia FM, Bahia Cinema & Vídeo, Bahia Edições Musicais, iBahia.com, BahiaNews ZAZ. Dentre as televisões em atividade no Estado, a TV Bahia, afiliada da Rede Globo desde 1986, liderava o *ranking* da audiência.

Até 1996, *A Tarde* funcionou sob a tutela do jornalista Jorge Calmon que tinha a confiança dos proprietários, os irmãos Regina Simões de Mello Leitão, Renato Simões e Vera Bainville, filhos

⁷ Terceiro mandato, primeiro por eleição direta.

de Ernesto Simões Filho, o fundador. A Bahia vivia sob o jugo do “carlismo”, que aglutinava os seguidores de ACM, que foi prefeito e governador, deputado federal e senador pela Bahia, e presidente do Congresso Nacional. No início dos anos 2000, o decano Jorge Calmon já havia se retirado de *A Tarde*, e ACM decaía na vida pública. Jorge Calmon morreu em 18 de dezembro de 2006. ACM morreu em 20 de julho de 2007.

Até 2003, a logística de funcionamento e produção do jornal mantinha invariavelmente a sua rotina. Logo cedo, a pauteira fazia uma seleção dos acontecimentos programados e anunciados pelas assessorias de imprensa de associações, sindicatos, empresas, partidos políticos e políticos, dentre outras. As pautas quase sempre escritas com objetividade, com uma a cinco linhas, eram distribuídas. A cada repórter cabiam até três pautas por dia, que deveriam ser apuradas e executadas, em cinco horas⁸, que era a duração da jornada de trabalho conforme a legislação para o exercício da profissão. A maioria dos repórteres não terminava de escrever as matérias neste período, mas continuava trabalhando até concluir a tarefa. Depois, podia emendar a jornada de trabalho em outro emprego. Muitos jornalistas de *A Tarde* acumulavam o cargo de assessor de imprensa em órgãos do governo como mencionaram em entrevista a esta autora o ex-diretor do IPAC Vivaldo da Costa Lima, em 25 de novembro de 2009, e o ex-diretor de jornalismo de *A Tarde* Ranulfo Bocayuva, em 9 de junho de 2010.

Frequentemente, matérias apuradas e redigidas não eram publicadas, porque não havia espaço suficiente para muito do que era pautado diariamente. Apenas parte do que era produzido aparecia nas páginas, minando o entusiasmo de vários profissionais que viam seus esforços desperdiçados. E o jornal gastava tempo, combustível, material fotográfico e a própria remuneração de jornalistas, sem que todo o trabalho fosse aproveitado. Na década de 1990, a redação tinha “muita gente, pouca integração, nenhuma convergência”, segundo, a então repórter, Olenka Machado, depois chefe-de-reportagem do primeiro caderno, em entrevista concedida à autora, em 19 de fevereiro de 2010.

Além das mudanças políticas na conjuntura geral, houve, internamente, uma troca de direção e, conseqüentemente, uma mudança de perspectivas ocasionada pela saída de Jorge Calmon e entrada de Sylvio Simões, filho de Regina Simões de Mello Leitão, e neto de Ernesto Simões Filho, como presidente do grupo *A Tarde*. Entre as gestões de um e outro, respondeu pela redação o diretor Joaquim Alves da Cruz Rios, falecido em 2004, quando a reforma de 2003, dirigida pelo jornalista Ricardo Noblat, ex-diretor do *Correio Brasiliense*, já tinha sido consumada, sem a sua interferência. Embora ainda numa linha conservadora, o veículo tratou de rever a sua forma de praticar jornalismo, diante de um público agora mais crítico. A troca de gestão, que coincide com o processo de mudança que se dava nos governos estadual e federal, completou a conjunção de fatores que mudaria o *modus operandi* de *A Tarde*.

Com as evoluções no ambiente político da Bahia e do Brasil, verificou-se um reposicionamento do jornal em relação à nova conjuntura o que, também, reconfigurou a sua relação com o poder que as instituições representavam. Se na década de 1990, quando começou

⁸ De acordo com o Decreto-Lei 5.452, correspondente à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Título III, Capítulo I, Seção XI, o exercício da profissão de jornalista obedece aos seguintes artigos: Art. 303 - A duração normal do trabalho dos empregados compreendidos nesta Seção não deverá exceder de 5 (cinco) horas, tanto de dia como à noite. Art. 304 - Poderá a duração normal do trabalho ser elevada a 7 (sete) horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, em que se fixe um intervalo destinado a repouso ou a refeição. Parágrafo único - Para atender a motivos de força maior, poderá o empregado prestar serviços por mais tempo do que aquele permitido nesta Seção. Em tais casos, porém o excesso deve ser comunicado à Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional do Trabalho ou às Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro de 5 (cinco) dias, com a indicação expressa dos seus motivos.

a recuperação do Centro Antigo, o país vivia numa pós-ditadura, em 2003, acontecia o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em torno do qual havia uma grande expectativa que era a de que muita coisa poderia começar a ser resolvida no âmbito social e político do país. Inclusive as ações de proteção e preservação do patrimônio, que, há décadas, mantinha-se atrelada a motivações geradas pelo *marketing* político dos governos e pelo turismo.

Em 2003, durante a cobertura do tombamento do Corredor da Vitória, o governo estadual de Paulo Souto era uma gestão nos moldes carlistas. A nível nacional, um novo presidente, Luís Inácio Lula da Silva, como dissemos, havia acabado de tomar posse. Esse novo panorama também teria sido decisivo para que o jornal reformulasse o modo de abordagem e passasse a participar mais, como mediador, da discussão sobre patrimônio cultural entre Estado, representantes da sociedade civil e empresários. A redação de *A Tarde* também vivia momento distinto ao modelo dos anos 1990, tanto do ponto de vista do seu posicionamento com relação ao governo do Estado, quanto da composição e da metodologia de trabalho da própria redação. Não havia mais uma dependência financeira da corrente política do carlismo, uma vez que o jornal havia rompido com o seu principal líder, desde que este havia cortado os anúncios publicitários, como relatamos anteriormente. Técnicos contratados como consultores sustentavam que o jornal passaria por uma transformação radical e fizeram um estudo sobre as condições do momento. Entrevistaram jornalistas sobre a dinâmica de funcionamento da redação. Havia a garantia aos entrevistados de que retaliações não seriam dirigidas a quem descrevesse com exatidão o sistema de funcionamento em vigência. Depois de um ano, a equipe se retirou e os jornalistas não tiveram qualquer retorno sobre a iniciativa. Mas o jornal mudou. Com o jornalista pernambucano e ex-diretor do *Correio Brasiliense* Ricardo Noblat assumindo o cargo de diretor de redação, ao final de 2002, a redação sofreu um enxugamento significativo no seu número de jornalistas, além de uma reformatação na sistemática de produção e no produto. Os efeitos na rotina da redação eram claros: o repórter que antes saía para a rua com três pautas, passou a receber apenas uma incumbência por dia e tinha a possibilidade de dedicar-se ao assunto pelo tempo que julgasse necessário, por mais de um, dois ou três dias, a depender do apuro necessário. Pretendia-se que o resultado fosse um material jornalístico exclusivo, inédito e preciso.

Em 2003, o aproveitamento de *releases* foi banido de *A Tarde*. O assessor de imprensa teria que ser mais perspicaz para contornar a ação dos *gatekeepers* do jornal e continuar servindo aos seus clientes. A relação entre a redação e empresas de assessoria chegou a um meio termo que forçou uma requalificação tanto do trabalho na redação a partir das intervenções dos assessores, quanto dos próprios assessores. O jornal passou a priorizar pautas exclusivas. Os repórteres eram encorajados a sugerir matérias. Assim, quem ia à rua, e por conseguinte estava em contato direto com a cidade, podia influenciar mais, ser proponente. Assim pensava o diretor de redação, à época.

Quem deve pautar o jornal são os repórteres. Foi assim no passado distante. Pode voltar a ser assim. Mas para isso é preciso reorganizar a redação e a própria forma de trabalhar dos repórteres (Ricardo Noblat, em entrevista concedida à autora, em 14/05/2010).

O número de colunas sociais do jornal foi reduzido. O conteúdo dessas colunas, ainda hoje, trata de festas e coquetéis de pessoas conhecidas da chamada alta sociedade baiana, mas também envolve notas que informam ou opinam sobre empreendimentos comerciais ou pessoas

que ocupam ou querem ocupar posição de destaque na comunidade. É difícil calcular o valor simbólico que tinha uma inserção na longa “coluna de July”. Até os anos 2000, aparecer neste espaço garantia visibilidade e um tipo de prestígio ao mencionado. Detectamos que as presenças da, então, diretora do IPAC, Adriana Castro, e a do, então, presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI), Gustavo Amoedo, eram recorrentes na coluna social de July.

O ex-diretor jornalístico Ranulfo Bocayuva disse em entrevista a esta autora, em 9 de junho de 2010, que o jornal mudou “no tratamento da notícia, na questão da pauta, da exclusão das fontes oficiais contínuas, dos *releases*, das assessorias, tendo mais pauta própria, mais qualidade dos assuntos de comportamento”. Além de toda a tecnologia à disposição dos meios de comunicação eletrônicos e impressos, em duas décadas – dos anos 1980 para cá –, o *layout* do jornal foi revisto, gradativamente, ao passar por algumas reformas gráficas. Passou a se apresentar com rigor e de forma padronizada, criando consistência em sua diagramação. O conteúdo passou a se encaixar a uma forma graficamente planejada e organizada, dentro da tendência da linguagem contemporânea. Até o programa de computador, com o qual é feito o jornal, foi substituído pelo Good News, ou GN3, adotado em redações do Sudeste, como as de *O Globo* e da *Folha de São Paulo*, como já mencionamos. A logomarca foi mantida intacta. Teria sido modificada durante a reforma gráfica de 2007. Peças publicitárias já tinham, inclusive, sido aprovadas para veiculação, quando os herdeiros proprietários da empresa, Regina Simões de Mello Leitão e Renato Simões, filhos do fundador Ernesto Simões Filho, decidiram manter a marca tradicional.

3.3 PONTO DE VISTA DO LEITOR

Na internet, comentários são moderados e dispostos logo abaixo das matérias publicadas pelos portais dos jornais. Antes, jornais reservavam espaço em suas edições impressas para manifestação do leitor. Esta prática tem sua origem já na formação da esfera pública, como descrita por Habermas (1984). O jornal *A Tarde* recebia cartas via correio convencional e, posteriormente, via e-mail. Havia um jornalista encarregado de lê-las e de decidir quais seriam publicadas no *Espaço do Leitor*, onde eram feitos elogios, denúncias, agradecimentos e críticas, com conteúdos também selecionados. Na seção de *opinião*, são publicados artigos de não jornalistas, em sua maioria, de autoria de pessoas especializadas em determinados assuntos. Na década de 1990, *A Tarde* mantinha um espaço na redação para atender leitores que quisessem fazer denúncias ou divulgar eventos pessoalmente. Havia o jornalista que atendia a estes leitores que eram recebidos na recepção do jornal. Também foi instituído o sistema *Alô Redação* com o objetivo de aproximar e atrair a participação do leitor, reservando-lhe um canal direto de comunicação com a equipe de jornalistas. Assim, praticava-se a interatividade que sempre houve, e que ia se consolidando ainda mais, especialmente a partir da internet. Tornou-se imprescindível a segurança nas redações contra possíveis agressões ou ataques a jornalistas, de insatisfeitos com alguma reportagem. E, nos eventos promovidos pelo próprio jornal, repórteres redigiam sobre os visitantes e convidados para matérias que eram publicadas no dia seguinte.

CAPÍTULO 4

PERCURSO DO PELOURINHO À VITÓRIA

O Centro Histórico foi tombado em 14 de julho de 1959, junto com o Bonfim, a Conceição da Praia e trecho da Avenida Otávio Mangabeira, como resultado do processo de nº 464-T-52, e inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob o nº 26. A re-ratificação e ampliação da área foram decretadas em 1983, e a classificação deste espaço como Patrimônio da Humanidade se deu em 1985. Apesar dos reconhecimentos oficiais e do sentido que tinha e produzia para populações locais, a área quase sucumbiu ao intenso processo de degradação ao longo da maior parte do século 20. Desde as décadas de 1940 e 1950, as notícias concernentes ao Centro Histórico testemunhavam sobre as condições dos casarões e de vida das pessoas que ali habitavam. Medidas de recuperação eram reivindicadas, publicamente, nos jornais por personalidades, e reformas eram anunciadas, começadas, paralisadas e abandonadas. Até que, na década de 1990, surgiram notícias oficiosas sobre a existência de uma operação que se transformou em assunto constante na mídia regional e nacional, em decorrência da expectativa construída, em grande parte pelos próprios meios de comunicação, em torno do sucesso que realmente poderia se vislumbrar. Dessa vez, a expectativa era a de que uma restauração do conjunto arquitetônico situado no Centro Histórico de Salvador seria para valer.

Como as cidades africanas Luanda, Maputo e Lobito, Salvador foi implantada em torno de uma baía, como costumavam fazer os portugueses. No início, o seu miolo, o Pelourinho, era predominantemente residencial, próximo à área administrativa da Praça Municipal e da área comercial da Cidade Baixa, conforme organização ditada pelo projeto do arquiteto-mor da Coroa, Miguel de Arruda, trazido de Portugal pelo mestre Luís Dias, que chegou com o primeiro governador-geral Tomé de Souza. Ao final do século 19, as paróquias da Sé, de Sant'Anna e de Santo Antônio, além da paróquia do Carmo, eram as mais populosas (Mattoso, 1992). Ao mesmo tempo, e já no início do século 20, Vitória e Graça começavam a ficar mais adensadas e passaram a atrair moradores com mais posses (Figueiredo Filho, 1984). A cidade começou a se modificar e a se configurar espacialmente à medida em que a população crescia.

O ex-prefeito de Salvador Wanderley de Pinho, um dos precursores do pensamento pela conservação do patrimônio, apontou atitudes equivocadas, ao mencionar os mais diversos problemas encontrados para a proteção do patrimônio. Desde a adulteração de fontes e prédios até a falta de recursos, em seu discurso intitulado “Protecção dos monumentos públicos e

objectos históricos”, proferido em sessão ordinária no Instituto Geographico e Histórico da Bahia, em 1º de Julho de 1917.

Fontes públicas que se rebocam e reformam, tapando inscrições e quebrando cornijas; velhos solares que se mutilam; capelas e templos que se deixam ruir [...]. Onde encontraremos fundos para custear despesas em conservar o que se vae arruinando ou transportar e abrigar o que se vae perdendo?” (Pinho, 1990, p. 194).

Pinho propõe um inventário e a criação da *Comissão dos Monumentos e das Artes*, portanto muito antes da Lei de Tombamento de 1937 e da formação do que é hoje o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e seus correspondentes a nível regional. O objetivo era o de proteger monumentos públicos, edifícios particulares de valor artístico ou histórico e objetos de arte, de ações destruidoras, do tempo e dos homens. Percebe-se uma compreensão do momento histórico, da mesma forma como foi posto no primeiro capítulo, quando pontuamos os efeitos da Revolução Industrial e do desenvolvimento da Imprensa, os quais condicionaram a formação de uma esfera pública. Pinho se refere antecipadamente ao fenômeno de substituição e homogeneização de paisagens com um alerta sobre a facilidade das comunicações, os progressos da navegação e a disseminação da gravura, da fotografia, da imprensa. Disse ele que “[...] vão rapidamente tornando a mesma, uma e monótona, a face da terra; igualando trajos, assemelhando instituições” (Pinho, 1990, p. 195). Este entendimento, também, nos remete à forma como Durkheim e Weber pensaram a sociedade e a formação urbana sob o jugo do capitalismo. Se nenhum deles enfatizou a questão dos bens coletivos representados pelo patrimônio histórico, especificamente, Marx (1996) chega a explicar as transformações dos centros urbanos referindo-se ao processo de substituição de lugares. Ele se refere à industrialização que provocou mudanças nas sociedades, ocasionando a degradação de espaços centrais. Marx afirma que as reformas urbanas e o embelezamento das cidades, no início da Revolução Industrial, alteraram suas estruturas modificando o padrão de habitação dos trabalhadores (Nobre, 2001, p. 25-31).

Ao contrário, em Lisboa, onde a Revolução Industrial sequer bateu à porta (Couto, 2003), há freguesias centrais como as da Graça e Mouraria, que vêm sendo mantidas com a afluência de moradores locais e turistas. Situados em uma das sete colinas da cidade e no entorno do Castelo de São Jorge, esses bairros mantêm a vocação residencial e continuam adensados. Também, revitalizações como a do Chiado, depois do incêndio de 1988 e durante toda a década de 1990, e a do Bairro Alto, se desdobram até hoje.

Durante as duas décadas seguintes ao discurso de Pinho, em 1917, o “progresso demolidor” se alastra destruindo monumentos. Em Salvador, esse tipo de progresso causou danos, mesmo com a discussão instalada nos jornais.

Essa ideologia do progresso, reduzida aos aspectos urbanísticos da Cidade do Salvador, vai encontrar seus sectários acastelados na imprensa diária. Os jornais baianos irão indiscutivelmente colaborar na criação de uma opinião pública, não diremos favorável ao urbanismo demolidor, mas pelo menos, deslumbrada e anestesiada em relação ao mesmo. A doutrinação encherá páginas e páginas de vários jornais, nas primeiras décadas do século XX, todos acentuadamente defensores das reformas. Em 1912, não surgirão protestos e vozes discordantes, como em 1928 e 1933, e o tônus será, mesmo de certos membros da inteligência baiana, como veremos

adiante, de vôo cego e impensado amor ao “progresso”, com o sacrifício iconoclasta de nossos monumentos históricos (Peres, 2009, p. 38).

Como reação à “ideologia do progresso”, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) é criado em 1937, a partir dos esforços de Mário de Andrade e de outros intelectuais. O Decreto-Lei nº 25/37⁹ é assinado pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, e pelo presidente Getúlio Vargas. Centenas de monumentos são tombados no Brasil e, em particular, na Bahia¹⁰, logo após a promulgação desta lei. Quase uma década depois, em 1946, a diretoria regional do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na Bahia, passou a funcionar e, a partir daí, articulou-se o tombamento do Centro Histórico de Salvador. O processo de oficialização da proteção teve nas atuações de Figueiredo Filho, a nível regional, e de Pedro Calmon, como membro do Conselho Consultivo do SPHAN, dois defensores de uma ação sobre a área de forma ampliada, e não de imóveis isolados. O tombamento foi assinado em 12 de maio de 1959, junto com o dos Mares, Penha e Bonfim, na Cidade Baixa, e de Piatã e Chega Nego, na Orla, com inscrição no Livro do Tombo, em 14 de julho do mesmo ano.

4.1 SOBRE O PELOURINHO

Em meados do século 20, análises retratavam a profunda decadência do Centro de Salvador. Em 1959, ano do tombamento nacional, assim era descrito, o Pelourinho, por Milton Santos, que faz um relatório sobre as condições de degradação social e arquitetônica da área. Ele relaciona os que vivem sem ocupação definida e relata sobre o estado de miséria daqueles que moram nos quartos subdivididos por panos, que abrigavam três a quatro pessoas. Santos vê a imposição jurídica que controlava as condições na ordenação da cidade:

O Pelourinho é uma ladeira-praça, de forma irregular, rodeada por edifícios dos séculos 18 e 19, grandes casas nobres de dois e de três andares que serviram como residências a famílias ricas, mas que hoje caíram em ruínas. O interesse do estudo dessa praça reside no fato de que ela se situa no coração mesmo da área resguardada pelos regulamentos que asseguram proteção aos monumentos históricos da cidade. Assim, ela representa, a um só tempo, um exemplo da influência dos valores jurídicos sobre os fatos de estrutura urbana e um exemplo de degradação (Santos, 1959, p. 165-166).

O artigo *Há uma geografia da Prostituição?* é publicado em 29 de abril de 1959, na página 1 de *A Tarde*, tendo como apoio “A ‘limpeza’ da cidade velha – quando o problema não é só policial – atividade urbana tem razão econômica – soluções exóticas não servem para sanear a zona proibida”. Depois das análises de Santos sobre o Pelourinho, Torres (1961) faz uma

⁹ As delimitações de cunho jurídico têm decididamente contribuído para a salvaguarda do que é classificado como patrimônio. Michel Parent (1984) em sua apresentação no “Seminário de Arc-et-Senans”, em Amsterdã, se refere à “determinação jurídica do monumento histórico”. Ele ressalta que são os critérios culturais que designam os elementos do patrimônio a serem protegidos pela lei e que, entretanto, o efeito inverso não deve ser desprezado. Segundo argumenta, a determinação jurídica pode ser suficientemente forte para imprimir a sua marca específica sobre a própria cultura (Parent, 1984, p. 117). Ele diz que o critério jurídico determina um destino comum, sem restrições, a todos os objetos considerados patrimônio. “Enfim, o critério jurídico permite seguir com clareza a própria evolução do conceito, graças à história do procedimento, admitido necessariamente por todos, queiram ou não, e pelo qual a composição do patrimônio evolui; pelo qual, assim, tal objeto entra no patrimônio, ou, excepcionalmente, dele sai” (Parent, 1984, p. 117).

¹⁰ Nos dois primeiros anos consecutivos ao Decreto/Lei nº 25, foram tombados 61 monumentos, na Bahia. Na década de 40, 59 monumentos foram tombados. Na década de 50, apenas 12, na de 60, 15, na de 70 foram 8 e na de 80, 13. Ao todo, até esta década, foram 168. No mesmo período, Minas Gerais teve 179 tombamentos, e o Rio de Janeiro 206 (Nobre, 2001).

listagem dos logradouros da Sé, tentando vislumbrar o destino de cada um deles e, de algum modo, inventariando ruas ao citar seus nomes. Interessante observar que tanto Santos, quanto Torres – este ampliando a abrangência –, referem-se ao espaço em questão como “*coração da área resguardada*” e “*coração da capital*”, ressaltando a ideia de centralidade e de proximidade afetiva:

É o bairro da Sé o mais antigo e central da cidade, pode-se dizer o coração da capital. Compõe-se ele de uma parte antiga, de outra que se moderniza e por fim de uma nova. Identifiquemos as praças e ruas principais do aludido bairro na zona antiga. As praças: Terreiro de Jesus, Cruzeiro de São Francisco; as ruas: Portas do Carmo, Maciel de Cima, Laranjeiras, Maciel de Baixo, Santa Isabel, Ladeira da Ordem Terceira de São Francisco (Verônicas e Pão de Lot), Bispo, Saldanha. As das zonas que se modernizam e nova são: praças Ramos de Queiroz (Plano Inclinado), Sé, Thomé de Souza, Castro Alves; ruas: Misericórdia, Liceu, Aljybe, hoje Jerônimo Gonçalves, Ajuda, hoje Padre Vieira, Tira-Chapéu, hoje Juliano Moreira, Ruy Barbosa, antiga Capitães, Chile e outras de menor importância (Torres, 1961, p. 25-26).

A ocupação dos demais bairros do Centro Antigo¹¹, também, começou a se transformar quando, por volta dos anos 1970, localidades mais afastadas passaram a atrair antigos residentes dos bairros de Nazaré, Desterro, Campo da Pólvora, dentre outros. Na década de 1980, aumentou o número de moradores das novas áreas residenciais. Trocavam-se as moradas no Centro pelas da Pituba, que se expandia, e, pouco depois, já abria espaço para os bairros do Itaipara, Parque da Cidade e Caminho das Árvores. Os edifícios, agora, mais altos eram construídos com *playground*, piscinas e quadras de esportes. Enquanto isso, o Pelourinho e circunvizinhança se degradavam ainda mais porque deixaram de exercer atração sobre as classes que poderiam sustentá-los com impostos e dignidade, como atesta Espinheira (1984). Para ele, a área do Pelourinho inclui a ladeira e o Maciel, onde ficava o baixo meretrício.

O processo de degradação da área do Pelourinho, área nobre da cidade, é o resultado da crise econômica do século passado e do livre jogo das forças econômicas na dinâmica de transformação que condicionou o tipo específico de crescimento da cidade, causando a desvalorização das zonas de construções antigas. Essa desvalorização econômica conduziu fatalmente à desvalorização social, forçando a mobilidade centrífuga dos moradores de maiores posses, e aumentando a força de atração sobre os grupos situados nos quadros mais baixos da hierarquia do sistema de estratificação social (Espinheira, 1984, p. 69).

A região do Pelourinho passou a ser ainda mais desdenhada pelas classes alta, média e baixa, ao perder as utilidades que tinha, quando deixou de ser residencial e comercial. A área deixou de ser importante para o comércio, porque o que restava dessa atividade foi transferida gradativamente para outros espaços da cidade, como as adjacentes Rua Chile e Avenida J. J. Seabra, a chamada Baixa dos Sapateiros, agora, também desertificada, depois de uma requalificação executada em 2013. Como consequência da falta de interesse econômico voltado para aquele espaço, os seus atrativos arquitetônicos se deterioravam ao deixarem de ser conservados pelos poderes públicos e pelos próprios donos dos imóveis que, em grande parte, pertenciam a instituições como a Santa Casa da Misericórdia e a irmandades. Salvador optava por um modo de vida que excluía o Centro Histórico e o estigmatizava.

As prostitutas convergiram para o Pelourinho, por um lado, atraídas pelas condições sociais e econômicas da localidade, enquanto que, por outro, aí se estabeleceram compelidas pela ação policial dos órgãos encarregados dos costumes.

¹¹O Centro Antigo abrange os bairros circunvizinhos e, por isso, neste caso, utilizo essa nomenclatura.

A área arruinada favorecia a concentração da prostituição por diversas razões, sendo que as principais são: a) o tipo de estrutura arquitetônica do casario colonial levou ao estabelecimento da moradia coletiva, em quartos que se multiplicaram com as divisórias em tabiques de meia altura e meia parede; b) a degradação social resultante de fatores que formaram essa área arruinada, favorece os comportamentos individualizados e por isso não dispõem, os moradores estáveis da área, de sanções organizadas contra a prostituição; c) a ação repressiva da polícia de costumes forçou o estabelecimento do meretrício nesta zona, e, dentro desses limites, liberou a prostituição e as atividades paralelas e derivadas (Espinheira, 1984, p. 70).

Espinheira (1971, p. 43) se refere aos jornais como documentos que evidenciavam “o caráter patológico dessa comunidade e da ação policial que aí se faz constante”. O sociólogo baiano considerava a “análise dos comportamentos divergentes documentados por notas jornalísticas” um complemento para o seu “estudo exploratório”. Ele se referia ao conteúdo dos jornais como a “opinião popular, traduzida pela imprensa”, que permite verificar o grau de discriminação social. O sociólogo cita trechos de matérias publicadas à época e interpreta os diversos discursos que encontra, todos eles com conotação estigmatizante e pejorativa semelhantes. “Quadrilha do Suadouro levada ao Xadrez”, “Vítima do império do pecado” e “Menina de 14 anos num prostíbulo”, no *Diário de Notícias*; “Mundana é presa com 38 Dólares” e “Jogos e Costumes fez limpeza”, no *Jornal da Bahia*; e “O percurso das lotações obriga visão de cenas degradantes”, em *A Tarde*, foram algumas das referências para Espinheira, no livro *A comunidade do Maciel* (1971).

Dos trechos transcritos de sete matérias distintas, apenas um não tinha como motivos para sua inserção o crime e a violência praticados por moradores do Pelourinho. Este que destaco, publicado em *A Tarde*, na edição de 14 de setembro de 1967, era um protesto de um redator não identificado contra o trajeto das lotações que passavam pelo Maciel de Baixo e de Cima, que obrigava “senhoras, senhoritas ou crianças” à “visão de cenas degradantes”, à “zona do mais baixo meretrício da cidade, talvez um pouquinho menos pior que o *bas-found* da Preguiça e do Julião”. A nota termina com um “bem mais infeliz porém foi quem delineou itinerário tão condenável, para mostrar todas aquelas tristes cenas às famílias... dos outros”. Matérias como estas se repetiam nos jornais que não se importavam com a possibilidade de segregar ainda mais o Pelourinho. Espinheira (1971) comenta a forma de expressão do jornal e enfatiza que esse tipo de análise ratifica e amplia a discriminação:

O Maciel é visto como área prostitucional em toda a sua extensão. Na hierarquia dos meretrícios localizados de Salvador, proposta pelo autor da nota, o Maciel é apenas “um pouquinho menos pior que o *bas-found* da Preguiça e do Julião”; esta é a maneira mais generalizada de situar os moradores do Maciel, todos classificados como pertencentes ao grupo prostitucional, enquanto que, na verdade, esta atividade abrange apenas 36,6 por cento da população global da área em idade ativa, sendo que os demais moradores dedicam-se a ocupações outras aceitas pela sociedade em seu sistema de valores vigentes. A classificação do Maciel como zona de prostíbulo, faz recair sobre os 63 por cento restantes da população os efeitos da repressão policial que se estende a toda a área, nos moldes tradicionais de repressão a pessoas individuais, especialmente à prostituta, enquanto que a prostituição é vista sob um prisma moral, sendo deixado de lado o aspecto mais importante do problema, que é o do funcionamento do sistema social, responsável pela existência e manutenção dessa atividade ocupacional, que é incompatível com a dignidade e o valor da pessoa humana (Espinheira, 1971, p. 44).

A re-ratificação do tombamento do Centro Histórico ocorreu em 20 de outubro de 1983, com inscrição no Livro do Tombo, em 19 de julho de 1984. A *Folha de São Paulo* publicou matéria no dia seguinte, em 21 de outubro de 1983, informando que uma área de 750 mil metros quadrados havia sido tombada, a qual seria indicada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para ser considerada Patrimônio da Humanidade. A UNESCO protela a classificação porque faltava um laudo técnico dos peritos do Icomos, na reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, conforme o secretário de Cultura do MEC, Marcos Villaça (Nobre, 2001, p. 145). Em 4 de dezembro de 1986, *A Tarde* publica, com chamada ao pé da primeira página, e não como manchete, *Salvador reconhecida “Cidade Monumento”*, tendo como fontes oficiais o prefeito de Salvador, Manoel Castro, e o superintendente do SPHAN, Ary Guimarães. Outras seis matérias sobre patrimônio, relacionadas e não relacionadas à classificação de Patrimônio da Humanidade, seriam publicadas ainda no mesmo mês. Apenas uma delas, sobre a restauração da Igreja da Piedade, terá *chamada* de capa. Ou seja, o Centro Histórico de Salvador é classificado como Patrimônio da Humanidade e, na capa do maior jornal do Estado, este acontecimento rende apenas uma chamada, sem aproveitar valores-notícia como ineditismo, novidade, número de pessoas afetadas, proximidade etc. Este posicionamento na paginação reflete a importância do assunto patrimônio cultural da própria cidade, e, mais especificamente, do assunto Pelourinho, na hierarquia do noticiável do jornal local, naquele momento.

4.2 DEGRADAÇÃO GRADATIVA

Em *Salvador: Província e Metrópole*, artigo sobre o Centro Histórico e sobre a preferência do governo que se voltava para a Orla, Espinheira (1986, p. 389), de novo, se utiliza do jornal *A Tarde*, edição de 18 de agosto de 1985, para sustentar a sua conclusão: “Em editorial, *A Tarde* [grifo do autor] analisou a prioridade dada ao Projeto Orla e traduziu, de certo modo, as argumentações levantadas por diversas entidades sobre o assunto [...]”. Este editorial defendia que os turistas viriam a Salvador, muito mais interessados em conhecer o patrimônio artístico e arquitetônico, “um dos poucos do mundo em suas características barrocas”, do que para encontrar praias exóticas, e que, portanto, convinha conservar o Centro Histórico, seus casarões e sobrados coloniais.

Fernandes (2008, p. 30) discorre sobre a série de circunstâncias que forjaram o esvaziamento do Centro, no século XX. Ela menciona um novo modelo de expansão urbana, decorrente da mudança de padrão de crescimento de Salvador para uma lógica industrial-metropolitana. Além do aumento demográfico, nos anos 1950 a Petrobras se instala e começa a exploração de petróleo no Recôncavo baiano. O Centro Industrial de Aratu nos anos 1960, a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari na década de 1970 e, no início dos anos 2000, os investimentos vinculados à indústria automobilística, também em Camaçari, deslocam a concentração de trabalhadores das proximidades do Centro. “Essa nova lógica construída ao longo de 40 anos será marcada por diversas ações intra-urbanas que aceleram ainda mais o processo de perda de ritmo de crescimento da área central da cidade” (Fernandes, 2008, p. 30). Também são citados, o Centro Administrativo da Bahia, construído a 16 quilômetros do Centro da cidade, e mais a privatização de grande extensão de terras no seu entorno, estimulando o mercado à atividade imobiliária “em grande medida especulativa”. O Pelourinho, que no século 19 começara a deixar de ser endereço residencial para os mais abastados, passou a ser referência de degradação, no século 20.

Agravando a situação, o tombamento, lembra Gonçalves (1996), pode provocar efeito contrário ao de proteção e conservação do patrimônio, uma vez que, muitas vezes, causa o desinteresse e o abandono por parte dos proprietários de imóveis. Portanto, segundo o autor, o tombamento seria capaz de acentuar o processo de degradação e arruinamento do objeto. Para evitar situações assim, o Decreto-Lei nº 25/37, em seu artigo 19, prevê punição ao proprietário negligente. “A falta de conservação do bem tombado, tendo o proprietário recursos, constitui ilícito, decorrendo daí a responsabilidade por seu ressarcimento, de conformidade com o previsto no Decreto-lei 25/37” (Rabello, 2009, p. 120). A despeito do que se enfatiza sobre o caráter restritivo do Decreto, os proprietários de imóveis tombados tenderiam a eximir-se da responsabilidade de conservá-los. Confrontando matérias de períodos diversos, percebemos que o processo de degradação do Centro Histórico foi iniciado antes do seu tombamento e de se tornar Patrimônio da Humanidade. A prefeitura, o Estado e a União, eventualmente, anunciam que pretendem identificar proprietários e exigir que conservem ou que doem seus imóveis, como relatam matérias como *Desapropriados querem ficar no Centro* (Weinstein, 3/7/2005, p. 13), e *Donos de casarões ameaçados de desabar serão procurados* (Weinstein, 4/12/2009, p. 7). Não foram encontradas notícias sobre a execução ou resultado dessas ações.

Como pudemos observar até aqui, de um modo geral, as matérias veiculadas pelos jornais sobre o Centro Histórico apontam aspectos negativos. Os pareceres dos estudiosos Figueiredo Filho e Pedro Calmon, antes do tombamento, e de Michel Parent e Vivaldo da Costa Lima, depois do reconhecimento da área como patrimônio, reverenciavam Salvador e o seu Centro Histórico como locais de “cultura tradicional”, com conjunto arquitetônico merecedor de preservação, também por serem como um estímulo suficiente ao cultivo de atitude de apreço e conservação. Em 14 de outubro de 1997, uma nota intitulada *Monumentos* (14/10/1997, p. 3), na seção *Além da Notícia*, de *A Tarde*, informa que alunos da rede municipal de ensino passariam a conhecer os lugares históricos *in loco*, graças a um projeto de autoria do vereador Fernando Duarte (PFL), denominado Jovem Historiador.

Desde a década de 1960, estudos vinham sendo feitos para a preservação de conjuntos tombados com o objetivo de incrementar o turismo. A UNESCO colaborou com o IPHAN, oferecendo assistência técnica. Estudos abrangeriam, também, São Luís e Alcântara, no Maranhão; Olinda, em Pernambuco; Cachoeira, na Bahia; Parati, no Rio de Janeiro; e Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais. Em Salvador, o inspetor geral dos monumentos históricos do Ministério da Cultura da França, e presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) da UNESCO, Michel Parent, formulou, junto com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Projeto de Turismo Cultural. As observações de Parent motivaram a criação da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural em 1967, durante o governo de Luís Viana Filho (1967-1971). Em 30 de dezembro de 1980, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, criada pela Lei nº 2464/67, foi extinta pela Lei Delegada nº 12, para que passasse a ser Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC)¹². Os objetivos dessa autarquia eram claros. Seus estudos serviram de base e deram subsídios técnicos para a futura recuperação iniciada no governo Antônio Carlos Magalhães em 1992. Antes disso, tentativas¹³ tinham fracassado ou sido insuficientes para promover uma recuperação da área.

¹²De 1967 a 1971, o presidente da Fundação foi Wladimir Alves de Souza, um jornalista que trabalhava para o governo do Estado. O 1º secretário foi Vivaldo da Costa Lima e o secretário de Educação e Cultura do Estado da Bahia era o professor Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito. A partir de 1971 e até 1975, Vivaldo da Costa Lima assume a direção do IPAC e volta a dirigi-lo em mais duas novas gestões entre 1979 e 1983; e entre 1991 e 1993.

¹³Em 1987, por exemplo, o prefeito Mário Kertész assinou o decreto nº 7.894, criando o Parque Histórico do Pelourinho, inserido na área tombada da Cidade de Salvador reconhecida pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, e delegando à Fundação Gregório de Matos a responsabilidade por uma administração própria. Os artigos delimitavam a área considerada como tal e

Fernandes (2006) atribui à competência técnica e documental, acumulada em 20 anos pelo IPAC, a capacidade de o governo do Estado implementar prontamente o Programa de Recuperação do Centro Histórico, na década de 1990. Ela se refere, também, ao “lançamento midiático” do Programa, na data do aniversário de Salvador em 1992. Em 15 de março, em entrevista publicada por *A Tarde*, em página inteira, no caderno 1, o governador Antônio Carlos Magalhães refere-se, pela primeira vez, à restauração de três bairros¹⁴. O jornal reclama uma restauração do Centro Histórico cinco dias depois em seu editorial intitulado *A necessária preservação do passado* (20/03/1992, p. 6). Daí em diante, a evolução do projeto é acompanhada por toda a mídia que não limita suas abordagens de apoio ao processo que se iniciava. *A Tarde* passa a publicar matérias e notas sobre cada passo dado em direção à recuperação do Centro Histórico, com espaço, ou não, para todos os segmentos envolvidos, mas principalmente para as informações oficiais que sempre retransmitia. Foram publicadas 38 matérias sobre o assunto entre abril, mês em que a recuperação foi, formalmente, anunciada, e o final do ano em que as obras foram iniciadas.

A economia dos centros históricos está vinculada à do resto da cidade, especialmente pelos serviços que pode prestar (Hardoy, 1986). Com exceção das lojas de cortina e tecidos para sofás, situadas na Ladeira do Taboão, das casas de elétricos e eletrônicos entre o Saldanha e a Praça da Sé, das joalherias para turistas, e dos bares espalhados pelo Pelourinho e Maciel, havia pouco comércio que pudesse interessar à população em geral, no Centro Histórico, no início da década de 1990. Com a recuperação promovida pelo governo, as lojas instaladas passaram a ser quase que exclusivamente voltadas para atender ao turismo. A predominância no comércio local era de bares e restaurantes para uma clientela da classe média, shows e lojas de *griffe* ou do tipo *franchise*, das que havia em *shopping centers* de Salvador. Em 2001, o comerciante Clarindo Silva, em depoimento para a dissertação de mestrado de Maria Ivanilde Ferreira Nobre (2001, p. 136), declarou:

Nesse período, o centro da cidade estava passando por um processo de esvaziamento não só da comunidade da classe média alta, mas também dos principais equipamentos: saiu a Faculdade de Medicina, depois saiu o Instituto Médico Legal, saiu a sede do INCRA, saiu a Academia de Letras da Bahia, fecharam o Cine Santo Antônio, o Cine Popular, desativaram o Plano Inclinado Pilar, desativaram o do Taboão, tiraram o Terminal de ônibus da Praça da Sé, tiraram a Administração do Estado, tiraram a Administração do Município. Isso aqui virou um gueto.

Em Salvador, a baixa participação de moradores nos desígnios das restaurações e recuperações da área evidencia aspectos da antítese que se estabelece com os desacordos entre o olhar proveniente do interior e do exterior da área em transformação. São pontos de observação distintos, entre quem faz parte, como morador, e quem está ali, como visitante, ou quem decide, como gestor. Obviamente, os pontos de vista, os entendimentos, tendem a se polarizar porque são referentes a categorias com vivências e interesses diversos, conforme pontua Harrison (2010), referindo-se aos cuidados que inspiram as intervenções para preservação, em locais classificados como Patrimônio da Humanidade. Em Salvador, o conflito se formou a partir

as atribuições. O artigo 4º estabelecia que os recursos do Fundo Municipal para a Recuperação Física e Revitalização dos Sítios Históricos da Cidade do Salvador, criado pela Lei nº 3.722/87 e regulamentado pelo Decreto 7.838-A/87, deveriam ser aplicados, de maneira prioritária, na formulação e elaboração de estudos, programas e projetos, bem como na execução de obras de infraestrutura, recuperação de imóveis, logradouros e monumentos situados na poligonal do Parque.

¹⁴A primeira etapa iria consistir em quatro bairros.

de divergências locais sobre a metodologia e execução do projeto concebido pelo governo do Estado, em dois aspectos, que se sobressaíram em fases distintas. Primeiro, e logo de início, a retirada de moradores da área que foi amplamente noticiada. A discussão sobre a retirada, ou não, da população do Centro Histórico tinha começado ainda na década de 1980. Segundo Espinheira (1986), em menos de cinco anos, na década de 1980, 700 pessoas já tinham deixado o Centro Histórico. Isto, mesmo que o discurso de alguns envolvidos tivesse o tom da tolerância e da proteção aos residentes, como o do ex-diretor do IPAC, Benito Sarno, que defendeu a permanência dos moradores. A intenção de retirar quem vivia no local não se origina com as pesquisas socioeconômicas assinadas pelos órgãos do governo estadual. Na prática, o que se verificou foi uma gentrificação promovida pelo próprio governo, que mais tarde procurou recolocar outros moradores na área.

O plano de revitalização que terminou por vingar, ainda que previamente tenha sido realizada uma competente pesquisa de população e domicílios, foi o de transformar o bairro num shopping a céu aberto, que pudesse competir com outros centros comerciais da cidade. Mas para isso era preciso libertar a área do estigma de marginalizada e decadente, o que resultou numa operação urbana higienizadora. Para tanto, algumas opções foram dadas aos moradores: transferência com indenização, permanência em imóveis recuperados (mas com alugueis compatíveis com os mesmos) e permanência provisória no imóvel para futura mudança. A documentação do Ipac (apud Sotratti: 175) relata que a opção majoritária foi pela mudança da área com indenização. 1900 famílias receberam a indenização aproximada de U\$850 (Rubino, 2008, p. 162).

Em 2002, a CONDER dava os primeiros passos para uma possível concretização da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Antigo que vinha sendo anunciada desde 1999. A ação foi registrada pelo jornal do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura (CREA), em seu nº 7, publicado em 2004. A matéria “Longe dos olhos, Sétima etapa de revitalização é marcada pela polêmica retirada dos moradores do Pelourinho” citava o relatório da CONDER o qual informava que, para obter os recursos do BID, os moradores seriam mantidos no local. O BID que financiava a execução da Recuperação estipulou que “[...] neste processo não deve ser deixado de lado o elemento humano que vive ali e trabalha, exercendo as mais diversas atividades, como artistas, artesãos, grupos afro e capoeiristas que caracterizam a área [...]” (Longe dos olhos... , 2004, p. 4-5).

A atenção aos moradores da área era uma exigência do Programa Monumenta que foi sensível ao ajuizamento da Ação Civil Pública 38.148-7/2002, que pleiteava uma liminar contra o Governo do Estado e a CONDER, movida pelo Ministério Público em 2002. Na mesma abordagem citada acima, o CREA menciona que a postura prevista pelo projeto foi esquecida durante a sua execução. Ainda na mesma matéria, o promotor, do Ministério Público Estadual, Livaldo Brito diz: “detectamos que, na verdade, estavam pressionando as pessoas para receberem indenização ou serem relocadas para Coutos” (Longe dos olhos... , 2004, p. 4-5). O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi assinado em junho de 2005, três anos depois. Anteriormente, em 2001, moradores do edifício número 1, da Rua da Misericórdia, já tinham conseguido que os jornais publicassem sobre a reação que tiveram contra a expulsão do prédio onde estavam instalados e as promessas da Bahiatursa e da CONDER. De janeiro a julho daquele ano, foram publicadas 12 matérias sobre a situação, em *A Tarde*.

O outro alvo de críticas foi a metodologia da restauração dos imóveis, em que foram mantidas as fachadas das edificações quando os interiores foram transformados para adequar novas funções. Também, foram destruídos os quintais das casas para construção de largos e praças, espaços destinados à realização de shows e espetáculos. Em entrevista a *A Tarde*, o arquiteto Marcelo Ferraz criticou essas alterações (Weinstein, 4/11/2007, p. 11). Somente depois que a recuperação tinha sido empreendida em sua maior parte, a discussão recrudescceu em torno da qualidade e da adequação da ação. Ao longo do período, a despeito da integridade do casario, aplausos eram constantemente direcionados à iniciativa e ao governo que a promovia e, sobretudo, se promovia, com as obras empreendidas, nem sempre para atender exatamente à urgência da necessidade de preservação.

Os casos brasileiros do Pelourinho, em Salvador; da Região da Luz, em São Paulo; do Recife Antigo, em Pernambuco; da Estação das Docas, em Belém do Pará; e da região do Centro Dragão do Mar, em Fortaleza ilustram o que quero destacar: as intervenções com intenção restauradoras deram mais atenção aos aspectos cenográficos e monumentais desses espaços do que aos elementos históricos que um cuidadoso restauro técnico deveria considerar (Leite, 2008, p. 185).

“Novo” era um vocábulo utilizado com frequência e reproduzido nos jornais para traduzir o estado em que ia ficando o “velho” Pelourinho e adjacências, como nas matérias de *A Tarde*, em que aparece já no título: *O novo Centro Histórico* (Fraga, 25/03/1993, p. 3), *Pelourinho Novo velho* (Pelourinho Novo velho, 30/03/1993, p. 1), *Centro Histórico ganhará novo bairro* (Fonseca, 14/1/2001, p. 14).

Nesse contexto, o que havia para noticiar a partir da recuperação anunciada não era pouco. Entretanto, assim como é possível em jornalismo potencializar a importância do assunto, conferindo-lhe *salência* (McCombs, 2008), é possível, também, silenciar, interditar. O que havia para noticiar com base em critérios de relevância, de proximidade, de abrangência (Galtung; Ruge, 1965), poderia/deveria incluir a saída, quase expulsão, de moradores do Centro Histórico; a restauração dos casarões em tempo exíguo; a proposta de revitalização; a visitação como consequência da restauração; as casas comerciais que já existiam; a instalação de novos empreendimentos; a convivência entre empreendimentos novos e velhos; a empreitada como *marketing* político; a reação de antigos moradores; dentre outras problematizações. O assunto despertou, mesmo, o interesse da comunidade. E a mídia, em vez de abordar as diversas questões, praticamente replicava o conteúdo dos *releases* produzidos pelos assessores de imprensa das instituições e empresas envolvidas. Alguns jornalistas trabalhavam em *A Tarde* e em outros meios, ao mesmo tempo em que serviam ao governo estadual e municipal.

4.3 SOBRE A VITÓRIA

Pela primeira vez na Bahia, edificações que não eram de estilo colonial, e sim ecléticas, foram incluídas no rol dos monumentos protegidos pelo IPHAN, por meio de uma notificação de tombamento provisório. E, também, pela primeira vez, um processo envolvia tantas propriedades privadas de sujeitos abastados. Este tombamento de 12 imóveis, no Corredor da Vitória, durou um ano e não serviu para salvaguardar as edificações remanescentes, do final do século 19 e

início do 20, da “Renascença Bahiana”. Mesmo assim, marcou um período nutrindo a relação entre jornal e leitores.

Inicialmente, a freguesia da Vitória correspondia a espaço que excedia o perímetro dos núcleos fortificados da cidade cujos limites iam até as Mercês, que era freguesia de São Pedro, e faziam fronteira à altura do Solar do Unhão, com a freguesia da Conceição da Praia, e ainda com uma linha que ia do Dique do Tororó, acompanhando o rio Lucaia até o Rio Vermelho (Almeida, 1997). E envolvia o que hoje são os bairros do Barris, Garcia, Rio Vermelho, Graça, Canela e Barra. A denominação Vitória dada ao trecho que conhecemos – da Avenida Sete de Setembro entre o Forte de São Pedro e o topo da Ladeira da Barra – remete à marcha do Exército Libertador que, depois da Guerra de Independência da Bahia, em 1823, passou por ali. Até o século 18, a Vitória era considerada um local afastado. Na primeira metade do século 19, “já havia uma maior afluência de pessoas, já havia até um mercado em frente à Igreja da Vitória” (Mattoso, 1992, p. 444).

Antes, em 1810, já tinha sido inaugurado o Passeio Público da Bahia, pelo 8º Conde dos Arcos, Dom Marcos de Noronha e Brito, que era o governador à época (Risério, 2004). A Vitória que conhecemos era a ligação para o Caminho do “Concelho” (como grafado em documentos), atual Ladeira da Barra, que desembocava na Vila do Pereira, já perto do Farol da Barra, que é o Forte Santo Antônio, o primeiro a ser edificado na Bahia (Oliveira, 2004). O melhoramento urbanístico no Campo Grande aconteceu em 1856, com a tendência sanitarista. A Bahia era direcionada para uma modernização que aconteceria durante a República Velha (1889-1930), período depois do qual a lavoura cacauieira é mais promissora e se encontra em crescimento. O Estado passa a ser o segundo maior produtor de cacau do mundo. Os novos agricultores assumem a liderança perdida pelos barões da cana de açúcar. A Vitória é o endereço das pessoas mais abastadas da cidade, a exemplo dos cacauicultores, e é incluída no perímetro urbano:

Mas nem só o núcleo citadino se definira. A Praça do Palácio funcionara como pólo central, irradiador. E o casario foi avançando em várias direções, para fora e para longe do miolo original. Ia assim cobrindo roças e matas para o nascimento de novos bairros e a formação de subúrbios, como aconteceu com a antiga freguesia da Vitória, agora convertida em área residencial favorita de diplomatas, estrangeiros e negociantes ricos, que iam a cavalo para os seus escritórios na zona propriamente urbana (Risério, 2004, p. 294).

Do Corredor da Vitória até a Praça da Piedade, trilhos de bondes foram assentados, em 1869, e a Companhia Transportes Urbanos fez pela primeira o trajeto. Cerca de 400 pessoas eram transportadas por dia (Sampaio, 2005). Em seguida, o caminho até a Barra foi pavimentado. Em 1912, quando José Joaquim Seabra é eleito governador da Bahia, o Corredor da Vitória foi reformado.

Naquela época se nascia e morria na mesma casa. Mudança só por morte ou casamento. O corredor da Vitória era habitado exclusivamente por famílias de alto trato (com dinheiro ou empobrecidas), pessoas cheias de princípios, educação doméstica e projeção social. Gente nascida rica, com natural *lhanexa* de maneiras, dona do refinamento que só as gerações sucessivas proporcionam. Gente que se podia dizer que vinha ao mundo já calçada com meias e sapatos e com um diapasão de voz inalterável. Salvo umas poucas famílias também de tradição ou de dinheiro, integrantes da alta sociedade, que ocupavam solares em outros bairros, o dito Corredor da Vitória centralizava o interesse de quantos procurassem viver de acordo com o seu padrão (Vianna, 2000, p. 17-18).

O governo federal também dava suas contribuições. Aterrou a área em frente ao Bairro Comercial, na Cidade Baixa, em um trecho entre a antiga Alfândega e a Associação Comercial. Foram construídos também o “quebra-mar sul e um outro, mais interno, além de quatro dos quinze armazéns previstos para a área” (Almeida, 1997, p. 72). Tudo isto trouxe à Bahia construtores, arquitetos e engenheiros de fora, como indicou Figueiredo Filho (1984, p. 15). As construções ecléticas começaram a fazer parte da paisagem urbana a partir do primeiro governo de Seabra (1912-1916), quando seu auxiliar, o Secretário Geral Arlindo Fragoso e o intendente Júlio Viveiros Brandão promoveram a vinda desses profissionais. Eles facilitariam a chegada e a instalação dos especialistas e, também, decoradores, escultores, pintores e artesãos. Na época, a imprensa¹⁵ questionou a utilização de profissionais de fora do Estado e o afastamento dos trabalhadores locais impedidos de participar das obras, como noticiou a *Gazeta de Notícias*, em 19 de junho de 1914, em sua primeira página, conforme Almeida (1997).

A *Gazeta de Notícias*, em sua primeira página da edição especial de 29 de março de 2013, homenageia o primeiro ano do governo de J.J. Seabra, denominando o período de “Renascença Bahiana”, graças às ações do governador para transformá-la [a cidade] em “formosa e hygienica” (Almeida, 1997, p. 69). J.J. Seabra tinha sido ministro de Rodrigues Alves e, por isso, tinha influência política. Queria “civilizar” Salvador, como falou em um discurso na Assembleia Geral Legislativa¹⁶. De acordo com Almeida (1997, p. 70), “o sentido evolucionista e alegórico do plano de remodelações de Salvador nega a cidade colonial destruindo seus antigos logradouros, substituindo os aspectos figurativos dos seus edifícios, elegendo novos espaços para representar a modernidade”. E, conforme remete Fernando da Rocha Peres (2009, p. 38): “Os jornais baianos irão indiscutivelmente colaborar na criação de uma opinião pública, não diremos que favorável ao urbanismo demolidor, mas, pelo menos, deslumbrada e anestesiada em relação ao mesmo”.

As transformações na capital baiana nos anos 1960, com novas estradas e distritos industriais, se refletem na própria reconfiguração da Vitória e bairros vizinhos, quando os edifícios para moradia de mais de uma família começaram a surgir. O Maiza, com sete andares, na Av. Sete nº 1724, projetado pelo arquiteto Luis Arantes é de 1949 e foi o primeiro na área. O Edifício Manuel Victorino, nº 212, com 11 andares, é do arquiteto Bina Fonyat, o mesmo que desenhou o Teatro Castro Alves, situado no Campo Grande, construído pela Soares e Leone Ltda, em 1958/59. Outros prédios já tinham sido edificadas na Graça e na Barra. Já existiam o Edifício Dourado, de 1935, e o Edifício Oceania, de 1942, ambos no estilo proto-moderno – *art deco*, notificados de tombamento pelo governo do Estado, em 1ª de fevereiro de 2008. O tombamento do Dourado não se efetivou.

As mansões neoclássicas ou de estilo eclético, da Vitória, foram, pouco a pouco, sendo vendidas, demolidas e substituídas por edifícios de apartamentos. Na década de 1980, as que ainda existiam deram espaço para prédios altos e requintados. Alguns foram construídos nos recuos posteriores, mantendo as casas na frente do terreno. O primeiro prédio com teleférico e pír de atracação de lanchas, o Mansão Carlos Costa Pinto, também, tinha uma piscina em cada apartamento. Na época de sua construção, o prédio atraiu a atenção da imprensa nacional, como em uma edição da revista *Veja* em 1986. Depois da instalação de teleféricos e píeres, começaram a surgir outros equipamentos, como piscinas e quiosques, cada vez maiores e próximos da beira

¹⁵ Quase um século depois, noticiaria a intenção da prefeitura em re-configurar um dos espaços com características remanescentes daquele período, construídos pelo arquiteto Felipe Santoro – a substituição das balaustradas da Barra, por guarda-corpo de aço (*A Tarde*, 01/11/2003, p. 3; 08/11/2003, p. 5; 10/11/2003, p. 5; 10/12/2003, p. 2; 18/12/2003, p. 4; 29/12/2003, p. 5; 29/12/2003, p. 4).

¹⁶ Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado. Salvador: Secção de Obras da Revista do Brasil, 1913. p. 15-16.

d'água e até construídos dentro do mar, como a piscina do Mansão Leonor Calmon¹⁷. Prédios populares também tiveram a sua vez, a exemplo do Edifício Apolo XXVIII que chegou aos 31 andares no início dos anos 1970. E, três décadas depois, surgiu o edifício Mansão dos Cardeais, também com mais de 30 pavimentos.

Atracadouros, píeres, quiosques e piscinas em estruturas construídas no mar foram instalados sem que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e nem a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) impedissem. Na verdade, foram tomadas providências para legitimá-los porque alguns prédios conseguiram licenças específicas. A situação foi abordada pelo jornal *A Tarde*, em diversas reportagens¹⁸ e o Ministério Público Federal instaurou uma investigação em 2008, recomendando a derrubada de todos os equipamentos não licenciados. O promotor federal Ramiro Rothenbach, responsável pela emissão da recomendação, foi transferido para o Estado do Mato Grosso.

4.4 TOMBAMENTO PROVISÓRIO

Institutos de proteção do patrimônio não conseguiram atuar para preservar aquele já combalido conjunto de edificações dos séculos 19 e 20, nas áreas da Vitória, Graça e Canela. Com olhos fixos no passado mais distante, a conduta oficial e outras condições produziram um hiato na cronologia do texto arquitetônico preservado da cidade. Em relação à cultura modernista, Azevedo¹⁹ se refere como “profundamente asséptica e anti-historicista”, a qual teria negado os méritos do ecletismo, até como valor testemunhal, e que teria permitido a destruição de “documentos” da história republicana brasileira, como o conjunto da Avenida Central, atual Rio Branco, no Rio de Janeiro (Azevedo, 2006, p. 59). “Nenhuma [mansão] ficou por memória, o que é pena, salvo em escassos documentos fotográficos” (Figueiredo Filho, 1984, p. 17). Conforme Pessoa (2007), “as políticas de preservação no Brasil foram executadas até aos anos 1970 com a ideia de que os testemunhos da identidade brasileira seriam o passado colonial e o presente moderno, isto implicou de imediato no desinteresse pela conservação da arquitectura de final do século XIX e inícios do XX” (Pessoa, 2007, p. 174).

Em seu parecer favorável ao tombamento estadual do Palacete Comendador Bernardo Martins Catharino, cuja indicação foi feita pelo conselheiro Thales de Azevedo, em sessão plenária do Conselho Estadual de Cultura, em 1982, Figueiredo Filho elogiou o então “recente interesse de arquitetos baianos pelo acervo eclético do Estado”. Em seu texto, na *Revista do Patrimônio*

¹⁷ Vale pontuar que a casa que ocupava este lote pertenceu ao jornalista Jorge Calmon, que por tanto tempo dirigiu o jornal *A Tarde*. No seu contrato de venda havia uma cláusula que vinculava a demolição da mansão ao pagamento de R\$ 1 milhão. A mansão foi derrubada e em seu lugar há um saguão.

¹⁸ Links para matérias sobre píeres irregulares publicadas em *A Tarde*: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/pierres-em-situacao-irregular-293748>; <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/prazo-para-notificacao-de-pierres-irregulares-termina-hoje-291507>.

¹⁹ Este autor – também, arquiteto e professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – integrava o Conselho Consultivo do IPHAN durante o processo de tombamento do Corredor da Vitória. Neste momento, conforme ata da 42ª Reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, que resultou em arquivamento do processo, ele não externou essa posição nem explicitou para os demais conselheiros a conjuntura política baiana que tornava extremamente vulneráveis os imóveis do período tombados provisoriamente a nível nacional. O tombamento a nível nacional teria sido o único aplicável e capaz de representar efetiva proteção. Em 12 de julho de 2005, a assessoria de imprensa do Ministério Público Estadual enviou o seguinte release de uma página, assinado pela jornalista Maria Alcina Pipolo (Mtb 915): “O Ministério Público baiano fará a entrega à Prefeitura Municipal do Salvador, em 20 de dezembro próximo, do processo de tombamento do conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico do Corredor da Vitória, que está sendo encaminhado ao MP pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC), originário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e reunindo cerca de 4 mil páginas [...]. Na oportunidade, o diretor de Patrimônio do IPAC, Jorge Augusto Mattos Guimarães ratificou a posição do órgão – expressa em ofício dirigido ao MP em agosto último –, de não abrir nem dar prosseguimento a processo de tombamento [...]. A promotora de justiça determinou que o processo seja transferido para o Município [...]”.

(1985), detalha como o estilo chegou à Bahia. Embora escrevesse em favor do palacete que, em sua opinião, deveria ser tombado, Figueiredo Filho se estendeu na descrição das outras casas situadas na vizinhança, no Corredor da Vitória, no Campo Grande e na Graça. Deteve-se em um relato repleto de minúcias sobre os aspectos construtivos e sobre a quem pertenceram, ou pertenciam, aqueles imóveis. No documento, o conselheiro também se referiu ao “imobilismo das construções de outrora” que começava “a ser batido pelas aspirações e inspirações diversificadas” (Figueiredo Filho, 1984, p. 16). Ele relata a transformação socioeconômica pela qual passou a Bahia, semelhante às que se verificaram em várias cidades do mundo, em consequência das novas técnicas que se juntavam à produção e à mão-de-obra, que refletiam, também, uma mudança na conformação social.

Não mais os palácios do bairro da Sé ou os sobrados de São Pedro, escuros, pesados de tradição, com forros caixotados, portais armoriados abarrocando-se em volutas e os escassos vãos retangulares guarnecidos, nas sacadas, de gradis em conto de lança; nem aqueles sobrados xifópagos ou de oitão colado, distensos em agrupamentos agressivos ou tão-só melancólicos. Os cônsules estrangeiros, os negociantes alemães e ingleses, os arrivistas afortunados, que nem estes faltariam àquele tempo, e muito aquinhoados à sorrelfa pelo tráfico negreiro, comandariam a moda das “vilas” do Corredor da Vitória, grandes ou singelas casas de varandas abertas para jardins sombreados, parques de árvores enormes, meio ou de todo selvagens, e, como se tem notícia, povoados de cigarras de canto ardente, de escaravelhos zumbidores e de trêfegos sagüis pulando a galharia das mangueiras (Figueiredo Filho, 1984, p. 16).

Desde que Figueiredo Filho defendeu o Palacete da Graça, tombado a nível estadual, duas décadas se passaram até que fossem notificados 12 imóveis no Corredor da Vitória, a nível federal. Este tombamento se tornou polêmico, sobretudo, porque envolvia uma área de extremo interesse para proprietários de incorporadoras e construtoras do setor imobiliário, que ensaiava uma arrancada, que veio a se concretizar dois ou três anos depois, com o *boom* da construção civil. O trecho da Avenida Sete, conhecido como Corredor da Vitória, continuava sendo o endereço da classe mais abastada e um certificado de status para seus moradores.

O momento em que a nova gestão do governo federal se iniciava parecia propício para que a proteção dos imóveis remanescentes finalmente se efetivasse, uma vez que o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) se mostrava com ímpeto para assumir a defesa de antigos anseios da sociedade. O Ministério da Cultura, tendo à frente o artista baiano Gilberto Gil, e como secretário executivo o, também, baiano Juca Ferreira, dava mostras de que encamparia uma ruptura na sua forma de atuação. Preservar as mansões na Vitória, como testemunhos de épocas passadas, e de um movimento mundial ao qual o Brasil não ficou indiferente, não tinha acontecido, em governos anteriores. Em 2003, início do governo Lula, essas medidas pareciam exequíveis e processos que antes decorriam sem que houvesse o acesso do público passaram a ser disponibilizados.

O tombamento dos 12 imóveis situados na Avenida Sete de Setembro, entre o Corredor da Vitória e o Forte de São Pedro, processo nº 1.451-T-99, surpreendeu ao ser publicado, no *Diário Oficial da União*, em 16 de junho de 2003. A partir daí, travou-se uma batalha entre empresários do setor imobiliário e o IPHAN, acompanhada de perto para ser noticiada praticamente com exclusividade pelo jornal *A Tarde*. Não havia releases sobre o assunto e os outros jornais e TVs não publicaram a respeito. O pedido de tombamento tinha sido feito simultaneamente

ao IPAC, que não o considerou, e ao IPHAN, ainda em 1998, pelo Sindicato dos Arquitetos (SINARQ). A lista com as sugestões para tombamento continha 48 unidades espalhadas entre a Vitória e os bairros do Canela e Graça. Durante cinco anos, esperava-se por uma notificação que protegesse os imóveis. A notificação foi de apenas 12 imóveis selecionados. O secretário executivo do Ministério da Cultura, Juca Ferreira, garantiu, em entrevista a esta autora, com o título *Ministério intercede em favor da Vitória* (Weinstein, 11/6/2003, p. 4), que o Ministério estaria preparado para as possíveis pressões que o setor imobiliário empreenderia.

O Iphan, criado em 1937, já tem uma história de lidar com tombamento, tem uma bagagem técnica. O MinC vai assumir a responsabilidade pelo ato de tombamento. São bens de interesse da comunidade. Por isso, tudo está sendo fundamentado juridicamente para que não haja contestações (Weinstein, 11/6/2003, p. 4).

Quase seis meses depois da notificação de tombamento provisório, durante a solenidade do tombamento do Terreiro de Candomblé do Bate-Folha, em Salvador, em entrevista do tipo *ping-pong*²⁰, que ocupou uma página inteira, o secretário-executivo baiano do Ministério da Cultura explicou o que quis dizer com “o ministro não tomba nem destomba”, declaração que titulou a matéria, publicada em 11 de junho de 2003:

É porque cabe ao ministério realizar, dentro dos padrões legais, os processos de tombamento. O mérito pelo tombamento não é do ministro. Nem o demérito. Nem o poder. Porque se trata de uma sociedade, uma república constitucionalista, e a lei prevê esse tipo de processo. O reconhecimento é feito, por parte do Estado, do mérito de um imóvel, de um processo, de uma cultura. Cabe ao Iphan (autarquia vinculada ao MinC) e ao Conselho do Iphan legitimarem o que deve ser reconhecido pelo Estado. Cabe à sociedade propor e ao ministro homologar ou não. Apesar de eu achar absolutamente correto o tombamento da Vitória, não tem mérito nenhum pessoal meu nesse assunto (Weinstein, 17/12/2003, p. 7).

O secretário executivo também demonstrou ter conhecimento de que a instância federal seria importante para a preservação do patrimônio. “Em princípio, esse tombamento deveria ser estadual ou municipal, mas como o Estado e o Município não manifestaram nenhum interesse, e a gente acha relevante, o Ministério da Cultura o assumiu em termos federais (Weinstein, 11/6/2003, p. 4).

A repercussão da notificação do tombamento, decidida de forma ágil e rápida, em comparação ao ritmo dado à questão no governo anterior, rendeu elogios. A proteção equivalia ao tombamento definitivo.

O diretor do Sindicato dos Arquitetos da Bahia (Sinarc), Giesi Nascimento Filho, ficou surpreso com a rapidez do desfecho do processo. “Excelente. É uma vitória. Mas a luta continua para que a Graça e o Canela também sejam tombados. É interessante que haja uma certa vigilância sobre esses imóveis para que não sejam danificados, mesmo tombados” (Weinstein, 18/06/2003, p. 2).

Para surpresa e decepção de muitos, o tombamento foi arquivado, em maio do ano seguinte, por votação ocorrida na 42ª Reunião do Conselho Consultivo do IPHAN. O único conselheiro baiano, filho do sociólogo e médico Thales de Azevedo, que propôs o primeiro tombamento de imóvel de estilo eclético no Estado, o Palacete Martins Catharino, deixou de enfatizar para os seus

²⁰Entrevista de perguntas e respostas.

pares a situação ameaçadora e de vulnerabilidade, em decorrência da especulação imobiliária, em que se encontravam as edificações referendadas para tombamento. O ex-conselheiro, arquiteto e professor da Faculdade de Arquitetura Paulo Ormino de Azevedo, responsável pela publicação do Inventário do Patrimônio da Bahia, absteve-se de votar, enquanto a maioria dos conselheiros votou pelo arquivamento do tombamento provisório, sem serem alertados devidamente de que a proteção a nível estadual ou municipal possivelmente jamais viria. O relator do processo, o carioca Sabino Barroso, manteve a sua defesa do tombamento até o fim do julgamento. Dentre os conselheiros que votaram pelo arquivamento do tombamento estava a diretora do Museu de Artes e Ofícios de Minas Gerais e filha do proprietário da Construtora Andrade Gutierrez, Ângela Gutierrez. O professor Paulo Ormino de Azevedo achava que a proteção deveria ser assumida pelo Município e pelo Estado, duas instâncias que já tinham se eximido, publicamente, da responsabilidade.

Salvador, à época, nem tinha como proteger por meio de tombamento, porque sequer tinha Conselho de Cultura. A Lei Orgânica previa a proteção do patrimônio histórico, mas não havia regulamentação para isso. Na entrevista do tipo *ping pong* “*Eu nunca vi governo preservar memória*” (Weinstein, 2/11/2003, p. 5), o ex-secretário de Planejamento Manoel Lorenzo informava que o município não possuía meios para tombamento. Também, o presidente da Fundação Gregório de Mattos, à época, Francisco Senna havia declarado na matéria *Ausência de lei ameaça a preservação da Vitória* que “não existe tombamento municipal para imóveis” (Weinstein, 7/6/2003, p. 6). A Constituição de 1988 que, em seu artigo 216, conferiu aos municípios a incumbência de proteger o patrimônio histórico-cultural local, de forma integrada à legislação estadual e federal, não foi aplicada nesses anos todos.

Interessante perceber que, se na década de 1990, a vulnerabilidade do patrimônio decorrente do desgaste provocado pelo tempo e a recuperação do acervo do Centro Histórico eram os motivos mais frequentes para a produção de matérias, no início dos anos 2000, o foco se desloca para um maior questionamento sobre iniciativas que buscassem um tratamento mais apropriado para o patrimônio. Nos anos 1990, pouco se noticiava sobre a ameaça da especulação imobiliária ou sobre a qualidade das restaurações propostas, embora houvesse casos de obras que acabavam prejudicando a integridade do monumento. Como exemplos, lembramos a restauração feita pelo próprio IPAC no início dos anos 2000, no claustro do Convento de São Francisco, em Salvador, que acabou criando o problema de represamento de água de chuva no andar superior, e a restauração feita nos azulejos do mesmo claustro, pela Fundação Banco do Espírito Santo, que foi refeita e que, mesmo assim, os painéis chegaram a um estado avançado de deterioração. Esse tipo de questão passou a ser mais debatida.

O mérito das edificações situadas no Corredor da Vitória teria que ser reconhecido, mesmo que o estilo dos imóveis não fosse o colonial. E teria que ser sem o apoio dos governos municipal e estadual, que não tinham interesse em proteger a área cujo valor do metro quadrado era o mais alto da cidade. Já o governo federal tinha acabado de tomar posse e tinha a intenção de preencher as mais diversas lacunas. O tombamento ali incidiria sobre uma área com casas privadas e ocupadas regularmente, diferentemente do Centro Histórico, cujos casarões eram habitados, muitas vezes, irregularmente. Muitos de seus moradores pertenciam à classe média e alta que viviam em apartamentos de edifícios com teleféricos e atracadouros para lanchas. Ou seja, a realidade na Vitória tinha uma configuração muito diversa da última experiência de tentativa de preservação de grande porte, a do Centro Histórico.

O tombamento, que não implicaria em desapropriação, teve imediata reação de rejeição por parte dos que enxergavam na Vitória as possibilidades de lucro para o setor imobiliário. Sem essa motivação, os próprios moradores do lugar não se abalaram, porque, para eles, aparentemente, não havia risco de perda de suas propriedades ou de haver desvalorização dos seus bens, opostamente ao que aconteceu no Centro Histórico, onde se verificou uma *assepsia social*²¹, no entendimento do Ministério Público Estadual, para afastamento dos ocupantes dos casarões. Conselheiros do IPHAN temiam que a iniciativa privada cobrasse a responsabilidade pela desvalorização de imóveis ou pela inviabilidade de novos empreendimentos no Corredor da Vitória, por causa do tombamento. Isto fica claro na ata da 54ª Reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, ocorrida em 9 de dezembro de 2007, quando se decidiu pelo tombamento da Igreja da Vitória, três anos e meio depois do arquivamento do tombamento dos 12 imóveis, durante a 42ª Reunião. Principalmente, na voz do conselheiro Nestor Goulart Reis, que pondera sobre a reação da iniciativa privada à notificação de tombamento no ano anterior, e exime o Conselho do IPHAN pelas consequências da não-proteção, na ocasião do arquivamento do processo referente aos 12 imóveis. Em 2004, o ex-presidente do IPHAN, Antônio Augusto Arantes, pretendeu promover a preservação contando com o entendimento dos governos municipal e estadual, sobre os quais já tinha sido alertado de que nada fariam. À época, Salvador e a Bahia tinham à frente o prefeito Antonio Imbassahy (PFL) e o governador Paulo Souto (PFL), respectivamente, aos quais não interessava reconhecer a importância da área a ponto de viabilizarem uma proteção definitiva.

O tombamento do Corredor da Vitória e o arquivamento do processo, de novo, foram destacados pelo jornal *A Tarde* e ignorados pelos demais meios de comunicação. Havia muito a noticiar sobre a Vitória naquele momento: o tombamento inédito de imóveis localizados em uma área “nobre” da cidade; a ameaça de destruição e perda das mansões ecléticas; a especulação imobiliária; a lacuna que a não preservação daquele patrimônio ocasionaria; as razões pelas quais a prefeitura se ausentava do compromisso de preservar; as razões pelas quais o Estado se ausentava da responsabilidade de preservar; os motivos que levaram à transferência da questão, da União para outras instâncias; os motivos que levaram a União a arquivar o processo, mesmo sem a garantia das demais instâncias.

Cabe perguntar por que a preservação da Vitória foi agendada pelo jornal *A Tarde*. Porque o risco de perda das mansões foi considerado relevante pela proponente que era a repórter autora das matérias; havia editores que “apostavam” no tema; havia o compromisso de arquitetos e membros de instituições da sociedade civil envolvidos com a questão que respaldavam a discussão, como fontes especializadas; houve o *agendamento* do próprio governo; e a questão entrou na agenda do público.

²¹Termo utilizado pelo Ministério Público Estadual, na ação civil pública nº 38.148-7/2002.

CAPÍTULO 5

NOTÍCIAS NO CENTRO HISTÓRICO E NO CORREDOR DA VITÓRIA

O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador e o tombamento do Corredor da Vitória envolveram interesses de setores diversos e, ao serem publicizados, faziam emergir questões sociais subjacentes. Se, no Centro Antigo, os moradores dos casarões foram afastados do lugar onde viviam com indenizações irrisórias definidas pelo governo estadual, como relatam as reportagens, no Corredor da Vitória, as impugnações contra o tombamento federal notificado foram motivo de preocupação e acabaram contribuindo para o arquivamento do processo. O jornal cobria os acontecimentos e o leitor acompanhou o paradoxo das situações.

A Recuperação do Pelourinho foi obra do governo estadual. “O aniversário de Salvador, em 29/03/1992, foi comemorado, entre outras atividades, pelo lançamento midiático do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador” (Fernandes, 2006). Já o “desengavetamento” do processo de tombamento e notificação dos imóveis da Vitória, que aguardavam há cinco anos por uma ação de proteção, do Estado ou da União, se deu, como dissemos anteriormente, no início da gestão do primeiro mandato do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003. O pedido feito ao IPHAN em 1998 foi desengavetado em junho de 2023. Três matérias depois, publicadas por *A Tarde*.

Embora o Centro Histórico tenha sido tombado, inicialmente, em 1959, o trabalho de recuperação mais ousado aconteceu a partir de 1992, tendo a execução da primeira fase de obras sido concluída em 1993 quando, até então, mais de 180 inserções de notícias sobre o assunto foram registradas no jornal *A Tarde*, conforme pesquisa nossa. Exatamente 10 anos depois, outra área relevante em Salvador foi protegida com base no Decreto-Lei nº 25/37, por apenas um ano, por tombamento provisório que, enquanto esteve em vigor, equivalia ao definitivo em seu rigor e amplitude de proteção. Ao contrário de praticamente a totalidade dos processos notificados pelo IPHAN, ao longo de sua existência de 85 anos, o de número 1.451-T-99, referente aos 12 imóveis situados no Corredor da Vitória e adjacências, foi arquivado em 20 de maio de 2004, depois de ter sido pauta de quatro reuniões do Conselho Consultivo do IPHAN, no Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, e no prédio do Ministério da Educação, em Brasília. O desdobramento de praxe, em que o tombamento provisório evolui para o definitivo, obviamente, foi interrompido, ao ser arquivado.

O patrimônio cultural em Salvador, que ainda conserva parte do seu acervo de edificações do século 18, está em meio à especulação imobiliária e a uma política pública de uso do solo que costuma demonstrar o entendimento de que quanto maior o volume de construções e obras, privadas e públicas, melhor para a cidade. Salvador, que guarda em seu centro um sítio reconhecido como Patrimônio da Humanidade, pela Unesco, requer responsabilidade ativa dos poderes públicos e da comunidade, incluindo os meios de comunicação. O jornal popularizou-se na modernidade e manteve até pouco tempo atrás a propriedade de ser um dos poucos meios a tornar possível o debate público, entre campos e segmentos sociais. Essa presença do jornal na esfera pública era imprescindível para a condição de convivência na contemporaneidade, se diferenciando de um longo período anterior em que a troca de ideias era restrita, tanto em decorrência da estrutura social, quanto das limitações que ainda se verificavam nas possibilidades de comunicação, como descreveu Habermas (1984).

O conteúdo das publicações justificam a análise das coberturas nos dois momentos, especialmente, porque ficam evidentes as condutas distintas do jornal, entre uma tentativa e outra de preservação, assim como as do próprio governo. Se, durante a recuperação do Centro Antigo, as notícias vinham com frequência das assessorias para as redações dos jornais, no caso do tombamento dos 12 imóveis na Vitória, a pauta era construída por iniciativa do jornal. Passou-se a um agendamento prolongado, com a inclusão de fontes raramente consultadas anteriormente e a apresentação de novas relevâncias dentro do mesmo escopo. É possível perceber a inclusão da pauta sobre patrimônio, com maior intensidade, no jornal. Os dois casos circunstanciam um processo de emergência e de consolidação do tema. Por isso, ao descrevermos a trajetória dessas coberturas, refletimos sobre: 1) apresentação dos conflitos, com temas e/ou fontes, nos textos publicados; 2) valorização da temática pelo jornal; 3) engajamento do jornal e sustentação da publicização de desdobramentos.

Ao iniciarmos o trabalho de checagem e análise das publicações sobre a recuperação do Centro Histórico, conferimos a *clipping* guardada na Biblioteca Manoel Quirino, situada à época no Solar do Ferrão, Pelourinho, pertencente ao IPAC-BA, feita por Irene de Santana Oliveira, servidora pública da autarquia por 40 anos. Produzimos um fichamento e categorizamos as unidades registradas. Também trabalhamos com os arquivos de publicações do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e do jornal *A Tarde*. Na nossa pesquisa, o período definido de cobertura para o Centro Histórico era entre 1992 e 2002, ou seja, do início do Projeto até o momento em que transcorria a 7ª Etapa de Recuperação. O do tombamento do Corredor da Vitória, entre 2003 e 2004, prolongou-se para além do arquivamento decidido pelo IPHAN, uma vez que o entendimento sobre a vulnerabilidade dos imóveis não poderia ser terminado ali. Nos concentramos nas edições nestes períodos, embora tenhamos ampliado a consulta para desde 1990 e até 2006, para que tivéssemos uma margem sobre como se comportava a imprensa antes e depois dos anos em que se concentraram as ações de recuperação e de tombamento, respectivamente. Seleccionamos as matérias sobre patrimônio cultural material e, dentro deste grupo, separamos as que tinham relação direta com a recuperação do Centro Histórico e com o tombamento do Corredor da Vitória. As matérias sobre patrimônio cultural, normalmente, incluem temáticas sobre igrejas, museus, arte, acidentes e iniciativas do governo, relativas a todo o Estado da Bahia. Nos concentramos nas que tinham como objeto as questões localizadas em áreas definidas para recuperação pelo programa anunciado em 1992 e/ou processos que tinham

como foco o Pelourinho, o Centro Histórico e o entorno imediato. Sobre o Corredor da Vitória, focamos no que havia sobre as construções ecléticas e entorno.

A quantidade de inserções sobre o patrimônio histórico e cultural, situado em Salvador (Ver Tabela 1), a cada ano, nos períodos mencionados, dão a dimensão da relevância do assunto. Os números não incluem as unidades referentes a temas gerais de patrimônio ou bens situados em outros municípios que não Salvador. A quantificação se refere às inserções sobre patrimônio histórico e cultural relacionado estritamente ao Centro Histórico em recuperação, e ao Corredor da Vitória, no jornal *A Tarde*.

Nesta relação, não estão incluídas as matérias não diretamente relacionadas à área correspondente ao Centro Histórico e ao Centro Antigo, onde ocorreu o Programa de Recuperação do Centro Histórico. Então, as matérias sobre o Liceu de Artes e Ofício, a Faculdade de Medicina, a recuperação da Barroquinha, cujas obras não dependiam ou não estavam vinculadas às deliberações ou às verbas previstas para o Programa de Recuperação do Centro Histórico, porque tinham orçamento próprio, não integram o nosso estudo. Percebe-se que matérias sobre o Centro Histórico voltaram à pauta a cada nova ampliação ou etapa da recuperação. A restauração de mais quarteirões suscitava novos anúncios. Os dados demonstram que o Programa de Recuperação foi um motivador para a produção e/ou publicação de matérias. Em 1992, quando a recuperação foi anunciada e iniciada, o número de unidades de registro sobre o assunto Centro Histórico cresceu quatro vezes mais que o número das demais temáticas relacionadas ao patrimônio histórico e cultural, no período. Entre antes do início e os anos de vigência da recuperação houve aumento no número de inserções. De 104, em 1990, e 120, em 1991, o número de unidades aumentou para 156, em 1992, e para 336, em 1993. De um acréscimo de 24% em 1991, subiu de novo em 40%, em 1992, e 49%, em 1993. Em 1993, foram publicadas 336 unidades sobre patrimônio histórico e cultural em Salvador, e mais da metade delas – 173 – eram diretamente relacionadas à recuperação do Centro Histórico, sendo que 26 figuraram na primeira página do jornal como manchete ou chamada. O maior número de publicações sobre o Centro Histórico se dá em 1993.

No caso do Corredor da Vitória, é importante notar que três reportagens foram publicadas causando discussão pouco antes da notificação de tombamento.

Tabela 1: Unidades jornalísticas sobre o Centro Histórico e o Corredor da Vitória no jornal *A Tarde* (1990-2006).

			Total de unidades sobre patrimônio	% Crescimento em relação ao ano anterior	Unidades sobre assunto	% Crescimento em relação ao ano anterior	% matérias sobre as áreas específicas
CHS	Anos anteriores	1990	104		36		34,6
		1991	120	15,38	29	-19,4	24,1
	Recuperação do Centro Histórico da I à VII Etapa	1992	156	30	63	117,2	40,3
		1993	336	115,3	166	163,4	49,4
		1994	191	-46	100	-39,7	52,3
		1995	212	10,9	71	-29	33,4
		1996	336	58,4	85	19,7	25,2
		1997	340	1,1	155	82,3	45,5
		1998	361	6,1	150	-3,2	41,5
		1999	361	0	142	-5,3	39,3
		2000	250	-30,7	92	-35,2	36,8
		2001	190	-24	40	-56,5	21
		2002	336	76,8	39	-2,5	11,6
		2003	180	-46,4	64	64,1	35,5
		2004	208	15,5	69	7,8	33,1
		2005	126	-39,42%	57	-17,3	45,2
		2006	160	26,9	43	-24,5	26,8
Corredor da Vitória	Tombamento	2003	180		38		21,1*
		2004	208	15,5	28	-26,9	13,4*
	Anos subsequentes	2005	126	-39,4	7	-75	5,5
		2006	160	26,9	10	42,8	6,2

Fonte: Jornal *A Tarde* (1992-2006). Pesquisa da autora.

Nos dois anos subsequentes ao arquivamento do processo de tombamento do Corredor da Vitória, houve uma retomada na publicação de matérias sobre patrimônio histórico e cultural. Em 2005, foram 126 publicações, e, em 2006, 160. A temática teria perdido espaço em consequência do seu arquivamento em 2004. Entretanto, recrudescer em alguns momentos posteriores. Em 2007, o assunto retornaria em consequência de desdobramentos também inesperados, como a derrubada de um dos imóveis, a Mansão Wildberger, em 26 de janeiro, sem alvará de demolição expedido pela prefeitura e à revelia da notificação de tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Vitória, cujo novo processo de tombamento foi iniciado em dezembro de 2005, e cujo entorno incluía a mansão, situada na vizinhança imediata. Em 2013, o deputado Félix Mendonça que, junto com outros três sócios, ordenou a destruição do imóvel, sofrendo por isso ação penal proposta pelo Ministério Público Federal, foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

5.1 CATEGORIZAÇÕES

Categorizamos as matérias conforme o principal tema contido nelas, presença e ausência de fontes, chamada ou manchete correspondente na capa e gêneros e formatos de inserção. Os *temas*, como atributos (McCombs, 2008), balizam os registros do *agendamento* e a *saliência* dos assuntos. *Fontes* é um indicativo para a construção e representação de envolvidos no conflito. *Presença na capa*, *espaço ocupado* e *gêneros e formatos* das unidades são indicadores da *saliência* proporcionada no jornal e como ela se constitui.

Na identificação da temática, foi considerado como universo toda a cobertura, direta ou indiretamente, relacionada à ação de recuperação do Centro Histórico e ao tombamento do Corredor da Vitória. Em cada unidade de registro foi detectada a presença do assunto em cada edição e no todo, sem especificar a presença ou a ausência de outros temas secundários, na mesma unidade. Os assuntos e a distribuição deles indicam a atenção dispensada pelo jornal, porque a tematização das matérias publicadas resulta da seleção feita a partir de uma cadeia hierarquizada de *gatekeepers* engajados na rotina da Redação. A inserção da notícia no jornal se adequa, basicamente, a três importantes fatores determinantes – à equipe de produção, ao formato e linha do jornal e ao tempo disponível para produção (Wolf, 2005).

A equipe de produção é a responsável pelo controle do formato e do tempo de produção. Wolf (2005) considera falacioso atrelar a escolha das notícias a critérios rígidos e unicamente objetivos, e faz um roteiro de condicionantes para as publicações. Primeiro, o autor se refere às considerações concernentes ao evento a ser transformado em notícia, o acontecimento. Depois, ao conjunto dos processos de produção e de realização. Em seguida, se refere à imagem que os jornalistas têm dos destinatários. E, finalmente, às relações entre os meios de comunicação de massa presentes no mercado de informação. O “evento a ser transformado em notícia” a que Wolf se refere é referendado como enunciado que requer um conflito/intriga capaz de conduzir o acontecimento à página do jornal. “The potentially conflictual nature of an issue helps make it newsworthy as proponents and opponents of the issue battle it out in the shared ‘public arena’, which in modern society, is the mass media” (Dearing; Rogers, 1992, p. 2)²².

5.2 FASES E FACES DA COBERTURA NO CENTRO HISTÓRICO

Ao identificarmos as matérias por assunto, destacamos apenas um tema, o principal, ou o mais relevante, embora pudesse haver outros atributos secundários na mesma unidade. Cada matéria analisada pode conter mais de um assunto (Sousa, 2006). Mas há unidades com apenas um tema isolado, especialmente, as notas, os artigos e os editoriais.

Quadro 1: Cronologia das etapas do Programa de Recuperação do CHS, iniciado em 1992.

Etapas	Início	Conclusão	Abrangência da intervenção
1ª	Junho de 1992	Março de 1993	Quatro quarteirões na área central, contíguos à Rua Gregório de Matos, com 89 imóveis. Foram implantados três largos internos. Construído estacionamento para 62 veículos.
2ª	Abril de 1993	Final de 1993	Recuperação de dois quarteirões entre as ruas do Passo e do Carmo, com 47 imóveis localizados nas imediações da Escadaria do Passo.
3ª	1994	1994	Recuperação de 58 imóveis distribuídos em três quarteirões na área do antigo Maciel e Igreja de São Miguel. Construção de edifício-garagem, para estacionamento de 500 veículos.
4ª	1994	1995	Restauração de 183 imóveis em 8 quarteirões, entre o Terreiro de Jesus e o Cruzeiro de São Francisco.
5ª	1996	1998	Restauração de dois quarteirões na área da Praça da Sé, com 48 imóveis.
6ª	1998	Inconclusa	Recuperação de 83 imóveis em quarteirões nas ruas do Passo, do Carmo e Largo do Pelourinho, além da fachada do Cine Excelsior e a Praça da Sé.
7ª	1999	Inconclusa	Restauração de 130 imóveis em oito quarteirões e mais sete imóveis tombados nas imediações da Ladeira da Praça, Rua São Francisco, Rua Monte Alverne. O Programa passa a contar com o apoio do Programa Monumenta, do Ministério da Cultura, e da Caixa Econômica Federal, que financia moradias.

Fonte: Pesquisa da autora.

²² A natureza potencialmente conflitual de um assunto ajuda-o a ser noticiável, uma vez que proponentes e oponentes disputam a arena pública, o que na sociedade moderna são os meios de comunicação de massa. (Tradução nossa).

Em 1992, a recuperação do Centro Histórico de Salvador apareceu vigorosamente na mídia dando mostras que, dessa vez, ao contrário das anteriores, em que foram anunciadas, seria executada. Os acontecimentos referentes a essa empreitada continham os chamados valores-notícia tão necessários para a noticiabilidade. Havia, além da novidade, a relevância, abrangência, proximidade, atualidade e expectativa capazes de despertar e manter em alta o interesse do público. De acordo com os registros obtidos com a contagem de matérias, as inserções sobre o Centro Histórico passaram a ser incluídas regularmente no cardápio do jornal. Até então, as reportagens costumavam ser, predominantemente, esporádicas, sobre incêndios²³ e desabamentos. Esses temas não foram suprimidos com o anúncio da primeira etapa de Recuperação porque os acidentes não deixaram de acontecer. Somente “incêndio” foi “gancho” para oito matérias, ou seja, motivou a publicação de oito matérias, sendo que uma delas – *Fogo destrói mais um casarão secular no Centro Histórico* (2/1/1992, p. 11) – obteve uma das sete chamadas na primeira página que o assunto patrimônio *emplacou*²⁴, neste ano. Até 15 de março de 1992, quando foi publicado o *ping-pong Antônio Carlos: Bahia influi nas decisões nacionais* (Ferreira, 15/03/1992, p. 10), já tinham sido veiculadas sete matérias sobre incêndio ou com conteúdos correlatos, relativas a ações de bombeiros e à colocação de hidrantes. A temática arrefeceu nos anos seguintes, caindo para apenas duas matérias por ano, voltando a aumentar em 1997 e 1998, quando a recuperação do Centro Histórico teve o seu ritmo desacelerado. Foram oito incêndios reportados em 1997 e seis em 1998. Incêndios no Centro Histórico costumavam ser assunto da editoria de Polícia.

Tabela 2: Assuntos relativos ao Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (1992-2002).

Assuntos	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	Total
Diretora Adriana Castro (IPAC)	0	1	2	2	7	14	2	5	2	0	0	35
Baixa dos Sapateiros	0	2	1	0	0	2	1	2	2	1	2	13
Banheiro	0	0	1	0	2	0	0	0	2	0	0	5
Comércio	0	0	1	5	5	5	3	2	3	0	1	25
Degradação	2	2	5	3	5	6	14	3	15	4	7	66
Desabamento	1	4	6	4	6	0	4	13	5	4	1	48
Edifício Themis	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Educação	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Entorno (bairros adjac.)	0	3	2	2	3	0	0	2	2	0	1	15
Etapa atrasada	0	0	3	1	1	0	0	0	1	1	0	7
Exoneração	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Habitação	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	3	5
Imprensa	0	2	2	1	0	2	2	0	0	0	0	9
Inaug. anúncios de etapas	12	38	9	0	4	0	10	6	3	1	2	85
Incêndio	8	2	2	0	2	8	6	1	0	1	2	32
Inst. Empreendimentos	4	22	11	6	8	18	13	13	10	2	2	109
Iphan	0	0	0	1	0	7	1	6	0	1	3	19
Limpeza	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	3
Monumenta	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	3
Moradores	2	3	3	4	1	2	9	1	2	4	0	31
Queixa, denúncia.	3	1	3	2	4	22	5	8	1	2	0	51

²³Incêndios, como os do Mercado Modelo (1969, 1984, dentre outros), Igreja da Barroquinha (1984) e Feira de Água de Meninos (1964), se tornaram famosos na história de Salvador.

²⁴No jargão jornalístico “emplacar” significa conseguir publicar.

(conclusão)												
Assuntos	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	Total
Passarela	0	0	0	0	0	0	12	0	0	0	0	12
Poluição sonora	0	9	0	0	3	2	0	1	2	0	0	17
Prefeitura/Praça da Sé	3	2	2	1	1	9	9	27	5	0	0	59
Recuperação	4	21	10	6	10	14	10	10	8	2	0	95
Restauração	9	0	4	0	1	1	3	0	0	0	1	19
Retirada de moradores	8	2	0	0	0	0	5	1	2	14	14	46
Segurança	1	8	4	4	2	2	2	1	1	0	0	25
Social	0	1	1	1	3	0	1	0	0	0	0	7
Trânsito, estacionamento	1	7	1	5	4	9	19	5	1	0	0	52
Turismo	0	8	2	5	4	2	2	9	5	1	0	38
Verbas	4	0	4	1	1	7	4	6	4	1	0	32
Visitas ilustres	0	10	7	8	1	6	7	8	0	0	0	47
Outros	0	16	14	9	7	17	4	6	15	1	0	89
Total	63	166	100	71	85	155	150	142	92	40	39	1103
Capa	7	26	8	11	6	9	14	11	1	0	0	93
Total de unidades	70	192	108	82	91	164	190	153	93	40	39	1196

Fonte: Jornal *A Tarde*. Pesquisa da autora.

Na entrevista ao jornal *A Tarde*, publicada com o título *Antonio Carlos: “Bahia influi hoje nas decisões nacionais”* (Ferreira, 15/3/1992, p. 10), o então governador menciona que pretende restaurar, pelo menos, três quarteirões do Centro Histórico e que a sua intenção era “mostrar que o lugar é turisticamente viável”. Apenas cinco dias depois, o jornal saiu com o editorial *A necessária preservação do passado* (20/3/1992, p. 6), pedindo a “preservação do passado”, tendo como gancho a restauração do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, “bastião de lutas em favor da conservação do patrimônio”, como ocorreu durante o caso da Demolição da Sé, o templo barroco que acabou dando lugar aos trilhos de bonde da Companhia Carris, em 1933. A cobertura da recuperação do Centro Histórico ganha continuidade e diversificação de atributos. A partir de 22 de abril de 1992, com a matéria *Governador pretende recuperar 200 casas no Centro Histórico* (22/4/1992, p. 2), em que ACM garante que a recuperação começaria em 60 dias, com obras em 100 casarões, passam a ser frequentes inserções sobre instalações de empreendimentos e providências que eram tomadas. A recuperação se mantinha em evidência. Publicizava-se não só o patrimônio, mas, também, os promotores da ação. Até anúncios de começo e de licitação de obras passaram a ser pretextos para veiculação de uma variedade de matérias.

No ano seguinte ao início das obras no Centro Histórico, foram publicadas reportagens sobre a recuperação que acontecia, concomitantemente, dos arcos da Ladeira da Conceição, que fica entre a Ladeira da Montanha e a Ladeira da Preguiça. Houve três inserções sobre a inauguração das obras, uma delas, *Recuperados arcos e casas da Conceição* (27/1/1993, p. 4), com chamada na primeira página (Recuperados, 27/1/1993, p. 1). Até que o assunto patrimônio voltasse à capa de *A Tarde* decorreram dois meses e meio. Reapareceu com *Renasce Centro Histórico com todas as cores* (14/03/1993, p. 1), chamando a matéria *Inaugurações marcam o segundo ano do Governo* (14/03/1993, p. 3). Este é o momento em que a euforia das inaugurações motiva muito mais o *agendamento* do que a abordagem sobre a situação dos moradores e a metodologia da intervenção arquitetônica. O assunto, também, frequentou a coluna social mais conhecida da Bahia, a de July²⁵ (1963-2022). A Recuperação do Centro Histórico apareceu neste disputado

²⁵ Julieta Isensee morreu em 2022, aos 95 anos. Sua sobrinha Alexandra passou a assinar a coluna social que foi mantida pelo jornal.

espaço do Caderno 2 por, pelo menos, 16 vezes, em 1993. O assunto também foi motivo de informes publicitários. Em 30 de março de 1993, quando os jornais destacaram a inauguração da I Etapa de Recuperação do Centro Histórico, a empreiteira Soares Leone, uma das contratadas, publicou anúncio de meia página, na página 5, com o seguinte texto: “Mais do que restaurar o Centro Histórico de Salvador em apenas 150 dias, o Governo da Bahia restaurou a dignidade do seu povo. Parabéns, Governador Antonio Carlos Magalhães. O Brasil de Arte”.

O ano de 1993 foi o que reuniu o maior número total de matérias sobre o Centro Histórico, que, em sua maioria, foi de apoio à iniciativa do governo estadual. Houve apenas uma reportagem contendo uma queixa relacionada aos novos acontecimentos no Centro Histórico e outras quatro mencionaram as expectativas de antigos moradores que se viram forçados a deixar o local. Houve, uma matéria sobre a *retirada de moradores*. Essas cinco referências se contrapunham a outras 37 unidades sobre inaugurações, anúncios e etapas de obras e a outras 21, sobre recuperação em geral. A cada visita de políticos, a cada novo anúncio, a cada nova obra, eram publicados artigos, notas, reportagens e editoriais, a maioria com elogios e demonstrações de apoio irrestrito à empreitada. Importante notar que matérias sobre degradação no Centro Histórico, praticamente, desaparecem neste ano – houve apenas duas. As menções ao Centro Histórico estão repletas de informações sobre realizações e propostas do governo. Se a grande motivação para matérias são as iniciativas do governo de recuperar, houve uma especificação maior de atributos, ou seja, mais assuntos se transformaram em pautas conferindo uma maior diversidade de temáticas, todas elas relacionadas ao processo que se iniciava e que se prolongou até a década seguinte. Eram raras as matérias críticas ao longo de todo o período.

Em números absolutos, em 1994, houve 23 matérias a menos sobre patrimônio histórico e cultural em relação ao ano anterior. Delas, 100 unidades tratavam do Centro Histórico. Com a continuação do Programa de Recuperação, já em seu terceiro ano de execução, e segundo ano de inaugurações, as atenções da mídia permaneciam voltadas para o Centro Histórico e para as ações em favor da sua restauração. O ponto novo, em termos de conteúdo, foi o surgimento de unidades sobre o entorno da área com assuntos correlatos, como segurança. A direção do IPAC havia mudado. O antropólogo Vivaldo da Costa Lima deixara o cargo e a arquiteta Adriana Almeida Couto de Castro era a nova diretora. As inserções na mídia aumentariam. A diretora costumava enviar, para a imprensa, notícias sobre as ações do IPAC e sobre ela, mesma, e responder ou corrigir conteúdos publicados. Havia uma assessoria que produzia uma clipagem de notícias, que reunia e carimbava as matérias que eram produto das sugestões feitas por ela. A então assessora de imprensa, Aurora Vasconcelos, em entrevista a esta autora, em 24 de agosto de 2010, afirmou que eram enviados *releases* aos jornais via fax e, eventualmente, por “algum portador”. O material era aproveitado na íntegra, como sugestão de pauta e/ou nota. Também, sugestões eram feitas diretamente, por telefone, para o jornal *A Tarde*, inclusive para a coluna social de July. Para o *Correio da Bahia*, os textos enviados costumavam ser aproveitados integralmente. Segundo informou Aurora Vasconcelos, matérias publicadas no *Correio da Bahia* e em outros jornais eram mais valorizadas pela diretoria do IPAC do que as notas em *A Tarde*. A assessora também contribuía com as eventuais respostas a matérias publicadas.

O sucessor do fundador Wladimir Alves de Souza, na direção do IPAC, foi o antropólogo Vivaldo da Costa Lima, que assumiria a gestão da autarquia, por três vezes. Ele considerava de extrema importância a divulgação das ações do IPAC na forma de notícias publicadas. Ele foi o

responsável pela organização da assessoria de comunicação que se manteve estruturada mesmo depois de sua saída do cargo.

Somente no terceiro ano do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, surgem esparsamente notas críticas direcionadas à qualidade da “restauração”. *Casarões recuperados já apresentam infiltrações* (26/04/1994, p. 3) se refere à descoberta de defeitos nas obras. Não houve desdobramentos para esta matéria, cujas fontes foram um representante da empreiteira Soares Leone e outro do IPAC. O jornal não buscou informações de ninguém que não estivesse diretamente envolvido com a restauração promovida pelo governo, ou seja, que não estivesse do mesmo lado, com interesses afins. Depois da III Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, os trabalhos da IV e da V Etapas foram dados como quase parados ou paralisados, em matérias como *Estão quase paradas as obras da quarta etapa do Pelourinho* (22/05/1994, p. 7), com informações citadas sem aspas de engenheiros não identificados; Também, *Recuperação do Centro Histórico está com a quinta etapa paralisada* (06/11/1994, p. 3), com fontes como um integrante da Associação de Moradores e Amigos do Santo Antônio e a coordenadora de Pães da Igreja de Santo Antônio, que se referiu às obras com um “diante da superficialidade do trabalho efetuado”, introduzindo o tom mais crítico ao modelo da recuperação dos casarões, verificado até aqui. Dentre as notícias, está uma que se referia à rivalidade política entre a Prefeitura e o Estado²⁶, o que gerava situações inusitadas na administração do Centro Histórico. No dia seguinte à publicação de matéria sobre inauguração da III Etapa do Programa de Recuperação, registra-se uma disputa em torno das lixeiras colocadas nas ruas do Centro Histórico. *Seplantec arranca lixeiras do Centro Histórico* (26/03/1994, p. 3) relata a retirada dos cestos de caçuá, instalados pela administração municipal. A matéria teve como fontes funcionários de três órgãos das administrações municipal e estadual, e um comerciante local. Enfocava o conflito entre as duas instâncias de governo, refletindo a discordância em torno de cestos de lixo.

As visitas de autoridades serviam para promover o reconhecimento sobre a importância da iniciativa da recuperação e sempre eram mais um pretexto para novas matérias. Neste ano, o então candidato à presidência da República Fernando Henrique Cardoso foi recebido e levado ao Centro Histórico, por ACM e pelo deputado Luis Eduardo Magalhães, seu filho; e o ex-presidente de Portugal, Mário Soares, voltou ao Centro Histórico, para mais uma inauguração. As instalações de agências bancárias, albergues, casas de representação de outros países e de variados empreendimentos são reportados de forma recorrente pelos jornais. Ao todo, foram 11 matérias sobre instalações de empreendimentos diversos, algumas sobre o mesmo evento, matérias prévias e coberturas da inauguração, em *A Tarde*. Neste ano, aumenta o turismo no Centro Histórico, como informou *Cresce o fluxo turístico com boas previsões para o futuro* (1/12/1994, p. 12), contendo duas fontes – um diretor de *marketing* da Bahiatursa e um gerente de hotel de luxo. Em relação ao ano anterior, a quantidade de unidades jornalísticas diminuiu de 166 para 100, uma queda de 39,7%. Mesmo assim, foi o ano em que as matérias sobre o Centro Histórico de Salvador foram pouco mais da metade do montante daquelas sobre o patrimônio histórico e cultural em geral. Este era o terceiro ano desde o início do Programa e o segundo de inaugurações e, também, o ano em que Antonio Carlos Magalhães deixaria o governo para

²⁶ A disputa política entre a prefeita Lídice da Matta, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e o governador Antônio Carlos Magalhães, do Partido da Frente Liberal (PFL), tornou-se lendária depois que os dois estiveram simultaneamente no primeiro plano do poder na cidade e no Estado. O resultado das brigas públicas se traduziu em prejuízos para Salvador e para a sua população, durante a década de 1990, quando o *carlismo* mantinha o controle da Bahia.

assumir uma vaga no Senado. O vice-governador Paulo Souto também deixaria o cargo para se candidatar ao governo. O Estado, então, passou a ser governado pelo presidente da Assembléia Legislativa, Antônio Imbassahy, em 1994. Neste ano, houve oito inserções sobre a Recuperação do Centro Histórico na capa do jornal. No ano anterior, tinham sido 26.

Em 1995, foram publicadas 212 matérias sobre o patrimônio histórico e cultural em geral. Apenas um terço delas tratava do Programa de Recuperação e questões associadas ao Centro Histórico de Salvador. No ano anterior, mais da metade das matérias concernentes ao patrimônio, o equivalente a 53%, era sobre as obras e outros atributos relacionados. Portanto, em 1995, apesar de ter havido uma quantidade maior de matérias sobre patrimônio em geral, houve redução na quantidade das que focaram, especificamente, a Recuperação e o Centro Histórico. Importante ressaltar que esta redução pode ter sido em decorrência de que, neste ano, não houve inaugurações e nem anúncios de novas obras ou etapas de recuperação. Não houve sequer uma matéria sobre anúncio, nem inauguração de nova etapa, nem de etapas anteriores. A diretora do IPAC, Adriana Castro, aparece com mais frequência em notas e matérias, algumas delas sugeridas pela própria assessoria de imprensa do órgão, do que outros assuntos relacionados ao Pelourinho e à restauração. Matérias informam mais sobre a diminuição do número de visitantes e preços altos praticados na área, quando havia uma dependência dos comerciantes em relação à presença de turistas. No mesmo período, pesquisa da Unesco indicou que 22% dos que frequentavam o Pelourinho moravam nele.

Em 19 de junho, em *Dono de prédio afirma que Ipac prejudicou imóvel* (19/06/1995, p. 5), são confrontados o proprietário do edifício e a diretora do IPAC. Este tipo de abordagem, com a presença de representantes de dois lados antagônicos, não era frequente, quando o assunto era o Centro Histórico. Em uma nota intitulada *Em perigo* (21/6/1995, p. 2), sem assinatura, na segunda página da edição de 21 de junho, sobre a instabilidade no Convento dos Perdões²⁷, monumento situado no bairro do Santo Antônio Além do Carmo, contíguo ao Pelourinho, é feita uma outra abordagem com tom inédito de crítica. Era uma advertência ao IPAC, uma responsabilização por problemas surgidos. Este foi um ano em que a publicação de matérias sobre o Programa de Recuperação caiu de 100 para 71 unidades publicadas. Mesmo assim, houve 11 capas dedicadas ao Centro Histórico, em *A Tarde*. O assunto com maior inserção foi *visitas ilustres*, com oito matérias.

Em 1996, o jornal focou nas condições de conservação do casario, e reconhecia que a iniciativa do governo, também, deveria servir para por um fim às ameaças que pairavam sobre o patrimônio e sobre as pessoas que nele habitavam. O conteúdo passava a ser mais incisivo e menos entusiasmado em relação ao pretenso sucesso do Programa de Recuperação deliberado pelo governo. Em 5 de janeiro, na página dois do Caderno 2, a matéria *Pesquisa diz que Pelourinho perdeu raízes* (5/01/1996, p. 2), tendo como fonte a professora Maria Auxiliadora da Silva, do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, divulga o resultado de uma investigação que alertava para os efeitos do processo, até aquele momento, tão elogiado. A pesquisa acadêmica informa que “o Pelourinho tornou-se super valorizado para o turismo, mas empobrecido quanto a referenciais característicos da área”. Este estudo desmistificava pesquisa anterior considerada pela UNESCO e, também, divulgada pelo jornal, em *Unesco avalia importância do Pelourinho* (25/08/1995, p. 8), onde se lia “a restauração do Pelourinho é aprovada por 84% dos baianos, revelou pesquisa encomendada pela Unesco, ao Instituto Futura”.

²⁷ Os Perdões tinha sido motivo de intenso *agendamento* em jornais como *A Tarde*, o *Imparcial* e *Diário de Notícias*, na década de 1930 e 1940, quando o Cardeal Dom Augusto Álvares da Silva tirou de sua direção a Irmã Regente e Diretora Maria José de Senna.

O governo anuncia o início das obras da 5ª Etapa para 3 de abril, em matéria publicada em 30 de março de 1996. Assim, é revista a informação publicada, anteriormente, em novembro de 1994, cujo título era *Recuperação do Centro Histórico está com a quinta etapa paralisada* (6/11/1994, p. 3). A 5ª Etapa sequer tinha sido iniciada. Conforme a divulgação, seriam recuperados 48 imóveis, em uma área de 30 mil metros quadrados, com investimento de US\$7 milhões. Nesta data, o balanço do Programa dava conta de 17 quarteirões e 400 imóveis restaurados. Nesta matéria, há apenas entrevistados oficiais – o então governador Paulo Souto e o então senador Antonio Carlos Magalhães.

Em 1996, houve um pequeno acréscimo de 14 matérias sobre a recuperação do Centro Histórico, em *A Tarde*. A 5ª Etapa de Recuperação foi anunciada neste ano, mas só inaugurada em 1998.

Em 1997, em seu sexto ano de obras, enquanto a 5ª Etapa se desenrolava, discutia-se a sobrevivência do Centro Histórico. Os temas abordados variam desde incêndios até a qualidade da restauração adotada pelo governo. O jornal vai reformulando o entendimento sobre a recuperação, assim como o seu estilo de abordagem que passa a conter menos elogios. Percebe-se, também, o aumento da presença da diretora do IPAC, Adriana Castro, no jornal, especialmente nas colunas sociais. Em 1997, foi 14 o número de inserções relacionadas a Adriana Castro (Ver Tabela 2), não contando com as matérias. Nos dias 20, 21 e 22 de janeiro, surgem notas sobre palestra de Adriana Castro, embora notícias assim não costumassem ser tão frequentes.

Ao mesmo tempo, percebemos que se mantinha a cobertura, com *agendamento* variando em torno dos mesmos fatos. O repertório de notícias com base em factóides – 18 inserções sobre instalações de empreendimentos e seis sobre visitas ilustres – é o mesmo, embora com menos força porque aumenta a quantidade de matérias críticas e de denúncias para 22, o maior número registrado ao longo de todo o processo. Sobe, também, o número de matérias sobre desabamentos, de cinco para seis, e de incêndios, de dois para oito. O número de inserções *inaugurações* e anúncios de etapas cai para zero. O de *degradação* sobe de cinco para seis. Esses são sinais que indicam uma diminuição do impacto positivo causado pelas obras e aumento de uma abordagem mais crítica. Em 27 de fevereiro, referindo-se à substituição de moradores do Centro Histórico, o dirigente da Unesco Nouréini Remi Tidjani-Serpos menciona em *Dirigente da Unesco destaca a importância de ouvir o povo* (Zinn, 27/2/1997, p. 2), que é preciso conversar com os moradores do lugar.

Na matéria *Falta de manutenção ameaça Pelourinho*, assinada por Marconi de Souza, com chamada de capa *Pelourinho já vive decadência* (10/3/1997, p. 1), é registrado o retrocesso na preservação do Centro Histórico. “O Pelourinho não é mais aquele, do final de 1993, quando foi, orgulhosamente, restaurado e inaugurado pelo governo do Estado. Aliás, aos poucos, o Centro Histórico está retornando ao caos, pelo menos no que diz respeito ao estado físico dos casarões seculares” (Souza, 10/3/1997, p. 7). Em 12 de agosto, moradores alertam sobre as condições precárias e de risco dos casarões da Rua 28 de Setembro, na matéria *Casarões estão com estrutura ameaçada* (12/08/1997, p. 3). A diretora do IPAC, Adriana Castro, também é ouvida na matéria que, assim, mostra o confronto de opiniões. Neste caso, *A Tarde* deu voz aos moradores desde o começo e seguiu até as recorrentes matérias sobre a tentativa de retirada deles da área, que culminou com processo aberto pelo Ministério Público e ação na Justiça Estadual em 2002. Neste ano, não se iniciou, nem se concluiu, etapa alguma.

Em 1998, houve uma pequena diminuição no número de matérias sobre o Centro Histórico em relação ao número total daquelas sobre o patrimônio cultural em geral. Ainda assim, a quantidade publicada foi significativa. *A matriz de todos os sons* (Carvalho, 18/12/1998, p. 1), assinada pelo jornalista Vanderlei Carvalho, então assessor de imprensa do IPAC, repete o costume de o próprio profissional conseguir a publicação de texto de sua autoria no jornal, com o assunto de interesse do assessorado.

A retirada de calçamento feito de pedras do tipo cabeça-de-nego, para colocação de pavimentação de cimento e granito, provocou discussão, ação do governo e reação de leitores que escreveram para o jornal tomando partido na querela que se estabeleceu. Ao todo, foram 12 inserções, entre 15 de outubro e 4 de novembro de 1998, na forma de nota, comentário no espaço do leitor, reportagem, editorial e artigo, e com envolvimento de cinco fontes diversas. O diretor adjunto do órgão, que autorizou a troca de piso que danificou o patrimônio, foi demitido e o trecho de pedras foi reconstituído.

Em 11 de outubro, a coluna *Tempo Presente*, de *A Tarde*, publica a nota *Medida arbitrária da prefeitura* (11/10/1998, p. 2), informando que, por causa das obras na Praça da Sé, as bancas situadas na área foram obrigadas a deixar o local no prazo de 10 dias. A nota remete ao processo da desertificação do Centro Histórico, em que lojas e outros empreendimentos são feitos sob encomenda, para atender à clientela de turistas, que aparece sazonalmente, e mantém a condição de quase nada terem a oferecer à população local. Em 1998, a cobertura do Centro Histórico assume uma postura diferente da que vinha imprimindo. O IPHAN, que era o grande ausente nas matérias de *A Tarde* sobre o processo de recuperação, passou a ser procurado em casos em que se precisava de providências enérgicas do órgão. A diretora do IPAC participa do debate dando entrevistas e mandando, por meio de assessoria de imprensa, ou pessoalmente, através de conhecimentos próprios, *releases* para colunistas do jornal, sobre homenagens e viagens para palestras ou consultorias que deu.

Matérias sobre *degradação* aparecem em 14 inserções. Sobre moradores são nove e sobre a retirada deles são cinco. É neste ano que a 7ª Etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico é anunciada, depois de um período com menor exposição na mídia. São registradas 10 unidades sobre inaugurações e anúncios de obras e etapas, quando, no ano anterior, nenhuma havia sido publicada. A prefeitura, também, entra em cena ao divulgar e começar as obras de reforma da Praça da Sé.

Em janeiro de 1999, foi divulgada que a 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico seria custeada pelo Programa Monumenta, do Ministério da Cultura, na matéria *Monumenta vai financiar obras no Centro* (13/01/1999, p. 3). O Monumenta foi motivo de quatro referências em matérias este ano. E, praticamente, pela primeira vez, desde o início da recuperação, a opinião de arquitetos integra uma reportagem. Em *Cidade exige um projeto de urbanização* (20/06/1999, p. 9), os profissionais Marcos Paraguassu, Ary Penna Costa e Edmilson Carvalho discorrem, como entrevistados, sobre a transformação que se processava. “O arquiteto [Paraguassu] reconhece que o Centro Histórico foi concebido como parque temático que ignorou a habitação como fundamental”. Esse texto não foi assinado. Há outras matérias, como *Desigualdade social causa má impressão nos turistas* (16/1/1999, p. 5), que focam no desconforto do turista ao se deparar com a realidade do Centro Histórico. Houve uma reportagem sobre *retirada de moradores* e apenas duas sobre *moradores*, embora neste ano tenha começado a abordagem sobre a 7ª Etapa, que

posteriormente seria reformulada a partir de uma ação do Ministério Público Estadual, em defesa dos interesses dos moradores e contra a retirada deles da área. A matéria *Vereadores impediram o Ipac de retirar famílias à força do Centro Histórico* (Uzeda, 12/04/1999, p. 3) mostra a mobilização em reação à tentativa de agilizar a 7ª Etapa. A matéria reporta a ida de um representante do IPAC à Rua do Saldanha, com 14 soldados, colocar 11 famílias para fora de onde moravam, como parte dos preparativos para o início das obras. Não houve desdobramentos ou *suítes*. No ano seguinte, o jornal publicaria mais duas matérias sobre *retirada de moradores*, para em 2001 e 2002 saltar para 14 unidades, em cada ano, a maioria no gênero reportagem, referentes à situação de ameaça à permanência dos moradores no Centro Histórico. Enquanto isso, as obras na Praça da Sé atraíam a atenção da mídia porque apresentavam novidades como parque arqueológico, Cruz Caída de Mário Cravo etc. As matérias transmitiam informações que se originavam oficialmente nas assessorias e, de novo, havia uma lacuna na crítica e questionamento sobre o que o governo promovia no espaço.

Em 2000, acentua-se a redução no número de matérias veiculadas sobre o Centro Histórico de Salvador em 35,2%. Essa diminuição progride nos anos subsequentes com quantificações ainda mais discrepantes, em relação à trajetória dos anos anteriores. Por exemplo, o número de unidades com o atributo *degradação* subiu de três para 15 unidades, o de *inaugurações e anúncios de etapas* caiu de seis para três, e *visitantes ilustres* também diminuiu. Este foi o primeiro ano em que não foram pautadas visitas de personalidades ilustres ao Centro Histórico para conferir a obra, corriqueiramente creditada por entrevistados ao ex-governador, o então senador Antônio Carlos Magalhães. Houve, entretanto, 10 unidades de registro sobre a instalação ou fechamento de empreendimentos na área. Como foi o caso da nota *Agência fechada* (6/2/2000, p. 2) sobre o BANE/Pelourinho. O Banco do Estado da Bahia (BANE) responde à nota três dias depois, com *Bancos II*, na mesma coluna *Tempo Presente*, justificando o fechamento com a impossibilidade de colocar uma porta no prédio tombado. E, contrariamente às matérias já costumeiras de elogio à recuperação, foram veiculadas 12 unidades sobre a *degradação* do espaço. A esta altura, as temáticas do entorno são mais frequentes como nas reportagens *Forte está abandonado, apesar de seu grande valor histórico* (Santos, 17/01/2000, p. 3) e *Esvaziamento do Centro prejudicou o Barbalho* (Bandeira, 5/2/2000, p. 4), dentre outras. Também, em editorial, o jornal fez críticas à reforma da Praça da Sé feita pela Prefeitura, a qual foi objeto de 27 inserções no jornal, no ano anterior.

Em *Pelourinho não tem programa de conservação* (Mendonça, 29/5/2000, p. 7), o jornal expõe a discussão sobre a revitalização que está sendo feita no Centro Histórico. Informa que esta seria avaliada para servir como referência para estudos de 20 representantes de cidades brasileiras e estrangeiras durante o IV Sirchal – Encontro Internacional sobre revitalização dos Centros Históricos de Cidades da América Latina e do Caribe, entre 29 de maio e 2 de junho de 2000. E que a Prefeitura e o governo do Estado ainda não tinham encontrado uma forma de tornar sustentável o projeto de Recuperação do Centro Histórico. Mais uma vez, percebe-se a mudança do enfoque de matérias que, anteriormente, ressaltavam as virtudes da iniciativa do governo. É neste ano, com *Moradores resistem a abandonar casarão* (Machado, 28/10/2000, p. 7), assinada por Olenka Machado²⁸, que começa a série sobre *retirada de moradores* do prédio dos Alfaiates, na Misericórdia, área contígua à Praça da Sé. É a primeira vez que a reportagem de *A Tarde* mantém uma cobertura consistente sobre o problema. Neste ano, foram apenas duas inserções, e no ano seguinte a abordagem recrudesce.

²⁸ Com a reforma em *A Tarde*, a repórter Olenka Machado viria a ser chefe-de reportagem em 2003. No Anexo A, encontra-se uma entrevista, em que ela aponta as diferenças entre a prática de antes e depois.

Em 2001, 21% do volume de matérias sobre patrimônio cultural em *A Tarde* foi dirigido ao Centro Histórico, mesmo que o Projeto de Recuperação não estivesse sendo sustentado por verbas ou interesses de *marketing*, e que não houvesse mais tanto estímulo vindo das assessorias das instituições. O principal assunto, neste ano, foi a *retirada de moradores*, com inclusão de posicionamentos de moradores, autoridades administrativas, políticas e judiciais. A temática foi recorrente e o drama dos residentes do prédio dos alfaiates, por exemplo, reaparece em *suítes*²⁹. Embora variassem os repórteres que assinavam as matérias, havia um entendimento comum sobre a situação no Pelourinho. O assunto se esgotou com o desfecho da questão, levada à justiça, aparentemente, com o respaldo do conjunto de reportagens veiculadas. O atributo *habitação* é retomado em *Repovoar o Centro Histórico é um novo desafio para Salvador* (Machado, 3/1/2001, p. 2). A matéria *Centro Histórico ganhará novo bairro* (Fonseca, 14/1/2001, p. 14), com a retranca *verbas*, contém também o anúncio da 7ª Etapa que começaria no ano seguinte. O tema da retirada de moradores está incluso na reportagem *Prefeitura 'limpa' pobreza de Salvador* (Araújo Neto, 18/1/2001, p. 7), cujo *lead*³⁰ trata da precariedade existente na cidade toda.

Em 2002, como no ano anterior, a predominância temática é a *retirada de moradores*, só que, desta vez, o foco é a Rua 28 de Setembro. O jornal agenda um movimento que culmina com a abertura de uma ação na justiça, movida pelo Ministério Público Estadual. A Ladeira da Montanha também é tema de reportagens sobre *degradação*, porque, em geral, eram retratadas as condições de conservação dos casarões e de vida dos que ali habitavam.

Em vez de manter a cobertura de eventos esporádicos, e evitando ter como mote a recuperação como proposta inquestionável, as matérias são redirecionadas para a situação dos moradores e para a conservação dos imóveis. *A Tarde* decide mostrar o outro lado da iniciativa do governo, com matérias sobre a retirada de moradores que não queriam sair de lá. Ao analisarmos essa população de unidades de registro, podemos distinguir três fases de abordagem do Centro Histórico e seu Programa de Recuperação, nesta década: Fase 1 (1992-1994) – em que *A Tarde* acompanha a novidade da proposta de recuperação do governo do Estado sem resistência, sem demonstrar senso crítico; Fase 2 (1995-1999) – em que *A Tarde* passa a observar o início do que se pode chamar de negligência, mas ainda aposta na retomada do ímpeto inicial da proposta; e Fase 3 (2000-2002) – posiciona-se ao lado dos que exigem uma abordagem mais realista e feita com maior sensibilidade em relação à situação dos moradores da área, à expectativa da cidade em torno das promessas, e à necessidade de se conservar o patrimônio histórico e cultural. Encontramos diferenças de abordagem e de posicionamento do jornal ao longo desta cobertura. Como todo jornal, *A Tarde* é uma composição de vários autores³¹. O jornal explicita o seu posicionamento por meio dos seus editoriais, unidade nem sempre mais lida nas edições. Os principais aspectos da cobertura durante as três fases (Ver Tabela 2) referentes à década em que vigorou o Programa de Recuperação do Centro Histórico são explícitos.

Para sustentar esta análise, percebe-se que, em 1993, foi publicada apenas uma unidade jornalística sobre a *retirada de moradores*, assim como somente uma *queixa e denúncia* sobre aspectos do processo que se iniciava. Os temas mais abordados se referiam às iniciativas tomadas,

²⁹ No jornalismo, *suíte* é o desdobramento de uma matéria anterior, dando prosseguimento à abordagem de um determinado assunto.

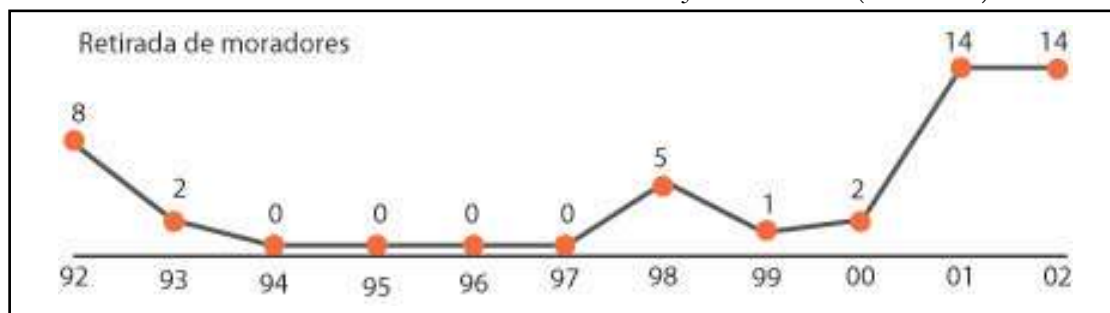
³⁰ *Lead* é o parágrafo, geralmente de abertura de uma matéria, que contém o assunto principal, desenvolvido nos parágrafos subsequentes.

³¹ Vera França (1998, p. 159) explica que o jornal é o resultado e a materialização de um trabalho de produção de diversos jornalistas. É uma produção coletiva e não exprime uma intenção unitária “mas uma convergência de numerosas intersubjetividades”.

promovidas ou anunciadas, pelo governo, ou em decorrência destas, como a *instalação de empreendimentos* e *inaugurações de obras* de etapas. Matérias sobre *instalação de empreendimentos* foram 22 e sobre *inaugurações*, 38. Estes foram os maiores índices destas categorias em toda a década. *Segurança* motivou oito inserções, para, nos anos seguintes, gradativamente, ser esquecida. Este foi o ano com a maior quantidade de matérias sobre a relevância da iniciativa. Matérias que confrontassem a tendência de elogiar o que estava sendo feito ou que desmentissem uma recuperação bem sucedida foram menos frequentes. Dentre estas, a de maior número, *degradação*, com duas unidades e *retirada de moradores* com uma. *Degradação* chegou a 66 unidades na década inteira, e *retirada de moradores* a 46. Ambos os atributos tiveram predominância nos últimos anos do processo. Ao longo da década, a maior parte das reportagens foi, portanto, de notícias sobre a empreitada do governo do Estado e seus aspectos considerados mais positivos. Houve 109 unidades sobre a *instalação de empreendimentos* no Centro Histórico e 85 sobre *inaugurações* e *anúncios de obras* e etapas de recuperação. Se confrontados, os números conferidos a 1993, *instalação de empreendimentos* e *inaugurações* somaram 60 inserções, ao tempo em que houve apenas duas referentes à *retirada de moradores*.

Na fase 2 (1995-1999), a reportagem de *A Tarde* passa a reconhecer as vulnerabilidades do projeto, sem se aprofundar sobre os pontos fracos que começavam a chamar a atenção dos jornalistas. Em 1998, houve cinco unidades jornalísticas sobre a *retirada de moradores* do Centro Histórico, quando, nos quatro anos anteriores (1994-1997), nenhuma matéria fora veiculada sobre o assunto, apesar de *moradores* terem sido mencionados em uma média de 2,6 unidades por ano. Neste momento, a questão desponta de forma discreta. O auge das matérias com enfoque sobre a *retirada de moradores* do Centro Histórico se deu em 2001 e 2002, quase 10 anos depois do início do Programa, com 14 unidades veiculadas a cada ano. A esta altura, muitos já tinham deixado o Pelourinho e adjacências.

Gráfico 1: Matérias sobre *retirada de moradores* no Jornal *A Tarde* (1992-2002).

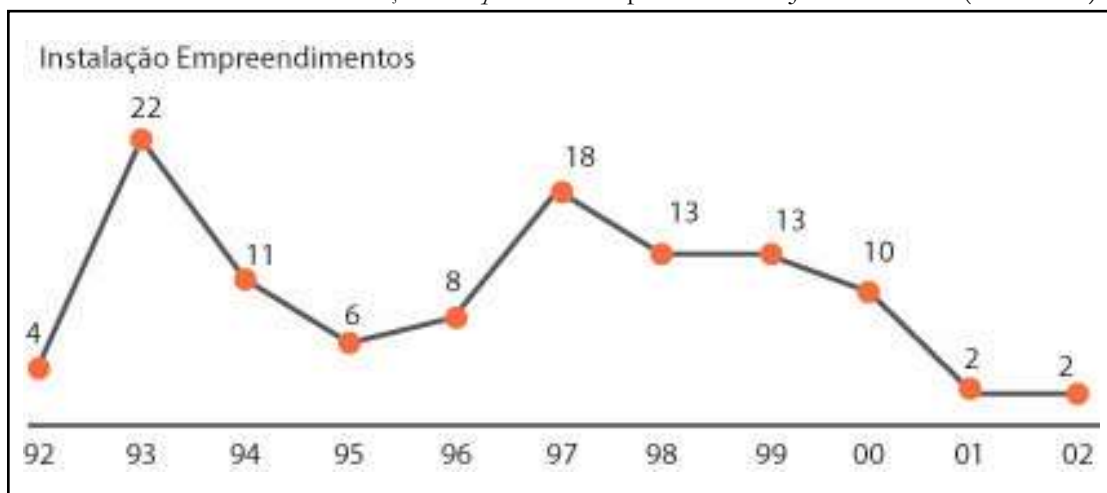


Fonte: Pesquisa da autora.

Houve temas que tiveram exposição pontual, mas intensa, como no caso da *passarela* de cimento aberta por um diretor do IPAC, que acabou sendo exonerado, por conta do episódio que ganhou destaque – frequência e espaço –, com 12 inserções, em 1998. A reforma da Praça da Sé, tendo à frente a Prefeitura Municipal, apareceu nove vezes em *A Tarde* em 1997 e 1998, para, em 1999, chegar a 27 inserções. No ano seguinte, foram apenas três matérias e, nos subsequentes, nenhuma. Outro tema que teve um pico de inserção foi o *queixas e denúncias*, com 22 unidades em 1997, quando no ano anterior tinham sido apenas quatro e no subsequente, cinco. Lembramos que matérias sob outras codificações também contiveram, eventualmente,

referências a insatisfações, como esclarecemos anteriormente, sobre o modo de classificação dos temas. *Poluição sonora* se destaca com nove inserções em 1993 e, depois, o assunto é praticamente esquecido, obtendo duas ou três referências, em 1996, 1997 e 1999. Diferentemente, outros temas como *instalação de empreendimentos* e *recuperação* tiveram *saliência* constante.

Gráfico 2: Matérias sobre *instalação de empreendimentos* publicadas no Jornal *A Tarde* (1992-2002).



Fonte: Pesquisa da autora.

Houve temas endereçados, como por exemplo, a própria *restauração*, o *Edifício Themis*, o *IPHAN* e outros, que não se firmaram, aparecendo somente em matérias pontuais. O tema *passarela* esteve presente somente em 1998, mas se destacou como um momento em que o jornal manteve a continuidade do *agendamento* até o desfecho que se deu com a exoneração do funcionário que havia autorizado a construção do calçamento no Centro Histórico. Assim, percebe-se que havia um entendimento e um compromisso jornalístico com a situação do Centro Histórico e que a conduta, até então, inconsistente do jornal poderia ser revista a qualquer momento.

Na fase 3 (2000-2002), o relato sobre a *retirada de moradores* é mais incisivo e refaz a abordagem depois do prolongado período em que a questão não foi enfocada. Foram 14 reportagens em 2001 e 14, em 2002. Nesses dois últimos anos, houve uma concentração do jornal neste tema, acompanhado, em segundo lugar, pela categoria *degradação* com quatro inserções, em 2001, e sete, em 2002.

A *saliência* está relacionada com a importância que um assunto alcança na agenda da mídia e é o que mais promove a sua transferência para outras agendas. Ao final, o objetivo é a transferência de uma agenda para outra. Uma investigação é perceber a mudança de um assunto na escala de *saliência*. Pressupõe-se que uma agenda influencia a outra e que não há processos isolados (McCombs, 2007). A hipótese da transferência do assunto Centro Histórico, proposto pela agenda do Governo Estadual da Bahia, para a agenda da mídia se confirma com o registro das publicações. Conforme análise, esse trajeto se deu em decorrência da forma de atuação estabelecida pelo próprio jornal nos diversos momentos do processo – havia permeabilidade em relação aos acenos dos assessores com seus *releases* e comunicados. Essa tendência pode ser constatada a partir dos dados da tematização que oscilam conforme a própria disposição do jornal, que acatou em certos momentos, e em outros não, o entendimento do governo.

Mas é inegável que a tentativa de agendar o assunto logrou êxito. Para se constatar isso, basta observar que as notícias reproduziam, em seus conteúdos, as ações dos gestores. No jornal *A Tarde*, a divisão das três fases demonstra, com nitidez, o comprometimento inicial de veicular unidades que informavam a novidade da instalação do Programa de Recuperação. Na fase 2, o jornal passa a pautar, também, assuntos não originários de fontes oficiais. E, na fase 3, o jornal aborda, de forma independente, a questão dos moradores da área, o que resultou em processos no Ministério Público e na Justiça com posterior adequação da conduta da política do governo. Outro demonstrativo é perceptível a partir de temas ou notícias não presentes em *A Tarde*. São assuntos abordados por jornais em outros estados – mesmo durante a fase 2, em que começava a haver uma interpretação apurada da situação, por *A Tarde* – foram assuntos não originados nas assessorias dos órgãos. Como nos exemplos seguintes:

“Casa restaurada em Salvador racha” (Folha de São Paulo, 23/4/1994), sobre rachaduras e infiltrações em casarões recuperados “há menos de 1 mês”.

“Uma máquina publicitária trabalha diuturnamente no culto à personalidade de ACM” (Folha de São Paulo, 7/1/94), em que o jornalista e articulista baiano Fernando Conceição critica a escritora Zélia Gattai no seu elogio ao estilo administrativo do governo Antônio Carlos Magalhães, o qual promovia a retirada de antigos moradores do Centro Histórico.

“Gays fora do Pelourinho” (Jornal do Brasil, 15/09/1994, p. 8), sobre o veto do IPAC ao funcionamento de uma boate de homossexuais no Centro Histórico.

5.3 A COBERTURA DO CORREDOR

O perfil da cobertura havia mudado e a composição que determinou a *saliência* do assunto Corredor da Vitória foi persistente. Desde 2001, *A Tarde* mencionou aspectos referentes ao Corredor da Vitória e à degradação e destruição das mansões ali existentes. Em *Igreja Católica decide pôr à venda Palácio Arquiepiscopal* (Bandeira, 26/7/2001, p. 3), faz uma descrição da propriedade pertencente à Arquidiocese e sobre o que seria feito com o dinheiro arrecadado. Por meio do editorial *Patrimônio ameaçado* (28/7/2001, p. 8), o jornal se mostra preocupado com o destino daquele imóvel. Na sequência, vem a resposta no *Espaço do Leitor* do jornal *A Tarde*, sobre a questão do Corredor da Vitória, em *O palácio do arcebispo* (Cruz, 31/7/2001, p. 6), de autoria de um leitor chamado José Santos Cruz, que se mostra decepcionado com o “progresso”. A abordagem sofre um hiato de dois anos até que o assunto volte a ser abordado entre 2003 e 2004, período em que o jornal agendou intensamente o destino das edificações situadas no Corredor da Vitória, e quando o Palácio já tinha sido vendido por R\$10 milhões à Arquidiocese. Essa pré-abordagem serve para reafirmar a pertinência do assunto que mais tarde se revelaria de forma mais contundente a partir de uma sequência de matérias, antes, durante e depois do tombamento a nível federal. Os atributos mais abordados na série de matérias foram o *arquivamento* do processo de tombamento, transformação da Casa Cardinalícia em espigão, deliberações, discussões, reuniões do Conselho Consultivo do IPHAN, debate público, demolição de imóveis, posicionamento de empresários, ações na Barra, Graça e Canela, imóveis sem proteção legal, ações contra o IPHAN e posicionamentos do MinC (Ver Tabela 3).

O grupo de temas foi relacionado, conforme detectamos, à recorrência de cada um, dentro do raio de abrangência de questões relativas ao Corredor da Vitória e ao seu tombamento, como ficou conhecida a tentativa de preservação de 12 imóveis ali localizados. Optamos por destacar apenas um tema, o predominante ou mais relevante, por unidade de registro, categorizando-o conforme a hierarquização de assuntos na unidade, com a mesma metodologia aplicada à análise da cobertura sobre o Centro Histórico, descrita anteriormente. A unidade pode conter vários assuntos, mas somente o principal deles é destacado na quantificação dos atributos. As unidades jornalísticas, nesta cobertura, são mais extensas, ocupam páginas inteiras, meia página e 1/3 de página, em sua maioria.

Tabela 3: Assuntos tratados no espaço do jornal *A Tarde* relativos ao tombamento do Corredor da Vitória, exceto nas capas (2003-2004).

Assuntos	2003	2004	Total
Arquivamento	0	17	17
Casa Cardinalícia	2	0	2
Conselho Consultivo	4	2	5
Debate Público	2	0	2
Demolição	7	1	8
Empresários	1	1	2
Entorno	6	0	6
Falta de proteção	2	0	2
Impugnação	1	0	1
Interação	3	1	4
Justiça Federal	1	0	1
Mansão Wildberger	0	2	2
MinC	2	0	2
Ministério Público Federal	0	1	1
Retorno	0	1	1
Trânsito	1	0	1
Tombamento	6	2	8
Total	38	28	66

Fonte: Jornal *A Tarde*. Pesquisa da autora.

A tematização na cobertura do tombamento dos 12 imóveis no Corredor da Vitória difere daquela encontrada na abordagem da recuperação do Centro Histórico, descrita no item anterior. As distinções vêm desde os temas correspondentes a cada localidade até os aspectos sociais dos moradores e interessados nas ações propostas pelos governos, desde os fatores econômicos associados ao *status* social de cada comunidade até a valorização do patrimônio pelos moradores na trajetória da cidade, assim como os momentos políticos e circunstâncias da prática jornalística em cada situação. A quantificação das inserções (Ver Tabela 3) mostra a *saliência* dos temas durante o processo, e aqueles assuntos que, ao contrário, foram enfocados com menor destaque. Ao observarmos o desenvolvimento dos temas, nos meses do período entre o tombamento do Corredor da Vitória e o arquivamento do processo, que compreende aproximadamente a um ano, constataremos a seguinte progressão temática ao longo dos meses: denúncia sobre a inexistência de proteção legal > resposta do MinC > tombamento > impugnação

do tombamento > demolição > entorno > interação > debate público > arquivamento. A partir de 2003, praticamente, cada notícia motivava outra. O jornal apresentava o problema e persistia na abordagem. Buscava prosseguir na apuração, em vez de deixar o caso, sem apresentar o desfecho. As matérias lançavam questões que voltavam a ser abordadas. Os assuntos se integravam e havia desdobramentos e ramificações que se ampliavam e que, ainda, remetiam à questão inicial.

Portanto, houve a apresentação e explanação do problema – falta de proteção às casas do Corredor da Vitória – com utilização de fontes de especialistas desde a primeira matéria, *Em busca da Vitória quase perdida* (Weinstein, 3/6/2003, p. 5). Professores e arquitetos enfatizavam a importância dos imóveis. As unidades jornalísticas apontavam que o tombamento seria a forma de promover a preservação. A segunda matéria, *Ausência de lei ameaça a preservação da Vitória* (Weinstein, 7/6/2003, p. 6), aborda o risco de perda do conjunto urbanístico da Vitória, caso o processo 1.451-T-99 não fosse agilizado; o indeferimento de demolição da Mansão dos Baggi, situada na esquina da Rua Aluizio de Carvalho; o início da demolição dos prédios de entorno da Mansão dos Cardeais, as garagens e a torre quadrada, para observação de pássaros, construída pelo empresário inglês Edward Pellew Wilson, sepultado no Cemitério dos Ingleses, na Ladeira da Barra,.

O jornal explorou diversos ganchos para manter o assunto agendado. A notícia do tombamento provisório é dada com *Vitória para sempre preservada* (Weinstein, 18/6/2003, p. 8) e três dias depois o jornal publica a repercussão da ação do governo federal, em *Os prós e os contras do tombamento* (Weinstein, 21/3/2003 p. 3). Logo em seguida à notificação de tombamento, uma casa é destruída na Graça, durante o feriado de São João, e este fato foi relevante o suficiente para ser aproveitado e se tornar mais um desdobramento da cobertura. *Casarões são demolidos na Graça* (Weinstein, 24/6/2003, p. 5) é a primeira de uma série de matérias que mostra a reação decorrente das medidas pró-preservação divulgadas pelo jornal. A destruição do casarão, sem alvará da prefeitura, ocasionou ao proprietário, que era um empresário da construção civil, a multa de pouco mais de R\$1.300. A reportagem se amplia para outros assuntos e endereços, como por exemplo, para o risco de adulteração de objetos tombados na Ladeira da Barra, contígua ao Corredor da Vitória, com *Construção de espigão na Barra gera polêmica* (Weinstein, 10/7/2003, p. 4) e para os engarrafamentos decorrentes do adensamento populacional provocado pela construção de prédios em áreas já saturadas, como em *Corredor da Vitória pede passagem* (Weinstein, 14/7/2003, p. 7). *Pedida a anulação do tombamento* (Weinstein, 15/7/2003, p. 5) é a primeira das matérias sobre a disputa que se estabelece. Nesta, os construtores pedem a impugnação do tombamento. A matéria seguinte, *Iphan reforça time para tombamento* (Weinstein, 21/7/2003, p. 7), informa que técnicos viriam de Brasília ajudar a estabelecer os critérios do tombamento, como se comunicasse que, com a impugnação, o IPHAN se preparava para a reação dos que pretendiam atuar contra.

O jornal continuou a explorar o assunto sem eximir a Construtora Odebrecht, responsável pela alteração da Casa Cardinalícia, que seria transformada em prédio de apartamentos, o Mansão dos Cardeais, cujas obras foram iniciadas depois da divulgação do tombamento. A matéria *Casa Cardinalícia perde integridade* (Weinstein, 7/8/2003, p. 7) é, também, o início de uma série que enfoca a construtora e a casa que abrigou o papa João Paulo II em suas visitas à Bahia e demais cardeais, desde a compra da propriedade feita por Dom Álvaro Augusto da Silva, na década de 1930, com o dinheiro que arrecadou com a derrubada da Sé para instalação dos trilhos de bonde. O Ministério Público Federal, então, embarga a obra em decorrência do conteúdo da

matéria publicada e *A Tarde* aproveita para, de novo, noticiar com *MP pede paralisação de obras* (Weinstein, 28/1/2003, p. 3). Nesta reportagem, o jornal informa sobre o pedido de embargo e sobre o envio de ofício ao IPHAN requerendo que este fiscalize a obra. O jornal retorna ao caso, de novo, informando sobre o Ministério Público que entrou com uma ação civil pública contra a Odebrecht, em *Odebrecht deve resposta à justiça* (Weinstein, 4/9/2003, p. 12). Dessa forma, o jornal aborda questões referentes à construtora Odebrecht, com a qual tinha relações mais que cordiais.

O tombamento provisório é pauta do Conselho Consultivo do IPHAN, em agosto do mesmo ano, com cobertura do jornal *A Tarde*, que me envia ao Rio de Janeiro para acompanhar a sessão. As reuniões do Conselho Consultivo do IPHAN aconteciam no Palácio Gustavo Capanema, no centro do Rio. Antes disso, o jornal anuncia sobre a reunião com *Em pauta o tombamento da Vitória* (Weinstein, 11/8/2003, p. 5). No dia da audiência, publicou *Dia D do tombamento da Vitória* (Weinstein, 14/8/2003, p. 5), e posteriormente, *Burocracia adia tombamento do Corredor da Vitória* (Weinstein, 15/8/2003, p. 3). Em 2003, também, ocorre a cobertura de uma outra polêmica, que foi a tentativa de derrubada da balaustrada da orla da Barra e do Rio Vermelho, que, em 2013, de fato, acabou acontecendo. Também, ainda neste ano, houve a tentativa de desqualificar o parecer do relator do processo de tombamento dos 12 imóveis situados no Corredor da Vitória, conselheiro Sabino Barroso. Esses assuntos tiveram destaque e continuidade.

Em 2004, ano seguinte à notificação de tombamento, o julgamento para deliberação sobre o tombamento definitivo ainda não tinha sido votado pelos conselheiros do IPHAN. Em janeiro, foi publicada uma matéria associada ao tombamento da Vitória. *Tombamento da Vitória atinge a Graça* (Weinstein, 24/1/2004, p. 7), com a chamada de capa *Graça é novo alvo das imobiliárias* (24/1/2004, p. 1), foi sobre a aceleração no surgimento de obras de demolição e construção no bairro, em decorrência do tombamento dos 12 imóveis, na Vitória, e sobre a responsabilidade dos governos de garantir a preservação evitando a destruição, por meio de fiscalização. Com o tombamento dos 12 imóveis, proprietários trataram de se prevenir contra uma possível ampliação da proteção, o que poderia interferir nos planos que tivessem de derrubar prédios existentes para construir novas edificações no lugar. *Um tropeço no tombamento da Vitória* (Weinstein, 2/5/2004, p. 9) trata de um novo pedido de interferência ao ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu. Participam desta reunião empresários da construtora MRM, que eram integrantes do grupo da Mansão Wildberger, e da Associação de Empresários do Mercado Imobiliário (ADEMI), um representante da Secretaria de Planejamento do Município (SEPLAM), o superintendente do IPHAN regional, Frederico Mendonça, e a diretora nacional do Patrimônio Imaterial do IPHAN, Márcia Sant’Anna, além da procuradora do IPHAN. Na mesma página, uma entrevista ping pong “Há muito a fazer e pessoas dispostas” (Weinstein, 2/5/2004, p. 9), com o então presidente do IPHAN, Antonio Augusto Arantes, é publicada. “Enquanto os conselheiros não estiverem suficientemente informados, não vou colocar o assunto em discussão”, comprometeu-se Arantes na entrevista. Como se viu, não foi isso que aconteceu. Logo em seguida, o processo de tombamento seria arquivado. Com *Corredor da Vitória de volta à pauta do Iphan* (Weinstein, 20/5/2004, p. 6), a questão reaparece com a informação de que uma nova reunião do Conselho Consultivo aconteceria e que seria restrita a conselheiros. Assim, a matéria registra e faz o alerta de que nem todos os conselheiros estavam a par do processo ou tinham conhecimento do objeto sobre o qual estavam tratando.

Assim, o tombamento provisório, em vez de seguir o curso esperado para o definitivo, como acontece normalmente com processos instruídos, foi repentinamente arquivado. O presidente do IPHAN, Antônio Augusto Arantes, que havia se comprometido em conceder uma entrevista por telefone ao final da reunião, não atendeu às ligações da reportagem e só foi registrar o ocorrido seis dias depois, por meio da emissão de uma nota pública. Até a divulgação desta nota, o jornal, sem acesso a informações oficiais, reconstrói o acontecimento a partir de fontes oficiosas e de conselheiros que participaram do evento e que se dispuseram a falar, e publica as versões ditadas, devidamente checadas, a respeito da mesma votação, com base nas apurações, informando, inclusive, que muitos dos conselheiros não tinham suficiente conhecimento sobre o que se estava deliberando. As entrevistas obtidas refletiam entendimentos desencontrados e imprecisos a respeito da questão.

Poucos dias depois da reunião, *Tombamento ainda sem definição* (Weinstein, 22/5/2004, p. 7) informa, a partir do relato do conselheiro baiano Paulo Ormino, de que “nada tinha ficado decidido sobre a Vitória”, que o tombamento continuava em vigor, e que a prefeitura teria externado a sua disposição em colaborar. Também, a conselheira Ângela Gutierrez declarou que “nenhuma medida foi tomada ontem”. Outras duas matérias sobre o arquivamento são publicadas, quando é obtida a informação de que o verdadeiro destino do processo tinha sido o arquivamento. É feita uma reconstituição da audiência e uma nova reportagem publica a repercussão na Bahia do inesperado arquivamento.

Nenhuma matéria partia de assessorias durante a cobertura do tombamento do Corredor da Vitória, nem mesmo da assessoria do IPHAN. Os desdobramentos dos assuntos eram planejados com base na investigação de novos conteúdos que se apresentavam por meio de fontes, em sua maioria extra-oficialmente e independentes. Esses últimos acontecimentos geram nota na coluna *Tempo Presente*, comentários no *Espaço do Leitor* e artigos na sessão de Opinião, demonstrando a relevância do assunto. O jornal explora uma variedade de possibilidades para continuar mantendo o tema. Faz entrevistas com especialistas e autoridades e mantém o interesse sobre o assunto como no *ping-pong* com o professor Nestor Goulart Reis, da Universidade de São Paulo (USP) e conselheiro do IPHAN, em *Especialista defende proteção* (Weinstein, 24/7/2004, p. 3), em que o entrevistado diz que o Corredor da Vitória só não foi tombado por causa da forma como o tombamento foi proposto e que o conjunto tinha, sim, relevância nacional.

5.4 O ASSUNTO TOMBAMENTO DO CORREDOR DA VITÓRIA EM SUA ORIGEM E DESTINAÇÃO

A abordagem sobre a necessidade de proteção das edificações se repetiu por três vezes em reportagens que obtiveram destaque. O jornal publicou *Em busca da Vitória quase perdida* (Weinstein, 3/6/2003, p. 5) de página inteira, *Ausência de lei ameaça a Vitória* (Weinstein, 7/6/2003, p. 6), e *Ministério intercede em favor da Vitória* (Weinstein, 11/06/2003, p. 4), com apenas quatro dias de intervalo entre elas. A transferência do *agendamento* para o governo a partir da *agenda* do jornal *A Tarde* é referendado pela revista, de circulação nacional, *CartaCapital*:

O processo só saiu das gavetas da sede do Iphan em Brasília após uma série de reportagens publicadas no Jornal A Tarde. O jornal questionou a construção, em frente à praça do Campo Grande, ponta final do Corredor, de uma torre de mais de 30 andares com apartamentos de

luxo. Torre num terreno antes ocupado pela residência do arcebispo primaz e vendida pela arquidiocese em pleno curso do processo de tombamento, que buscava inclusive a sua própria conservação (Fernandes, 3/12/2003, p. 28).

O pedido de tombamento tinha sido feito em 1998 ao IPHAN, e também ao IPAC, e, até 2003, não houve sinal de que uma notificação de tombamento seria emitida a proprietários dos imóveis. Uma semana depois da publicação da terceira matéria, a notificação foi publicada e a análise da questão remetida prontamente para o Conselho Consultivo do IPHAN. O MinC se manteve atento e dialogava com a reportagem, ora para informar sobre o que se passava nos bastidores, ora respondendo aos detalhes questionados pela reportagem. Também, depois da publicação das três matérias, o deputado, Javier Alfaya, solicitou à Assembléia Legislativa a inclusão destas reportagens nos anais da instituição.

Em 2002, depois da venda da Casa Cardinalícia, pela Arquidiocese de Salvador, à Construtora Odebrecht, no ano anterior, por R\$10 milhões, foram colocados tapumes em volta da propriedade que, em 2003, foi relacionada para tombamento. Portanto, o jornal contribuiu para o entendimento sobre a necessidade de valorização e de proteção, urgente e rápida, do patrimônio cultural ameaçado. Importante considerar que havia uma conjuntura propícia para que o movimento surgisse e tivesse sucesso. Como enfatizamos anteriormente, o governo federal iniciava um novo mandato e o Ministério da Cultura, onde o assunto deveria ser tratado, passou a ser gerido por vários políticos, artistas e intelectuais baianos, a começar pelo próprio ministro Gilberto Gil e pelo secretário-executivo Juca Ferreira, que era ligado às causas do meio-ambiente.

Com relação ao Centro Histórico, desde o início do Programa de Recuperação, notícias informavam de forma recorrente sobre a ação e as iniciativas do governo, e, posteriormente, o jornal procurou repercutir os efeitos de tais ações e iniciativas, com os moradores locais. Assim, está claro que o estímulo inicial para que o jornal comesse a fazer uma cobertura sistemática e mais frequente dos problemas do Centro Histórico e das suas aquisições se deram a partir da notícia e das atualizações a respeito do processo. Na tematização que fazemos, esses assuntos são *inaugurações de etapas, visitas ilustres e instalação de estabelecimentos*, dentre outros relacionados.

Diferentemente, o contexto do tombamento do Corredor da Vitória, no início dos anos 2000, nos remete à especulação imobiliária que colocava em posição vulnerável, porque não havia proteção legal, o Corredor da Vitória, com suas construções remanescentes da virada do século 19 para o 20. A abordagem dos meios de comunicação era, então, utilizada como citação, justificativa, comprovação ou denúncia, em ofícios emitidos por instituições e órgãos de governo. Pedidos de liminares, inquéritos civis e ações são abertas pelo Ministério Público Federal e por advogados que formulam suas argumentações para a Justiça com base em matérias que são anexadas às peças processuais, ofícios ou aos autos, como em quatro exemplos abaixo, correspondentes a situações distintas:

Ofício nº 55/98 – Do Sinarq para a diretora do Ipac, Adriana Almeida Couto de Castro. Matérias publicadas recentemente no jornal A Tarde, Anexo 1, sobre as mudanças de uso nas diferentes edificações do Corredor da Vitória põem em evidência uma preocupação quanto à possível completa destruição do patrimônio arquitetônico da antiga Freguesia da Vitória.

Termo de Autuação Arquivo MPF – Processo n. 0 1.14.000.000126/2002-11 Assunto: Matéria jornalística, MEGAESPIGÃO QUE VAI SURGIR EM PLENO CAMPO GRANDE

OF. N° 493/2003/NTC/BA/OG, de 04/06/2003 – Procurador da República Oliveira Guanais para a superintendente da Sucom, Eliana Gesteira, com base em matéria publicada no dia anterior em que havia a informação de um pedido de demolição da Mansão Wildberger.

OF. N° 0367/2003/NTC/DN, de 12/08/2003 – Procuradores da República Oliveira Guanais e Domenico D’Andrea Neto para diretor-presidente da Odebrecht S.A. Pedro Novis, considerando “a matéria jornalística publicada no jornal *“A Tarde”*, do dia 07 de agosto de 2003, intitulada *“Casa Cardinalícia perde integridade”*, informando a realização de obras na antiga residência cardinalícia, tombada provisoriamente, com destruição [...]”. “Que a matéria jornalística acima indicada já noticia a ocorrência de graves danos ao patrimônio histórico cultural e que a continuidade das obras [...]”.

Ao longo do processo de tombamento dos 12 imóveis, o Ministério Público Federal atuou considerando as matérias que eram frequentemente publicadas no jornal *A Tarde*. Usava-as como justificativa para abertura ou continuidade de processos e inquéritos administrativos. Também procurava obter esclarecimentos de órgãos públicos como IPHAN, com base em informações colhidas nas reportagens. Matérias registraram evidências das pressões da iniciativa privada sobre autoridades, com o objetivo de redirecionamento do curso do processo:

Reunião entre representantes de entidades do setor imobiliário com o ministro da Casa Civil, como relata a matéria *O polêmico tombamento da Vitória* (Weinstein, 06/10/2003, p. 5), em sete parágrafos, em que é mencionado o encontro entre empresário baianos e suas entidades representativas e o então ministro da Casa-Civil da República, José Dirceu. Trechos da carta de resposta do ministro são também transcritos.

Frequência e interferência direta de representantes da iniciativa privada nas reuniões do Conselho Consultivo do Iphan, como foi relatado em matérias de jornal (Weinstein, 06/10/2003, p. 5);

Pedidos de impugnação do tombamento provisório de imóveis situados no Corredor da Vitória pela MRM Empreendimentos e Fernando Frank Arquitetura (27/06/2003, protocolo nº 1033/03) e Companhia de Seguros Aliança da Bahia (30/06/2003, protocolo nº 1035/03) –, que tiveram, juntos, três imóveis afetados diretamente pelo tombamento. As impugnações foram relacionadas na reportagem *Pedida a anulação de tombamento* (Weinstein, 15/7/2003, p. 5).

Quadro 2: Coberturas do Programa de Recuperação e do tombamento dos 12 imóveis na Vitória.

	Centro Histórico	Corredor da Vitória
Agendamento	A notícia surgia a partir de acontecimentos pautados pelo governo: recuperação, obras, inaugurações, visitas ilustres, abertura de empreendimentos. Na segunda e terceira fases, passaram a incluir demais questões.	A notícia surgia a partir de observações e da interação entre reportagem e fontes, no próprio jornal.
Continuidade	Difícilmente, o assunto se mantinha. Não era dada sequência às matérias.	A suíte era frequente. O assunto era atualizado com com novos fatos e esgotado, chegando a um desfecho.
Tematização	Havia uma pulverização de temas relacionados à recuperação.	As matérias se concentravam no tombamento e na tentativa de instituir a proteção do patrimônio.
Inserção de representação	Houve predominância de matérias com fontes oficiais e/ou com poucas fontes e falta de representações.	Houve variedade de fontes oficiais, especializadas e de pessoas do público envolvidas diretamente nos conflitos, ou não.
Hierarquização de assuntos no jornal	O assunto percorreu os vários cadernos e disputou espaço com os demais temas, eventualmente, alcançando destaque na capa.	O assunto manteve-se no primeiro caderno, ganhando manchete ou chamada de capa.

Fonte: Pesquisa da autora.

CAPÍTULO 6

JORNALISMO COM FONTES E COBERTURAS

“Poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público. São o que se chama de fontes” (Lage, 2004, p. 50). Sem querer contradizer essa afirmativa, entendo que a “observação direta” pode, e deveria ser, o início de muitas matérias, possivelmente, da grande maioria. O costume de se pautar o que instituições sugerem perdeu-se no tempo dos veículos que funcionavam à mercê das influências que exerciam, contando sempre com a ajuda de assessorias de imprensa. Sabe-se que no jornalismo, a informação ou o assunto sugerido espontaneamente por uma pretensa fonte pode estar recheado de interesses específicos, inclusive estritamente pessoais. Jornais buscam assuntos exclusivos para particularizar suas edições, e, também, para fomentar o “furo”, que é a matéria que um jornal publica antes que os demais. Se o repórter parte mesmo da “observação direta”, terá que, na sequência, buscar fontes que possam explicar, recompor, sustentar, confirmar, acrescentar, e/ou opinar sobre o que foi observado. Para propor a partir da “observação direta”, o repórter terá que ser um observador privilegiado, ou seja, que conheça sobre o assunto com mais profundidade, para poder produzir reportagens a partir do conhecimento que acumulou. Ele identificará com mais acuidade o que poderá motivar a abordagem e certamente poderá detectar potenciais notícias não identificadas pelos demais. O repórter poderá antecipar abordagens e possibilitar que determinados problemas sejam evitados.

Em um veículo de comunicação, atuam diversos agentes que selecionam as suas fontes – para contar, testemunhar, relatar, descrever, opinar, defender, denunciar, comprovar. O entrevistado é parte da notícia, quando, minutos antes, era um mero receptor. A atuação do entrevistado é parte da composição da matéria. Ele dá credibilidade à reportagem (Weinstein, 2002, p. 95). Suas declarações permanecem como registros nos jornais. O relato e as revelações das fontes nas publicações compõem a abordagem do assunto, uma vez que o acesso e a presença das fontes nas reportagens depende do escrutínio do próprio jornal. Também, é importante averiguar sobre a ausência delas. Sobretudo, as fontes são representações, são as vozes das partes envolvidas nos conflitos. A credibilidade da informação é construída, também, pela identificação de sua origem.

6.1 FONTES

Listamos as fontes registradas em todas as matérias nos dois períodos – da recuperação do Pelourinho e do tombamento da Vitória. A partir delas, pudemos identificar a natureza, ou o conteúdo, da informação e as argumentações das disputas endereçadas pelo jornal. A fonte não revelada é uma prerrogativa em situações específicas. Em geral, a motivação da reportagem deve ser compartilhada, com o nome das fontes publicadas.

Quadro 3: Fontes na cobertura de *A Tarde* da Recuperação do CH.

Tipo de fonte	Fontes	Características
Oficiais	Pelas instituições	Representantes de governos, órgãos públicos, instituições e empresas.
Independentes	Comerciantes locais	Comerciantes do Pelourinho de antes do começo da reforma.
	Moradores locais	Tiveram que deixar o Centro Histórico em sua maioria.
	Reps comerciantes	Associações de comerciantes
	Reps moradores	Associações de moradores locais
	Reps. soc. civil	IAB-BA, associações etc.
	Turistas	Visitantes de outras cidades do Brasil e de outros países
	Repres. Países	Cônsules, embaixadores, ministros, presidentes, etc
	Historiadores	Fonte especializada
	Geógrafos	Fonte especializa
	Empreiteiros	Executores das obras de recuperação
	Arquitetos	Fonte especializada
	Restauradores	Fonte especializada
	Arqueólogos	Fonte especializada
	Sociólogos	Fonte especializada
	Antropólogos	Fonte especializada
	Economistas	Fonte especializada
	Outras	não se enquadram na classificação acima

Fonte: Pesquisa da autora.

Tabela 4: Presença de fontes na cobertura da recuperação do Centro Histórico (1992-2002).

Ano	Sobre patrimônio Salvador	Centro Hist.	Rep. tagens	Rep. com fontes	Rep. sem fontes	Com uma fonte	Com duas fontes	Em conf.
1992	156	63	37	28	9	14	14	4
1993	336	166	94	63	31	27	36	5
1994	191	100	60	40	20	16	24	2
1995	212	71	51	35	16	15	20	2
1996	336	85	48	39	9	18	21	3
1997	340	155	70	58	12	28	30	8
1998	361	150	85	76	9	32	44	1
1999	361	142	90	69	21	28	41	5
2000	250	92	58	51	7	17	34	2
2001	190	40	38	32	6	10	22	5
2002	336	39	33	28	5	5	23	3
Total	3.069	1.103	664	519	145	210	309	40

Fonte: Pesquisa da autora.

De 1992 a 1999, com exceção dos anos de 1996 e 1998, a quantidade de reportagens sem a inclusão de fontes é expressiva. Em 1993, foram publicadas 35 reportagens que não nomeavam

suas fontes. O número de reportagens com apenas uma fonte, também, é significativo até 2001. Em 1998, foram 32. Mesmo quando cresce o número de unidades de registro com duas ou mais fontes, a quantidade destas, originárias de campos de interesses diversos, se mantém baixo. Em 1997, constata-se o maior número de participação de fontes que defendiam propósitos opostos ou divergentes. Foram oito, no universo de 70 unidades. O ano com o maior número de reportagens sobre o Centro Histórico foi 1993, com 94 unidades, sendo que 31 delas não continham fontes, e confronto de falas com interesses diversos houve em apenas cinco delas, o que equivale a aproximadamente 5,3%. Em 1992, oito matérias incluíram representantes da comunidade pronunciando-se sobre a permanência de moradores no Centro Histórico durante o Programa de Recuperação. Foram 28 matérias contendo fontes, sendo metade dessas com apenas uma fonte, a maioria, oficial. ACM foi entrevistado em três delas e foi mencionado em pelo menos outras cinco. Depois de 21 inserções de matérias, notas e editoriais, publicados em 1993, em 29 de março, a reportagem *Mudanças no Centro Histórico atingiram também moradores* (29/03/1993, p. 5) inclui cinco representantes da área – uma moradora, uma líder comunitária, dois comerciantes e um diretor de bloco de carnaval – sem fontes de órgãos oficiais. Esta foi a primeira menção, neste ano, à situação dos moradores que teriam que sair do Centro Histórico para que a recuperação pudesse acontecer, conforme o planejamento do governo. Apenas uma semana depois, a matéria *Moradores apreensivos com a situação no Centro Histórico* (5/4/1993, p. 3), agora com chamada de capa, relaciona opiniões de outros quatro atuantes da área: uma moradora, um comerciante de mercearia, um administrador de aluguéis e um sapateiro. É como se esta reportagem revelasse a existência de tais habitantes, com profissão declarada, contradizendo a ideia de que no Centro só havia marginais e prostitutas. Em nenhuma das duas matérias, ouviu-se representantes de órgãos oficiais e, por isso, não houve confronto ou divergência sobre a questão. *Segunda etapa de obras no Centro terá casas famosas* (20/4/1993, p. 3), com a chamada de capa *Começa segunda etapa de obras no Centro Histórico* (20/4/1993, p. 1), tem como fontes o então diretor do IPAC, o antropólogo Vivaldo da Costa Lima, e moradores do Centro Histórico, com exposição de vozes antagônicas. Também na matéria *Centro Histórico está sem policiamento* (2/5/1993, p. 2), há quatro comerciantes, inclusive dos conhecidos estabelecimentos A Cubana e Cantina da Lua, e um frequentador, entrevistados, afirmando, como antecipa o título, sobre a insegurança na área. Apenas cinco dias depois, é publicada uma nota, *Pelourinho ganha batalhão* (7/5/1993, p. 13), com fala do Comandante da Polícia Militar, Coronel Mendes Gouveia, possivelmente decorrente da transferência de informação, com a intermediação do jornal. O jornal era lido e ouvido por autoridades.

Neste ano, outras quatro inserções incluem representantes da comunidade do Centro Histórico: 1) em *Recuperação atinge casarões do Terreiro* (25/7/1993, p. 3), um comerciante e uma líder comunitária estão confrontados com um representante do governo, o coordenador da Recuperação à cargo do IPAC, e esta matéria teve a chamada de capa *Terreiro de Jesus será recuperado* (25/7/1993, p. 1-2); em *Seu Delmiro quer manter armazém no Pelô* (31/07/1993, p. 5), tem entrevista com um comerciante; 3) em *Pelô, o 'point' onde há espaço e queixas de todos os tipos* (31/10/1993, p. 5), no alto da quinta página, expõe a fala de dois comerciantes, um antropólogo e um representante do governo; 4) a última inserção incluindo moradores decorre de um desabamento, no Paço, que mata uma pessoa e fere outras cinco, como indica o título *Casarão desaba na Rua do Paço matando mulher e ferindo cinco* (7/12/1993, p. 3), e chamada de capa *Desabamento no Paço mata um e*

fere mais 5 (7/12/1993, p. 1). Os entrevistados, nesta matéria, são um morador e o presidente da Associação de Moradores, que imputam ao diretor do IPAC, Vivaldo da Costa Lima, a tragédia. O gestor deixou o cargo que ocupava depois deste episódio.

Em 1994, Antônio Carlos Magalhães deixa o cargo de governador para se candidatar ao Senado. Seus herdeiros políticos dão continuidade à obra, mas sem o mesmo ritmo que ele imprimia. ACM continuou participando de inaugurações e trazendo visitas ilustres ao Centro Histórico, nos anos em que foi senador. Entre a divulgação da iniciativa em 1992 e o término do período em que esteve à frente do Governo da Bahia, o então governador Antônio Carlos Magalhães apareceu nas páginas de *A Tarde* por conta de anúncios, visitas, inaugurações, obras e outros assuntos relacionados ao Centro Histórico em pelo menos 25 unidades de texto, como fonte direta ou mencionado por entrevistados. No mês seguinte ao que ACM deixou o cargo, foi publicada *Estão quase paradas as obras da quarta etapa do Pelourinho* (22/05/1994), com informações sem aspas e fontes sem identificação. Neste mesmo ano, ACM foi mencionado em outras quatro matérias relacionadas a obras de recuperação no Centro Histórico.

Em 1995, pela primeira vez, desde o início do Programa de Recuperação, o IPHAN, finalmente, está presente como fonte de informações, apesar de a jurisdição do Centro Histórico ser federal. Foi ouvido em duas matérias, o que demonstra o início de uma mudança. Em 1996, o jornal passa a incluir mais vozes insatisfeitas, como a de moradores pressionados a deixar o local. Fontes mais credibilizadas começam a trazer novas leituras ao processo, como foi a da Professora Maria Auxiliadora da Silva, do Instituto de Geociências da UFBA, na matéria já mencionada *Pesquisa diz que Pelourinho perdeu raízes* (2/2/1996, p. 2), em que se lê: “o Pelourinho tornou-se super valorizado para o turismo, mas empobrecido quanto a referenciais característicos da área”. Em *Técnico acha que incêndio poderá destruir o Centro* (23/8/1996, p. 3), o técnico da Defesa Civil de São Carlos /SP, Pedro Fernando Caballero, diz que a falta de hidrantes é motivo de apreensão no Centro Histórico e que há riscos de desabamentos.

A diretora da Casa de Jorge Amado, Myriam Fraga, o Governador Paulo Souto e a escritora Zélia Gattai continuam fontes, como em *Público retorna à Casa de Jorge Amado após reforma* (9/3/1996, p. 5). Neste ano, há uma variedade maior de entrevistados. Havia ACM e outras fontes oficiais, assim como comerciantes, e, também, representantes de irmandades e vigários, e de associações de moradores. Em 22 de junho, o jornal publica comentário de entrevistado na matéria *Prédio de quatro pavimentos desabou no Centro Histórico* (22/06/1996, p. 2) que diz que “tem dinheiro para realizar um Carnaval fora de época, mas não tem dinheiro para ajudar os pobres”. Nesta matéria, não há fontes do governo do Estado, nem justificativa para esta ausência.

Em 1997, comentários como “O Pelourinho não é mais aquele, do final de 1993, quando foi, orgulhosamente, restaurado e inaugurado pelo governo do Estado. Aliás, aos poucos, todo o Centro Histórico de Salvador está retornando ao caos, pelo menos no que diz respeito ao estado físico dos casarões seculares”, publicado em *Falta de manutenção ameaça Pelourinho* (Souza, 10/3/1997, p. 7), assinada por Marconi de Souza, em *A Tarde*, começam a aparecer. Esta matéria teve chamada de capa intitulada *Pelourinho já vive decadência* (10/3/1997, p. 1). O dirigente da UNESCO Nouréini Remi Tidjani-Serpos, como fonte da matéria *Dirigente da Unesco destaca a importância de ouvir o povo* (Zinn, 27/2/1997, p. 2) diz que “o dinheiro não é tudo. O que é mais importante é conversar com o povo do lugar e saber o que ele acha, depois se faz um projeto e o dinheiro vem”. Pela primeira vez, no universo de matérias pesquisado, a Unesco se posiciona

em relação à condição em que ficaram os moradores da área do Patrimônio da Humanidade, com o Programa de Recuperação. Duas semanas depois, *Falta de manutenção ameaça Pelourinho* (10/3/1997, p. 7) está repleta de fontes: Valter Almeida que era gerente da Casa do Acarajé; uma funcionária da limpeza do IPAC não identificada; Sandra Becco, encarregada do prédio dos Correios; Carlos Barbosa, gerente do IPAC; e Patrícia Moraes, assessora de gabinete do IPAC. Praticamente, o jornal publica uma constatação, como jamais tinha feito antes, e demonstra que, agora, não faria restrições ao conteúdo que se apresentasse como representação dos envolvidos no conflito. Entretanto, em editorial do dia 13 de março de 1997, o jornal volta a defender o Programa. “Uma coisa é restauração e revitalização, outra é manutenção e conservação. Definida a semântica, não há por que culpar o governo estadual pelo estado em que se encontram alguns sobrados do conjunto arquitetônico do Pelourinho” (O Pelourinho, 13/3/1997, p. 6). Neste editorial, o jornal defende a restauração em curso e ataca a incompetência de quem, a seu ver, deveria mantê-lo – os comerciantes e o povo. Em 1997, houve cinco editoriais sobre o Centro Histórico. Os editoriais contêm o posicionamento do jornal e demonstram o reconhecimento da importância do tema pelo veículo.

Em 1998, em *Indenizações baixas na 28 de setembro* (6/4/1998, p. 5), as fontes falam sobre a saída dos moradores. Uma delas, não identificada, afirma que o processo no Centro Histórico “mais parece a Fórmula Final que usaram contra os judeus, na 2ª Guerra Mundial”. “Ela contou que sua filha, vendedora de fitas K7 foi ‘esmurrada’ por policiais durante uma batida na área”, disse uma outra fonte, uma senhora, sem ser identificada. A inclusão de informações como esta indica uma modificação na forma de abordagem. A indignação passa a aparecer. “Não é possível que um (sic) lugar desses não exista um hidrante funcionando para abastecer os caminhões-pipas. Como o incêndio aconteceu nesse trecho, poderia ser no Pelourinho, recentemente reformado pelo governo do Estado”, disse outro comerciante não identificado, na matéria *Casarão pega fogo no Tabão* (Rodrigues, 1/5/1998, p. 6). Neste ano, há nove fontes não identificadas em matérias, ou seja, que não permitiram que seus nomes fossem publicados, e o jornal não informa o porquê da omissão. Diante do teor da informação, o leitor pode presumir que as fontes não poderiam ser expostas, pelas declarações que faziam. Por exemplo, na matéria *Moradores protestam contra Ipac* (14/02/1998, p. 2), em que moradores, da Rua 28 de Setembro, questionavam contra o esquema das indenizações durante a 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico. A confusão começou quando tratores derrubaram um casarão, no Viaduto da Sé, para construção da sede do IPAC e de um estacionamento.

Em 1999, há o maior número de fontes especializadas nas matérias publicadas em *A Tarde*. São encontradas 11, sendo sete arquitetos, dois arqueólogos, um historiador e um restaurador. Em *Desigualdade social causa má impressão nos turistas* (16/1/1999, p. 5) há entrevistas de turistas que falam sobre a questão social. Turistas voltam a ser ouvidos, em *Igrejas fechadas causam desapontamento* (25/1/1999, p. 3). Em *Centro Histórico terá mais 121 imóveis recuperados* (28/2/1999, p. 7), com publicação de foto imensa, há detalhes sobre mais obras. Como fontes, há somente as oficiais – Rafael Grecca, Ministro dos Esportes; Adriana Castro, diretora do IPAC; e João Cláudio Carvalho, assessor especial da Secretaria de Cultura e Turismo. Neste ano, os turistas foram as fontes mais frequentes nas reportagens sobre o Centro Histórico. E os arquitetos, pela primeira vez, puderam publicamente discutir a intervenção que se processava.

Em 2000, a questão do comércio foi enfatizada em três reportagens. Nas demais, em que o assunto foi abordado de forma secundária, houve dois vendedores e oito comerciantes ou representantes deles entrevistados, o dobro em relação ao ano anterior quando tinham sido um vendedor e quatro comerciantes. “A situação de abandono observada na Rua 28 de setembro e Saldanha da Gama, no Centro Histórico de Salvador, contrasta fortemente com a área do Pelourinho. Várias casas do local correm risco de desabamento [...]” é uma das falas de entrevistados na matéria *Moradores convivem com o perigo* (Lima, 23/9/2000, p. 3). Nela, quatro moradores são ouvidos, assim como um representante da CONDER. Moradores tiveram maior espaço, com 36 entrevistas, ao longo deste ano. No ano anterior, foram 21 moradores entrevistados, em matérias com temáticas também variadas referentes ao patrimônio. Em 1998, foram 22 moradores entrevistados. Em 1993, foram apenas 11 moradores entrevistados, quando acontecia o auge do processo, e o maior número de unidades de registro, especificamente, relacionadas com assuntos do Centro Histórico – 166, dentro de um universo de 336 matérias sobre patrimônio histórico e cultural em todo o jornal. Neste ano, começa a resistência dos ocupantes do Edifício dos Alfaiates, na Misericórdia, que se torna mais evidente em 2001. Embora a temática *retirada de moradores* tenha alcançado o seu maior número em 2001, a quantidade de 21 moradores entrevistados foi menor que no ano anterior. Estes podem ser somados aos cinco alfaiates e um relojoeiro que eram, também, moradores do edifício que motivou as reportagens.

Em 2002, também no universo de 14 matérias sobre *retirada de moradores* e outras sobre *degradação*, *incêndio* e *desabamento*, 32 moradores testemunharam ou opinaram.

Ao longo de uma década, apenas em 12 reportagens, arquitetos foram fontes de informação, o que é muito pouco, já que a recuperação no Centro Histórico era, sobretudo, das edificações, das quais se mantinham sem modificações na estética, especialmente, a fachada. Os números, também, revelam a ausência, em grande parte do período, de antropólogos, de sociólogos, de restauradores, de geógrafos e de historiadores, que poderiam ter participado do diálogo desde o início do Programa, que também envolvia aspectos sociais.

Tabela 5: Presença de fontes especializadas na cobertura da recuperação do CH (1992-2002).

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	total
Antropólogos		1										1
Arqueólogos							1	2	2			5
Arquitetos						3		7	1	1		12
Economistas		1										1
Geógrafos					1							1
Historiadores	1				1	1	2	1				6
Restauradores	1		2					1			1	5
Sociólogos		1								1	1	3
Total	2	3	2	0	2	4	3	11	3	2	2	34

Fonte: Jornal *A Tarde*. Pesquisa da autora.

Quadro 4: Personalidades mais frequentes na cobertura da recuperação do CH (1992-2002).

Fontes frequentes	Função exercida	Participação
ACM	Governador, senador	Pautava o Centro Histórico potencializando a noticiabilidade de eventos, produzindo factóides
Adriana Castro	Diretora do IPAC	Pautava os jornais sobre o IPAC e sobre ela.
Elvira Ferreira de Souza	Assoc. Moradores e Amigos do Maciel-Pelourinho	Era ouvida como representante dos moradores do Pelourinho. Sempre foi muito objetiva e coerente.
Francisco Costa	Coord. da Codesal	Avaliava e confirmava a condição dos casarões
Luciano Diniz	Assessor do IPAC	Explica ações e intenções do IPAC
Vivaldo C. Lima	Diretor do IPAC	Diretor do IPAC em duas gestões.

Fonte: Jornal *A Tarde*. Pesquisa da autora.

Tabela 6: Principais presenças na cobertura da recuperação do CHS (1992-2002).

	ACM	Adriana Castro	Elvira Ferreira	Luciano Diniz	Vivaldo da Costa Lima
92	3	0	0	2	3
93	11	1	2	1	2
94	5	2	0	3	0
95	0	3	0	0	0
96	2	2	0	1	0
97	1	4	0	1	0
98	0	11	0	3	0
99	0	5	0	0	0
00	0	1	0	0	0
01	0	0	0	0	0
02	0	0	0	0	0
Total	22	29	2	11	5

Fonte: Jornal *A Tarde*. Pesquisa da autora.

Durante a cobertura do tombamento do Corredor da Vitória, um elenco de fontes de informações foi sendo construído. Não havia o costume ou a disponibilidade de muitos profissionais em lidar com jornalistas ou em compartilhar informações para serem mediadas pelos jornais. Eles tinham dificuldade em perceber plenamente o papel da imprensa e não dividiam facilmente informações, explicações ou comprovações que, mesmo que fornecidas em *off*, facilitariam o trabalho na cobertura.

Tabela 7: N° de matérias sobre patrimônio e Corredor da Vitória (2003-2004).

	Sobre patrimônio / SSA	Corredor da Vitória	Reportagens	Com fontes	Sem fontes	Com uma fonte	Com 2 ou mais fontes	Com confronto de fontes
2003	180	38	31	29	2	5	24	24
2004	208	28	17	16	1	5	11	10

Fonte: Jornal *A Tarde*. Pesquisa da autora.

Antes do tombamento, algumas matérias eram, esparsamente, veiculadas sobre a Vitória – sobre os casarões que iam sendo subtraídos ou tinham a integridade adulterada. Nestas, as fontes eram escassas. Em *Conselho requer tombamento do Palácio Arquiepiscopal* (Castro, 12/11/1992, p. 2), assinada pelo colunista José Augusto Berbert de Castro, não havia fontes. Em *Alunos carentes temem perder ajuda da Ufba* (16/8/1998, p. 2), é explicitada a possibilidade de venda de três

residências universitárias, uma delas situada na Vitória, mais tarde listada no tombamento. A única fonte ouvida é um estudante. No mesmo ano, em *Passado resiste em mansões da Vitória* (Moreira, 5/9/1998, p. 6) em página inteira, é contada a história do lugar e enfatizada a importância dos exemplares ainda existentes. Houve duas fontes, ambas moradoras do Corredor da Vitória, sendo uma delas o então redator-chefe da redação de *A Tarde*, Jorge Calmon. O assunto voltaria à tona em 1999, na matéria *Mansões da Vitória e Graça viveram época de ouro* (Uzeda, 25/5/1999, p.7), sem fontes. Em 2000, houve quatro menções ao Corredor da Vitória, nenhuma delas no gênero reportagem, e, portanto, sem fontes mencionadas.

Em *Igreja Católica decide pôr à venda Palácio Arquiepiscopal* (Bandeira, 26/7/2001, p. 3), o único entrevistado foi o arcebispo primaz do Brasil Dom Geraldo Majella Agnelo, em cuja gestão foi feita a venda da Casa Cardinalícia, por R\$10 milhões, assunto da matéria que se tornou polêmico dois anos depois, quando foi publicada notificação de tombamento no *Diário da União*. Em 2002, o assunto Corredor da Vitória e suas mansões não foi pretexto para publicações. Com o tombamento provisório federal, o jornal manteve e foi mais incisivo ao expor o problema. *A Tarde* continuou publicando o assunto. O então redator-chefe de *A Tarde*, Ranulfo Bocayuva, confirma as pressões e explica como o jornal procedia:

O jornal sofre pressão de todos os lados. Agora, o que você quer perguntar exatamente é se a gente cede às pressões. Não, a gente não cede às pressões porque a gente entende que é justamente pelo fato de a gente manter uma linha independente e de credibilidade que os anunciantes querem anunciar. Qual é o anunciante que vai colocar anúncio num jornal que não tem credibilidade? O leitor vai reparar e por sua vez vai prejudicar, vai comprometer. Se o leitor verificar que o jornal não tem independência, ele não vai nem comprar o jornal (Ranulfo Bocayuva, em entrevista concedida à autora, em 09/06/2010).

Em 2003, foi imprescindível a participação de fontes que legitimassem a discussão e respaldassem o enquadramento adotado pelo repórter. Então, as matérias tinham uma variedade de fontes. Na primeira reportagem da série sobre o tombamento da Vitória, havia sete fontes e, destas, quatro eram arquitetos, sendo três deles professores de universidades e, o outro, um técnico do instituto de proteção do patrimônio do governo estadual. A segunda matéria teve quatro fontes: um morador da Vitória; um técnico do IPHAN-Brasília, José Leme Galvão; o superintendente regional do IPHAN, Maurício Chagas; e o presidente da Fundação Gregório de Matos, Francisco Senna. A terceira matéria trazia o secretário-executivo do MinC, Juca Ferreira, em resposta ao que já havia sido informado nas duas primeiras reportagens. Com a emissão e publicação da notificação de tombamento, em 16 de junho de 2003, no Diário Oficial da União (Edital de Notificação, p. 2355), as matérias continuam sendo elaboradas com várias fontes, como em *Vitória para sempre preservada* (18/06/2003, p. 8) em página inteira e com chamada de capa, que trazia cinco entrevistados, dentre elas quatro arquitetos, e em *Os pros e os contras do tombamento* (Weinstein, 21/06/2003, p. 3), com seis fontes representativas de diversos setores, inclusive um empresário proprietário de um dos imóveis listados. Neste ano, as matérias subsequentes utilizam várias fontes.

Em 2004, não houve reportagem sem entrevistados. Houve matéria com dez fontes como *Combate à Vitória da especulação* (5/6/2004, p. 5). Para configurar o entendimento de que o arquivamento do processo de tombamento do Corredor da Vitória teria sido intempestivo, foram

inseridas nove entrevistas em uma matéria, e, nas reportagens de repercussão do acontecimento, houve 11 fontes, na primeira, e nove, na segunda. Apesar de, relativamente, curto o período em que a ação vigorou, a variedade de fontes que figuraram nas reportagens foi ampla (Ver tabela 8).

Tabela 8: Fontes na cobertura do tombamento do Corredor da Vitória (2003-2004).

Fontes	2003	2004
Juca Ferreira, secretário-executivo do MinC (oficial)	4	3
Maurício Chagas, superintendente da 7ª SR IPHAN (oficial)	7	0
Odete Dourado, professora da FAU-UFBA (especialista)	2	1
Maria do Carmo Baltar (ou Carmita) – estudiosa da Vitória (especialista)	4	2
Maria Elisa Costa – presidente do IPHAN (oficial)	2	0
Antonio Augusto Arantes – presidente do IPHAN (oficial)	0	3
Félix Mendonça Júnior – empresário da Construção (empresário)	3	0
José Carlos Matta – arquiteto (especialista)	2	0
Frederico Mendonça – superintendente da 7ª SR do IPHAN (oficial)	1	0
Paulo Ormindo – professor e conselheiro do Conselho do IPHAN (especialista)	2	3
Eugênio de Ávila Lins – professor e superintendente da 7ª SR (oficial ou especialista)	3	2

Fonte: Jornal *A Tarde*. Pesquisa da autora.

A utilização de fontes nos dois períodos aqui abordados contrasta. Na cobertura do Programa de Recuperação do Centro Histórico, houve grandes lacunas. Estiveram ausentes por longo período os técnicos especialistas, os moradores da cidade e da área, enfim, em certa medida, houve falta de uma discussão entre agentes. Na cobertura do tombamento do Corredor da Vitória, arquitetos entraram legitimando as matérias já no início do agendamento.

6.2 DIFERENÇAS ENTRE PERÍODOS

A capa³² do jornal contém referências das principais matérias contidas na edição. Nela, o veículo anuncia o seu conteúdo e o leitor tem uma orientação do que deverá encontrar dentro dele. É, portanto, a vitrine do jornal e requer atenção especial dos editores e do *fechador da primeira página*³³. O leitor sabe que as chamadas e a manchete do jornal são as notícias que estão no topo da escala de importância. Se o jornal publica um assunto e o coloca na capa, é porque o considera e está demonstrando que o valorizou e que o acontecimento certamente deve atrair o interesse do seu público. O assunto está, portanto, em saliência. O *alto de página*³⁴ da capa é ocupado, normalmente, pela grande manchete do dia. O Centro Histórico rendeu 93 capas

³²Decresce o número de “chamadas” de capa no jornal *A Tarde* ao longo das décadas. Na década de 1980, a capa do jornal, que vem a ser a primeira página, a que destaca o que há de mais contundente e novo em termos de notícia dentro do jornal, trazia de 15 a 18 chamadas, além de uma manchete, que normalmente é a notícia de maior destaque, a que aparece em letras maiores e no centro do topo da página. A edição tinha notícias distribuídas entre as páginas, sem contar com os anúncios classificados que ocupavam quaisquer espaços. A capa de *A Tarde*, em 1997, tinha uma manchete principal e uma segunda, as fotos já ocupavam maior área e o número de chamadas havia sido reduzido – apenas sete dividiam espaço com as manchetes e fotos. Hoje a capa do jornal pode variar em número de chamadas e manchetes. Normalmente apresenta uma média de até 10 notícias. Mas pode *abrir uma foto* grande que toma todo o espaço da primeira página, se o assunto tiver suficiente relevância e uma imagem com qualidade.

³³Profissional encarregado de pensar e elaborar a primeira página do jornal. É um dos que carregam uma das tarefas mais importantes e estressantes de uma redação. O fechador de cada editoria é o encarregado de finalizar a edição em sua editoria, decidindo e conferindo sobre todos os aspectos concernentes às páginas que lhe são designadas

³⁴Área mais valorizada na página, a que atrai maior atenção do leitor.

(Ver Tabela 9) ao todo, e 41 específicas sobre e durante o período em que estava agendado o Programa de Recuperação, em que era alvo das iniciativas do governo. Visitas de ilustres, achados arqueológicos e inaugurações motivavam as matérias.

Tabela 9: Número de chamadas de capa na cobertura da recuperação do Centro Histórico (1992-2002).

Capas	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	Total
Centro Histórico	7	26	8	11	6	9	14	11	1	0	0	93
Específicas recuperação	3	19	5	4	1	1	3	2	1	0	0	41

Fonte: Jornal *A Tarde*. Pesquisa da autora.

De 1992 para 1993, houve um incremento de 271%, no número de manchetes e chamadas de capa relacionadas ao Programa de Recuperação do Centro Histórico. Em 1994, houve uma queda deste número, e a quantidade voltou, praticamente, ao patamar de 1992, quando *A Tarde* colocou sete referências a matérias sobre o Centro Histórico: uma sobre incêndio, uma sobre o calçadão da Praça da Sé, uma sobre a morte do professor Figueiredo Filho, e mais três sobre a Recuperação. Destas três, uma foi *Pelourinho terá casario recuperado* (22/04/1992, p. 1) e duas destacavam a ação que afetava antigos moradores da área – *Reforma do Pelourinho sem o social* (23/08/1992, p. 1) e *Pelourinho reclama das indenizações* (15/09/1992, p. 1). No ano seguinte, o destaque foi em 26 edições. Em 1993, foram publicadas 336 unidades sobre patrimônio histórico e cultural em Salvador, e mais da metade delas – 166 – eram diretamente relacionadas à recuperação do Centro Histórico, sendo que 26 foram, também, inseridas na primeira página do jornal como manchete ou chamada. Neste ano, houve um acréscimo de mais de 163% no número de matérias sobre o Centro Histórico, em relação ao ano anterior. Das três inserções sobre a inauguração da recuperação dos arcos da Conceição, uma foi capa, em 27 de janeiro. Até que o assunto patrimônio voltasse à capa de *A Tarde* decorreram dois meses e meio, com *Renasce Centro Histórico com todas as cores* (14/03/1993, p. 1) chamando a matéria *Inaugurações marcam o segundo ano do Governo* (14/03/1993, p. 3), na página três. Em 20 de abril, a matéria *Segunda etapa de obras no Centro terá casas famosas* (20/04/1993, p. 3) tem a chamada de capa *Começa segunda etapa de obras no Centro Histórico* (20/4/1993, p. 1). Em 1994, das oito capas, cinco estavam relacionadas diretamente com a reforma. O jornal em 1995 apresentava em sua capa uma média de 10 unidades, incluindo a manchete. Em 1996, duas das oito capas trataram da inauguração de um edifício-garagem. Em 1997, *Falta de manutenção ameaça Pelourinho* (Souza, 10/3/1995, p. 7), do repórter Marconi de Souza, com chamada de capa *Pelourinho já vive decadência* (*A Tarde*, 10/3/1995, p. 1), revela o que se passa quatro anos depois das primeiras inaugurações. De página inteira, com cinco fontes. O assunto foi considerado tão relevante que foi alvo de editorial no dia seguinte. Os assuntos motivadores de matérias como *instalações de empreendimentos, degradação, passarela e trânsito* em 98, e *prefeitura/Praça da Sé, instalação de empreendimentos e desabamento*, em 99, suscitaram sete e seis capas, respectivamente. Em 2000, a única chamada de capa foi proveniente de matéria classificada por *Prefeitura/Praça da Sé*, que se referia a uma obra desenvolvida pela governo municipal. Em 2001 e 2002, não houve capas sobre o Centro Histórico.

6.3 CORREDOR DA VITÓRIA NA CAPA DE *A TARDE* (2003-2004)

Até o arquivamento do processo de tombamento, o Corredor da Vitória rendeu seis primeiras páginas, sendo, apenas, duas delas manchetes. Duas dessas capas – uma chamada e uma manchete – tiveram conteúdo com informação equivocada e uma delas gerou uma errata. No texto da chamada de *Vitória para sempre preservada* (Weinstein, 18/6/2003, p. 8), o termo “determinou” foi utilizado, em vez do que seria correto – “notificou”. Um tombamento é primeiramente notificado e, somente depois do definitivo, é promulgado. A segunda ocorrência de erro na primeira página foi na manchete *Tombamento do Corredor da Vitória provoca luta na Justiça* (Weinstein, 15/7/2003, p. 1), e, também, com o *apoio*³⁵, ou seja, com a linha abaixo do título contendo outros equívocos sobre os procedimentos do dispositivo do tombamento, e indicação para a matéria publicada na página nº 8. Tratavam-se de impugnações no âmbito administrativo do órgão nacional de proteção, em vez de disputas judiciais, e tinham sido propostas por uma empresa do setor imobiliário e uma seguradora. A redação não contribuía para o entendimento da questão. As informações divulgadas na manchete de capa do jornal não coincidiam com as contidas na matéria. No dia seguinte, o jornal publicou errata sobre o “erro de edição da primeira página”.

Duas construtoras pedem à Justiça para anular o tombamento do Corredor da Vitória, em Salvador, anunciado pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em junho passado. As empresas têm imóveis que foram protegidos pela ação oficial (Errata, 15/7/2003, p. 1).

Na década de 1990, o jornal optava por cobrir o máximo de assuntos possível, dividindo o espaço entre todos eles. Neste período, as notas eram pulverizadas em páginas diversas. Os espaços ocupados, mesmo que pequenos, eram valorizados. Houve uma grande quantidade de notas sobre o Programa de Recuperação do Centro Histórico, quando não era comum haver matérias ocupando página inteira. Em 1995, houve 15 notas relacionadas ao Programa, que, no total, eram o equivalente em extensão a pouco mais que uma página.

Em 2003, houve 31 reportagens sobre o Corredor da Vitória, e 13 delas ocuparam páginas inteiras. Em 2004, houve mais quatro páginas inteiras no universo de 17 matérias relacionadas ao tombamento. Ao Corredor da Vitória e assuntos correlatos, neste período, foram dedicadas 17 páginas inteiras. A maioria das demais matérias ocupou meia página, 2/3 ou 1/3 de página. Apenas uma matéria ao longo do processo teve 150cm², ocupando o menor espaço. Esta matéria teve como assunto único uma reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, no Rio de Janeiro. O próprio jornal havia financiado a viagem da repórter, o que consistia em uma atitude incomum. Geralmente, repórteres viajavam para outros lugares para coberturas, a convite da produção dos eventos. Outras reuniões do Conselho Consultivo do IPHAN foram presenciadas pela reportagem de *A Tarde*, graças ao convite do Ministério da Cultura para que a repórter cobrisse eventos que coincidentemente aconteciam em data próxima às reuniões.

Está claro que a forma de ocupação do espaço do jornal foi distinto nos dois períodos. De uma década para a outra, o planejamento gráfico e de conteúdo mudou de padrão passando

³⁵ Apoio é geralmente duas linhas explicativas sobre o principal conteúdo da matéria a que se refere. Costuma aparecer em matérias maiores, nas páginas internas do jornal.

a haver também maior espaço em branco nas páginas, para permitir que a diagramação *respirasse* e para que se produzisse um jornal mais atraente, mais confortável de ser lido. No primeiro momento, correspondente à cobertura do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, o espaço total foi preenchido por vários gêneros de unidades, sem qualquer restrição. No segundo, da cobertura do tombamento do Corredor da Vitória, o gênero predominante era a reportagem, ocupando espaços maiores.

Em 1996, há poucos editoriais e notas sobre o Centro Histórico. E naquele período, passaria a ser exigido que as reportagens contivessem a identificação de quem as escrevia. Como autor, o jornalista se torna responsável pelo conteúdo que produz, explicitamente. Conforme Park (2008c, p. 78), o editorial e a notícia têm permanecido independentes um do outro. O primeiro apareceu com as cartas dirigidas ao redator, com a opinião de homens interessados em política, nos primórdios do jornalismo. A segunda lembra as cartas de amigos que relatam uma situação, em viagem. A função do editorialista é interpretar a notícia conforme a posição que assume o jornal.

Quadro 5: Características dos gêneros jornalísticos das unidades.

	Características	Denota nesta pesquisa
Nota	Texto curto, dentro ou fora de colunas. Podem divulgar informações importantes, que não raramente pautam reportagens. Também, são usadas para “plantar” notícias ou promover personalidades, cobrar providências ou registrar fatos que não teriam peso para render matéria.	Quando são muitas as notas em meio a outras formas de inserção, o assunto pode estar em evidência.
Editorial	Textos onde são encontrados a opinião e o posicionamento do jornal. É um termômetro da relevância de um assunto porque representa o ponto de vista e o foco para o qual o veículo está direcionado. Representa a compreensão do veículo	Ao motivar um editorial, o assunto tem confirmada a sua importância e valorização por parte do jornal.
Artigo	São textos assinados, opinativos, de pessoas que fazem ou não parte do quadro de funcionários do jornal. O artigo não necessariamente representa o pensamento do jornal.	Interesse que o assunto desperta e a disposição do jornal em ter espaço para participação diversificada.
Reportagens	É uma forma de contar a notícia. Requer apuração, investigação, comprovação e redação. É o gênero mais representativo e importante.	A reportagem indica que o jornal investe na qualidade. Traz conteúdo apurado pelo próprio veículo.
Espaço do leitor	Expressão do leitor que dialoga com matérias veiculadas, acontecimentos ou posicionamentos do jornal. Contém opinião, elogio, informação, agradecimentos.	Denota interesse do público e capacidade de interação do jornal.
Ping-pong	Entrevistas de perguntas e respostas com personalidades destacadas. Indica o prestígio que a fonte tem a ponto de requerer uma entrevista de fôlego.	Denota que o assunto e o entrevistado estão bem situados na escala de valorização do jornal.
Fotos legendas	Foto com aproximadamente 150cms ² , normalmente, sem título, e com texto legenda. É um registro, que não teve peso ou espaço para se constituir em matéria, mas que teve destaque.	Denota que o assunto foi abordado de forma especial.

Fonte: Pesquisa da autora.

Tabela 10: Inserções relacionadas à Recuperação do Centro Histórico, em *A Tarde* (1992-2002).

Gênero	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	Total
Notas	16	40	26	15	30	64	44	37	23	2	4	301
Foto legendas	4	3	0	1	1	1	1	0	0	0	0	11
Reportagem s/ ass.	33	86	57	48	40	58	70	46	22	5	4	469
Reportagem c/ ass.	4	8	3	3	8	12	15	44	36	33	29	195
Artigos	3	9	2	2	1	4	4	3	2	1	0	31
Editoriais	3	12	5	2	0	6	2	7	2	0	1	38
Ping-Pong	1	1	0	1	0	0	1	0	2	0	0	6
Capas	7	26	8	11	6	9	14	11	1	0	0	93
Espaço do leitor	0	3	2	0	7	8	7	3	4	0	2	36
Total	72	187	102	86	91	162	161	147	92	42	40	1180

Fonte: Jornal *A Tarde*. Pesquisa da autora.

A cobertura do tombamento do Corredor da Vitória se diferenciou do padrão da época, uma vez que foi persistente, com publicação contínua de *sútes*, para dar sequenciamento ao *agendamento*. Esse estilo de cobertura chamou a atenção de empresários do setor imobiliário, especialmente, os do Empreendimento Mansão Wildberger, que reagiram publicando um anúncio de quarto de página nos três jornais da cidade, em 26, 27 e 28 de dezembro de 2006, levantando suspeitas sobre a motivação das “54 matérias”, sempre escritas “pela mesma repórter”. Em *A Tarde*, onde foi pago o valor de R\$14 mil pela veiculação, o nome da autora das reportagens que eram publicadas pelo mesmo jornal, foi suprimido, a pedido do Sindicato dos Jornalistas (Sinjorba) e de colegas da Redação. Na *Tribuna da Bahia* e no *Correio da Bahia*, não. Fato é que, um mês depois destes anúncios publicados, a Mansão Wildberger foi demolida, sem autorização do IPHAN, nem alvará da Prefeitura³⁶. Transeuntes passavam por perto e não entendiam o que estava acontecendo. A demolição foi embargada quando os restos da edificação já estavam em meio a escombros que ficaram em exposição, no terreno, por meses. Hoje, no lugar, há um miradouro e o prédio construído na vizinhança da Igreja de Nossa Senhora da Vitória é contíguo à própria igreja.

Durante o agendamento mais intenso havia, pelo menos, uma ou duas matérias sobre o assunto por semana em *A Tarde*, sempre com novidades que atualizavam a discussão. Houve manifestações de leitores repercutindo matérias que chegaram ao número de 49, no período de dois anos, entre o deferimento e o arquivamento do processo. Todas praticamente de autoria da mesma repórter.

³⁶ Qualquer edificação, para ser demolida, precisa de alvará.

Tabela 11: Inserções relacionadas ao Tombamento do Corredor da Vitória (2003/2004).

Gênero	2003	2004	Total
Notas	0	2	2
Foto legendas	0	0	0
Reportagens sem assinatura	0	0	0
Reportagens com assinatura	31	17	49
Artigos	0	2	2
Editoriais	1	0	1
Ping-Pong	4	1	5
Capas	2	1	3
Espaço do leitor	2	6	8
Total	40	29	69

Fonte: Jornal *A Tarde*. Pesquisa da autora.

6.4 RECUPERAÇÃO E TOMBAMENTO EM OUTROS VEÍCULOS

Em outros veículos, o assunto tombamento do Corredor da Vitória não foi explorado. Sem uma quantificação como a que foi feita sobre a atuação de *A Tarde*, durante o Programa de Recuperação do Centro Histórico, recolhemos fragmentos e dados que podem representar apenas alguns aspectos da abordagem dos demais veículos. Pinçamos alguns títulos de matérias, quantidade de fontes empregadas, inserções na capa e outras informações que se destacaram, mesmo que os números não sejam totais, como na coleta de *A Tarde*. Depois de uma trajetória de serviços prestados, em 1992, no início do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, o *Jornal da Bahia* (1958-1994) vendido e revendido, já como propriedade do ex-prefeito de Salvador, Mário Kertész, se exime de um posicionamento crítico a respeito do processo instalado pelo governo do Estado no Centro Histórico. Das 30 matérias que localizamos sobre o patrimônio histórico e cultural de Salvador, 17 eram sobre o Centro Histórico e a recuperação que começava. Neste ano, morreu a arquiteta italiana Lina Bo Bardi, e a restauração que ela tinha iniciado no Centro Histórico, na década de 1980, e que tinha sido abandonada, foi lembrada pelo *Jornal da Bahia*. No ano seguinte, das 79 matérias sobre patrimônio, 71 tinham como mote o Centro Histórico. *A Tribuna da Bahia*, fundada em 1969 e que circula até hoje em papel, fez uma cobertura bem mais crítica que a de *A Tarde*, especialmente nos primeiros anos do Programa de Recuperação do Centro Histórico. Questionou, inclusive, a metodologia empregada na recuperação dos prédios. Publicou matérias aprofundadas, criativas, com diversas fontes. Este jornal não poupou manchetes de impacto. Em 1992, das 77 matérias sobre patrimônio em geral, 48 enfocaram o Centro Histórico. Alguns títulos: *Reforma desaloja famílias no Pelô* (18/6/1992, p. 2); *Despejo no Pelô* (26/6/92, p. 3); *Ordem de despejo leva pânico a 40 famílias no Paço* (5/8/1992, p. 2), em uma página subdividida em boxes com outros títulos, como *Reforma do Pelourinho custa US\$10 milhões*, com comentários como “arquiteto diz que não adianta apenas recuperar casarões” e *Ipac garante que os moradores não serão expulsos*. O mesmo posicionamento foi encontrado em *Famílias do Pelô protestam contra baixa indenização para deixar área* (1/10/1992, p. 2); *Obras de reforma geram revolta no CH* (9/11/1992, p. 2); *Moradores fixam raízes no Pelô* (4/12/1992), em meia página, com afirmações como “restauração fica à margem da lei”, e *Arquitetos suspeitam que governo quer fazer “assepsia social” no Centro* (6/12/1992, p. 2).

Tudo isso durante o primeiro ano de obras do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, quando construía-se a euforia em torno da perspectiva trazida pelo projeto, e enquanto Antônio Carlos Magalhães ainda não havia deixado o governo do Estado para se candidatar a senador. Em 1993, de 67 unidades publicadas na *Tribuna da Bahia* a respeito do patrimônio cultural, 61 eram sobre o Centro Histórico, e um dos textos, que traduzia a transformação do Pelourinho, foi assinado por Anísio Félix, (4/9/1993, p. 2), no Caderno 3: “Dia desses, passando em frente ao Solar do Ferrão, vi uma roda de samba. Tinha gente, mas não tinha samba. Era tudo japonês, ou chinês, eu não sei. Era tudo igual”. Em 1994, o mesmo perfil de abordagem ainda se sustentava com matérias como *Tempo deixa reforma para trás* (26/08/1994, p. 1) que fazia um balanço pouco positivo das obras com “pouco mais de um ano após a entrega da primeira etapa de recuperação, casarões do Centro Histórico mostram sinais de deterioração”, publicada em meia página. Outra matéria contrária à iniciativa do governo foi *Técnicos desaprovam o novo Pelô. Especialistas reunidos no Congresso Internacional de Arquitetura apontam falhas grosseiras na recuperação do Centro Histórico* (28/4/1994, p. 1), assim como *Recuperação é apenas fachada. Prova de superficialidade da restauração do Centro Histórico, mais de 40 casarões da área estão abandonados e prestes a desabar* (13/4/1994, p. 1). Em 1995, de 89 matérias sobre Patrimônio Histórico e Cultural, 44 eram sobre o Centro Histórico. Mas a *Tribuna* arrefece, a esta altura. Mesmo assim, ainda impõe assuntos menos enfocados por *A Tarde*, como a discussão sobre o silêncio sobre o Pelourinho, numa série de mais de cinco matérias veiculadas – *A Tarde* publicou apenas seis matérias ao longo de 10 anos. E, então, a *Tribuna da Bahia* entra em período de decadência com a sua venda e adequação à nova situação de baixa autonomia.

Importante observar que, entre 1994 e 1997, *A Tarde* não publicou matérias sobre retirada de moradores do Centro Histórico. Em 1994, houve quatro matérias com a classificação de *moradores* – duas delas tratavam da doação de uma casa à viúva do capoeirista Mestre Pastinha, uma sobre infiltrações encontradas em uma casa restaurada e uma outra sobre a necessidade de ampliação da recuperação do Centro Histórico para todos os casarões.

Em 1998, *Moradores do Pelô são ameaçados pelo Ipac*, publicada pela *Tribuna da Bahia* (30/01/1998, p. 1) é capa, indicando a página 8. Sobre manifestação que denuncia a política “insensível” do governo *Moradores do Centro Histórico ameaçados* (24/01/1998) conta sobre a ameaça de despejo, informada pelo vereador Zilton Rocha. E, em seguida, *Ipac é acusado de exigir que famílias abandonem casarões* (30/01/1998, p. 8) sobre ato público; *Indenização proposta pelo Ipac não é aceita* (31/01/1998), sobre o movimento dos moradores da Rua Saldanha da Gama, como suíte da matéria do dia anterior; e *Deputado critica valor das indenizações no Pelô* (4/2/1998), referindo-se a mais um deputado, Luiz Alberto (PT). Essas matérias demonstram que a *Tribuna* oferecia uma cobertura com um olhar sobre a realidade de quem morava no Centro Histórico.

O *Jornal Bahia Hoje*, que teve uma existência de apenas quatro anos, produziu matérias criativas sobre assuntos inéditos relacionados ao Centro Histórico. Foi incisivo em relação aos problemas colaterais causados pela forma de o governo “recuperar”. Em 1993, quando começou a funcionar, das 84 matérias sobre patrimônio histórico e cultural, 58 tiveram temas ligados ao Centro Histórico de Salvador. Em 1994, de 140 matérias sobre patrimônio histórico e cultural, 76 foram sobre o Centro Histórico, com títulos como *Moradores fazem protesto no Pelô* (17/02/1994), sobre “Passeata do Protesto”; *Empreiteira dá o calote em peões de obras no Pelô* (26/3/94, p. 3). Em 1995, de 129 matérias publicadas sobre patrimônio cultural, 62 foram sobre o Centro Histórico

com informações sobre o que se passava, como *Dez famílias ameaçadas de despejo* (17/1/1995, p. 3) e *Juíza nega ação de despejo de famílias no CH* (18/01/1995, p. 3).

O *Correio da Bahia* publicou matérias sobre patrimônio cultural, ao longo do período, sendo 80% delas referentes ao Centro Histórico. Praticamente, o *Correio* não se atinha a problemas, apenas a pontos positivos e relacionados ao incremento das condições de recepção do turismo e a investimentos do governo.

Não houve cobertura feita por outros meios de comunicação locais, além de *A Tarde*, quando o tombamento provisório do Corredor da Vitória esteve em vigor. Antes, em 2001, o *Correio da Bahia* veiculou *Cinco empresas fazem propostas de compra do Palácio Episcopal* (26/07/2001, p. 4), em que informava sobre a disputa entre cinco empresas que fizeram propostas em relação à área que, segundo estimativas de corretores, valeria R\$11,7 milhões. Em 2003, foram ao todo 113 matérias sobre patrimônio no *Correio da Bahia*. Este jornal mencionou o tombamento do Corredor da Vitória na reportagem, sem assinatura, cuja retranscrição era “Posse”, com o título *Frederico Rodrigues³⁷ (sic) assume superintendência do Iphan*” (10/10/2003, p. 4), na qual assumia o momento histórico do patrimônio na Bahia, que inevitavelmente envolvia o “tombamento do Corredor da Vitória”, o qual o próprio *Correio* não cobria. No terceiro, dos quatro parágrafos, na matéria, com foto de Márcio Costa, lia-se, de forma inédita: “Sem dúvida, o arquiteto assume em um momento especial, quando temos Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MINC), em âmbito nacional, e a sociedade baiana discute o tombamento do Corredor da Vitória, em um âmbito regional” (10/10/2003, p. 4). Neste ano, o *Correio da Bahia* abordou a tentativa de restauração da Escola de Medicina, situada no Terreiro de Jesus, a suspensão de tráfego no Centro Histórico, desabamentos de casarões, restauração da Igreja da Barroquinha, revitalização da Praça 2 de Julho, conclusão das obras do Seminário São Dâmaso, como parte da 7ª Etapa de Recuperação, mas nada sobre o tombamento do Corredor da Vitória. Em 9/11/2003, o *Correio da Bahia* abordou uma temática que se fundia ao tombamento da Vitória, que era a requalificação da Barra. Na página 6, com foto de Haroldo Abrantes, não menciona a proposta de substituição da balaustrada por um guarda-corpo de aço cromado, mas reconhece a polêmica criada em torno da ação, em função de questões relacionadas à conservação do patrimônio ou do entorno dele. O secretário de Planejamento Manoel Lorenzo da gestão Imbassahy diz que “a polêmica é saudável” porque demonstra que “a comunidade está acompanhando o trabalho da prefeitura e quer participar, o que é bastante positivo”. Em 2004, a cobertura do *Correio* prossegue de forma semelhante. De página inteira, *Espaço revitalizado* (8/05/2004), com fotos, anuncia a requalificação do Passeio Público. De imediato, *A Tarde* alertou sobre a impossibilidade de a obra ser feita sem uma consulta ao IPHAN, uma vez que o Passeio Público era entorno imediato do Palácio da Aclamação, então um dos 12 imóveis sob tombamento provisório. A ação de “revitalização” do Passeio Público, então, foi suspensa. Os principais assuntos abordados pelo *Correio da Bahia*, no campo do patrimônio cultural, em 2004, foram: revitalização do Comércio, obras no Forte Santo Antonio, tráfego no Pelourinho. Ao todo, foram registradas 74 notas e matérias. Mas nada diretamente sobre o tombamento do Corredor da Vitória. O *Correio* ignorava o tombamento.

A *Folha de São Paulo* publicou *Bairro sofisticado de Salvador é tombado* (26/06/2003), ressaltando que 18 anos depois de a Unesco reconhecer o Centro Histórico como Patrimônio Cultural da Humanidade, o IPHAN anunciava o primeiro grande tombamento fora da área do Pelourinho.

³⁷ Referindo-se a Frederico Mendonça, como era comumente referido o superintendente.

Conforme entrevista do superintendente do IPHAN, Maurício Chagas, “o presidente vai assinar o decreto do tombamento. No entanto, a partir da notificação aos proprietários, o monumento já é considerado tombado. Todas as demais etapas são protocolares e regulamentadoras”. Depois do arquivamento do processo de tombamento, a *Tribuna da Bahia* também veiculou notas sobre o assunto. *Tombamento* (11/6/2004, p. 2), na editoria de política, tratava da entrega de um documento pedindo a interferência no processo de tombamento dos casarões da Vitória, ao presidente Lula, durante a sua passagem por Salvador, pelo vereador Gilmar Santigao (PT). O documento, produzido com base em uma audiência pública, chamava a atenção para a necessidade de preservação dos casarões dos séculos XIX e XX. Um Fórum para discutir o tombamento seria inaugurado no dia 8 de julho de 2004, às 19 horas, no Hotel da Bahia, Campo Grande, conforme a nota. Outra nota, com o mesmo título da anterior, também na *Tribuna da Bahia*, *Tombamento* (26/07/2004, p. 8), sugere a continuação do imbróglio, com o seguinte texto:

O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac-Ba) está procedendo a estudos técnicos de imóveis no Corredor da Vitória, cujas características arquitetônicas e artísticas são de relevante interesse histórico para a Bahia e o Brasil. Correto. Mas vai dar panos para mangas (*Tombamento*, 26/7/2004, p. 8).

6.5 O FINAL DA HISTÓRIA QUE PODERIA SERVIR PARA COMEÇAR DE NOVO

Os dois processos de cobertura jornalística – o do Programa de Recuperação do Centro Histórico e o do tombamento do Corredor da Vitória – são significativos para a cidade e cabe-nos lembrar, rapidamente, sobre as condições praticamente opostas em que ocorreram. Depois de ter a sua área de tombamento ampliada e ser reconhecido como Patrimônio da Humanidade, o Centro Histórico continuava a ser um lugar discriminado, habitado por uma população de baixa ou de nenhuma renda, que sofreu intensa pressão para deixar o local, quando a chamada recuperação começou em 1992. O Corredor da Vitória, ao contrário, é um bairro “nobre”, escolhido como endereço pelas classes A e B, desde fins do século 19. O tombamento de seus imóveis no século 21 contribuiria para a conservação de mansões remanescentes do 19 e 20, ao mesmo tempo em que evitaria as construções de novos espigões que vêm surgindo transformando áreas da cidade em “paliteiros”. O tombamento do Corredor da Vitória (2003) ocorreu quase duas décadas depois da re-ratificação do tombamento do Centro Histórico (1983). Entre esses dois tombamentos, nenhum outro, nem a nível estadual, nem a nível federal, atraiu tanto a atenção ou foi tão controvertido em Salvador (ou no Brasil), observando-se aí um hiato na discussão sobre o uso de dispositivos de proteção.

Por ser o jornalismo um mediador de discussões na esfera pública, entendemos que a sua prática se torna um espaço onde a disputa de campos de força se dá, confrontando poderes e reorganizando aquisições sociais, uma vez que a comunicação tem, além de outras propriedades, a de ser um mecanismo estruturante da convivência social (Rubim, 2000). Por isso, é interessante acompanhar a cobertura dos dois episódios, em detalhes que emergiram na própria publicação das unidades jornalísticas, e que são reveladores da dinâmica vivida nas redações. O jornalismo exercido nos dois períodos se sustentava conforme o grau de autonomia que o jornal e o repórter tinham, ao pautarem e serem pautados. Durante as coberturas pesquisadas, percebemos que houve a construção e a legitimação do assunto patrimônio, que antes era abordado

esporadicamente, sem interdisciplinarizações ou correlações com os campos social, econômico e outros. O patrimônio passou a entrar na pauta como assunto “quente” e de forma praticamente sistemática, graças às diversas angulações que passaram a ser exploradas. Observando as questões problematizadas, pudemos relacionar o desfecho dos processos na cidade e no jornal, com resultados bem definidos e distintos para as populações afetadas. Conforme a *Agenda-Setting*, as agendas da mídia, do público e das políticas são influenciáveis entre si, não havendo processos isolados (McCombs, 2007). Percebemos que houve transferência do assunto Recuperação do Centro Histórico, da agenda do governo, para a agenda da mídia; e que o agendamento do tombamento dos imóveis situados no Corredor da Vitória fez o caminho inverso, sendo interposto pelo jornal, e expandindo-se para a agenda do governo. Entendemos que as pautas e os trajetos foram possíveis porque dependeram de motivações ocasionais, à medida que os acontecimentos se apresentavam, assim como foram reflexo das restrições impostas pelo jornal aos jornalistas, e ao jornal, pelas conjunturas econômica e política que os envolviam. Em ambos, só seria possível exercer o jornalismo que fosse conveniente a cada um dos lados, como traduções da importância que o assunto tinha.

A verificação das duas coberturas substantia que houve diferenças no modo de se produzir jornalismo, entre um e outro episódio. As formas de endereçamento e ocupação do espaço de publicação estavam também relacionadas ao debate que era possível se instituir em cada ocasião. As edições do mesmo meio de comunicação e suas mudanças eram um reflexo do contexto em que o patrimônio, o próprio jornal e a comunidade se encontravam nas diversas etapas. As características das coberturas confirmaram que o agendamento decorre de uma construção social, de circunstâncias políticas específicas e, também, da *performance* dos envolvidos – dos que produzem e dos que consomem o jornalismo – que respondem, também, às definições colocadas pela empresa que modula, ou até permite, o agendamento. Na trama dos meios de comunicação, e apesar das proposituras diversamente motivadoras, o patrimônio se apresenta como assunto, que, para ser publicado, precisa ser considerado “notícia” ou “mais notícia” que os demais acontecimentos para, assim, poder concorrer e ocupar espaço. Como a mídia impressa tradicional, assim como as mais contemporâneas, sobrevive, em grande parte, do dinheiro de quem compra o seu conteúdo, sejam consumidores comuns ou anunciantes, para que o patrimônio cultural seja transformado em acontecimento jornalístico, terá que haver interesse em vê-lo noticiado. Como os demais assuntos, patrimônio cultural torna-se notícia na medida em que produz novidades boas ou ruins. Este não é o único valor-notícia que, necessariamente, importa para a transposição do acontecimento para o universo jornalístico. É um dos principais.

O *agendamento* do patrimônio histórico e cultural pelos jornais da Bahia contém elementos que mostram como um assunto pode se firmar no horizonte midiático e como se estende sustentando o debate. O tema patrimônio suscitava reações diversas que correspondiam aos interesses que o cercavam. O assunto se prestou muito bem à análise da prática jornalística, no meio impresso, justamente em função das características das abordagens revistas, especialmente pela duração das coberturas e pelas identificações de *saliências*. Isto nos proporcionou um entendimento sobre o jornalismo exercido especialmente em *A Tarde*, em cada período – a década de 1990 e o início dos anos 2000. A questão do patrimônio histórico e cultural tornou-se, crescentemente, mais relevante e merecedora de uma cobertura com maior profundidade, até pela emergência e pelo necessário compromisso com a realidade das nossas cidades que enfrentam

o “progresso”, muitas vezes avassalador, que as transformam rapidamente. A presença do patrimônio é uma garantia de memória e, naturalmente, se torna interesse comum de moradores. Por isso, a temática se tornou definitivamente pautável, em *A Tarde*, embora com variações. Constatamos que o *modus operandi* da redação do jornal mudou entre uma década e outra e isto é demonstrado pelo próprio perfil do produto oferecido ao público. Ao repórter atribuiu-se maior responsabilidade, não só a partir da incorporação de sua assinatura na sua produção, mas, também, pela possibilidade de participação em todas as etapas que compõem a elaboração do material veiculado. A busca por fontes, a identificação da notícia, a apuração de dados relevantes, a produção do texto jornalístico, a edição, a escolha de fotografias e a ocupação do espaço no jornal denotam o grau de envolvimento que o profissional passaria a ter. O acréscimo trazido por essa nova sistemática tem importância inequívoca, porque é quando se ganha uma certa independência e se aguça o próprio senso crítico tão necessários à prática. O jornalista passa a poder *tematizar* e a se apropriar de assuntos, a se especializar e a se tornar cada vez mais um *proponente* apto a defender a inclusão de pautas, e a se posicionar, inclusive durante as disputas do dia a dia dentro da redação.

É preciso que nos transportemos para um presente que sucede os períodos da Recuperação do Centro Histórico e do tombamento do Corredor da Vitória. Se voltarmos o nosso olhar para a situação das áreas que foram objeto das coberturas, veremos que o tempo e os processos aqui descritos não resultaram em avanço na preservação – e que muito se perdeu e ainda se perde. O Centro Histórico de Salvador continua sendo o endereço de graves problemas, o que dificulta a sua conservação e a capacidade de atrair frequentadores. O Corredor da Vitória seguiu assistindo à substituição de seus imóveis remanescentes da virada do século 19 para o 20, e a construção de espigões. Precisamente, quatro das 12 edificações notificadas de tombamento em 2003 foram subsequentemente destruídas – a Mansão Wildberger, o Hotel Caramuru, a Mansão Leonor Calmon e o Palácio dos Cardeais –, enquanto outras que não tinham sido listadas, mas que também tinham valor como testemunhos do mesmo período, também desapareceram, a exemplo da conhecida Mansão dos Baggi, na esquina da Rua Aluizio de Carvalho com a Avenida Sete de Setembro, e uma outra casa logo em frente, vizinha à lanchonete MacDonald’s, onde se instalou uma concessionária de automóveis.

Editorialmente, o caminho percorrido entre um assunto e outro é demonstrado ao examinarmos a cronologia dos documentos, o conteúdo das reportagens, a presença das fontes de informação nas unidades jornalísticas, os ofícios, os inquéritos, as ações etc. Tudo fica muito claro quando vemos a oscilação do número de publicações dos vários temas na primeira cobertura e a concentração temática na segunda. Após o início do Programa de Recuperação nos anos 1990, durante a fase do entusiasmo acrítico das reportagens, houve uma esparsa abordagem que não resultou em quaisquer alterações nas tendências das políticas públicas que continuaram se direcionando para a retirada dos moradores do lugar. Posteriormente, já nos anos 2000, a cobertura de *A Tarde* contribuiu com o *agendamento* que levou à formalização de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), a partir de um processo instaurado pelo Ministério Público Estadual.

O Centro Histórico foi alvo do Programa de Recuperação iniciado pelo governo por representar a possibilidade de negócios no campo da cultura, e, sobretudo do turismo, ao mesmo tempo em que contribuiria como *marketing* político. Na cobertura do tombamento do Corredor da Vitória, havia a ênfase no patrimônio cultural ameaçado, que seria finalmente protegido

graças ao entendimento e à disponibilidade do governo federal que trouxera para o Ministério da Cultura a participação de uma equipe de gestores baianos, dispostos a um novo modo de administração. Portanto, nos dois momentos, os resultados obtidos – esperados ou não – foram decorrentes da política de governos.

Pudemos verificar que sem uma representação equilibrada, a disputa de campos de força pendia sempre para o lado da confluência de interesses do governo e de empreiteiras, construtoras, empresas turísticas e setor comercial, voltados para aquela iniciativa, que entrava em confronto com a resistência que moradores da área tentavam manter, no primeiro caso. Os excluídos do empreendimento – antigos moradores e comerciantes – procuraram chamar a atenção da mídia e se fazerem presentes nos meios de comunicação. Nos anos 2000, as matérias que precederam o tombamento dos 12 imóveis no Corredor da Vitória e daí para adiante, passaram a incluir assuntos relacionados à necessidade de se exigir providência para proteção do patrimônio, que seria o dispositivo do tombamento. Mesmo assim, ocorreu a derrubada da Mansão Wildberger e a construção de um espigão contíguo à Igreja da Vitória, já tombada.

Também, do primeiro para o segundo episódio, a comunicação passou a dialogar – e não simplesmente a obedecer, repercutir ou desdobrar *releases* oficiais – apesar das investidas do setor imobiliário que, abertamente, disputava espaço para legitimar as suas obras, mesmo que conflitassem com o interesse público. O patrimônio ganha carga valorativa própria e passa a tensionar, de forma mais aguda, as discussões sobre a produção da cidade. A mídia, cuja função é colocar em pauta assuntos de interesse público e instigar o debate, expôs questões e as expandiu. Até porque o patrimônio vinha sendo depredado e degradado sem que se discutisse a gravidade da situação. A pauta não era construída a partir de dados descobertos ou constatações feitas pelos repórteres ou por leitores. Era produzida à medida que eventos iminentes surgiam ou acontecimentos eram registrados ou anunciados, tornando-se inevitável a cobertura por todos os meios de comunicação que se propunham a fazer o jornalismo diário previsto, pautado por organizações atentas às próprias motivações. O breve tombamento do Corredor da Vitória fez com que a abordagem jornalística sobre o patrimônio cultural fosse intensificado.

A imprensa não se eximiu de mostrar, ainda que pontualmente, a situação da população que morava no Pelourinho na condição de praticamente obrigada a se transferir rapidamente, com indenizações de valores irrisórios, do Centro Histórico para outras partes da cidade, no que ficou conhecido como “assepsia social”³⁸. Também, a imprensa – estritamente, o jornal *A Tarde* – não se absteve em repercutir os impasses criados a partir da notificação de tombamento dos 12 imóveis do Corredor da Vitória.

Todos os jornais em atividade cobriam os acontecimentos e reproduziam os informes emitidos pelo governo sobre o Centro Histórico. O enquadramento das notícias e reportagens variava entre um e outro. Contrariamente, durante o episódio da Vitória, embora os demais veículos da mídia local tivessem se omitido de noticiar, o jornal *A Tarde* encabeçou uma série de matérias informativas e interpretativas³⁹ sobre as ações do governo e da sociedade civil. Havia o engajamento de alguns segmentos sociais, representados pelo Ministério Público Estadual

³⁸Termo amplamente usado e no seguinte trecho do trabalho *Desapropriação das memórias indesejáveis: opressão e resistência no Centro Histórico de Salvador*, de Juliana Neves Barros e Vanessa Souza Pugliese (2005, p. 9) “aqui, muito mais que antes, fica escancarado o intento de ‘assepsia social do estado’: os moradores atuais, portadores da identidade cultural do lugar, deveriam deixar seus imóveis e serem substituídos por outro perfil populacional”.

³⁹Informativo refere-se a notícias e entrevistas, enquanto que interpretativo refere-se preponderantemente a reportagem. Ver Beltrão (1976).

e Federal, SINARQ e CREA. Além do objetivo de preservar a área, o que já bastaria como requisito para se configurar o assunto como notícia, o tombamento, que vigorou durante um ano, implicava em restrições aos proprietários de imóveis no entorno dos objetos tombados, como prevê o Decreto-lei nº 25/37.

Importante enfatizar que as duas tentativas de preservação do patrimônio, que aqui têm suas coberturas revistas, tiveram desfechos distintos. Mesmo com todos os percalços durante o percurso, o Programa de Recuperação foi executado até a 7ª Etapa, executada no início dos anos 2000, de acordo com o ritmo e o conceito de *recuperação* ditados pelo Governo do Estado. Hoje, o Pelourinho se encontra esvaziado, praticamente sem atrair visitantes locais. No segundo caso, a partir do dispositivo do tombamento, a proteção vigorou por um ano apenas e o processo de tombamento, quando foi arquivado em maio de 2004, em vez de se consolidar como definitivo, permitiu que edificações fossem demolidas, a partir dos interesses da especulação imobiliária. O jornal prosseguiu noticiando sobre o pós-arquivamento por, pelo menos, mais sete anos. O espaço aberto com a demolição da casa dos Wildberger, um dos poucos para apreciação da Baía de Todos os Santos, que é contíguo à Igreja de Nossa Senhora da Vitória ao espigão construído em sua vizinhança imediata, recebeu o nome de um ex-deputado, Félix Mendonça, pai de um dos sócios do grupo autor de uma das impugnações do processo de tombamento dos 12 imóveis. Este consórcio promoveu a demolição da casa e, depois de quase uma década de tentativas, construiu o edifício que se destaca na paisagem, podendo ser visto desde o Porto da Barra e do bairro do Bonfim. A lei que oficializou o nome do ex-deputado foi sancionada pelo prefeito Bruno Reis, em 8 de maio de 2024, a partir da proposta do presidente da Câmara de Vereadores de Salvador, Carlos Muniz (PSDB).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria do Carmo Baltar Esnaty de. *A Vitória na Renascença Baiana: a ocupação do distrito e sua arquitetura na Primeira República (1890-1930)*. 1997. 294 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. A arquitetura e o urbanismo da nova burguesia baiana. In: JORDAN, Kátia Fraga. *De Villa Catharino a Museu Rodin Bahia 1912-2006: um palacete baiano e sua história*. Salvador: Solisluna Design e Editora, 2006.

BARROS, Juliana Neves; PUGLIESE, Vanessa Souza. Desapropriação das memórias indesejáveis: opressão e resistência no centro histórico de Salvador. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, Curitiba, v. 43, n. 0, p. 1-17, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/7022/4998>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad.: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Sítios de Interesse Histórico e Artístico, de Quito, assinado em 1967*. Rio de Janeiro: 2004, p. 105-122. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CANAVILHAS, João. Produção automática de texto jornalístico com IA: contributo para uma história. *Textual & Visual Media*, n. 17, v. 1, p. 22-40, 2023. Disponível em: <https://textualvisualmedia.com/index.php/txtvmedia/article/view/319/245>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. 3. ed. São Paulo: Summus, 2007.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução: Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COHEN, Bernard C. *The Press and the Foreign Policy*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Trad.: Maria Manuela Rocha. Oeiras: Celta Editora, 1993.

COUTO, Dejanirah. *História de Lisboa*. Lisboa: Gótica, 2003.

DALMONTE, Edson Fernando. *Pensar o discurso no webjornalismo: temporalidade, paratexto e comunidades de experiência*. Salvador: EDUFBA, 2009.

DEARING, James W.; ROGERS, Everett M. *Communication Concepts 6: Agenda-setting*. Thousand Oaks, Ca: Sage, 1992.

ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. 9. ed. Trad.: Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ESPINHEIRA, Carlos Gey D'Andrea. *A comunidade do Maciel*. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1971.

ESPINHEIRA, Carlos Gey D'Andrea. *Divergência e prostituição: uma análise sociológica da Comunidade Prostitucional do Maciel*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984. (Série Cultura Baiana, 1).

ESPINHEIRA, Carlos Gey D'Andrea. Pelourinho: a hora e a vez do Centro Histórico. *Cadernos do CEAS*, Salvador: CEAS, v. 119, p. 35-45, jan./fev. 1989.

ESPINHEIRA, Carlos Gey D'Andrea. Salvador: província e metrópole. *Debate Cenpes*, Salvador: Centro de Projetos e Estudos: debates. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, ano 2, n. 7, 1986.

FALCÃO, João. *História do Jornal da Bahia*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

FERNANDES, Ana. *Projeto Pelourinho: operação deportação X ampliação dos direitos*. Texto contido no Curso de Capacitação – Programas de reabilitação de áreas urbanas centrais. São Paulo: Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAU-USP e Lincoln Institute of Land Policy, 2006.

FERNANDES, Ana. *Centro Antigo de Salvador: centralidades em disputa e desafios à ação*. Infocultura – Centro Antigo de Salvador: uma região em debate. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado, Fundação Pedro Calmon, Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, v. 1, n. 2, out. 2008.

FERNANDES, Bob. Salvador: uma cidade violada. *CartaCapital*, p. 28, 3 dez. 2003.

- FIGUEIREDO FILHO, Godofredo Rebello de. A influência do ecletismo na Arquitetura Baiana. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 15-27, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad.: Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Novo mundo nos trópicos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks Universidade Editora, 2000.
- GALTUNG, Johan; RUGE, Mari. The structure of foreign news: the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. *Journal of International Peace Research*, n. 1, p. 64-91, 1965.
- GARCÍA CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. Trad.: Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Trad.: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- GOMES, João Carlos Teixeira. *Memórias das Trevas: uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.
- GOMES, Wilson. Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas. In: RUBIM, Antônio et al. (org.). *Produção e percepção dos sentidos midiáticos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 155-186.
- GOMES, Wilson. Esfera pública política e comunicação em mudança estrutural da esfera pública de Jürgen Habermas. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 30-68. (Coleção Comunicação).
- GOMES, Wilson. Opinião pública hoje – uma investigação preliminar. In: NETO, Antonio Fausto et al. (org.). *Práticas midiáticas, espaço público*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 1996.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da ESFERA PÚBLICA*. Trad.: Flavio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HARDOY, Jorge. A cidade latino-americana: a vigência dos centros históricos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 129-135, 1986.

HARRISON, Rodney. What is heritage? In: HARRISON, Rodney (ed.). *Understanding the politics of heritage*. Série Understanding Global Heritage. Manchester: Manchester University Press, 2010. p. 5-41.

JACOBS, Jane. *The death and life of great American cities*. Nova York: Modern Library, 1961.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LEITE, Rogério Proença. Image Making: notas sobre a estética visual nas cidades contemporâneas In: LEITE, Rogério Proença (org.). *Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008. p. 171-199.

LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1998.

LOWENTHAL, David. *The heritage crusade and the spoils of History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Trad.: Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, 1980.

MAFFESOLI, Michel. Prefácio. In: FRANÇA, Vera. *Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O escavador de silêncios: formas de construir e de desconstruir sentidos na comunicação – nova teoria*. São Paulo: Paulus, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Oficio de cartógrafo – travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

MARX, Karl. *O Capital*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Livro 1. v. II: A lei geral da acumulação capitalista. p. 712-827.

MATTOSO, Kátia M. *Bahia Século XIX*. Uma província no Império. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

MCCOMBS, Maxwell. *Setting the Agenda*. The Massa Media and Public Opinion. Cambridge: Polity, 2007.

MCQUAIL, Denis. *Teoria da Comunicação de Massas*. Trad.: Carlos de Jesus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MEDINA, Cremilda. *A arte de tecer o presente: Narrativa e Cotidiano*. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. *Ato presencial: mistério e transformação*. São Paulo: Casa da Serra, 2016.

- NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. Trad.: Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- NOBRE, Maria Ivanilde Ferreira. *No reino de Pedra e Cal*. 2001. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil*. Salvador: Omar, 2004.
- PAIS, José Machado. *Consciência histórica e identidade*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- PARENT, Michel. *O futuro do patrimônio arquitetônico*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 19, 1984.
- PARK, Robert Ezra. The City: suggestions for the investigation of human behavior in the city environment. *The American Journal of Sociology*, University of Chicago Press, v. 20, n. 5, p. 577-612, 1915.
- PARK, Robert Ezra. A história natural do jornal. In: BERGER, Christa; MAROCC, Beatriz (org.). *A era glacial do jornalismo*. Teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008a. p. 33-50.
- PARK, Robert Ezra. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCC, Beatriz (org.). *A era glacial do jornalismo*. Teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008b. p. 51-70.
- PARK, Robert Ezra. Notícia e poder da imprensa. In: BERGER, Christa; MAROCC, Beatriz (org.). *A era glacial do jornalismo*. Teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008c. p. 71-82.
- PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado, 2009.
- PESSÔA, José. Entrevista com José Simões Belmont Pessôa. Conduzida por Renata Molder Araújo. *Revista de História da Arte*, n. 4, p. 172-183, 2007. Cidades Portuguesas Patrimônio da Humanidade.
- PINHO, Wanderley de Araújo. Protecção dos monumentos públicos e objectos históricos. In: SENA, Consuelo Ponde de. *Coletânea de textos históricos*. Salvador: Artes Gráficas, 1990. p. 191-198.
- RABELLO, Sonia. *O estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Reedições do IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.
- RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RISÉRIO, Antonio. *Uma história da cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

- RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *O campo dos media – discursividade, narratividade, máquinas*. Lisboa: Aregra do Jogo, Edições, 1994.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação & Política*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- RUBINO, Silvana. Nem findas nem lindas: cidades e gestão da memória. In: LEITE, Rogério Proença Leite (org.). *Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008. p. 145-170.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 Anos de Urbanização: Salvador da Bahia no Século XIX*. Salvador: Odebrecht, 2005.
- SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. Estudo de Geografia Urbana. Brasil: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- SANTOS, Milton. Classificação funcional dos jornais brasileiros. As regiões jornalísticas. In: TAVARES, Luís Guilher (org.). *Apontamentos para a história da imprensa na Bahia*. 2. ed. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008. p. 177-184.
- SOUSA, Jorge Pedro. *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2. ed. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.
- TUNSTALL, Jeremy. *The Media are American*. London: Constable, 1977.
- TORRES, Carlos. *Bahia, cidade feitiço*. 2. ed. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1961.
- VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim: crônicas de costumes*. 3. ed. Salvador: FG, 2000.
- WEINSTEIN, Mary. Leitura das mídias: a trama da notícia em tempos de pandemia. In: FERNANDES, Ana; FRANCO, Angela; VIVEIROS, Liane. *Cidade e Pandemia: registros e inquietações*. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 199-118.
- WEINSTEIN, Mary. *Performance no telejornalismo – suas características – aspectos gestuais e vocais da representação cotidiana (na Bahia)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – PPGAC, UFBA, Salvador, 2002.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Tradução: Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Tradução de *Teorie delle Comunicazioni di Massa*. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

Artigos/matérias de jornais

AGÊNCIA fechada. *A Tarde*, Salvador. Tempo Presente. Ano 87, n. 29.525, 6 fev. 2000. Opinião, p. 2.

AGORA o centro... *A Tarde*, Salvador, ano 72, n. 24.309, 18 ago. 1985. Salvador, p. 6.

ALUNOS carentes temem perder ajuda da Ufba. *A Tarde*, Salvador, ano 85, n. 28.991, 16 ago. 1998. Local, p. 2.

ALUNOS temem perder residência. *A Tarde*, Salvador, ano 85, n. 28.991, 16 ago. 1998. p. 1.

A NECESSÁRIA preservação do passado. *A Tarde*, Salvador, ano 79, n. 26.678, 20 mar. 1992. Opinião, p. 6.

ANTÔNIO Carlos: Bahia influi nas decisões nacionais. *A Tarde*, Salvador, ano 79, n. 26.673, 15 mar. 1992. Política, p. 10.

ARAÚJO NETO, José. Prefeitura 'limpa' pobreza de Salvador. *A Tarde*, Salvador, ano 88, n. 29.870, 18 jan. 2001. Local, p. 5.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. Lembranças de uma velha Bahia, modos e costumes. *A Tarde*, Salvador, ano 97, n. 32.763, 20 dez. 2008. Caderno Especial, p. 2. Especial Digitalização.

ARQUITETOS suspeitam que governo quer fazer "asepsia social" no Centro. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 6 dez. 1992, p. 2.

A VITÓRIA mantém charme e traços da "belle époque". *A Tarde*, Salvador, ano 85, n. 29.011, 5 set. 1998. p. 1.

A DEGRADAÇÃO da Praça da Sé. *A Tarde*, Salvador, ano 83, n. 28.179, 16 maio 1996. Opinião, p. 6.

BANDEIRA, Cláudio. Esvaziamento do Centro prejudicou o Barbalho. *A Tarde*, ano 87, n. 29.524, 5 fev. 2000. Local, p. 4.

BANDEIRA, Cláudio. Igreja Católica decide pôr à venda Palácio Arquiepiscopal. *A Tarde*, Salvador, ano 88, n. 30.059, 26 jul. 2001. Salvador, p. 3.

CAETANO Veloso critica gabarito. *A Tarde*, Salvador, ano 96, n. 32.463, 24 fev. 2008. p. 1.

CARVALHO, Vanderlei. A matriz de todos os sons. *A Tarde*, Salvador, ano 86, n. 29.115, 18 dez. 1998. Turismo, p. 1.

CASARÕES recuperados já apresentam infiltrações. *A Tarde*, Salvador, ano 81, n. 27.435, 26 abr. 1994. Geral, p. 3.

CASARÃO desaba na Rua do Paço matando mulher e ferindo cinco. *A Tarde*, Salvador, ano 81, n. 27.298, 7 dez. 1993. Polícia, p. 16.

CASARÕES estão com estrutura ameaçada. *A Tarde*, Salvador, ano 84, n. 28.626, 12 ago. 1997. Local, p. 3.

CASAS nos arcos da Conceição são recuperadas. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 26.987, 27 jan. 1993. Capa, p. 1.

CENTRO Histórico está sem policiamento. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 27.080, 2 maio 1993. Polícia, p. 13.

CENTRO Histórico terá mais 121 imóveis recuperados. *A Tarde*, Salvador, ano 86, n. 29.183, 28 fev. 1999. Local, p. 7.

CENTRO HISTÓRICO terá mais segurança e infra-estrutura. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 27.042, 25 mar. 1993. Geral, p. 5.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad.: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

CIDADE exige um projeto de urbanização. *A Tarde*, Salvador, ano 86, n. 29.295, 20 jun. 1999. Local, p. 9.

CLAY, Vinícius. Reurbanização da orla da Barra é discutida com a comunidade. *Correio da Bahia*, Salvador, ano 24, n. 7727, 9 nov. 2003. Aqui Salvador, p. 6.

COMEÇA segunda etapa de obras no Centro Histórico. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 27.068, 20 abr. 1993. p. 1.

CRESCE o fluxo turístico com boas previsões para o futuro. *A Tarde*, Salvador, ano 82, n. 27.654, 1 dez. 1994. Turismo, p. 12.

CRUZ, José Santos. Espaço do leitor. O palácio do arcebispo. *A Tarde*, Salvador, n. 31, jul. 2001. p. 6.

DEPUTADO critica valor das indenizações no Pelô. *Tribuna da Bahia*, Salvador, ano 24, n. 9235, 4 fev. 1998. Cidade, 3.

DESABAMENTO no Paço mata um e fere mais 5. *A Tarde*, Salvador, ano 81, n. 27.298, 7 dez. 1993. p. 1.

DESIGUALDADE social causa má impressão nos turistas. *A Tarde*, Salvador, ano 86, n. 29.142. 16 jan. 1999. Geral, p. 5.

DESPEJO no Pelô. *Tribuna da Bahia*, Salvador, ano 23, n. 7848, 26 jun. 1992. Política, p. 3.

DEZ famílias ameaçadas de despejo. *Bahia Hoje*, Salvador, ano 2, n. 539, 17 jan. 1995. Cidade, p. 3.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Seção 3, n. 114, Brasília, DF, 16 jun. 2003. p. 2355.

DONO de prédio afirma que Ipac prejudicou imóvel. *A Tarde*, Salvador, ano 82, n. 27.852, 19 jun. 1995. Geral, p. 5.

EM PERIGO. Tempo Presente. *A Tarde*, Salvador, ano 82, n. 27.854, 21 jun. 1995. Geral, p. 2.

EMPREITEIRA dá o calote em peões de obras no Pelô. *Bahia Hoje*, Salvador, ano 1, n. 242, 26 mar. 94. Cidade, p. 3.

ESTÃO quase paradas as obras da quarta etapa do Pelourinho. *A Tarde*, Salvador, ano 81, n. 27.461, 22 maio 1994. Geral, p. 4.

ESTÃO quase parando as obras no Pelourinho. *A Tarde*, Salvador, ano 81, n. 27.461, 22 maio 1994. Capa, p. 1.

FAMÍLIAS do Pelô protestam contra baixa indenização para deixar área. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 01 dez 1992. p. 2.

FÉLIX, Anísio. A coisa está ficando branca. *Tribuna da Bahia*, Salvador, ano 24, v. 7868, 4 set. 1993. 3º Caderno, Serviços, Variedades, Opinião, p. 2.

FERREIRA, Walmir. Antonio Carlos: Bahia influi hoje nas decisões nacionais. *A Tarde*, Salvador, ano 79, n. 26.673, 15 mar. 1992. Política, p. 10.

FOGO destrói mais um casarão secular no Centro Histórico. *A Tarde*, Salvador, ano 79, n. 26.602, 2 jan. 1992. Polícia, p. 11.

FONSECA, Adilson. Centro Histórico ganhará novo bairro. *A Tarde*, Salvador, ano 88, n. 29.866, 14 jan. 2001. Local, p. 14.

FRAGA, Myriam. O novo Centro Histórico. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 27.042, 25 mar. 1993. Local, p. 3.

FREDERICO Rodrigues assume superintendência do Iphan. *Correio da Bahia*, Salvador, ano 24, n. 7697, 10 out. 2003. Aqui Salvador, p. 4.

GRAÇA é novo alvo das imobiliárias. *A Tarde*, Salvador, ano 91, n. 30.971, 24 jan. 2004. Capa, p. 1.

GUEDES, Anacélia. Abandono desgasta restauração. *Tribuna da Bahia*, ano 24, n. 7505, 3 dez. 1992. 2º Caderno, p. 1.

GUEDES, Anacélia. Restauração fica à margem da lei. *Tribuna da Bahia*, Salvador, ano 24, n. 7506, 4 dez. 1992. 2º Caderno, p. 1.

GOVERNADOR pretende recuperar 200 casas no Centro Histórico. *A Tarde*, Salvador, ano 79, n. 26.710, 22 abr, 1992. Geral, p. 2.

GOVERNO reforça infra-estrutura do C. Histórico. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 27.042, 25 mar. 1993. Capa, p. 1.

IGREJAS fechadas causam desapontamento. *A Tarde*, Salvador, ano 86, n. 29.151, 25 jan, 1999. Local, p. 3.

INDENIZAÇÃO proposta pelo Ipac não é aceita. *Tribuna da Bahia*, Salvador, ano 28, n. 92.859, 31 jan. 1998. Cidade, p. 2.

INDENIZAÇÕES baixas na 28 de Setembro. *A Tarde*, Salvador, ano 85, n. 28.859, 6 abr. 1998. Local, p. 3.

INAUGURAÇÕES marcam o segundo ano do Governo. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 27.031, 14 mar. 1993. Geral, p. 3.

IPAC é acusado de exigir que famílias abandonem casarões. *Tribuna da Bahia*, Salvador, ano 28, n. 9231, 30 jan. 1998. Cidade, p. 8.

JUIZA nega ação de despejo de famílias no CH. *Bahia Hoje*, Salvador, ano 2, n. 540, 17 jan. 1995. Cidade, p. 3.

LIMA, Aurélio. Moradores convivem com o perigo. *A Tarde*, Salvador, ano 87, n. 29.753, 23 set. 2000. Local, p. 3.

LIMPURB acusa empresa de destruir lixeiras. *A Tarde*, Salvador, ano 81, n. 27.404, 26 mar. 1994. Geral, p. 2.

LEITORES falam de seus laços com *A Tarde*. *A Tarde*, Salvador, ano 96, n. 32.624, 3 ago. 2008. Interatividade, p. 33.

LONGE dos olhos: sétima etapa de revitalização é marcada pela polêmica retirada dos moradores do Pelourinho. *Revista do CREA*, Salvador, ano 7, v. 1-2, p. 4-5, abr./jun. 2004.

MACHADO, Olenka. Moradores resistem a abandonar casarão. *A Tarde*, Salvador, ano 88, n. 29.849, 28 dez. 2000. Local, p. 7.

MACHADO, Olenka. Repovoar o Centro Histórico é um novo desafio para Salvador. *A Tarde*, Salvador, ano 88, n. 29.855, 3 jan. 2001. Local, p. 2.

MAIS 121 imóveis históricos serão reformados em 99. *A Tarde*, Salvador, ano 86, n. 29.183, 28 fev. 1999. Capa, p. 1.

MEDIDA arbitrária da prefeitura. *A Tarde*, Salvador, ano 5, 11 dez. 1998. Tempo Presente, p. 2.

MENDONÇA, Jair. Pelourinho não tem programa de conservação. *A Tarde*, Salvador, ano 87, n. 29.636, 29 maio 2000. Local, p. 7.

MONUMENTA vai financiar obras no Centro. *A Tarde*, Salvador, ano 86, n. 29.139, 13 jan. 1999. Local, p. 3.

MONUMENTOS. Além da Notícia. *A Tarde*, Salvador, ano 84, n. 28.689, 14 out. 1997. Política, p. 9.

MORADORES apreensivos com a situação no Centro Histórico. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 27.053, 5 abr. 1993. Geral, p. 3.

MORADORES do Centro Histórico temem expulsão. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 27.053, 5 abr. 1993. Capa, p. 1.

MORADORES do Centro Histórico ameaçados. *Tribuna da Bahia*, Salvador, ano 28, n. 9231, 24 jan. 1998. p. 1.

MORADORES do Pelô são ameaçados pelo Ipac. *Tribuna da Bahia*, Salvador, ano 28, n. 9226, 24 jan. 1998. Cidade, p. 7.

MORADORES do Pelô são ameaçados pelo Ipac. *Tribuna da Bahia*, Salvador, ano 28, n. 9231, 30 jan. 1998, p. 1.

MORADORES do Pelourinho criticam indenizações. *A Tarde*, Salvador, ano 79, n. 26.855, 15 set, 1992. Geral, p. 4.

MORADORES fazem protesto no Pelô. *Bahia Hoje*, Salvador, ano 1, n. 205, 17 fev. 1994. Cidade, p. 3.

MORADORES fixam raízes no Pelô. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 4 dez. 1992.

MORADORES protestam contra IPAC. *A Tarde*, Salvador, ano 85, n. 28.810, 14 fev. 1998. p. 2.

MOREIRA, Patrícia. Passado resiste em mansões da Vitória. *A Tarde*, Salvador, ano 85, n. 29.011, 5 set. 1998. Local, p. 6.

MUDANÇAS no Centro Histórico atingiram também moradores. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 27.046, 29 mar. 1993. Geral, p. 2.

OBRAS de reforma geram revolta no CH. *Tribuna da Bahia*, Salvador, ano 24, n. 7481, 9 nov. 1992. Cidade, p. 2.

O PELOURINHO. *A Tarde*, Salvador, ano 84, n. 28.475, 13 mar. 1997. Opinião, p. 6.

ORDEM de despejo leva pânico a 40 famílias no Paço. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 5 ago. 1992. Cidade, p. 2.

PATRIMÔNIO ameaçado. *A Tarde*, Salvador, ano 88, n. 30.034, 28 jul. 2001. Opinião, p. 8.

PELOURINHO é devolvido à comunidade. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 27.047, 30 mar. 1993. Capa, p. 1.

PELOURINHO ganha batalhão. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 27.085, 7 maio 1993. Polícia, p. 13.

PELOURINHO já vive decadência. *A Tarde*, Salvador, ano 84, n. 28.472, 10 mar. 1997. Capa, p. 1. Dedo Duro Geral, p. 7.

PELOURINHO Novo Velho. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 27.047, 30 mar. 1993. Caderno 2, p. 1.

PELOURINHO reclama das indenizações. *A Tarde*, Salvador, ano 79, n. 26.855, 15 set. 1992. p. 1.

PELOURINHO terá casario recuperado. *A Tarde*, Salvador, ano 79, n. 26.710, 22 abr. 1992. Capa, p. 1.

PESQUISA diz que Pelourinho perdeu raízes. *A Tarde*, Salvador, ano 83, n. 28.049, 5 jan. 1996. Geral, p. 2.

PLANO do Pilar virou sucata e abriga famílias e até empresa. *A Tarde*, Salvador, ano 83, n. 28.183, 2 maio 1996. Plano Geral, p. 7.

PRÉDIO de quatro pavimentos desabou no Centro Histórico. *A Tarde*, Salvador, ano 83, n. 28.216, 22 jun. 1996. Geral, p. 2.

PÚBLICO retorna à casa de Jorge Amado após reforma. *A Tarde*, Salvador, ano 83, n. 28.111, 9 mar. 1996. Geral, p. 5.

RECUPERAÇÃO. Além da notícia. *A Tarde*, Salvador, ano 79, n. 26.708, 20 abr. 1992. Política, p. 5.

RECUPERAÇÃO atinge casarões do Terreiro. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 27.163, 25 jul. 1993. Geral, p. 3.

RECUPERAÇÃO do Centro Histórico está com a quinta etapa paralisada. *A Tarde*, Salvador, ano 82, n. 27.629, 6 nov. 1994. Geral, p. 3.

RECUPERAÇÃO é apenas fachada. *Tribuna da Bahia*, Salvador, ano 25, n. 8073, 13 abr. 1994. 2º Caderno, Cidades, Polícia, Esportes, p. 1.

RECUPERAÇÃO é apenas fachada. Prova de superficialidade da restauração do Centro Histórico, mais de 40 casarões da área estão abandonados e prestes a desabar. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 13 abr. 1994, p. 1.

RECUPERADOS arcos e casas da Conceição. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 26.987, 27 jan. 1993. Geral, p. 4.

REFORMA do Pelourinho sem o social. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 27.029, 23 ago. 1993. p. 1.

REFORMA desaloja famílias no Pelô. *Tribuna da Bahia*, Salvador, ano 23, n. 7842, 18 jun. 1992, Cidade, 2º Caderno, p. 2.

RENASCE Centro Histórico com todas as cores. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 27.031, 14 mar. 1993. p. 1.

RENASCENÇA Bahiana. *Gazeta de Notícias*. Salvador, 29 mar. 1913. p. 1.

RESTAURAÇÃO do Centro Histórico atropela leis. *Tribuna da Bahia*, Salvador, ano 24, n. 7506, 4 dez. 1992. p. 1.

RODRIGUES, Cristovaldo. Casarões pegam fogo no Taboão. *A Tarde*, Salvador, ano 85, n. 28.884, 1º maio 1998. 3º Caderno, Polícia, p. 6.

SAMPAIO, Consuelo Novais. A Tarde. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB) Pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 2001. p. 5648. Colaboração Especial.

Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/1%20Verbetes%20letra%20T.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2024.

SANTOS, Gerson dos. FORTE está abandonado, apesar de seu grande valor histórico. *A Tarde*, Salvador, ano 87, n. 29.505, 17 jan. 2000. Local, p. 3.

SANTOS, Milton. Há uma geografia de Prostituição? *A Tarde*, Salvador, ano 47, n. 15.700, 29 abr. 1959. p. 1.

SEGUNDA etapa de obras no centro terá casas famosas. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 7.068, 20 abr. 1993. Geral, p. 3.

SEPLANTEC arranca lixeiras do Centro Histórico. *A Tarde*, Salvador, ano 81, n. 27.404, 26 mar. 1994. p. 3.

SEU DELMIRO quer manter armazém no Pelô. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 27.169, 31 jul. 1993. Geral, p. 5.

SOUZA, Marconi. Falta de manutenção ameaça Pelourinho. *A Tarde*, Salvador, ano 84, n. 28.472, 10 mar. 1997. Geral, p. 7.

TÉCNICO acha que incêndio poderá destruir o Centro. *A Tarde*, Salvador, ano 83, n. 28.277, 23 ago. 1996. Geral, p. 3.

TÉCNICOS desaprovam o novo Pelô. *Tribuna da Bahia*, Salvador, ano 25, n. 8087, 28 abr, 1994. 2º Caderno, Cidades, Polícia, Esportes, p. 1.

TEMPO deixa reforma para trás. *Tribuna da Bahia*, Salvador, ano 25, n. 8205, 26 ago. 1994. Cidades, Polícia, Esportes, p. 1.

TERREIRO de Jesus será recuperado. *A Tarde*, Salvador, ano 80, n. 27.163, 25 jul. 1993. p. 1.

TOMBAMENTO. *Tribuna da Bahia*, Salvador, ano 34, n. 11104, 11 jun. 2004. Política, p. 2.

TOMBAMENTO. *Tribuna da Bahia*, Salvador, ano 34, n. 11104, 26 jul. 2004. Política, p. 8.

TOMBAMENTO do Corredor da Vitória provoca luta na Justiça. *A Tarde*, Salvador, ano 90, n. 30.778, 15 jul. 2003. p. 1.

TOMBAR a Vitória em discussão hoje. *A Tarde*, Salvador, ano 91, n. 30.933, 17 dez. 2003. p. 1.

UNESCO avalia importância do Pelourinho. *A Tarde*, Salvador, 25 jun. 1995. Local, p. 8.

UZEDA, Eduarda. Vereadores impediram o Ipac de retirar famílias à força do Centro Histórico. *A Tarde*, Salvador, ano 86, n. 29.224, 10 abr. 1999. Local, p. 3.

UZEDA, Eduarda. Mansões da Vitória e Graça viveram época de outro. *A Tarde*, Salvador, ano 86, n. 29.269, 25 maio 1999. Local, p. 7.

VITA, Marcos. Cinco empresas fazem propostas de compra do Palácio Episcopal. *Correio da Bahia*, Salvador, ano 22, n. 6906, 26 jul. 2001. Aqui Salvador, p. 4.

WEINSTEIN, Mary. Em busca da Vitória quase perdida. *A Tarde*, Salvador, ano 90, n. 30.736, 3 jun. 2003. Local, p. 5.

WEINSTEIN, Mary. Ausência de lei ameaça a preservação da Vitória. *A Tarde*, Salvador, ano 90, n. 30740, 7 jun. 2003. p. 6.

WEINSTEIN, Mary. Vitória para sempre preservada. *A Tarde*, Salvador, ano 90, n. 30.751, 18 jun. 2003. Local, p. 8.

WEINSTEIN, Mary. Os prós e os contras do tombamento. *A Tarde*, Salvador, ano 90, n. 30.662, 21 mar. 2003. Salvador, p. 3.

WEINSTEIN, Mary. Ministério intercede em favor da Vitória. *A Tarde*, Salvador, ano 91, n. 31.110, 11 jun. 2003. Salvador, p. 4.

WEINSTEIN, Mary. Casarões são demolidos na Graça. *A Tarde*, Salvador, ano 90, n. 30.757, 24 jun. 2003. p. 5.

WEINSTEIN, Mary. Construção de espigão na Barra gera polêmica. *A Tarde*, Salvador, ano 90, n. 30.773, 10 jul. 2003. Salvador, p. 4.

WEINSTEIN, Mary. Corredor da Vitória pede passagem. *A Tarde*, Salvador, ano 90, n. 30.777, 14 jul. 2003. Salvador, p. 7.

WEINSTEIN, Mary. Pedida a anulação do tombamento. *A Tarde*, Salvador, ano 90, n. 30.778, 15 jul. 2003. Salvador, p. 5.

WEINSTEIN, Mary. Iphan reforça time para tombamento. *A Tarde*, Salvador, ano 90, n. 30.784, 21 jul. 2003. Salvador, p. 7.

WEINSTEIN, Mary. Casa Cardinalícia perde integridade. *A Tarde*, Salvador, ano 90, n. 30.801, 7 ago. 2003. Salvador, p. 7.

WEINSTEIN, Mary. Odebrecht deve resposta à justiça. *A Tarde*, Salvador, ano 91, n. 30.890, 4 nov. 2003. Salvador, p. 12.

WEINSTEIN, Mary. Em pauta o tombamento da Vitória. *A Tarde*, Salvador, ano 90, n. 30.805, 11 ago. 2003, Salvador, p. 5.

WEINSTEIN, Mary. Dia D do tombamento da Vitória. *A Tarde*, Salvador, ano 90, n. 30.808, 14 ago. 2003. Salvador, p. 5.

WEINSTEIN, Mary. Burocracia adia tombamento do Corredor da Vitória. *A Tarde*, Salvador, ano 90, n. 30.809, 15 ago. 2003. Salvador, p. 3.

WEINSTEIN, Mary. Eu nunca vi governo preservar memória. *A Tarde*, Salvador, ano 91, n. 30.888, 2 nov. 2003. Salvador, Entrevista, p. 5.

WEINSTEIN. Tombamento da Vitória atinge a Graça. *A Tarde*, Salvador, ano 91, n. 30.971, 24 jan. 2004. Capa, p. 7.

WEINSTEIN, Mary. MP pede paralisação de obras. *A Tarde*, Salvador, ano 91 n. 30.975. 28 jan. 2004. Local, p. 3.

WEINSTEIN, Mary. Um tropeço no tombamento da Vitória. *A Tarde*, Salvador, ano 91, n. 31.070, 2 maio 2004. Salvador, p. 9.

WEINSTEIN, Mary. Há muito a fazer e pessoas dispostas. Entrevista Augusto Arantes. *A Tarde*, Salvador, ano 91, n. 31.070, 2 maio 2004. Salvador, p. 9.

WEINSTEIN, Mary. Corredor da Vitória de volta à pauta do Iphan. *A Tarde*, Salvador, ano 91, n. 31.088, 20 maio 2004. Local, p. 6.

WEINSTEIN, Mary. Tombamento ainda sem definição. *A Tarde*, Salvador, ano 91, n. 31.090, 22 maio 2004. Local, p. 7.

WEINSTEIN, Mary. Combate à vitória da especulação. *A Tarde*, Salvador, ano 91, n. 31.104, 5 jun. 2004. Salvador, p. 5.

WEINSTEIN, Mary. Iphan promete rever tombamento. *A Tarde*, Salvador, ano 91, n. 31.120, 21 jun. 2004. Salvador, p. 4.

WEINSTEIN, Mary. Especialista defende proteção. *A Tarde*, Salvador, ano 91, n. 31.153, 24 jul. 2004. Salvador, p. 3.

WEINSTEIN, Mary. O polêmico tombamento da Vitória. *A Tarde*, Salvador, ano 91, n. 31.227, 6 dez. 2003. Salvador, p. 5.

WEINSTEIN, Mary. Desapropriados querem ficar no Centro. *A Tarde*, Salvador, ano 92, n. 31.497, 3 jul. 2005. Local, p. 13.

WEINSTEIN, Mary. Ruínas serão transformadas em moradias. *A Tarde*, Salvador, ano 92, n. 31.497, 3 jul. 2005. Local, p. 12.

WEINSTEIN, Mary. O dinheiro do Monumenta é empréstimo, não é doado. *A Tarde*, Salvador, ano 96, n. 32.351, 4 nov. 2007. Salvador, p. 11.

WEINSTEIN, Mary. MOURA, Eduardo Souto. *A Tarde*, Salvador, ano 96 n. 32.578. 18 jun. 2008. Salvador, p. 8.

WEINSTEIN, Mary. Donos de casarões ameaçados de desabar serão procurados. *A Tarde*, Salvador, ano 98, n. 33.112, 4 dez. 2009. Salvador, p. A7. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/donos-de-casaro-es-ameacados-de-desabar-serao-procurados-271289>. Acesso em: 25 maio 2023.

WEINSTEIN, Mary. Eu fiquei apavorado com o gabarito da orla. *A Tarde*, Salvador, ano 96, n. 32.463, 24 fev. 2008. Salvador, p. 11.

WEINSTEIN, Mary. O dinheiro do monumenta é empréstimo, não é doado. *A Tarde*, Salvador, ano 96, n. 32.351, 4 nov 2007. Entrevista (Marcelo Ferraz), p. 11.

ZINN, Ivete. Dirigente da Unesco destaca a importância de ouvir o povo. *A Tarde*, Salvador, ano 84, n. 28.461, 27 fev. 1997. Geral, p. 2.

ANEXOS

ATARDE • Terça-feira • 30/3/1993

Gratidão — 5

Pescadores tomam conta da orla no fim de semana

Caricatos sofisticados, simples, vãos de bambu, barcos. Criando e recriando, vale qualquer equipamento para o pescador amador de detetar por aqui mas horas à beira-mar nas praias de Salvador. Porquê? Porque, mesmo em meio de semana e no meio de março, quando a maioria dos brasileiros não trabalha, o mar está mesmo por aí, as praias de diversos bairros da cidade são tomadas por famílias, grupos de amigos, crianças, homens, mulheres e jovens que buscam o lazer praticando uma atividade que é tão antiga quanto o período de sobrevivência da humanidade.



Solitário, o pescador espera pelo peixe

Sandálias, turbantes, chapéus, casacas e outros peixes pequenos são os mais comuns a cair do mar. Ao contrário das praias de lazer, onde se vê muita gente, aqui há muita gente que não quer ser vista. A procura de peixes nas praias de lazer é muito comum, mas a procura de peixes nas praias de lazer é muito comum, mas a procura de peixes nas praias de lazer é muito comum.

Os peixes são os mais comuns a cair do mar. Ao contrário das praias de lazer, onde se vê muita gente, aqui há muita gente que não quer ser vista. A procura de peixes nas praias de lazer é muito comum, mas a procura de peixes nas praias de lazer é muito comum.

REDE DE ARRABO

O bô e o arrabô são muito bem conhecidos na cidade de Salvador, onde se vê muita gente que não quer ser vista. A procura de peixes nas praias de lazer é muito comum, mas a procura de peixes nas praias de lazer é muito comum.

Os peixes são os mais comuns a cair do mar. Ao contrário das praias de lazer, onde se vê muita gente, aqui há muita gente que não quer ser vista. A procura de peixes nas praias de lazer é muito comum, mas a procura de peixes nas praias de lazer é muito comum.

Hipnose elimina medo e tensão, ajudando paciente a superar dor

Com o conforto proporcionado pela hipnose, não se percebe mais o medo da dor, mas apenas a sensação de desconforto. O paciente não sente dor, mas apenas a sensação de desconforto. O paciente não sente dor, mas apenas a sensação de desconforto.



Mais do que a dor, é a tensão que causa sofrimento aos pacientes

Os médicos precisam conhecer o método da hipnose para eliminar o medo e a tensão. O paciente não sente dor, mas apenas a sensação de desconforto. O paciente não sente dor, mas apenas a sensação de desconforto.

Os médicos precisam conhecer o método da hipnose para eliminar o medo e a tensão. O paciente não sente dor, mas apenas a sensação de desconforto. O paciente não sente dor, mas apenas a sensação de desconforto.

TECNICA DE LINGUAGEM

Os médicos precisam conhecer o método da hipnose para eliminar o medo e a tensão. O paciente não sente dor, mas apenas a sensação de desconforto. O paciente não sente dor, mas apenas a sensação de desconforto.

LIBERTAR DA DOR

Os médicos precisam conhecer o método da hipnose para eliminar o medo e a tensão. O paciente não sente dor, mas apenas a sensação de desconforto. O paciente não sente dor, mas apenas a sensação de desconforto.

Medicamentos precisam conhecer método

Os médicos precisam conhecer o método da hipnose para eliminar o medo e a tensão. O paciente não sente dor, mas apenas a sensação de desconforto. O paciente não sente dor, mas apenas a sensação de desconforto.

Os médicos precisam conhecer o método da hipnose para eliminar o medo e a tensão. O paciente não sente dor, mas apenas a sensação de desconforto. O paciente não sente dor, mas apenas a sensação de desconforto.

TECNICA DE LINGUAGEM

Os médicos precisam conhecer o método da hipnose para eliminar o medo e a tensão. O paciente não sente dor, mas apenas a sensação de desconforto. O paciente não sente dor, mas apenas a sensação de desconforto.

Mais do que restaurar o Centro Histórico de Salvador, em apenas 150 dias, o Governo da Bahia restaurou a dignidade do seu povo. Parabéns, Governador Antonio Carlos Magalhães.

O B R A D E A R T E

**SOARES
LEÃO**

100

ANEXO D

A TARDE • Domingo • 6/11/1994

Geral — 3



O Fórum Ruy Barbosa completará 45 anos de sua inauguração

Justiça homenageia Ruy e os 45 anos do Fórum

Os 45 anos do nascimento de Ruy Barbosa, dos 45 anos da inauguração do Fórum Ruy Barbosa e dos 45 anos da história dos tribunais em Brasília são comemorados pela Tribunal de Justiça do Estado com uma exposição. Nesta sexta-feira, 5 de novembro, no dia do aniversário, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em Brasília, comemorou os 45 anos da inauguração do Fórum Ruy Barbosa, com uma exposição de obras de arte e documentos.

As atividades começaram às 17 horas, com a chegada do governador Antonio Imbassahy, que abriu a exposição no hall do presidente do Tribunal, Ruy Barbosa. Em seguida, o governador fez uma breve intervenção, destacando a importância do Fórum Ruy Barbosa para a história da justiça brasileira. O governador também fez uma breve intervenção, destacando a importância do Fórum Ruy Barbosa para a história da justiça brasileira.

Em seguida, o governador fez uma breve intervenção, destacando a importância do Fórum Ruy Barbosa para a história da justiça brasileira. O governador também fez uma breve intervenção, destacando a importância do Fórum Ruy Barbosa para a história da justiça brasileira.

Em seguida, o governador fez uma breve intervenção, destacando a importância do Fórum Ruy Barbosa para a história da justiça brasileira. O governador também fez uma breve intervenção, destacando a importância do Fórum Ruy Barbosa para a história da justiça brasileira.

ABAV quer qualidade total para o turismo

Cerca de 200 agentes de viagens e convidados ligados à atividade turística participaram, no Fátima Hotel, da Secretaria de Desenvolvimento e Turismo, de uma reunião para discutir a qualidade total no turismo.

O objetivo da reunião foi discutir a qualidade total no turismo, com foco na melhoria dos serviços e na satisfação dos clientes. Os participantes discutiram estratégias para melhorar a qualidade dos serviços e a satisfação dos clientes.

Movimento reforça luta pelos Direitos Humanos

Desenvolvendo mais um trabalho, as entidades ligadas ao Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH) realizaram uma reunião para discutir a luta pelos direitos humanos.

O MNDH realizou uma reunião para discutir a luta pelos direitos humanos, com foco na melhoria dos serviços e na satisfação dos clientes. Os participantes discutiram estratégias para melhorar a qualidade dos serviços e a satisfação dos clientes.

Recuperação do Centro Histórico está com quinta etapa paralisada

A quinta etapa das obras de recuperação do Centro Histórico de Salvador, abrangendo o Forte de Santo Antônio e o Forte de São João, não avançou desde o cadastro e indenização dos moradores, efetuados em maio último. Apesar de uma grande placa oficial dando conta do projeto, ao lado da igreja, a comunidade aguarda desapropriação que pelo menos os preparativos sejam iniciados. A única movimentação no local foi dos integrantes do bloco do Rio de Janeiro, com a "marcha" no Forte Santo Antônio para a comemoração do 21º aniversário no dia 17 passado.

Constatando entre os antigos de maior destaque arquitetônico e histórico no bairro, o Forte e a igreja são os que precisam de ações emergenciais. Apesar da inscrição do 85, o lote não encontra o abandono e a degradação, ainda que o Centro de Cultura Popular, com os eventos e oficinas culturais, tenha minimizado. O mato nos laterais, mais do que o próprio principal, insiste nos dias de movimento, chegando a níveis insuportáveis. "É o selo da morte", comentou um dos integrantes da Associação de Moradores e Amigos do Forte Santo Antônio (Amfar), Rui Filho, ao comentar que até hoje não foram encontradas pelo menos as condições mínimas, ocupadas por artefatos.

SEM PREVISÃO

A ocupação do lote e o caso do 85, uma das consequências da demora da execução das obras. Segundo Rui Filho, e muitos dos moradores, a situação não se mantém no local para evitar a sua invasão. Os únicos casos em pendência são os de João Pequeno e Moraes, representantes das duas associações de moradores. Os dois não foram encontrados pelo reportagem, assim como a diretoria do Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural (IPAC), para conhecer a situação e, no entanto, dar uma previsão de quando as obras serão iniciadas.

A igreja, por sua vez, não possui mais a estrutura de madeira, mas não perdeu a beleza do remanescente das paredes, que inclui o telhado e as colunas neoclássicas, agora invadido por "muitos" de cimento de alto e baixo. Em dias de chuva, segundo a coordenação de distribuição de água para os pobres, Nêdia Brito —, cerca de 400 a 500 litros de água são despejados, impossibilitando o acesso das crianças e dos moradores locais. Quanto à recuperação da igreja, foi anunciado a iminência de serem mais de 200 as famílias ligadas para a diretoria do IPAC, sem resposta positiva, como a de Rui Filho. Não aconteceu o recibo de que aconteceu o mesmo que em etapas anteriores, no Pelourinho, após em novembro de 1993, quando a Prefeitura anunciou a recuperação da igreja, mas a situação não mudou.

Mil e 500 telefones destruídos por mês

Apesar de existir uma carência muito grande de telefones públicos na cidade, principalmente nos bairros mais pobres, a Telebrasil é obrigada a destruir, todo mês, mais de mil e 500 telefones públicos. Segundo o gerente de Serviço ao Cliente da Telebrasil, Sérgio Ricardo, o telefone é considerado um bem de luxo e, portanto, não deve ser usado em áreas de baixa renda.

Segundo o gerente de Serviço ao Cliente da Telebrasil, Sérgio Ricardo, o telefone é considerado um bem de luxo e, portanto, não deve ser usado em áreas de baixa renda. O gerente também mencionou que a Telebrasil está trabalhando para melhorar a situação dos telefones públicos.

SEM ORIENTAÇÃO

Para facilitar o atendimento e garantir o atendimento à população, a Telebrasil mudou de lugar os telefones públicos. No entanto, a mudança não foi bem recebida pela população, que continua a ter dificuldades para encontrar os telefones públicos.



No interior do Forte de Santo Antônio as obras estão paradas

Esquadilha da Fumaça empolga público no aniversário da Base

Quase 40 minutos, uma avião T-77 Tigris, da Força Aérea Brasileira, voou sobre a Base Aérea de Salvador, em comemoração ao aniversário da Base. O voo foi acompanhado por uma grande multidão de pessoas que se reuniram na Base para assistir ao evento.

O voo em formato invertido da Esquadilha, um dos mais perigosos manobras, foi realizado com sucesso. O público ficou muito impressionado com a performance dos pilotos.

O voo em formato invertido da Esquadilha, um dos mais perigosos manobras, foi realizado com sucesso. O público ficou muito impressionado com a performance dos pilotos.

O voo em formato invertido da Esquadilha, um dos mais perigosos manobras, foi realizado com sucesso. O público ficou muito impressionado com a performance dos pilotos.

O voo em formato invertido da Esquadilha, um dos mais perigosos manobras, foi realizado com sucesso. O público ficou muito impressionado com a performance dos pilotos.

O voo em formato invertido da Esquadilha, um dos mais perigosos manobras, foi realizado com sucesso. O público ficou muito impressionado com a performance dos pilotos.

O voo em formato invertido da Esquadilha, um dos mais perigosos manobras, foi realizado com sucesso. O público ficou muito impressionado com a performance dos pilotos.

O voo em formato invertido da Esquadilha, um dos mais perigosos manobras, foi realizado com sucesso. O público ficou muito impressionado com a performance dos pilotos.

O voo em formato invertido da Esquadilha, um dos mais perigosos manobras, foi realizado com sucesso. O público ficou muito impressionado com a performance dos pilotos.

O voo em formato invertido da Esquadilha, um dos mais perigosos manobras, foi realizado com sucesso. O público ficou muito impressionado com a performance dos pilotos.

O voo em formato invertido da Esquadilha, um dos mais perigosos manobras, foi realizado com sucesso. O público ficou muito impressionado com a performance dos pilotos.

ANEXO E

A TARDE

LOCAL
local@diario.com.br

SALVADOR, TERÇA-FEIRA, 3/8/2003 5

Em busca da Vitória quase perdida

Conjunto arquitetônico remanescente dos séculos XIX e XX vem sendo destruído por falta de proteção legal

MARY WEINSTEIN

Não se de fato o conjunto vem a memória de Salvador. A Vitória, a Graça, o Camela e o Campo Grande ainda tem pelo menos 35 imóveis representativos da expansão urbana que cidades brasileiras (Salvador, Recife, São Paulo, Porto Alegre, dentre outras) sofreram, simultaneamente, na virada do século XIX para o XX, formando uma unidade arquitetônica que é única, em seu estilo, hoje, no Brasil. Com exceção de Salvador, os conjuntos em todas as cidades foram polidamente destruídos. Aqui, a Vitória poderia ser diferente.

Mesmo em processo de tombamento, há quase cinco anos, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Conjunto Urbano do Conde da Vitória não tem a proteção legal contra demolições e descaracterizações. Falta a liberação, pelo Iphan, de uma Notificação de Abertura de Processo de Tombamento.

Fuam parte do Conjunto várias conjunções de construções, misto ecletico, que, na época, era muito vinda da Europa. Dentre outros, estão o antigo Colégio Santa Cruz (Fundo Av. Sete nº 281), hoje comandado pela da Construtora Santa Helena; a Mansão Visconde Wellington (Fundo da Vitória, s/n), cuja demolição já foi pedida à Sucon; a Residência Universitária Masculina (Av. Sete nº 2.382), onde funcionava o Restaurante Universitário, pertencente a Universidade Federal da Bahia, perto a venda na década passada, a mansão que pertenceu ao jornalista Jorge Calmon (Av. Sete nº 2.173), onde está construído o Edifício Lenor Calmon, pela Construtora MRM; a antiga residência da família Raggi (Av. Sete nº 2.418), um vazio com platô de varanda, também sob pedido de demolição; além do Palácio Arquiepiscopal (Campo Grande), ocupado pela Construtora Odebrecht, no ano passado.

NOTIFICAÇÃO - Abandono pelo o-á-á-á processo de demolição de imóveis na Vitória, profissionais ligados a urbanismo e patrimônio, representam pelo Sindicato dos Arquitetos (Sbaur), em suas entranças os projetos culturais que, segundo eles, vêm sendo continuamente causados pela especulação imobiliária. Em 1998, os arquitetos foram ouvidos num processo de tombamento da área.

O Iphan, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pela preservação do patrimônio, prontamente acatou a indicação, atestado e instruindo o processo número 1431-1.96. Mas a notificação que garante a segurança física do conjunto não foi liberada.

A notificação é uma etapa indispensável para que o processo transcorra sem os riscos de que o imóvel seja abolido ou destruído inadvertidamente ou por negligência. No caso da Vitória, ainda não foi.

"Quando um processo de tombamento é aberto, especialmente em caráter emergencial, o trâmite não prevê que o proprietário do imóvel seja imediatamente informado por meio de uma notificação. Esse é o único mecanismo legal capaz de impedir que o imóvel seja demolido ou modificado supostadamente, antes antes que o processo seja concluído", explica José Carlos da Matta, arquiteto e autor do pedido de tombamento que, por intermédio do Sbaur, foi para o Iphan.

Para mesmo já que, depois de concluído os estudos, há mais de um ano, ainda se espera que a Notificação seja expedida. O procedimento não-adaptado contribui para que os imóveis cedam espaço a novos empreendimentos. Vendido à Odebrecht, o Palácio Arquiepiscopal, por exemplo, se transformou em mais um prédio luxuoso, com 50 andares, com direito a *pluv*, piscina, academia, quadra poliesportiva etc. Tudo isso será construído em espaços de meio da casa, a qual será muito reformada.

A arquiteta Maria do Carmo Enay, autora da dissertação (Ufba), "A Vitória na Renascença Bahiana", diz que "o mais honesto seria demolir a Casa, uma vez que a proposta da Construtora descaracteriza a sua arquitetura. Não adianta preservar as características do imóvel quando, na realidade, interfere-se drasticamente na construção do século XIX".

O professor de História e Teoria da Arquitetura Brasileira, da Ufba, e ex-diretor do Museu de Arte Sacra, Espírito de Santa Luz, entende que, tanto do ponto de vista arquitetônico, o conjunto da Vitória é absolutamente importante e deve ser preservado. "Determinados modelos modernos passaram por Salvador, como esse de construir prédios por cima de casinhas. A especulação não tem considerado com a qualidade de vida da cidade".



Endereço chaf desde o século XIX, o bairro sobrevive à falta de conservação de imóveis que abrigaram a aristocracia



O antigo e o novo. Construções como o Victory Tower mantêm a fachada original

Bairro saturado por construções

Para o professor de História da Teoria da Arquitetura Brasileira, da Faculdade de Arquitetura da Ufba, Luiz Antonio Fernandes, "o potencial construtivo na Vitória está saturado e qualquer novo prédio significa a perda de mais um testemunho de uma fase importante da arquitetura de Salvador".

No caso da Cardealista, segundo ele, existe uma perda da ideia arquitetônica, porque não é apenas a casa, é a casa em relação ao seu lote. "Eu acho que devem existir pressões sobre o Iphan em relação a essa questão. Afinal de contas, aquela área, se foi destinada à elite do século XIX, hoje, lá, recusa essa vocação e, obviamente, existem interesses econômicos fortíssimos que vão contra qualquer medida que objetive fazer esse processo. A insistência de uma posição mais firme, mais concreta decorre dessas pressões".

Palácio Arquiepiscopal vira Mansão dos Cardeais

Roberto de Holanda, ex-diretor do Depret (Departamento de Proteção do Patrimônio), instância do Iphan em que o processo está sob julgamento, diz que quando recebeu o pedido de tombamento da Vitória fez questão de promover "uma ampla discussão acadêmica, envolvendo várias regiões do Iphan, para ter certeza de que seria possível de tombamento".

Holanda garante que não sofreu pressão da Construtora Norberto Odebrecht, compadora da Casa Cardealista, mas que não poderia se precipitar na decisão. A Odebrecht comprou o imóvel por, aproximadamente, R\$ 10 milhões, ao não de Arquitetura. Holanda disse que se liberasse a notificação e depois descolasse que o imóvel não deveria ser tombado, estaria casando de um "pedido" ao Conselho de Construtores que, ao final, poderia ser processado o Iphan.

Surpreendente, é que o arquiteto não tenha calculado o dano pela intenção de faturar. O Iphan seria irreversível. A obra começou em julho de 2001. Todos os 52 apartamentos do prédio Moradia dos Cardeais, de 36 andares, lançado em abril passado, já foram vendidos, a um preço médio de R\$ 300 mil. A Casa não será demolida. Em 1980, a Construtora foi a responsável por uma reforma feita especialmente para a chegada do papa João Paulo II.

Segundo o diretor de Incorporação e Imobiliária da Odebrecht, Djean Cruz, o então dirigente do Depret, Roberto

de Holanda, deixou claro que o processo de tombamento demonstraria tanto para os delinquentes quanto tempo de o edifício ser construído sem maiores problemas. O representante da Odebrecht disse que pediu ao Iphan que fosse claro, que definitivamente deixasse se pedir ou não construir. E recebeu sinal verde para o empreendimento.

"Tudo (o processo de tombamento) há quantos anos, cinco anos? Vai durar mais quantos, dez? Já passou toda uma cidade parada por conta disso? Nesse período já foram executados mais cinco ou seis empreendimentos", disse Djean Cruz, que deixou a certeza de que o tombamento não criaria condições de possível paralisação da obra. "Não, de jeito nenhum", lembra o ex-diretor da Odebrecht de se construído de diretores do Iphan. Conforme lembra, tudo isso foi conversado com o ex-chefe do Depret, Roberto de Holanda. Hoje, a Odebrecht tem todos os alvarás necessários para a construção da Moradia dos Cardeais. Está devidamente amparada pela lei, já que não há notificação liberada pelo Iphan.

As estólicas sobre o valor do imóvel abstrato que o seu alto-tor tombamento isolado chegou a ser pedido pela ex-diretora do Iphan e presidente do Conselho (Conselho Interacional de Monumentos), Adalgas D'Eça, no ano passado. Cerca de 15 dias depois, a própria diretora foi ouvida e pediu. A então superintendente regional do

Iphan, Adalgas D'Eça, lembra não ter entendido o porquê do interesse de Castro em sustar o tombamento do Palácio Arquiepiscopal, que, posteriormente, foi incluído ao pedido de tombamento do Conjunto.

IMPORTÂNCIA - No momento, a tentativa é justamente sensibilizar o novo governo para que este interaja e desenvolva a liberação da Notificação de Abertura do Processo de Tombamento do Conjunto, que está em curso no Departamento de Proteção do Patrimônio (Depret) do Iphan, em Brasília. O Ministério da Cultura recebeu um comunicado oficial do Sbaur, da 23ª unidade, reafirmando atenção máxima ao assunto, onde se lê: "A, apesar do reconhecimento do Depret da importância da preservação dos imóveis do Conde da Vitória - tombando-se na ponta aberta do processo e liberação de recursos para estudos, o que permitiu a conclusão efetiva da inscrição - aquela Diretoria não permitiu que fosse encaminhada a notificação à Prefeitura Municipal de Salvador, o que retardou o tombamento previsto". Esse tombamento previsto, segundo o Decreto nº 25, de 20 de novembro de 1977, suplantou ao tombamento definitivo, garantindo, de imediato, a proteção dos imóveis mesmo durante a tramitação do processo ("..."). A carta foi endereçada a Jacy Ferreira, secretário do Ministério da Cultura, que ainda não se pronunciou sobre o assunto.



Sem notificação, o Iphan não garante integridade do rico conjunto arquitetônico

ANEXO F

A TARDE

LOCAL

SALVADOR, DOMINGO, 2/11/2003 9

ENTREVISTA MANOEL LORENZO

"Eu nunca vi governo preservar memória"

Por que um projeto da Barra ao Rio Vermelho? Não criamos um programa chamado Polígono da Identidade Cultural. É um conjunto de espaços muito presente no imaginário da população. Nós requalificamos algumas colinas (Barra da St. Piedade, dentre outras). Esse projeto está na mesma linha. As calçadas entre Barra e Rio Vermelho hoje estão subdimensionadas para o crescimento da cidade. Então com o mesmo tamanho desde quando Salvador tinha 100 mil habitantes. Nós não estamos falando de um projeto para turistas, estamos falando na liberdade, na requalificação de um espaço que é usado cotidianamente pelos moradores da cidade. Então a intervenção mais imediata é a ampliação dessas calçadas. Não estamos montando 10 quiosques em pontos de ônibus - em shoppings, hotéis e no Mercado Modelo - para fazer uma apresentação à população e ouvir um pouco o retorno, a opinião sobre isso.

O projeto sofre algumas críticas. As principais são: Salvador ficaria podada; a retirada da balneabilidade danificaria a memória da cidade; essa estrutura em balanço aumentaria a insegurança e as bombas perderiam um pedaço da praia. Todos as cidades estão trabalhando para requalificar os seus espaços. O Rio de Janeiro fez também um programa interessante priorizando o pedestre em detrimento do automóvel. Então, eu não acho que seja padronização até porque cada lugar tem a sua linguagem, os seus materiais muito característicos. É um conteúdo muito oportuno no sentido de as cidades se voltarem para os seus espaços públicos. É a resposta que eu tenho não tendo sido até muito positiva.

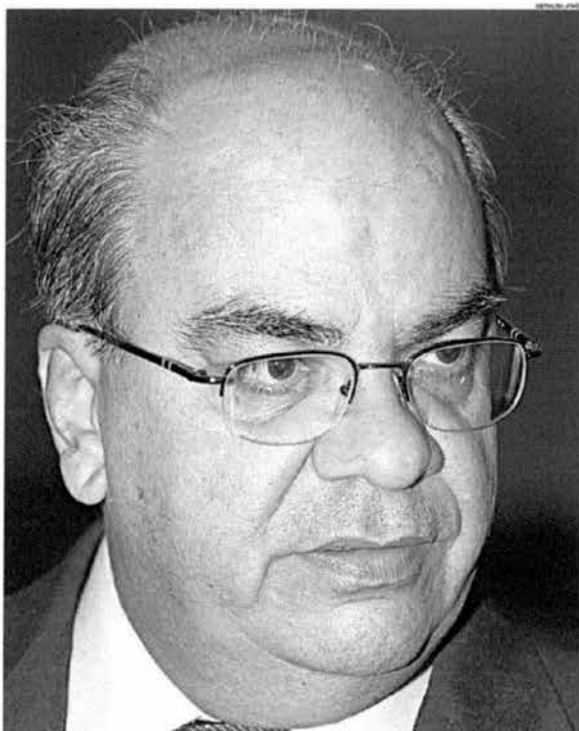
Resposta de quem? Da população. Eu vejo que a Praça St. João é muito frequentada.

O arcebispo ficou sem ter como chegar ao seu Palácio por causa da calçada. Ele tem como chegar. Ele tinha apenas um pequeno estacionamento que ficou sem acesso. Mas não até analisarmos a possibilidade de fazer um acesso por trás e o Iphan depois não concordou. Aquilo ali não funciona mais como arcebispado. Isso foi conversado, eles compreenderam a importância do trabalho. E não reclamaram.

Voltando para a balneabilidade, que muita gente acha que não deveria ser subdimensionada. Ainda não vi ninguém se manifestar sobre isso. Você poderia dizer quem falou?

De entrevistas de rua até a presidente do Iphan, Maria Eliza Costa. Ela falou sobre isso também? Bom, isso não é uma coisa que esteja devida. Eu pessoalmente acho que a balneabilidade é muito densa. Não poderíamos ter uma transparência entre quem circula na cidade e o mar. Eu preferia uma solução mais transparente, em concreto também, mas não tão fechada com aquelas grades, ou acho que ela viola muito. É muito pesado. Agora, isso não

O secretário municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, Manoel Lorenzo, abriu as portas do seu gabinete para falar em primeira mão sobre o projeto que vai ampliar os calçadões do Porto da Barra até o Rio Vermelho. A conversa com a repórter Mary Weinstein enveredou por outros assuntos concernentes a Salvador, no início desta semana. Lorenzo, um dos maiores responsáveis pelos rumos que a cidade vem tomando há algumas décadas, mostra o seu ponto de vista. Explica porque Salvador vem tendo alguns dos seus pontos referenciais "requalificados". Ele diz o que acha do tombamento da Vitória e rebate as críticas à elevação de gabarito de altura na orla proposta pelo novo Plano Diretor.



é uma questão fechada, não vamos até tentar nesse estado de vitalidade.

Secretário, os shoppings ficam muito distantes da praia. Não vai ter estande no próprio Porto da Barra? Nos hotéis vai haver acesso? Claro, serão estandes. O que a gente quer é que a maior quantidade possível de gente veja. É uma técnica nova (de pesquisa) recomendada pelo Banco Mundial. Eles só funcionam depois de uma pesquisa desse tipo.

Essa estrutura em balanço não temaria boa parte das praias? Até Santana Vitório fez uma música mencionando isso da falta de espaço no Porto da Barra.

É uma coisa tão crítica, a estrutura em balanço não ocupa espaço da praia, nem dá facilidades para que as pessoas construam instalações esportivas, etc.

O que o senhor está achando

de tombamento da Vitória? Me parece que o que vai sair não é bem a proposta original. A que está sendo angariada eu só ouvi falar. Acho que já está havendo uma distância muito grande entre o que pretendia a proposta original e a solução que afinal será adotada. Porque o que vão adotar é a solução que nós já vinhamos adotando. Que era tentar preservar as casas na frente e fazer as edificações ao fundo. Porque no mundo todo, quem sempre preservou foram os particulares. Eu nunca vi governo preservar memória nenhuma. Já vi muita coisa se anular depois que o tombamento é declarado. Não tem sustentação econômica e as propriedades frequentemente não têm recursos.

Nesse caso da Vitória até teriam, não? Parte das propriedades é de empresas bem-sucedidas. Essa que todos conhecem, do Dr. Jorge Calmon, não me conta que a família seja empreiteira.

Essa casa já pertence a uma incorporadora. Pertence hoje. Em São Paulo, casas começaram a ser arrematadas até de uma forma dolosa, como uma reação. Você tem a casa ali do Dr. Jorge Calmon e o que mais? Então você acha isso definitivo? Eu não acho.

Existe um patrimônio e de acordo com a Lei de Tombamento, que é uma lei bastante sensata, o patrimônio precisa de uma ambientação, precisa de um entorno para que ele continue sendo um patrimônio.

Você precisa dizer isso ao Iphan. Por que o Iphan não tombou isso antes? Essa questão deve ser levada ao Iphan. Aliás, você já esteve lá várias vezes. Eu lembro da Mariana Manoel Joaquim de Carvalho (primeira mulher com prédio alto). Eu era secretário, em 1984, 85. Hoje a casa lá já serviu de espaço coletivo para os moradores do prédio. O Palácio Cardalino foi a mesma coisa.

ção ali? Não existe devastação. Foram retiradas duas árvores pra viabilizar a própria conservação do Palácio. A verticalização todo mundo fala, mas a cidade continua uma das mais bem ventiladas do País. É um contrassenso dizer que as edificações em altura barram mais a vista e a ventilação do que as de dois, três, quatro pavimentos. Nas de dois a quatro pavimentos, quando a legislação permite, permite até 80% de ocupação.

Por que o município não tem uma legislação para proteção do patrimônio? Poderia ter, mas eu acho que seria mais um nível de poder a se envolver com isso e provavelmente seria o nível mais cobrado. Eu acho que já há órgãos conselheiros com a cultura, com responsabilidade, nesse assunto.

Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis e outras têm legislação. Salvador, cidade histórica, não tem, isso não é contraditório? Pelo contrário. O Iphan nasceu praticamente em cima de um episódio que se deu aqui em Salvador, a destruição da Igreja de St. em 1933. Eu divirto do que pensam algumas pessoas sobre a legislação de proteção de monumentos históricos nacionais. O que eu acho interessante é uma estruturação do Iphan. Acho que as pessoas que se dedicam a isso são pessoas abnegadas.

O replanejamento gabarito da orla pelo novo Plano Diretor tem recebido críticas. Como o senhor responde a elas? Tem muita gente que fala sobre isso há 25 anos. Mas é coisa que mexe o número de pessoas que levanta essa questão. Desde quando verticalização é sinônimo de devastação, se a verticalização surgiu pra que permitisse desovar o vento? É uma associação de má fé. Ou é ignorância sobre o assunto.

O tumor é pelo adensamento populacional, pela poluição, pela transformação em uma Copacabana...

Eu já vi charge mostrando um jardim de prédios um junto do outro. Esse não é o modelo que nós estamos propondo. Quando nós modificamos o gabarito, há três anos, nós ampliamos as estruturas de afastamentos laterais. Então, eu pergunto, o que as pessoas acham pior? Porque, quando você faz um andar, dois andares, você já barrou a vista. Você ocupa 80% do lote. Então essa coisa de dizer que está adensando é uma mentira. Os conflitos de aproveitamento dos terrenos não foram modificados nem antes com a Barra, nem agora com o Plano Diretor.

Então, em vez de Copacabana, viraria uma Barra da Tijara? Não, exatamente. Por que nós não estamos liberando gabaritos. Nós estamos fixando novos padrões. Barra da Tijara é gabarito liberado. Então não será nem Copacabana, nem Barra da Tijara. Será a orla de Salvador.

Mas a Vitória não virou uma Copacabana? Não, eu discordo. A Vitória nunca foi área submetida a gabarito de altura.

Isso não foi um erro? Acho que não.

O senhor que mora lá não acha que tem engarrafamento demais?

Eu moro 22 anos na Pituba. Eu digo a você que há muito mais problemas nas vias estruturais da Pituba. Então eu acho que morar no Centro é uma excelente alternativa de moradia hoje. Eu considero muito mais confortável circulando no Centro Histórico do que onde eu sempre moro.

Acho necessária uma reestruturação do Iphan

Desde quando verticalização é sinônimo de devastação?

ANEXO G

SALVADOR, QUARTA-FEIRA, 18/6/2003

LOCAL
businesses

A TAMP

Vitória para sempre preservada

Tombamento dos casarões do Corredor da Vitória pelo Iphan é considerada decisão inédita por incluir conjunto republicano

MARY WEINSTEIN

[illegible]

"Há muito tempo havia uma intenção de trabalhar a Vitória. Não queríamos que os outros achassem, a qualquer tempo, que o Centro Museu de Salvador e o Comando de Vitória não eram ideais de A gente tem que angariar o que manda trazer desta identidade, no caso empunhamos e o sistema de arte. Vozes duplamente, graças ao elemento que conhecemos e inclusive os vários momentos da evolução da cidade. E a obra 'Mestres', disse Maria Rê, Com, dentro do Ipaia (filha do arquitecto Luiz Costa, presidente da Associação de Construção de Residência).

MONITORAMENTO - A partir de agora, qualquer intervenção sobre o rio (limpeza, obra, ou a construção de pedrão), dentro da poligonal da ilha, deverá ser encaminhada ao seu representante na comissão de monitoramento da bacia e ao parecer do Iphan. O objetivo é proteger a vulnerabilidade e a qualidade dos ambientes que formam o Conjunto Arqueológico do Corredor da Vitória.

O processo é rápido, temporariamente de cumprimento "provisório" mas o resultado é definitivo porque é irreversível, como prevê o Decreto-lei nº 26, de 1937. O pagamento das anuidades indenizatórias ao processo de tombamento é feito em prazo de 15 dias, para, ocupando-se o seu título e doação, impagando-se o tombamento. Assim, que, harmonizada, junta-se com a taxa de impagamento fixada pelo Iphan. Portanto, a possibilidade de um processo

Rapidez do pr

A black and white photograph of a two-story building with arched windows and a balcony, surrounded by trees and a low wall. The building has a light-colored facade with dark trim around the windows and balcony. The ground in front of the building is covered with a low, dense hedge or wall. There are large trees on either side of the building, and some foliage is visible in the foreground. The overall scene is a quiet, possibly residential or institutional, setting.

Com a determinação de Iphan, 12 imóveis considerados de valor histórico e artístico serão preservados no Casarão da Vilhota, com mínimo de 40 mil metros quadrados.

no status de tributante é considerado, não.

Foram encaminhados ao Ministério do Conselho Coordenador do Iphan, o parecer da República de Minas e o parecer do Estado de Minas, a partir da publicação da resolução, o parecer do Conselho do Iphan, o parecer do Conselho do Iphan e o parecer do Conselho do Iphan.

«...proponho já entrar todo integrado, fazendo uma única entidade. Esse movimento é uma novidade na Bahia, no Brasil, por aí fora. É o primeiro movimento organizado de pessoas livres, republicanas. Na realidade, trata-se de uma profunda transformação social, se não política, pelo menos econômica. Não se enciclopedia o mundo neste tipo de organização. Antes, só se via a seguinte realidade: havia a situação de um senhor do século XIX. O representante do Brasil na Bahia enciclopedia a sociedade de que estava constituída e oferecia apenas o pensamento, mas não que "ele se pode exigir uma responsabilidade". O Estado não pode dar. Cabe ao Estado e ao município promover os movimentos de educação para a nação».

MOBILIZAÇÃO - Foi por iniciativa do jornalista José Carlos

A black and white photograph showing a portion of a building's exterior. A large, leafy tree is in the foreground, partially obscuring the view of the building. The building has a light-colored facade with some architectural details visible, including what appears to be a balcony or window frame on the right side. The image is oriented vertically, matching the page's layout.

da Mata, responsável pelo projeto de restauração do cunhado onde hoje está instalada a Alameda Pinacoteca, em Ladeira da Boa Vista, que o Saldanha de Albuquerque da Silva (Gauri) deu entrada no processo de tombamento do Convento da Vidua, há quase cinco anos. Na mesma época, o instituto já teria conseguido ao saber que a Universidade Federal

de Brasília, cuja porta é verde e o comitê onde funciona a Faculdade Univercity Marília.



Rapidez do processo é elogiada por entidades

O Diretor do Sindicato dos Agricultores da Bahia (Sicag), Gentil Henrique de Fátima, disse também com a maioria do desagrado do processo "Enxente". É uma vitória. Mas a luta continua por que a Omap e o Cassin também seguem trabalhando para que seja possível a criação de uma legislação sobre o comércio ambulante que não separe distritados, segundo explicou.

imento da Viçosa, o delegado José Carlos da Silva lembra que este é o primeiro passo para a preservação dos exemplares em um sólo edifício na Bahia. "Muito é o sedimento. Existem ainda muitas casas na Rua Araújo Pinho, na Camela, e na Rua da Graça, como o Palácio dos Rios e a Real-fica Universidade Fernando de que precisam ser demolidas".

MOVÉIS TOMADOS NO PROCESSO Nº 1.431-T-99

- | | |
|---|--|
| 1) Casa de Artista, Av. 7 de Setembro nº 1.239 | 8) Prefeitura de Brasília, Av. 7 de Setembro nº 2.262 |
| 2) Faculdade Adhemar, Av. 7 de Setembro s/nh | 9) Residência da Família Costa Oliveira, Av. 7 de Setembro nº 2.441 |
| 3) Antiga Residência Carpentaria, Av. 7 de Setembro nº 1.552 | 10) Av. 7 de Setembro nº 2.452 |
| 4) Hotel Carpentaria, Av. 7 de Setembro nº 2.326 | 11) Paulo Velloso, Av. 7 de Setembro nº 2.449 |
| 5) Antiga Residência do jornalista Jorge Cantão, Av. 7 de Setembro nº 2.449 | 12) Residência Veneranda Vilela, Largo de São João |
| 6) Mansão de Artista Bruna, Av. 7 de Setembro, s/nh | 13) Igreja de Nossa Senhora da Vitória, na rua Antônio, Praça Gonçalves Câmara, Largo da Vitória |



ANEXO H

A TARDE

LOCAL
Imagem e som

SALVADOR, TERÇA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2009 5

Casarões são demolidos na Graça

Iniciativa privada antecipa-se a novos processos de tombamento destruindo inóveis centenários durante o feriado

MARY WEINSTEIN

Mas cedo do que se poderia imaginar, esse não é de forma alguma, o reflexo do tombamento do Conde de Viçosa, publicado no Diário Oficial da União, após ser o primeiro patrimônio e não muito longe dali, levando ao mesmo tempo, a morte da arquitetura paulista, está sendo impulsionada a ser demolida. Na Rua da Graça, o casarão número 411 começou a ser alçado a ruínas, em plena manhã, com o som de um trator e de uma escavadeira trabalhando como se nada fosse. Apesar de ser, há mais de um século, um dos casarões mais importantes da cidade, a obra não é considerada de interesse histórico. Para a sociedade, no entanto, a perda de parte de sua história.

Indicado para tombamento pelo Sindicato dos Arquitetos (Sinaar), o casarão 411, na Rua da Graça, teve sua fachada demolida neste feriado, por iniciativa de uma empresa privada. Em sua fachada, duas placas já estão à mostra: uma de José de Fátima Costa, arquiteta local, e outra de J.C. Ramalho, construtor responsável.

Sendo, assim, a demolição do número 411, depois de quase quatro décadas, pela cidade. A obra foi iniciada no dia 23 de março, quando o casarão estava sendo demolido.

Em sua fachada, há uma placa de José de Fátima Costa, arquiteta local, e outra de J.C. Ramalho, construtor responsável.

Na Graça há uma de três décadas. O casarão, há mais de um século, é um dos mais importantes da cidade. Mas, apesar de ser um dos casarões mais importantes da cidade, a obra não é considerada de interesse histórico. Para a sociedade, no entanto, a perda de parte de sua história.

Indicado para tombamento pelo Sindicato dos Arquitetos (Sinaar), o casarão 411, na Rua da Graça, teve sua fachada demolida neste feriado, por iniciativa de uma empresa privada. Em sua fachada, duas placas já estão à mostra: uma de José de Fátima Costa, arquiteta local, e outra de J.C. Ramalho, construtor responsável.

Sendo, assim, a demolição do número 411, depois de quase quatro décadas, pela cidade. A obra foi iniciada no dia 23 de março, quando o casarão estava sendo demolido.

Em sua fachada, há uma placa de José de Fátima Costa, arquiteta local, e outra de J.C. Ramalho, construtor responsável.



A presença de um trator e as pedras destruídas de um casarão de Largo da Graça chamaram a atenção dos moradores.

Mas que os casarões não são demolidos por iniciativa privada, mas sim por iniciativa de uma empresa privada. Em sua fachada, duas placas já estão à mostra: uma de José de Fátima Costa, arquiteta local, e outra de J.C. Ramalho, construtor responsável.

Mas que os casarões não são demolidos por iniciativa privada, mas sim por iniciativa de uma empresa privada. Em sua fachada, duas placas já estão à mostra: uma de José de Fátima Costa, arquiteta local, e outra de J.C. Ramalho, construtor responsável.

Mas que os casarões não são demolidos por iniciativa privada, mas sim por iniciativa de uma empresa privada. Em sua fachada, duas placas já estão à mostra: uma de José de Fátima Costa, arquiteta local, e outra de J.C. Ramalho, construtor responsável.

Mas que os casarões não são demolidos por iniciativa privada, mas sim por iniciativa de uma empresa privada. Em sua fachada, duas placas já estão à mostra: uma de José de Fátima Costa, arquiteta local, e outra de J.C. Ramalho, construtor responsável.

EDUCAÇÃO

Cotas devem ser provisórias

TATIANE RODRIGUES

As cotas e a reserva para afro-brasileiros e indígenas são temas que estão sendo discutidos no Conselho Nacional de Educação (CNE) e no Conselho Nacional de Cultura (CNC).

Uma comissão formada por representantes de diversas instituições de ensino superior, incluindo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), está discutindo a possibilidade de criar cotas para afro-brasileiros e indígenas em universidades públicas.

Uma comissão formada por representantes de diversas instituições de ensino superior, incluindo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), está discutindo a possibilidade de criar cotas para afro-brasileiros e indígenas em universidades públicas.

Uma comissão formada por representantes de diversas instituições de ensino superior, incluindo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), está discutindo a possibilidade de criar cotas para afro-brasileiros e indígenas em universidades públicas.

de Educação e Cultura e Conselho Nacional de Cultura e Conselho Nacional de Educação (CNE) e Conselho Nacional de Cultura (CNC).

Uma comissão formada por representantes de diversas instituições de ensino superior, incluindo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), está discutindo a possibilidade de criar cotas para afro-brasileiros e indígenas em universidades públicas.

Uma comissão formada por representantes de diversas instituições de ensino superior, incluindo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), está discutindo a possibilidade de criar cotas para afro-brasileiros e indígenas em universidades públicas.

Uma comissão formada por representantes de diversas instituições de ensino superior, incluindo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), está discutindo a possibilidade de criar cotas para afro-brasileiros e indígenas em universidades públicas.

Uma comissão formada por representantes de diversas instituições de ensino superior, incluindo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), está discutindo a possibilidade de criar cotas para afro-brasileiros e indígenas em universidades públicas.

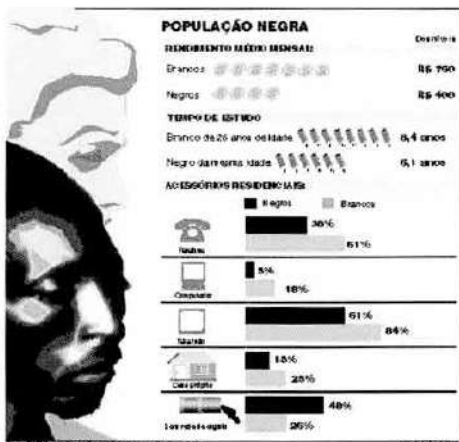
de Educação e Cultura e Conselho Nacional de Cultura e Conselho Nacional de Educação (CNE) e Conselho Nacional de Cultura (CNC).

Uma comissão formada por representantes de diversas instituições de ensino superior, incluindo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), está discutindo a possibilidade de criar cotas para afro-brasileiros e indígenas em universidades públicas.

Uma comissão formada por representantes de diversas instituições de ensino superior, incluindo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), está discutindo a possibilidade de criar cotas para afro-brasileiros e indígenas em universidades públicas.

Uma comissão formada por representantes de diversas instituições de ensino superior, incluindo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), está discutindo a possibilidade de criar cotas para afro-brasileiros e indígenas em universidades públicas.

Uma comissão formada por representantes de diversas instituições de ensino superior, incluindo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), está discutindo a possibilidade de criar cotas para afro-brasileiros e indígenas em universidades públicas.



Fonte: IBGE, Censo 2000. Dados em milhares de habitantes.

ANEXO I

SEGUNDA EDIÇÃO
4 colunas
46 páginas

Valor por...	Por...	Por...
Capa	R\$ 1,00	R\$ 1,00
Interiores	R\$ 0,50	R\$ 0,50
Valor total	R\$ 1,50	R\$ 1,50

A no 90 Nº 10.778 www.atarde.com.br

FUNDADOR: ERNESTO SIMÕES FILHO (1886/1967)

Salvador, Bahia TERÇA-FEIRA 16/7/2003

A TARDE

EDITORIAL

Apoio à reforma
Se negar a reforma, o
texto original do texto de
previdência da Previdência
social, a reforma.

Tombamento do Corredor da Vitória provoca luta na Justiça

Duas construtoras pedem à Justiça para anular o tombamento do Corredor da Vitória, em Salvador, anunciado pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em junho passado. As empresas têm imóveis que foram protegidos pela ação oficial. **PRÓXIMA 6**



MAR DE DÚVIDAS

Usuários e funcionários do sistema ferry-boat estão muito preocupados com a decisão do Conselho de Dissolver a concessão do serviço. A decisão de empresa garante que manter os navios (foto) operando, mas os funcionários temem não receber os salários e os usuários por causa da qualidade dos serviços. **PRÓXIMA 9**

Governadores contra mudanças

Os governadores nordestinos se juntaram aos colegas do resto do País contra mudanças propostas no projeto de reforma da Previdência. E, caso haja mudança, eles querem ser compensados em relação na reforma tributária. **PRÓXIMA 10**

Suar demais é um problema

Doença que acomete a mais pessoas do que se supõe, o excesso de suor, nos pés, mãos e axilas, gera constrangimento e problemas de relacionamento. Veja como é possível se tratar do problema, conhecido como hiperidrose. **PRÓXIMA 16**



AMOR MARGINAL

A política e o estudante universitário Flávia Passos Simões, por onde se conhece desde 29 de junho. A surpresa é que ela (na foto, ao ser convidada à Secretaria de Segurança Pública) foi presa com um grupo de assaltantes, em Ilhéus, e conseguiu se fugir para ficar com o chefe do bando. **PRÓXIMA 7**

Está mais caro viajar de ônibus

O preço das passagens para ônibus aumentou e a infraestrutura sobre hoje 11,44% em todo o Brasil. Com isso, a passagem para ônibus no Brasil Salvador-Rio de Janeiro passa a custar nada menos que R\$ 176. **PRÓXIMA 13**



Duas luzes que se apagam na cena musical

Uma lacuna irreparável no cenário musical mundial. Morreu, em Havana e em Los Angeles, respectivamente, o Mestre do Son, Compay Segundo (foto à esquerda), e O Rei do Jazz, Benny Carter (à direita), em los vilas de problemas renais. Músico e trovador, Compay criou a trova, uma guitarra de seis cordas, ficando famoso com o Buena Vista Social Club, enquanto Benny Carter foi um dos melhores arranjadores no mundo do jazz. **CADERNO 2**



ÍNDICE

CADERNO 1: 20 PÁGINAS

CADERNO 2: 6 PÁGINAS

AUTOMOTO: 6 PÁGINAS

POPULARES: 14 PÁGINAS



ANEXO J

12 SALVADOR, QUINTA-FEIRA, 4/6/2003

LOCAL
local@wired.com.br

A TARDE

Odebrecht deve resposta à Justiça

Procuradores cobram na Justiça reavaliação do projeto do Edifício Morada dos Cardeais, após tombamento na Vitoria

MARY WEINSTEIN

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação civil pública contra a Construtora Odebrecht. Nesta ação cobra um pedido de liminar para que as obras do Edifício Morada dos Cardeais, no Campo Grande, sejam imediatamente paralisadas. A ação é dirigida também ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Segundo o MPF, a autarquia em comissão de proteção e patrimônio cultural não reavaliou o projeto de amplexamento do Odebrecht depois da notificação de tombamento do Cardeal da Vitória, publicado em 16 de junho último, no Diário Oficial da União.

O Ministério Público, entretanto, depois do tombamento, o status da casa que abriga o papa João Paulo II por duas vezes, mudou. A notificação de tombamento é o único mecanismo legal de proteção para imóveis de valor histórico, cultural ou artístico contra alterações ou demolições. A partir da notificação, o Palácio Arquiepiscopal entra em proteção de acordo com a Lei de Tombamento. E o Iphan teria que emitir o projeto de construção do edifício.

A Casa Cardinalícia, construída em 1933, serviu como moradia para todos os cardeais até o período de dom Lucas Moreira Neves. Dom Geraldo Majella, atual arcebispo, a recebeu por R\$ 10 milhões à Odebrecht em sua gestão. As obras da Odebrecht começaram em julho passado. Foram demolidas uma torre e outras unidades externas à casa principal, que também teve o seu interior adulterado. Nete, se-
tores construídos antigos, sa-



Palácio Arquiepiscopal, que hospedou o papa João Paulo II, abrigará valões de festa e jogos

ções de jogos e festas, cozinha, dentre outras facilidades. A edificação terá mais de 30 pavimentos.

AUTORIZAÇÃO - A Odebrecht agora terá que responder na Justiça porque não esperou uma autorização formal do Iphan para prosseguir com as obras do Edifício Morada dos Cardeais, depois da notificação que levou outros 11 imóveis. A construtora ainda não recebeu

chamada da Justiça federal e por isso não quis se pronunciar sobre a ação movida pelo Procurador da República.

O Ministério Público estava acompanhando o caso da Casa Cardinalícia desde o começo, quando a Odebrecht comprou e iniciou a pedida orçamentária ao Iphan para a construção. Antes do ajuizamento da ação, chegou a fazer uma reconvenção formal, em 12 de agosto último, para que as obras espe-

rassem a reavaliação do Iphan. O projeto teria que ser submetido à apreciação da autarquia. A construtora, no entanto, respondeu formalmente sua defesa, o processo com as obras. No ofício protocolado pelo MPF, a construtora alega que tinha todas as licenças previstas pela legislação municipal e rejeitou a exigência de atenuar as obras, somente depois do tombamento.

RESISTÊNCIA

Sem-teto desocupam antiga sede da Leste

RITA CONRADO E
FLÁVIO OLIVEIRA

As 150 famílias do Movimento Sem-Teto de Salvador (MSTS) vão desocupar hoje, às 10 horas, o prédio que ocupavam na última rua 31, na área do Comércio. A ação representa o cumprimento de uma ordem feita com o dono do imóvel, o ecoparceiro Moisés Andrade, que havia entrado com uma ação de reintegração de posse. Apesar de a Justiça haver determinado que a desocupação seria ordenada, o ecoparceiro aciona a solicitação dos manifestantes, que pediram a liberação do prédio. A promessa dos integrantes do MSTS é ocupar rapidamente o novo prédio fechado, sem fins sociais ou comerciais.

Para isso, uma relação de imóveis secos condições já foi elaborada pelo grupo. "São não

vamos revelar qual", afirma o líder do movimento, acrescentando que a ação dos sem-teto faz parte de uma estratégia de resistência e pressão. "Não conhecemos sequer uma situação em que a prefeitura haja cumprido a promessa de dar casa a quem mora em uma área de Salvador para morar, apesar dos cadastros que são feitos", lembrou. Enquanto, pelo menos a situação das 720 famílias integradas ao movimento não for resolvida, vamos manter as ocupações", garantiu.

A visita do dono do imóvel, que pretende construir no local uma facilidade (a) acompanhada pelos presidentes das comissões de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado, Yvelina Oliveira (PT) e do P2 e Condição à Vitória da Câmara Municipal, Nelson Santana (PT).

Ministro critica radicalização

O ministro das Cidades, Otávio Dutra, disse que a radicalização do movimento dos sem-teto em todo o Brasil, incluindo Salvador, não vai fazer com que o governo ultrapasse limites estabelecidos pelo Estado de Direito Democrático. Dutra esteve na última capital baiana e participou da abertura da Conferência das Cidades da Bahia.

"O Estado Democrático de Direito tem de ser obedecido pelos dois lados, tanto pelo governo, que tem de fazer a reforma agrária e a reforma urbana, quanto pelos movimentos sociais, que têm toda legitimidade de se organizarem e postularem o atendimento de suas demandas", comentou.

Dutra, em seu discurso, procurou divulgar ações do governo federal para contemplar as

reivindicações dos sem-teto. Ele anunciou o programa emergencial de habitação. O programa, lançado em abril pelo presidente Luiz Inácio da Silva, é voltado para famílias com renda de até três salários mínimos que residam em cidades com mais de 250 mil habitantes.

"O programa conta com recursos de R\$ 5,3 bilhões para a construção de moradia popular neste ano. R\$ 2,1 bilhões já foram empregados, gerando 300 mil empregos no País", comentou.

O programa conta, no total, com recursos de R\$ 27 bilhões em dotação orçamentária prevista no Plano Plurianual 2001-2007. "O Brasil conta com problemas que não são pequenos, mas também não são insuperáveis de serem solucionados".

CURTAS

Comércio de frutos do mar ganha mercado

higienas e das condições de escoamento e comercialização desses produtos em Salvador. O novo centro comercial fica na Avenida Itapicima, esquina com a Ladeira da Água Branca, e a Água de Mentos, na Cidade Baixa.

Plano diretor

A segunda audiência pública do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) está marcada para a próxima segunda-feira, no Auditório Sérgio I e 2, do Centro de Convenções da Bahia, a partir das 8 horas. A atual versão do PDDU pode ser consultada no site www.salvador.ba.gov.br/seplan/pddu.

A inauguração do Mercado de Frutos do Mar, pelo prefeito Antônio Imbassahy, previsto para o próximo sábado, às 11 horas, representará uma melhoria na qualidade dos padrões de

Infecção hospitalar

A Universidade do Estado da Bahia (UnEB) e Associação Baiana de Controle da Infecção Hospitalar promovem curso de especialização sobre a incidência de infecções e meios de controle. Mais informações pelo número 387-5089/5090.

OTERIAS

Quilme - Concurso 1198: 07 - 09 - 79 - 73 - 74
Dupla Sena - Concurso 164: 1ª Sorteio: 08-19-39-44-46-47, 2ª Sorteio: 07 - 14 - 17 - 24 - 26 - 46
Mega-Sena - Concurso 004: 18 - 20 - 26 - 32 - 40 - 53
Loteria Federal - Estação: 03755: 1ª 50.232 - 200.360.60 2ª 34.452 - 12.066.00 3ª 71.082 - 9.000.00 4ª 17.003 - 9.000.00 5ª 56.610.4.000.00
Lotocorrida - Concurso 347: 63 - 05 - 06 - 10 - 13 - 15 - 23 - 25 - 33 - 42 - 45 - 48 - 62 - 73 - 79 - 82 - 83 - 84 - 95

Os resultados podem ser conferidos no site www.cet.gov.br.

ANEXO M



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA

QF. N.º 493/2003/NTC/BA/OG.

Salvador, 04 de junho de 2003.

Ref. Procedimento Administrativo n.º 1.14.000.000353/2003-10

Senhora Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, e visando instruir o Procedimento Administrativo em epígrafe, solicito a Vossa Senhoria, nos termos do artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, e do art. 8º, § 3º, da Lei Complementar n.º 75/93, no prazo de 15 (quinze) dias, informações acerca da existência de pedido de demolição da "Mansão Wildberger", imóvel situado no Largo da Vitória, nesta Capital, tendo em vista a informação contida na matéria jornalística em anexo.

Ao ensejo, manifesto protestos de apreço e consideração.


OLIVEIRA GUANAIS FILHO
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Ilustríssima Senhora
ELIANA GESTEIRA
Superintendente da SUCOM
Av. Mário Leal Ferreira, 1975, Bonocô
40.275.240, Salvador - BA

o093nicog-sucm.doc

Av. Sete de Setembro, 2365 - Corredor da Vitória - 40.080-002 - Salvador/BA
Fone: (071) 338-1800 - Fax: (071) 338-1855 - e-mail: oguanais@prba.mpf.gov.br

ANEXO N

A Tarde

Salvador	Data: 15.07.2003	Caderno/Seção: Local	Página: 05
----------	---------------------	-------------------------	------------



Pedida a anulação de tombamento

Construtoras pedem a impugnação do processo provisório que tomba o conjunto arquitetônico do Corredor da Vitória

MARY WEINSTEIN

A Construtora Andrade Mendonça Ltda e a MRM Incorporadora Ltda querem a anulação abso- de todo o processo (número 15.07.99) de tombamento do Conjunto Arquitetônico do Corredor da Vitória. As duas empresas apresentaram ontem à tarde um pedido de impugnação do processo provisório, cuja notificação foi publicada em 16 de junho último, no Diário Oficial da União. As empresas atribuem ao Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) a promoção do tombamento por "motivação genérica, de índole exclusivamente histórica e saudosista (...)"

As empresas do setor imobiliário questionam a legitimidade do processo que corria há quase cinco anos. Alegam que as casas, em cujos recuos pretendem construir prédios — a mansão que pertenceu ao jornalista Jorge Calmon (Corredor da Vitória, número 2) e a Mansão Verena Wildberger (Largo da Vitória, número 4) —, não têm valor histórico que suscitem o tombamento. A primeira teria tido o seu interior modificado pelos seus diversos donos e a segunda não representaria um testemunho por ter sido construída há um período inferior a 60 anos.

As empresas alegam que nem o próprio Iphan teria chegado a esta conclusão plausível ou a um consenso sobre o tombamento.

Sustentando as afirmativas, citam as idiossincrasias do próprio processo documentadas por troca de pareceres e ofícios divergentes entre a 7ª Regional do Iphan (Salvador) e o Departamento de Proteção (Deprot), da autarquia, em Brasília.

As empresas arguem "nulidades" como a falta de numeração das páginas do processo, disponibilizado para conferência somente no dia 27 de junho. "Todo processo tem numeração das folhas para remissão nos laudos. Estamos tratando com um órgão sério, mas a qualquer momento pode-se encartar ou suprimir folhas", diz o advogado representante da Andrade Mendonça e MRM, Hélio Menezes, que também utilizou parecer do historiador Cid Teixeira para sustentar a tese de que os imóveis não teriam valor histórico que justificasse o tombamento.

"Nós estamos arguindo, também, que, no processo, não há indicação de quem sejam os proprietários, nem as características dos imóveis. É um edital genérico", aponta o advogado, que no pedido de impugnação questiona: "A Projur (Procuradoria Jurídica do Iphan) analisou ou não os autos? A 'famigerada tipologia' é ou não necessária? Os imóveis formam um conjunto arquitetônico ou não? A realidade urbanística atual já descaracterizou o que se pretende preservar? Os imóveis que formam o 'conjunto' têm a mesma arquitetura? O processo está suficientemente ins- truído? As informações somente queriam procrastinar o processo? As pressões já atuaram no processo administrativo?"

NULIDADE — Preliminarmente, os impugnantes estão requerendo a decretação "de nulidade do presente Processo Administrativo em face da existência de vícios e defeitos insanáveis, especialmente no que diz respeito ao seu processamento e notificação, que conduzem à violação de princípios constitucionais e legais insanáveis".

As empresas defendem que as notificações teriam que ser "dirigidas individualmente a cada um dos detentores do domínio dos imóveis em questão, com prévia identificação e qualificação dos mesmos, dados esses que deveriam (Portaria Sphan nº 11/86, art. 4º, parágrafo 1º) e poderiam ser obtidos perante os cartórios de registros de imóveis competentes". Concluem que, como foi feita, a notificação leva "à violação dos direitos dos administrados".

A tentativa de impugnação, feita de forma consistente, diz ainda que "a função social da propriedade haverá de revestir-se de critérios claramente definidos, de modo que não se inviabilize a própria essência da propriedade (...)" mas também na frustração do resultado econômico-financeiro de um empreendimento comercial que observa todos os parâ-

metros legalmente instituídos pelas posturas públicas".

O temor das empresas é de que o tombamento possa impedir ou restringir a construção dos empreendimentos, causando assim sérios prejuízos financeiros, "impondo-se, por consequência, a indenização aos Impugnantes".

Félix Mendonça, diretor da MRM Empreendimentos, ratifica a sua aprovação ao tombamento, mas diz que há falhas no processo. Ele discorda do tombamento como conjunto. "Isso deveria ter sido feito há 100, 80 anos. Hoje, você só deve preservar a casa, porque já existem tantos prédios que a importância do Conjunto não é válida. O Pelourinho, sim, é um conjunto, mas na Vitória devemos preservar casas isoladas. Além disso, o tombamento traz outras implicações. Ninguém vai poder construir nada", arrematou Félix.

Andréa Freire Chagas de Oliveira, advogada representante da Companhia de Seguros Aliança da Bahia disse que estava formulando o texto do documento e que qualquer dispersão poderia comprometer o cumprimento do prazo estabelecido. A Companhia de Seguros Aliança é proprietária do número 258 e de outros terrenos no Corredor da Vitória.

Clipping: Interesses difusos e coletivos, n. 798, 15 de julho de 2003

ANEXO O

v. p/: CREA/BA 0714538906

06/27/03 13:21

Opr. Es

Página

SINARO

SINARQ - BAHIA DO TOMBAMENTO E URBANIZAÇÃO

OF/SINARQ/Nº 029

Salvador, 25 de junho de 2003.

Ilmº Sr.
Edvaldo M. Boaventura
 Diretor-Geral do Jornal A TARDE

Senhor Diretor:

É com satisfação e orgulho que a Diretoria do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas da Bahia (SINARQ) agradece ao jornal A TARDE pelo destaque dado ao Tombamento dos imóveis remanescentes de valor arquitetônico situados na Vitória, Canela e Graça.

Entendemos que a iniciativa contribuiu significativamente para a celeridade do processo que transcorria desde 30/11/98, junto à Direção Nacional do IPHAN, em Brasília, e ao IPAC, em Salvador, coibindo a destruição do que resta de nosso patrimônio.

A atitude determinada e eficaz desse periódico em denunciar a questão à sociedade baiana, e a sensibilização do Ministério da Cultura – MINC, nas figuras do Excelentíssimo Ministro Gilberto Gil e do Secretário Geral daquele Ministério, Juca Ferreira, culminou com o tombamento provisório, assegurando a salvaguarda de exemplares únicos de um tipo de Arquitetura, modo de vida e urbanização do final do século XIX e início do século XX, equivalendo ao tombamento definitivo, garantindo, de imediato, a proteção dos imóveis remanescentes mesmo durante a tramitação do processo.

Esta vitória, ocorreu em um momento providencial, em que Salvador vem sofrendo grandes perdas de parte valiosa da sua memória, apesar da luta constante dos técnicos responsáveis pela salvaguarda e conservação do patrimônio cultural nos níveis Federal, Estadual e Municipal no sentido de evitá-las. Diante deste quadro, nossa responsabilidade se torna ainda maior, visto que a Bahia tem um papel singular na cultura nacional, pelo fato de sua origem estar ligada à própria origem do País.

Não podemos cruzar os braços e permitir que interesses imediatistas de especuladores prevaleçam sobre valores histórico-culturais inestimáveis para as gerações presente e futura. Acreditamos que o desaparecimento dos casarões do Corredor da Vitória, apaga página importante da história da nossa cidade.

Pelo exposto ratificamos nossos agradecimentos extensivos à jornalista MARY WEINSTEIN que, de forma ética e profissional, soube externar os fatos, ao tempo em que contamos com o apoio e empenho do Jornal A TARDE na divulgação de questões de interesse da sociedade.

Atenciosamente.

Arqº Affonso Baquero Rios
 Arqº Affonso Baquero Rios
 Presidente do SINARQ

ANEXO P

+0550612233614

CPRA CIVIL PR

→ Proposta nova
conjunto urbano e paisagístico
e Conjunto Grande

Solomon Barroso

Ofício n.º 09/SAG-C. Civil/PR

→ Ig. Vit

→ Canteiro Verde

→ Polígonos de Aterro

→ Caisso Alto

→ Museu de Arte

Brasília (DF), 22 de setembro de 2003

A Sua Senhoria o Senhor
MARCO ANTÔNIO AMIGO
Presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Civis – Seção Bahia
Rua Prof. Aloísio de Carvalho Filho, 402 – Engenho Velho de Brotas
40.243-620 – Salvador - BA

Assunto: Conjunto Urbanístico e Arquitetônico "Corredor da Vitória".

Cumprimentando-o, faço referência à carta de 18 de agosto passado, que solicita a intermediação desta Casa Civil na questão do tombamento do "Corredor da Vitória", em Salvador, Bahia, para informar a Vossa Senhoria o que se segue.

Após a publicação, em 16 de junho passado, de notificação de tombamento de doze imóveis do conjunto urbanístico e arquitetônico "Corredor da Vitória", proprietários dos imóveis interpuseram solicitação de impugnação do tombamento junto ao IPHAN, as quais analisadas por Conselho do Instituto, resultaram na apresentação de nova proposta de tombamento para esse conjunto, na reunião de seu Conselho em 14 de agosto último.

Nessa reunião, o relator do processo propôs uma nova abordagem do tombamento; ao invés da proposta tomada pública em junho, sugeriu o Conselho, em síntese, o tombamento dos logradouros que definem a estrutura urbana do conjunto urbano, considerando uma faixa limítrofe de 35m de cada lado para preservação da volumetria construída atualmente.

A nova proposta deverá ser objeto de deliberação do Conselho do IPHAN no próximo dia 24 de setembro, em função de pedido de vistas formulado na reunião passada.

Assim, é oportuno reiterar que a proposta objeto de contestações pelas entidades signatárias da carta de 18 de agosto já está em processo de reformulação no próprio IPHAN, havendo expectativa de deliberar-se a nova proposta de tombamento na próxima reunião de seu Conselho em 24 de setembro próximo.

453-8912
Círculo

44164

9115-6204
Amigo

ANEXO Q

Fls. 02 - Ofício nº 09 /SAG-C.Civil/PR, de 22/ 09 /2003.

Desta forma, ao mesmo tempo em que encaminho estas informações, solicito um retorno de Vossa Senhoria quanto ao atendimento do pleito pela nova proposta de tombamento prestes a ser assumida pelo IPHAN, bem como informar aos demais signatários da carta de 18 de agosto o conteúdo deste Ofício.

Atenciosamente,


JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da
Presidência da República

ANEXO R

MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA



OFÍCIO Nº 879/04/CEAMA.
REF. : PROVIDÊNCIA/FAZ

SALVADOR, 22 DE JUNHO DE 2004.

Z.H.

Determino a instauração de inquérito
civil visando apurar possível responsabilidade do
tombamento do Corredor da Vitória.
Expedir-se ofício ao IPHAN e IFAC
solicitando informações sobre o fato.
Salvador, 30/08/04.

SENHORA PROMOTORA,

Ana Luzia Santana Guedes
PROMOTORA DE JUSTIÇA

Cumprimentando-a, valho-me do presente para encaminhar, anexo,
matéria jornalística intitulada "Iphan promete rever tombamento da Vitória", para
conhecimentos e providências cabíveis.

Aproveito a oportunidade para apresentarmos protestos de apreço e
alta consideração.

Carlos Martheo C. Guanaes Gomes
CARLOS MARTHEO C. GUANAES GOMES
COORDENADOR DO CEAMA

Exma. Sra.
Dra. Ana Luzia Santana Guedes .
DD. Promotora de Justiça da Capital
Nesta.

Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente – CEAMA
Rua Arquimedes Gonçalves, 400 – Jardim Baiano, Salvador/BA - CEP: 40.050-320
Tel.: (71) 243.9539 Telefax: (71) 321.2788 Ramal 15

ANEXO S

FROM : IPHAN/CEPAT

PHONE NO. : 5561 414 5195

JUL. 22 2004 11:07AM PT

Decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sobre proposta de tombamento do Corredor da Vitória, no município de Salvador (BA)

A proposta de tombamento do conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico do Corredor da Vitória traz à luz uma grave situação que é recorrente na maioria das cidades brasileiras: a perda da qualidade de vida e de valiosas configurações arquitetônicas e urbanísticas, em razão da superexploração do solo promovida por interesses imobiliários e consentida por legislações municipais inadequadas. O instituto do tombamento tem sido chamado a resolver situações dessa natureza e, de fato, quando pôde ser aplicado a tempo, conseguiu reverter alguns processos de perda ou, ao menos, neles colocar um freio. Mas este não é, infelizmente, o caso em tela.

No caso do Corredor da Vitória, o tombamento federal já não tem o condão de resgatar um conjunto arquitetônico e urbanístico que poderia ser um bem de interesse nacional por documentar, na velha cidade, a introdução de um novo modo de parcelar e ocupar o solo, de construir e de morar. Nesse setor da cidade de Salvador instalou-se um processo de ocupação que comprometeu de modo irreversível a apreensão e a integridade física desse conjunto como representação, no plano nacional, do urbanismo do século XIX.

Essa situação foi ainda agravada pela aplicação equivocada de instrumentos urbanísticos, como a transferência de potencial construtivo ou "transcon" que destinados a favorecer a preservação de valores culturais e a promover mais equilíbrio na ocupação do solo urbano, foram utilizados como instrumentos promotores de maior adensamento na ocupação da área. Aos velhos palacetes, ao invés de uma função memorial, foi destinado apenas um papel menor de ornamento.

ANEXO T

FROM : IPHAN DEBRY

PHONE NO. : 5561 414 6198

JUL 03 2004 11:07AM PB

O crescimento das cidades e os negócios imobiliários não podem se realizar com o prejuízo da qualidade de vida, da integridade do patrimônio ambiental urbano e do respeito às referências culturais da população. Neste episódio, a sociedade civil soteropolitana manifesta com clareza o seu interesse pela defesa do patrimônio localizado no Corredor da Vitória. Contudo, as reflexões realizadas pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, nas diversas reuniões em que o assunto foi debatido, ao mesmo tempo em que reconheceram o fundamento dessa demanda, levaram à conclusão de que a preservação dos bens remanescentes do Corredor da Vitória só se tornará efetiva mediante ação eficiente e vigorosa dos organismos municipal e estadual.

Em conclusão, decidindo pelo arquivamento do processo número 1451-T-99, o Conselho recomenda fortemente ao Governo do Estado da Bahia e à Prefeitura de Salvador que adotem medidas visando à efetiva salvaguarda dos remanescentes que são do interesse da população local e que ainda contribuem para a qualidade ambiental dessa área da cidade. Aos setores da sociedade civil que vêm se mobilizando pela salvaguarda do patrimônio cultural da cidade de Salvador, o IPHAN reafirma o seu compromisso com a construção de instrumentos e procedimentos que possam ampliar e tornar compartilhada a ação governamental nesse campo.

Antonio Augusto Arantes Neto
Presidente do IPIAN